

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO

ANELISE GREGIS ESTIVALET

POLÍTICA, GÊNERO E VIOLÊNCIA NO COTIDIANO:
Uma Análise do Projeto Mulheres da Paz

São Leopoldo
2018

Anelise Gregis Estivalet

POLÍTICA, GÊNERO E VIOLÊNCIA NO COTIDIANO:

Uma Análise do Projeto Mulheres da Paz

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

São Leopoldo

2018

Anelise Gregis Estivalet

POLÍTICA, GÊNERO E VIOLÊNCIA NO COTIDIANO:
UMA ANÁLISE DO PROJETO MULHERES DA PAZ

Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutora em Ciências Sociais, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – UNISINOS

Aprovada em 14/03/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger [orientador] – UNISINOS
Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Prof. Dra. Marília Veríssimo Veronese – UNISINOS
Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Prof. Dra. Miriam Steffen Vieira – UNISINOS
Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Prof. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera – UFRGS
Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Prof. Dra. Tatiana Moura – Universidade de Coimbra
Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

*À Carmina
e a todas as mulheres que
silenciosamente construíram suas histórias*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meu agradecimento vai à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me oportunizou a possibilidade de me dedicar aos quatro anos de doutorado de forma exclusiva, assim como possibilitou a realização de meu doutorado-sanduíche na França. Certamente, sem a bolsa de estudos, eu não teria conseguido alçar e desenvolver tantos projetos ao longo do curso.

Às professoras e professores membros da banca de avaliação pelos aceites de participação e por todas as contribuições para minha vida acadêmica e desenvolvimento da tese.

Ao meu orientador, Luiz Inácio Germany Gaiger pela acolhida e por todas as sugestões e apontamentos que foram de fundamental importância para o desenvolvimento e a conclusão desta pesquisa.

A todas as mulheres da paz que cruzaram meu caminho e com as quais aprendi tanto, entre elas: Jurema Carvalho, Ana Carla do Nascimento, Celma Cunha, Alzira de Almeida, Eremita Braga, Iandrinha da Costa, Cristiane Braga, Lenice Martins, Suze Guimarães, Cristiane Barros, Gilsara Valentim, Terezinha Perdigão e Brasília Vitória, o meu mais sincero agradecimento. Sem vocês esta pesquisa não existiria.

À Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) da cidade do Rio de Janeiro e a todas(os) as(os) profissionais que atuaram no Mulheres da Paz, em especial às servidoras Márcia Rosa e Jacqueline Brito e ao psicólogo Gabriel Naegele, excelentes profissionais, além de acessíveis e atenciosos. Suas condutas que demonstraram acessibilidade e atenção foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

À secretária Maristela Simon pela disponibilidade, atenção e dedicação e ao Programa em Ciências Sociais da Unisinos por ter me dado a oportunidade de realizar o doutorado.

Aos professores José Rogério Lopes e Solon Viola por todos os ensinamentos, conversas e orientações que foram essenciais para minha trajetória no curso.

Aos colegas do grupo ECOSOL pela acolhida e pelos momentos de escuta, debates e confraternizações. Em especial às colegas Kellen Pasqualetto e Aline Araújo que foram mais do que colegas, verdadeiramente amigas, estando presentes não só em momentos de trocas e discussões, mas também nos de angústia e tristeza, dando apoio e me ensinando que a confiança é algo raro.

Ao meu orientador do doutorado sanduíche, Prof. Michel Maffesoli, pela acolhida sempre atenciosa e por me ter oportunizado a convivência com sua sabedoria e com a de outros colegas pesquisadores na Université Paris Descartes-Sorbonne. A ele, meu profundo e eterno agradecimento.

Aos queridos amigos e amigas que estiveram em minha defesa: Thais Pagel, Kellen Pasqualeto, Salvatore Santagada, Lívio Silva de Oliveira e Anelise Schierholt, o meu muito obrigada por estarem comigo nesse momento tão importante em minha trajetória acadêmica.

Por fim, à minha filha Luísa por todo apoio e paciência. Você foi fundamental para que eu conseguisse chegar onde cheguei.

EL POEMA DE LA PUENTE

Estoy harta,
 Enferma de ver y tocar
 ambos lados de las cosas
 Enferma de ser la condenada puente de todos

Nadie
 se puede hablar
 sin mi
 ¿No es cierto?

Explico mi madre a mi padre mi padre a mi hermanita
 mi hermanita a mi hermano mi hermano a las feministas blancas
 las feministas blancas a la gente de la iglesia Negra
 la gente de la iglesia a los ex-jipis*¹
 los ex-jipis a los separatistas Negros
 los separatistas Negros a los artistas
 los artistas a los padres de mis amigos...

Después
 tengo que explicarme a mi misma
 a todos

Hago más traducciones
 que la maldita Naciones Unidas

Olvídense
 me enferman

Estoy enferma de llenar sus huecos

¹ ***Hippies** (*jipis*): Un fenómeno de los años sesenta, fueron una expresión en masa de la juventud de la clase media contra las normas establecidas por la sociedad. Unos veinte años después, la mayoría de ellos actualmente han logrado llegar a una clase semejante a sus padres.

Enferma de ser su seguro contra
el aislamiento de sus autoimpuestas limitaciones
Enferma de ser la loca de sus cenas festivas
Enferma de ser la rara de sus meriendas del domingo
Enferma de ser la única amiga Negra de 34 individuos blancos

Encuéntrense otra conexión al resto del mundo
Encuéntrense otra cosa que los legitime
Encuentrense otra manera de ser políticas y estar a la moda

No seré su puente a su feminidad
su maculinidad
su humani-dad

Estoy enferma de recordarles que no
se ensimismen tanto por mucho tiempo

Estoy enferma de mediar sus peores calidades
de parte de sus mejores

Estoy enferma
de recordarles
que respiren
antes de que se asfixien
con sus propias tarugadas

Olvídense
crezcan o ahóguense
evolucionen o muéranse

La puente que tengo que ser
es la puente a mi propio poder

Tengo que traducir
mis propios temores

Mediar
mis propias debilidades

Tengo que ser la puente a ningún lado
más que a mi ser verdadero

y después

seré útil

Kate Rushin, (Esta puente: mi espalda, 1988)

RESUMO

Fatos relacionados à violência e às políticas sociais que lhes são concernentes, assim como as discursividades orientadas à promoção de cidadania, têm perpassado as esferas pública e privada da vida de mulheres residentes em periferias urbanas. A pesquisa aqui apresentada pretende identificar a singularidade da atuação dessas iniciativas na política do cotidiano e no espaço das comunidades onde vivem, aproximando-se da perspectiva de desenvolvimento das potências das mulheres. Dessa forma, propõe-se a compreender como tem sido organizada a participação no projeto “Mulheres da Paz” (Ministério da Justiça/Brasil) desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro, quando mulheres atuam no espaço público e no trato da violência. Além disso, através de uma retomada histórica da condição das mulheres e do espaço da cidade em questão, explica-se o contexto no qual se concretizam políticas de segurança pública como o Mulheres da Paz. Em campo, utilizei, a análise de documentos e bancos de dados, assim como grupos focais, entrevistas e observação participante de inspiração etnográfica. Nesse ínterim, observei que as mulheres vêm produzindo novas significações para suas próprias trajetórias, articulando novas redes e estratégias ao reivindicar a redução das práticas violentas e compartilhar responsabilidade política.

Palavras-chave: Mulheres. Potência. Cotidiano. Violência. Movimento Comunitário.

ABSTRACT

Related violence and social policies facts, as well as the discourses oriented towards the citizenship promotion, pervade the public and private spheres of life of women living in urban peripheries. The research presented here intends to identify the singularity of the actions of these initiatives in the politics of the daily life and in the space of the communities where they live, approaching the perspective of development and the powers of women. In this way, it is proposed to understand how the participation in the project "Mulheres da Paz" (Ministry of Justice/Brazil) developed in the city of Rio de Janeiro has been organized, when women act in the public space and in the treatment of violence. In addition, through a historical resumption of the condition of women and the space of the city in question, the context in which public security policies such as "Mulheres da Paz". In the field research, I used, the analysis of documents and databases, as well as the realization of focus groups, interviews and participant observation of ethnographic inspiration. In the meantime, I have noted that women have been producing new meanings for their own trajectories, and they have articulated new networks and strategies by claiming to reduce violent practices and share political responsibility.

Key words: Women. Power. Daily. Violence. Community Movement.

RESUMÉ

Des faits liés à la violence et aux politiques sociales qui les concernent, ainsi que les récits orientés vers la promotion de la citoyenneté, ont traversé les sphères publiques et privées de la vie des femmes vivant en périphérie urbaine. La recherche présentée ici entend identifier la singularité des actions de ces initiatives dans la politique de la vie quotidienne et dans l'espace des communautés où elles vivent, en abordant la perspective du développement et les pouvoirs des femmes. Ainsi, De cette manière, il est proposé de comprendre comment la participation au projet «Mulheres da Paz» (Ministère de la Justice/Brésil) développé dans la ville de Rio de Janeiro a été organisée, quand les femmes agissent dans l'espace public et dans le traitement de la violence. En outre, à travers une reprise historique de la condition des femmes et de l'espace de la ville en question, le contexte dans lequel les politiques de sécurité publique telles que le «Mulheres da Paz». Pour effectuer le travail de recherche, j'ai utilisé l'analyse de documents et de bases de données, ainsi que la réalisation de groupes de discussion, d'entrevues et des observations participatives d'inspiration ethnographique. Entre-temps, j'ai noté que les femmes ont produit de nouvelles significations pour leurs propres trajectoires, et elles ont articulé de nouveaux réseaux et stratégies en prétendant réduire les pratiques violentes et partager la responsabilité politique.

Mots clés: Femmes. Puissance. Quotidienne. Violence. Mouvement communautaire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Fluxo de apresentação da Tese	29
Figura 2. O método da triangulação	32
Figura 3.	Triangulação de métodos	32
Figura 4.	Localização do bairro de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro	71
Figura 5.	Vista aérea do bairro de Santa Cruz	76
Figura 6.	Vista aérea da localização do Morro Santa Marta	77
Figura 7.	Vista aérea do Morro Santa Marta	86
Figura 8.	Mapa das favelas sob o controle do crime na cidade do Rio de Janeiro	88
Figura 9.	Pirâmide social brasileira por gênero e raça	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Mulheres da paz distribuídas conforme a faixa etária	51
Gráfico 2.	Pessoas residentes em domicílios particulares e coletivos por grupos de idade e por sexo (Morro Santa Marta)	52
Gráfico 3.	Óbitos por faixa etária segundo cor/raça (Rio de Janeiro)	52
Gráfico 4.	Renda familiar mensal das mulheres da paz	53
Gráfico 5.	Responsáveis pelo domicílio por sexo	54
Gráfico 6.	Média de renda nominal mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (Morro Santa Marta)	55
Gráfico 7.	Distribuição da população da cidade do Rio de Janeiro segundo cor/raça	56
Gráfico 8.	Renda mensal da população da cidade do Rio de Janeiro segundo cor/raça	57
Gráfico 9.	Estado civil das mulheres distribuídas por território	60
Gráfico 10.	Distribuição das mulheres da paz segundo grau de instrução	61
Gráfico 11.	Escolaridade das mulheres na cidade do Rio de Janeiro	61
Gráfico 12.	Distribuição das mulheres da paz segundo tempo de residência	63
Gráfico 13.	Distribuição das mulheres da paz segundo participação em programas sociais	65
Gráfico 14.	Percentual de mulheres da paz vítimas de violência (Cidade de Deus)	66
Gráfico 15.	Evolução da população em favelas por zonas na cidade do Rio de Janeiro	80
Gráfico 16.	Média da renda nominal mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por sexo (Morro Santa Marta)	84
Gráfico 17.	Distribuição da população segundo religião no município do Rio de Janeiro	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Mulheres residentes alfabetizadas e não alfabetizadas por idade (Santa Cruz e Santa Marta)	62
Tabela 2.	Comparativo do crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro e das favelas	79
Tabela 3.	Distribuição das ocupadas por posição na ocupação segundo cor/raça	157

LISTA DE SIGLAS

ANMB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	Centro Regional de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FAB	Força Aérea Brasileira
IAP	Investigación Acción Participativa (IAP)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
ISER	Instituto de Estudos da Religião
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada
IPP	Instituto Pereira Passos
MJ	Ministério da Justiça
MP	Mulheres da Paz
MS	Ministério da Saúde
MLM	Movimento de Liberação das Mulheres
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONG	Organização Não Governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PENESB	Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PLP	Promotora Legal Popular
PMRJ	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SMP	Secretaria de Políticas para as Mulheres
ONU	Organização das Nações Unidas
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - SOBRE O MÉTODO	30
1.1 Definições metodológicas	30
1.2 O método da triangulação	31
1.3 A antropologia às margens do estado	34
1.4 A abordagem colaborativa	37
CAPÍTULO 2 - POLÍCIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: É POSSÍVEL UMA NOVA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA?.....	44
2.1 Segurança pública e políticas de paz	44
2.2 As mulheres da paz da cidade do Rio de Janeiro	50
CAPÍTULO 3 - O EQUILÍBRIO MUTÁVEL DO PODER CIVILIZADOR: "O ESPAÇO URBANO DEFORMADO"	68
3.1 O espaço urbano	68
As duas santas	71
3.2 O espaço deformado pelo crime	84
3.3 O espaço deformado pelo crime	84
CAPÍTULO 4 - A PAZ POR VIR DAS MULHERES	97
4.1 Guerra e paz	97
Mulheres e violência	100
4.2 Mulheres e violência	100
4.3 Mulheres da/pela paz: a associação possível	103

CAPÍTULO 5 - PENSAMENTO PÓS-COLONIAL E DESCOLONIAL EM UMA QUARTA ONDA FEMINISTA	109
5.1 Descolonizando o fazer científico	109
5.2 Patriarcado e colonialismo	114
5.3 Feminismos descolonial e latino-americano	120
CAPÍTULO 6 - MULHERES E CIDADANIA	131
6.1 Cidadania no Brasil	131
6.2 O cunho renovador da história das mulheres	139
CAPÍTULO 7 - ESPAÇOS PÚBLICO, PRIVADO E O TRABALHO DO CUIDADO.....	148
7.1 Mulheres, maternidade e família	148
7.2 A ocupação do espaço público: avanços e permanências	161
7.3 O trabalho do cuidado	164
CAPÍTULO 8 - POR UMA SOCIOLOGIA DOS AFETOS	173
8.1 Redes e construção de laços	173
8.2 O campo religioso como espaço de sociabilidade	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	190
APÊNDICE	208
ANEXO I	210
ANEXOS II – DOCUMENTOS	214

INTRODUÇÃO

Os homens já nascem com liberdade. As mulheres precisam conquistá-la. Essa foi a frase que permeou toda a trajetória desta pesquisa. O significado da atuação da mulher na vida social não é direto, mas sim resultado das coisas que faz e produz. Assim, o significado que atribuímos às ações das mulheres está relacionado às atividades que elas desenvolvem na interação social concreta e que se demonstram essenciais, embora socialmente não tenham valorização significativa. Torna-se urgente entender a organização social e articular a natureza de suas inter-relações para compreender como funciona a construção com base no sexo e no gênero. Foi isso que busquei compreender através deste estudo.

Na sociedade em geral, independentemente da localização na pirâmide social, as mulheres constituem-se como as principais vítimas de diferentes tipos de violência (doméstica, estrutural ou institucional), mesmo quando os membros de sua família também são vitimizados, presos ou mortos, principalmente seus filhos. Nas periferias, acentuam-se as desigualdades de gênero, as diferenças econômicas e o racismo. Essas desigualdades afetam predominantemente a população negra e pobre, gerando mais obstáculos à autonomia das mulheres que vivem nesses territórios. A violência doméstica e sexual também é mais constante devido à legitimação da circulação de armas e do uso da força.

Considerando tais questões, percebemos que fenômenos como a violência, as políticas sociais e o estabelecimento da cidadania permeiam a esfera tanto privada quanto pública em que vivem as mulheres. É preciso ainda compreender a atuação das mulheres no espaço público, tentando entender por que as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, embora saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana e que as instituições sociais incorporam o gênero em seus pressupostos de políticas sociais. No mundo contemporâneo, marcado por tantas desigualdades, mal-estar e exclusão social, cabe atentarmos

para os nichos fragmentários de emancipação, particularmente protagonizados pelas mulheres e aqui, especificamente, pelas mulheres de periferias, lançando um olhar mais horizontal sobre aqueles e aquelas que estão a nossa volta.

A pesquisa concentrou-se, então, em compreender a atuação singular das mulheres na política do cotidiano e no espaço comunitário. Tendo como campo de pesquisa o projeto Mulheres da Paz², desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro, coube formular os seguintes questionamentos:

1) qual a singularidade da atuação das mulheres cotidianamente nos espaços público e privado como sujeito político?

2) dada a situação socioeconômica em que se encontram essas mulheres, qual o lugar social que elas ocupam e quais situações de violência permeiam seu cotidiano?

3) que modificações (se houve) ocorreram em suas vidas após a participação no projeto?

4) as participantes modificaram sua visão a respeito da violência e da comunidade com a implantação do projeto?

5) houve diminuição, na perspectiva das mulheres, da violência em suas comunidades?

Com base nessas questões, o objetivo da pesquisa foi compreender como as mulheres do Projeto Mulheres da Paz posicionaram-se não só no espaço privado e público, mas também nas relações institucionais, além de analisar, dessa perspectiva, as repercussões políticas do projeto na vida das mulheres.

O CAMPO DE PESQUISA

Meu desejo de estudar o impacto do Mulheres da Paz surgiu após minha convivência com as participantes durante o tempo em que fui coordenadora do projeto em Porto Alegre, entre 2010 e 2012. Os comentários da equipe multidisciplinar, assim como os relatos das mulheres, trouxeram-me inquietações a respeito da política de segurança pública que então se executava. Nas reuniões e capacitações organizadas pela coordenação nacional do projeto, a cidade do Rio de Janeiro sempre era tida como o exemplo mais bem-acabado de implantação

² Adotou-se a seguinte padronização ortográfica: quando a expressão Mulheres da Paz referir-se ao projeto, será grafada em maiúscula e, quando se referir às suas participantes, será grafada em minúscula, ou seja, mulheres da paz.

do Mulheres da Paz. Posto isso, meu projeto de doutorado foi construído para tentar responder às inquietações que me haviam sido apresentadas.

Logo após meu ingresso no doutorado, em 2014, fiz meu primeiro contato para a realização da pesquisa com a coordenação nacional do Projeto Mulheres da Paz junto ao Ministério da Justiça. Foi a então coordenadora nacional que me passou o contato das coordenadoras do projeto na cidade do Rio de Janeiro. Desde o primeiro contato, as coordenadoras no município foram atenciosas e prestativas. Em seguida, marquei uma reunião com as duas e, em outras oportunidades, conversei também com o psicólogo da equipe de coordenação e com uma ex-coordenadora. As reuniões realizadas com a equipe de coordenação municipal foram fundamentais para que eu me situasse em campo e decidisse quais seriam as comunidades a serem visitadas. A sugestão de realizar o campo em dois territórios tão diferentes como Santa Marta e Santa Cruz partiu, inclusive, da coordenação local do projeto, principalmente porque, segundo as coordenadoras, o Morro Santa Marta tinha muito mais recursos e já havia sido bastante estudado, enquanto a região de Santa Cruz raramente era alvo de pesquisas acadêmicas. De fato, o acesso ao território do Morro Santa Marta é bem diferente em relação à comunidade de Santa Cruz. Enquanto Santa Marta situa-se na Zona Sul da cidade, local de fácil acesso, apesar de ser em um morro, Santa Cruz localiza-se em um terreno plano; porém, para chegar a Santa Cruz, eu costumava levar em torno de 2 horas, mesmo que de carro. Após os trâmites de autorização da pesquisa junto à prefeitura, optei por iniciar o campo em Santa Cruz.

A primeira vez que estive em Santa Cruz foi em fevereiro de 2015. Em uma das conversas com a equipe coordenadora do projeto, o psicólogo Gabriel ofereceu-se para fazer um primeiro contato com as mulheres e organizar um local onde pudéssemos nos encontrar para montar o grupo focal. O contato com as mulheres da paz foi realizado via telefone a partir do banco de dados pertencente à prefeitura do Rio de Janeiro. Foram feitas tentativas de contato com as 200 mulheres que haviam participado do projeto em Santa Cruz, de modo que o comparecimento à chamada foi espontâneo. Porém, algo muito comum que ocorre em tentativas de contatos com egressas participantes de programas sociais governamentais é que muitas trocam de número de telefone, outras trabalham ou precisam cuidar dos filhos. Enfim, muitos são os impedimentos para que essas mulheres possam participar de pesquisas. Ainda assim, 11 mulheres compareceram ao primeiro grupo focal, atendendo ao critério de validação da técnica que prevê no mínimo 6 e no máximo 12 participantes. Essas seguiram participando dos outros dois grupos realizados, com alternância nos outros dois dias de grupos, perfazendo um total de

14 mulheres que participaram dos grupos focais em Santa Cruz. Os perfis das mulheres da paz participantes desses grupos focais, assim como os das entrevistadas no Santa Marta encontram-se no apêndice da tese. Percebi que algumas compareciam por acharem que eu representava uma gestora governamental que traria novidades sobre novas edições do projeto na comunidade. Dessa forma, assim que elas chegavam no local para participarem do grupo, eu lhes informava sobre a proposta da pesquisa para que tomassem conhecimento da proposta e, em seguida, elas assinavam o termo de consentimento livre esclarecido segundo modelo que se encontra em anexo.

Ao todo, foram realizadas cinco visitas em Santa Cruz. O período das visitas foi de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2017 e cada visita durava em torno de uma semana. Os grupos foram realizados em uma sala cedida pelo Centro Regional da Assistência Social (CRAS) da Reta João XXIII durante a manhã, período que as mulheres alegavam ter maior disponibilidade. A necessidade de realização de mais de um grupo com as mesmas participantes tornou-se necessária em virtude da não possibilidade de finalização do questionário somente em um dia, já que as mulheres não podiam ficar por muito tempo, pois precisavam buscar os filhos na escola e fazer almoço.

Por sugestão dos servidores da prefeitura, minhas idas até Santa Cruz sempre foram feitas com veículos do município. Já na primeira visita, Gabriel fez questão de me colocar em contato direto com as mulheres para que a prefeitura tivesse o mínimo de intervenção possível em nossos encontros. Assim, trocamos telefones e criamos um grupo utilizando o aplicativo WhatsApp, por meio do qual fazíamos todas as combinações relacionadas às minhas visitas. Dessa forma, ao contrário do que aconteceu no Morro Santa Marta, tive várias interlocutoras que se revezavam na articulação entre mim e a comunidade. A partir dos discursos coletados através dos grupos focais realizei uma análise temática. Assim, as reflexões aqui apresentadas e problematizadas partiram dos temas trazidos pelas mulheres durante a pesquisa de campo. Por ter sido essa a opção, fiz um balanço quanto à adequação e suficiência das fontes. A ideia inicial era de que fossem usados nomes fictícios na escrita da tese, porém por sugestão das próprias mulheres da paz, elas desejavam ser identificadas por seus nomes verdadeiros, de modo que acatei seus pedidos e, portanto, os discursos aqui apresentados serão identificados com os nomes próprios das mulheres. Cabe ressaltar que muitos dos discursos das mulheres da

paz não serão aqui transcritos literalmente e nem atribuídos a quem os proferiu, em virtude da manutenção da segurança das mulheres da paz³.

Na segunda visita em Santa Cruz, fui acompanhada por uma das coordenadoras do projeto e pelo psicólogo Gabriel. Na oportunidade, conheci o posto de saúde da Reta João XXIII e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que funcionavam no mesmo prédio. Lá também conheci as mulheres da paz⁴ que, após a participação no projeto, haviam se tornado agentes comunitárias de saúde. Ainda nesse dia, almoçamos em um restaurante próximo ao posto. No entanto, as mulheres não puderam almoçar conosco, pois relatavam ter compromissos com o almoço dos filhos em casa. Estive outras vezes em Santa Cruz para outros dois grupos focais, porém foram visitas que fiz sozinha em combinação com as mulheres. Houve, ainda, uma última oportunidade de encontro com elas, quando me convidaram para participar da IV Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, quando pude observar a articulação das mulheres que participavam pela primeira vez de um evento como esse.

As mulheres da paz de Santa Cruz sempre foram muito afetuosas comigo. Até hoje trocamos mensagens virtuais. Parecia haver, inclusive, uma disputa entre elas para que algumas se tornassem interlocutoras privilegiadas. Eu atribuo essa “disputa” à falta de oportunidades de atuação no espaço público para essas mulheres, de modo que, quando surge uma oportunidade, elas farão o possível para se destacar. Contudo, a diferença que encontrei com relação ao Morro Santa Marta é de que nossos encontros ficaram restritos aos espaços institucionais, sendo que nunca estive em suas casas, como ocorreu na outra comunidade. Por isso, não pude ter uma percepção maior da vida social local e familiar como tive no Morro Santa Marta. Talvez essa diferença se deva ao fato de Santa Cruz estar situada em uma área muito maior e Santa Marta localizar-se em uma área bastante restrita, fazendo com que as casas sejam muito próximas.

Um dos aspectos que mais me marcou desde a minha primeira visita à Zona Oeste foi a presença evangélica. A intensa visibilidade que seus seguidores tinham no espaço marcava a vida local. Eu tinha uma percepção de que em todas as ruas havia pelo menos um templo ou ponto de oração evangélico. O número de templos não era tão grande quanto o de ruas e vielas, mas eles eram muitos e confundiam-se com a arquitetura das moradias locais. Havia muita publicidade, frequente nas ruas de passagem, anunciando os cultos temáticos que ofereciam

³ Esta decisão foi reforçada para a versão final devido ao assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade, ocorrido em 14/03/18.

⁴ Ver a nota 1.

ajudas de todos os tipos, além dos canais de televisão que veiculam cultos, sessões de descarrego e milagres que acontecem pela cidade.

O cenário político no qual iniciei o campo estava permeado pelos megaeventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. O Mulheres da Paz estava encerrando-se em algumas comunidades e, apesar de uma nova edição do programa ter sido aprovada para iniciar em 2015 em outras comunidades, o programa não voltou a ser executado em virtude da crise política instaurada com a reeleição de Dilma Rouseff em 2014. A alegação era de que não havia recursos para uma nova execução devido à crise econômica e à pressão que a presidenta sofria para redução de gastos. Apesar de críticas advindas principalmente dos movimentos populares com relação à política de segurança no Rio de Janeiro, foi uma época bem menos conturbada do que o início dos anos 2000, quando as ocupações policiais eram frequentes. Podemos dizer que intervenções policiais sempre ocorreram nas zonas periféricas e favelas do Rio de Janeiro de modo geral e em determinadas favelas de modo particular. No caso, as intervenções geralmente se alternam entre maior ou menor recrudescimento, mas invariavelmente geram perda de liberdade, aumento do medo e até mesmo redução no lucro de venda de drogas e do comércio desses territórios. Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro tem um prefeito que é pastor evangélico e o município acaba de sofrer uma intervenção militar federal⁵, ordenada pelo presidente Michel Temer, a primeira dessa natureza desde a Constituição Federal de 1988.

Após a banca de qualificação do projeto de tese, realizada em junho de 2015, por própria sugestão da banca, optei por levar adiante a pesquisa somente no município do Rio de Janeiro, não mais realizando uma pesquisa comparativa entre as cidades do Rio de Janeiro (RJ), Passo Fundo (RS) e Canoas (RS), como havia previsto. Houve um entendimento da banca, a partir dos relatos do campo que já haviam sido coletados, de que a pesquisa na cidade daria conta de responder aos objetivos propostos e às questões levantadas no projeto de tese.

Assim, a primeira vez que fui a campo no Morro Santa Marta, em julho de 2015, estava acompanhada de Jacqueline Brito, assistente social da prefeitura do Rio de Janeiro. Nosso encontro foi no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que funciona junto ao posto de saúde; por sinal, foi o primeiro local onde vi os dois serviços funcionando em conjunto e fica aos pés do morro. Na ocasião, observei parte do cotidiano de trabalho do CRAS e do posto de saúde, conheci as instalações e acompanhei algumas das atividades que ali aconteciam.

⁵ Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

No mesmo dia, realizei uma entrevista com a ex-coordenadora das Mulheres da Paz da Estação⁶ Santa Marta, e Jacqueline então me passou alguns contatos das participantes do morro. Da mesma forma como ocorreu em Santa Cruz, tentei contato com as 100 mulheres da paz que haviam participado do projeto no Santa Marta, porém consegui me encontrar com somente 3 delas. Esse fato me levou a optar pela realização de entrevistas individuais com essas mulheres, já que não seria possível a realização de grupos focais. Ainda assim, quando iniciei o contato com as mulheres no Santa Marta, questionava-as sobre os contatos das outras mulheres que haviam participado do projeto, porém elas comentavam que já não os tinham mais e que aquelas que poderiam ser entrevistadas estavam trabalhando ou com outros compromissos.

Ainda na data da primeira visita, conversei com Jueslânia Meneses, mulher da paz que trabalhava como agente comunitária no posto de saúde do Santa Marta. Ela me passou o contato de outra mulher da paz, Jurema Carvalho, com quem conversei também nesse mesmo dia e passou a ser uma das mulheres que seria minha interlocutora-chave no Santa Marta. Ela então me passou seus contatos e me disse: “Me adiciona lá no ‘face’ e a gente vai se falando”. Assim nos tornamos amigas virtuais em um primeiro momento e, alguns meses depois, encontrei Jurema pela primeira vez na Igreja Batista que ela frequenta,⁷ situada na avenida que leva à entrada principal do morro. Outros encontros sucederam-se na oficina de costura em que ela trabalhava em Botafogo. Mesmo nos dias em que visitava o Morro Santa Marta, eu sempre encontrava Jurema em seu local de trabalho para, posteriormente, subirmos juntas. Jurema foi quem me conduziu em boa parte das visitas e quem me passou o contato de outra mulher da paz da comunidade, Lenice Martins. Ao todo foram feitas também 5 visitas ao Santa Marta, sendo que a última foi realizada em fevereiro de 2017. As visitas ao Santa Marta concentravam-se nos finais de semana, já que as mulheres com quem tive contato não tinham disponibilidade para conversar no período de segunda à sexta.

Dessa forma, o primeiro núcleo familiar do qual me aproximei em Santa Marta foi o de Jurema, que é uma liderança comunitária. Formou-se em Jornalismo e constituiu-se como liderança a partir da atuação junto às igrejas pentecostais locais e em parceria com políticos que atuam no governo do estado do Rio, como Marco Antônio Cabral, filho do ex-governador Sérgio Cabral. Essa ligação, inclusive, é motivo de discordância entre ela e o marido. Jurema vive com dois de seus três filhos e o neto. Além dos trabalhos sociais e domésticos e de uma

⁶ Referência utilizada pela prefeitura com relação aos pontos de ação e realização de serviços públicos nos territórios.

⁷ O relato desse encontro será apresentado, posteriormente, no Capítulo 8.

jornada diária de 8 horas de segunda a sábado como costureira em Botafogo, ela ainda cuida da mãe, que mora com um de seus irmãos no andar térreo de sua casa de três pisos. Como a residência dela fica ao lado da UPP do Morro Santa Marta, após sua ocupação em 2008, ela passou a exercer novas funções na dinâmica social e organizativa do morro. É uma mulher orgulhosa dos filhos, de sua trajetória como liderança local e como trabalhadora.

Jurema, seu marido, seus filhos e o neto sempre foram muito acolhedores comigo em todas as visitas e nos diversos contatos virtuais que mantivemos. Ela foi minha interlocutora em Santa Marta. No Santa Marta, eu não realizei entrevistas com gravador, assim como não segui um roteiro com Jurema e as outras duas mulheres da paz com as quais tive contato. Lia Rocha (2013) e Christina Vital da Cunha (2015), já relatavam em suas pesquisas com favelas as dificuldades de fazer com que os moradores falassem além dos argumentos comumente utilizados quando o gravador está ligado. A única entrevista realizada havia sido com a ex-coordenadora do projeto no morro. Na pesquisa junto à comunidade do Santa Marta, predominaram as conversas informais com as mulheres da paz e seus familiares, além da técnica de observação participante de inspiração etnográfica (BEAUD; WEBER, 2007) que permeou as visitas aos dois territórios: Santa Cruz e Santa Marta.

A família de Jurema ajudou-me a entender diversas questões. Como pesquisadora, eu sempre era vista como alguém “de fora”, mas que gozava de certa neutralidade nos dois territórios e, portanto, poderia circular em muitos espaços, podendo também ser uma interlocutora entre o estado e a comunidade. O comportamento delas comigo parecia-se muito com o comportamento que os habitantes reproduzem com relação aos políticos. A diferença, no entanto, é que nos tornamos amigas virtuais, acompanhando o cotidiano umas das outras – tanto que, seguidamente, recebo mensagens em grupos de amigas nos quais elas me incluem.

Em minha última visita ao Morro Santa Marta, Jurema convidou-me para um churrasco à noite em sua casa e disse que eu poderia dormir lá se quisesse. Participei do churrasco com ela, sua família e seus amigos. Dormi na sala. No dia seguinte, fui embora no meio da tarde. Como Jurema estava saindo com sua família e eu não desceria o morro com eles, chamei um carro do aplicativo Uber, que me disse que não era comum eles buscarem pessoas no topo do morro e que, inclusive, ele só havia ido até o local porque era dia, pois à noite os motoristas não aceitam realizar corridas até lá.

Considerarei pertinente apresentar todos esses detalhes de como foi minha aproximação junto às comunidades, assim como minhas idas, chegadas e saídas do campo, no intuito de demonstrar as diferenças existentes entre os territórios que frequentei, as quais também

colaboram para que os moradores experimentem formas diversas de vida e diferentes possibilidades de integração social tanto entre eles quanto entre eles e “os de fora”. Outras diferenças e similaridades serão problematizadas ao longo da tese.

Assim, esta tese está organizada em oito capítulos, além da introdução e das reflexões finais. No Capítulo 1, com o objetivo de situar o(a) leitor(a) sobre as definições metodológicas que nortearam a pesquisa, apresento os motivos pelos quais optei pela utilização do método de triangulação de Uwe Flick, da antropologia às margens do estado de Veena Das e Deborah Poole e da abordagem colaborativa como uma proposta de interpelação advinda dos estudos descoloniais que balizaram o trabalho de campo da pesquisa.

No Capítulo 2, contextualizo o projeto Mulheres da Paz entre as políticas de segurança implementadas desde a redemocratização, tentando demonstrar que políticas que aliam as ideias de pacificação e intervenção ao uso das forças de segurança são desde então utilizadas nas periferias e favelas cariocas. A diferença, no entanto, está na inclusão dos ideais de direitos humanos e cidadania nas diferentes propostas que foram implantadas nesse período e no modo como os (agora) cidadãos passaram a ser vistos. Além disso, através da comparação de dados referentes às populações da cidade do Rio de Janeiro, em geral, e das comunidades de Santa Cruz e Santa Marta, em particular, procuro demonstrar as diferenças e desigualdades socioeconômicas que permeiam as condições de vida e o cotidiano dos moradores residentes nas periferias da cidade, em especial das mulheres da paz.

Posteriormente, no Capítulo 3, elaboro uma retomada histórica de como se constituiu o espaço urbano segregado da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido marcada pela expulsão dos negros e pobres do centro da cidade em um primeiro momento e pela periferização dos imigrantes e migrantes proletários em um segundo momento. Com base igualmente em uma contextualização histórica, demonstro como as áreas segregadas da cidade tornaram-se espaços para o desenvolvimento do crime organizado.

Baseada na concepção das políticas de segurança que têm estreita relação com a paz como algo alcançável, e partindo da premissa do contexto de guerra regularmente atribuído ao cenário social do Rio de Janeiro, demonstro no Capítulo 4 como a relação da guerra com a violência se dá não somente no contexto mais geral das cidades, mas também no cotidiano das mulheres, principalmente no espaço privado, sendo sua visibilidade resultado da politização desse espaço a partir de uma nova concepção do movimento de mulheres que resultaram em projetos como o Mulheres da Paz.

No Capítulo 5, através do debate entre os estudos pós-coloniais e descoloniais, retomo as características do processo de colonização do sul global, sustentando que esse processo foi, desde o início, caracterizado por guerra e violência. A seguir, explico como se fortaleceu a colonialidade na América do Sul e, mais especificamente, como ocorreu o processo de subjugação e subalternização das mulheres nesse contexto. Para encerrar o capítulo, exponho o desenvolvimento dos feminismos descolonial e latino-americano, assim como sua influência sobre a politização dos espaços público e privado.

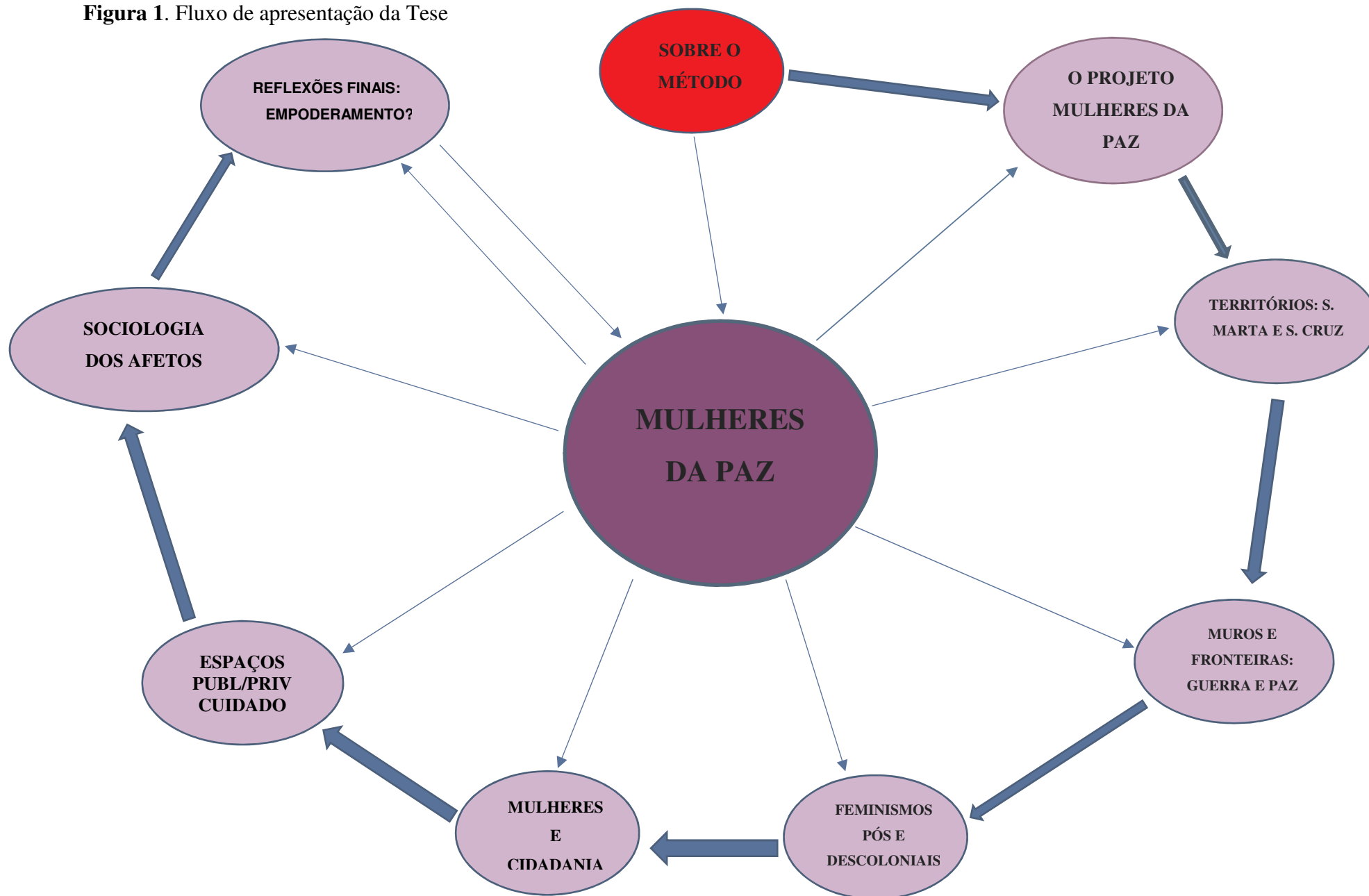
As problematizações a respeito da cidadania no Brasil são realizadas no Capítulo 6, acompanhadas de uma análise das diferentes formas como esta se apresenta nos distintos espaços da cidade, que é conjugada desigualmente quando se apresentam classificações de classe, gênero e raça. Com isso, defendo que as mulheres, a partir de sua autodeterminação, constituem potencialmente os atores sociais de um novo tipo de cidadania que se tem configurado.

No Capítulo 7, problematizo a presença das mulheres, particularmente negras, nos espaços público e privado, assinalando tanto o seu maior contingente no mercado de trabalho e na chefia familiar quanto a feminização do trabalho doméstico.

Por fim, no Capítulo 8, defendo a sociologia dos afetos enquanto modo de análise de fenômenos como os laços sociais, as redes de sociabilidade virtuais ou não e as redes de ajuda que se formam a partir da religiosidade. As igrejas, nesse sentido, funcionam há mais de um século como espaços de interação, lazer e proteção não somente para as mulheres, mas também para as populações periféricas em geral.

Considero que esta tese não seguirá uma apresentação usual ou linear. Tendo como base o Projeto Mulheres da Paz buscarei problematizar, ao longo dos capítulos os fenômenos ou “instâncias” que permeiam tanto o cotidiano das mulheres da paz quanto os contextos no qual elas estão inseridas. Portanto, à medida que os capítulos vão sendo apresentados, ocorre o aprofundamento e a problematização das diferentes instâncias que permeiam o cotidiano dessas mulheres, excetuando o primeiro capítulo. O esquema a seguir ilustra essa forma de apresentação:

Figura 1. Fluxo de apresentação da Tese



CAPÍTULO 1 - SOBRE O MÉTODO

1.1 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

Diante dos desafios que se apresentaram desde a construção do projeto de pesquisa da tese, e ao longo do desenvolvimento da investigação, percebi que, para uma melhor compreensão da realidade que estava propondo-me a compreender, seria necessário utilizar diferentes referenciais teóricos e metodológicos. Quanto à metodologia de análise, esta abarcou instrumentos de abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa. Meu entendimento é o de que não devemos tentar enquadrar a qualquer preço nosso objeto de pesquisa em teorias e métodos que são largamente utilizados e, talvez, tenham maior valorização na área das Ciências Sociais. Devemos buscar teorias e métodos que respondam de forma mais abrangente a nossas questões norteadoras.

Por isso, ao realizar um apanhado sobre o estado da arte das produções sobre mulheres e gênero na América Latina, e a partir da inserção no campo, observei que as teorias europeias e norte-americanas, amplamente utilizadas no campo dos estudos de gênero, não respondiam a muitas das questões que surgiram ao longo da realização da pesquisa. Desse modo, optei pela utilização de três diferentes referenciais metodológicos que me auxiliaram na construção da pesquisa. Primeiro, o método de triangulação teórico e metodológico proposto por Uwe Flick (2009a). Segundo, a antropologia “às margens do estado”¹ de Veena Das e Deborah Poole (2004), que compreende os territórios e seus atores sociais a partir das variadas formas de atuação e presença do estado, assim como as formas como este opera em suas margens. E, por último, proponho a utilização da abordagem colaborativa, principalmente no que tange ao trabalho empírico e à coleta de dados.

¹ Optou-se pelo uso da terminologia “estado” com letra minúscula quando me referir ao “estado e suas margens” em virtude da sugestão de Veena Das e Deborah Poole (2004) da não reificação dessa categoria e da discussão de seus modos variados de presentificação sob a forma de práticas, discursos, razões e mesmo contradições.

1.2 O MÉTODO DA TRIANGULAÇÃO

Diante desse contexto, e posteriormente à minha participação em um curso realizado pelo professor Uwe Flick nos Estados Unidos, em 2015, optei pela utilização do método de triangulação tanto para o desenvolvimento analítico da investigação quanto para a metodologia de análise e coleta de dados. Segundo Uwe Flick (2015), o método de triangulação tem a capacidade de produzir um excedente de conhecimento sobre determinado objeto a ser estudado, pois a triangulação teórica e metodológica produz conhecimento em diferentes níveis, o que significa que ela vai além do conhecimento gerado por apenas uma abordagem².

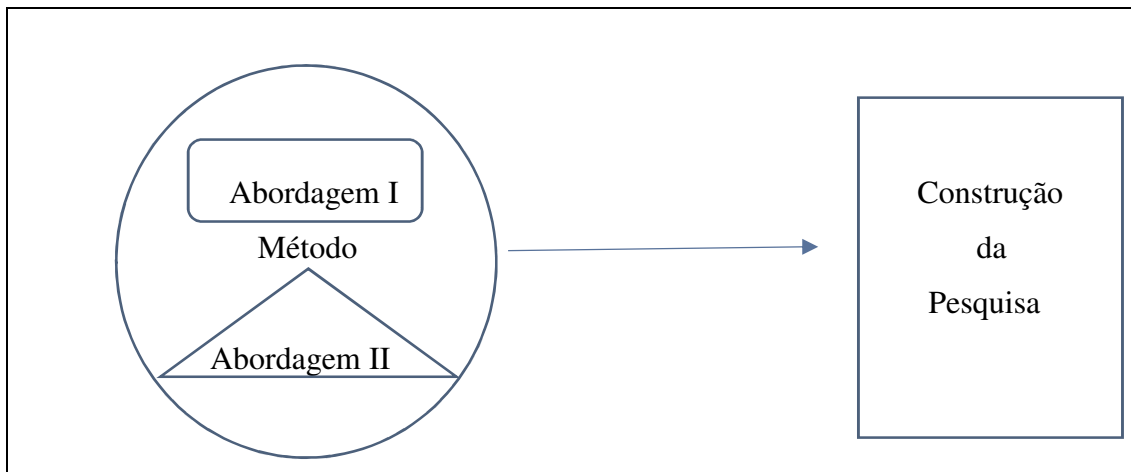
Com isso, partindo da realização do trabalho de campo nas comunidades de Santa Cruz e Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro, e considerando os estudos descoloniais como principal corrente teórica de análise, foi utilizado o método da observação participante de inspiração etnográfica. No entanto, com base na proposta da triangulação metodológica proposta por Uwe Flick, foram utilizadas técnicas pertencentes a métodos quantitativos e qualitativos que abarcaram análise de documentos e dados, observação participante, diário de campo, entrevistas e grupos focais. Os documentos e dados analisados foram fornecidos pelo Ministério da Justiça e pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A pesquisa etnográfica envolveu os espaços pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, os gestores do Programa Mulheres da Paz da cidade do Rio de Janeiro e, como já mencionado, as mulheres das comunidades de Santa Marta e Santa Cruz. As ferramentas utilizadas para análise dos dados quantitativos foram os softwares Excel e Tosmana. Trata-se de ferramentas analíticas bastante completas que me auxiliaram na leitura dos resultados obtidos. Já os dados recolhidos nos grupos focais foram gravados, transcritos e analisados utilizando-se o Programa NVivo Data Analysis. Os dados referentes às entrevistas e observação participante foram registrados em diário de campo e, posteriormente, serviram como base e complementação na análise temática. Houve, ainda, o uso da fotografia que serviu como base para ilustração dos registros etnográficos.

² Sobre o uso da dupla triangulação ver as teses de José Vicente Tavares dos Santos “Matuchos, Le Reve de la Terre (Etude sur le processus de colonisation agricole et les luttes des paysans méridionaux au Brésil (1930-1984) e de Luiz Inácio Germany Gaiger “Culture, religion et praxis socio-politique: la pastorale de libération et le mouvement des sans-terre au Brésil” escritas ainda nos anos 1980.

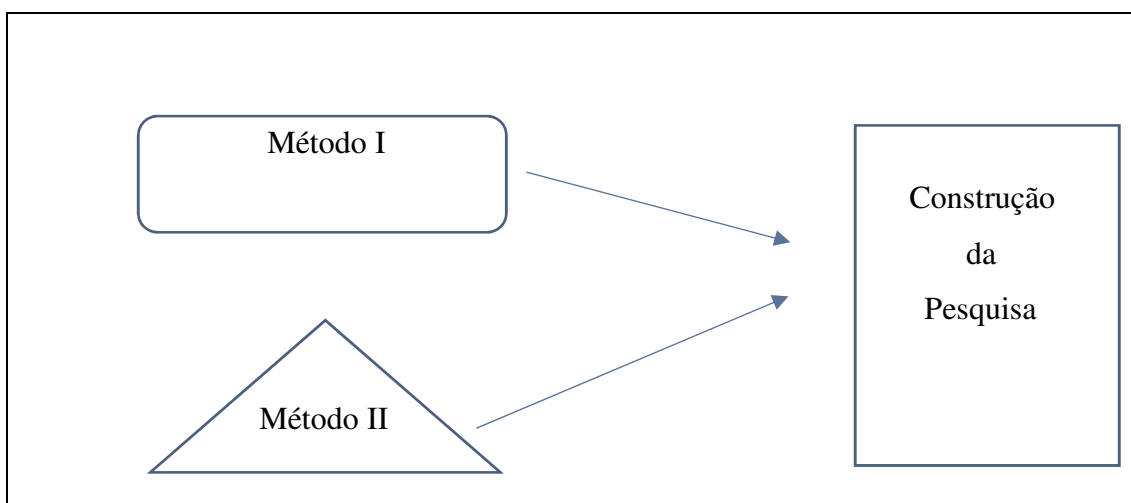
A ideia de triangulação de dados, de pesquisadores, teórica, metodológica ou de método dentro de métodos (DENZIN, 1970), tornou-se fundamental em virtude do desenvolvimento de novas questões de pesquisa que surgiram com os estudos de gênero e das margens, pois “a triangulação supera as limitações de um método único por combinar diversos métodos e dar-lhes igual relevância. Torna-se ainda mais produtiva se diversas abordagens teóricas forem utilizadas ou, ao menos, consideradas” (FLICK, 2009b, p. 32). A triangulação não significa somente a combinação entre diversos métodos qualitativos ou quantitativos. Através dela, o uso de diferentes perspectivas metodológicas que se tornam complementares para a análise de um tema possibilita que as deficiências existentes nos métodos isoladamente sejam superadas.

Figura 2. O método da triangulação



Fonte: Flick, 2015.

Figura 3. Triangulação de métodos



Fonte: Flick, 2015.

A triangulação de métodos e técnicas pode contemplar vários métodos e técnicas dentro de um mesmo método, como, por exemplo, técnicas de pesquisa qualitativa que incluem observação participante e entrevista, ou técnicas utilizadas nos métodos quantitativos de experimento e questionário ou, ainda, técnicas de métodos quantitativos e qualitativos, como o uso de dados e entrevistas. Dessa forma, parte-se da concepção de que “métodos quantitativos e qualitativos devem ser vistos como campos complementares e não rivais” (JICK, 1983, p. 135). Nenhum dos métodos é considerado superior ou mais eficiente do que os outros. A triangulação possibilita que diversos métodos conservem sua autonomia e sejam complementares na busca de respostas que deem conta das questões levantadas a respeito do tema proposto: “quer os métodos sejam ou não utilizados simultaneamente, ou empregados um após o outro, este é um aspecto menos relevante se comparado à noção de serem vistos em igualdade quanto ao papel que desempenham no projeto” (FLICK, 2009b, p. 42).

A triangulação pressupõe quatro preceitos fundamentais:

- 1) justificação e combinação teórica;
- 2) justaposição de perspectivas de investigação em lugar de paradigmas;
- 3) soberania das abordagens;
- 4) combinação de todos os tipos de abordagens.

Pode ser definida, essencialmente, como uma maneira de responder a problemas de pesquisa através do uso de diferentes perspectivas sobre determinado assunto. Essas perspectivas podem ser fundamentadas na utilização de vários métodos e/ou várias abordagens teóricas que devem estar vinculadas; ou seja, ao tratarem de questões suscitadas por elas para a interpretação da realidade, as teorias impelem-nos a utilizar determinados métodos de pesquisa. Por isso, quando temos uma triangulação entre teorias temos também uma triangulação entre métodos. Basicamente, utiliza-se uma combinação de diferentes tipos de dados a partir de diferentes perspectivas teóricas que são aplicadas a esses dados.

O planejamento do uso da triangulação deve sempre atentar para os problemas e as limitações que podem surgir no acesso aos dados. São igualmente relevantes questões éticas em estudos de triangulação, assim como a localização da triangulação no processo de pesquisa e as expectativas de sua utilização. Desse modo, teremos como resultado a confirmação, a complementação ou a contrariedade uns dos outros. No caso da presente pesquisa, os resultados confirmaram as questões norteadoras e os resultados obtidos foram complementares.

1.3 A ANTROPOLOGIA ÀS MARGENS DO ESTADO

Além do processo metodológico descrito, existem questões de ordem epistemológica que direcionaram a metodologia da pesquisa. Concordo com o argumento proposto por Veena Das e Deborah Poole (2004), na introdução do livro *Anthropology in the margins of the state*, quando as autoras defendem que a “antropologia das margens” oferece uma perspectiva específica para se estudar o estado³ com base em suas práticas e relações sociais e de poder concretas e para se analisar as “margens” como constitutivas e necessárias ao estado. Nesse sentido, utiliza-se a “etnografia das margens” como metodologia que privilegia a experiência de seus atores e os mecanismos de poder envolvidos nas especificidades locais, através das quais o estado pode ser capturado e problematizado a partir de seu funcionamento na realidade social.

Essas relações dão frutos a dispositivos (FOUCAULT, 1984) que definem conjuntos heterogêneos de práticas, proposições morais, discursos, instituições, medidas administrativas, leis e enunciados científicos que respondem a certas urgências (AGAMBEN, 2005), as quais inscrevem os dispositivos no tempo e têm como principal característica a efemeridade. Ainda que os dispositivos do estado operem de maneira ininterrupta, levando-nos a pensar na sua ação contínua e planejada, considera-se que o momento histórico nunca se repete e, portanto, a ênfase da antropologia das margens deve estar nas mudanças, ou seja, naquilo que difere. Segundo Veena Das (1999, p. 37), o tempo “não é algo meramente representado, mas um agente que ‘trabalha’ nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas, no embate entre vários autores pela autoria das histórias nas quais coletividades são criadas ou recriadas”.

O estado, portanto, não aparece apenas em sua abstração (ASAD, 2004), mas nas diversas formas como é incorporado por seus agentes no cotidiano. Assim, são dissolvidas as dicotomias de análise social que opõem o estado à sociedade, o público ao privado, o centro às margens, enquanto as questões de pesquisa passam a ser reelaboradas a partir dos sentidos expressos nas práticas e relações sociais concretas.

A proposta de se fazer uma antropologia das margens parte do pressuposto de que a análise de práticas, lugares e línguas marginais é essencial para uma sólida compreensão do estado. Falamos em antropologia das margens do estado como um trabalho que defende a

³ Ver a nota 1 sobre o uso de “estado” com letra minúscula.

importância da etnografia e, nesse sentido, da experiência do cotidiano como fundamental para compreensão da relação do estado – também como um objeto marginal – com as periferias. Parte-se, então, do pressuposto de que o estado não é uma forma burocrática e racional, como diria Weber, nem um território com limites definidos. Em geral, a maioria dos escritos demonstra uma preocupação em trabalhar com tipos ideais de estado moderno e descreve a maneira como ocorrem as práticas estatais na vida cotidiana das margens sem problematização.

Veena Das e Deborah Poole argumentam que “the forms of illegibility, partial belonging, and disorder that seem to inhabit the margins of the state constitute its necessary condition as a theoretical and political object” (2004, p. 6). Como resultado, recusam a ideia de que se pode simplesmente identificar as especificidades regionais e culturais de modo estatal e universal. Por isso, ao fazerem o caminho inverso, elas explicam: “indeterminate character of margins to break open the solidity often attributed to the state” (p. 20).

As margens podem ser, simultaneamente, espaços de exclusão e inclusão, ou seja, se a política define o seu domínio excluindo outros aspectos da vida humana e, por fim, partes da comunidade humana, essa exclusão é, necessariamente, constitutiva da própria política. Em outras palavras, o policiamento do que deve permanecer fora do estado é uma atividade interna ao próprio estado. Giorgio Agamben (2005, p. 18) destaca: “In this sense, the exception is truly, according to its etymological root, taken outside, and not simply excluded”. Para o autor, cabe ao governante decidir sobre a exceção, pois o governante é quem decide o que e quem será afastado do político. Contudo, o que nos leva a definir o estado como um objeto híbrido é seu caráter desinteressado e corrompido, justo e coercitivo, participativo e distante. Essa lógica binária e moderna configura uma teoria da exceção e cria uma zona de indecisão, ou melhor, de subjetividades.

Às margens, as categorias usuais são desfocadas e habitadas por acontecimentos inesperados. Victoria Sanford (2004) e Janet Roitman (2004) utilizam as margens geográficas dos estados (ou suas fronteiras físicas) para entender essa zona de distinção. Sanford (2004) esclarece que a Colômbia, por exemplo, em vez de assumir-se como um estado falido, que perdeu o monopólio da violência, está realmente constituindo-se como um estado à sua margem, através do uso do exército de vigilância e violência sancionado pelo próprio estado, o que inclui a atuação de forças paramilitares. O fato de a violência paramilitar e estatal tornar-se indistinguível torna a resistência menos direta. Recusando qualquer noção simplista de resistência, Sanford argumenta que as comunidades colombianas da paz, criadas como zonas

de não violência e monitoradas pela comunidade internacional de direitos humanos, oferecem a possibilidade de transformação subalterna da soberania e cidadania do estado.

Janet Roitman (2004), por sua vez, esclarece que as relações governamentais estão sendo reconfiguradas: “The dismissed, dispossessed, downsized, and under – or unemployed who have taken to the bush, highways, and borders are making claims to wealth and even the very right to wealth” (p. 197). Embora a lei e os regulamentos do estado sejam prejudicados, a presença e o poder do estado ainda podem ser sentidos. Roitman (2004) explica que a única maneira de entender o paradoxo entre a intensidade crescente das atividades não regulamentadas e a persistente eficácia da infraestrutura estatal é estabelecendo-se uma distinção entre o poder do estado e sua autoridade reguladora. Assim, ainda que o estado não possa regulamentar oficialmente essas atividades ilícitas, ele consegue extrair os frutos da ilegalidade. Diane Nelson (2004) ressalta que, na relação entre estado e cidadão, há um duplo vínculo de exceção no qual as posições dos sujeitos não podem ser fixadas como vítima e perpetrador, visto que o perpetrador também é vítima, e vice-versa. O jogo entre o interior e o exterior é dinâmico e muitas são as ações desenvolvidas para trazer para dentro os excluídos. Fato é que a linha da ilegalidade é extremamente tênue. Vários são os caminhos que asseguram um modo de pertença ou cidadania.⁴

Veena Das (2004) defende que a noção de que as estruturas estatais são transparentes é uma falácia, mostrando como a assinatura do estado (especialmente como aparece em documentos escritos) cria uma atmosfera legal, mesmo diante de condutas ilegais e violentas. Ela ressalta que seria útil ver o estado “as a form of regulation that oscillates between a rational mode and a magical mode of being” (p. 225). A “magia” da assinatura estatal, segundo a autora, advém, em parte, da ilegibilidade de regras e regulamentos do estado, bem como dos sentidos que a “assinatura” adquire nas práticas comunitárias. Nesse caso, um documento que registra a “mentira do estado” em relação ao envolvimento nos tumultos que sucederam o assassinato de Indira Gandhi é, eventualmente, exigido pelas agências de ajuda como prova do *status* de vítima. Veena Das alerta-nos (2004, p. 245):

[...] it is precisely because the documents can be forged and used out of context, and because the bureaucratic-legal processes are not legible even to those responsible for implementing them, that the state can penetrate the life of the community and yet remain elusive.

⁴ Esses pontos, especificamente, serão retomados no capítulo 6.

Diante desse espaço de ilegibilidade que constitui a suspeição que ocupa o espaço entre a lei e sua aplicação nos estados modernos, todos os sistemas incorporam margens de incerteza. As questões que surgem vislumbram entender quais as possibilidades de reconfigurar esse espaço violento e injusto. Qualquer questão de justiça e direitos deve surgir “not from the moral space of innocent victimhood but from the rough-and-tumble of everyday life” (DAS, 2004, p. 251). Fazer uma antropologia das margens torna possível repensar o estado através de seus próprios limites, identificando e descrevendo a estrutura da exceção nas práticas estatais realizadas nas periferias. Contudo, o próprio estado vem a ter uma qualidade emergente, que nunca é definida positivamente, mas que possibilita a criação de locais para as práticas políticas, já que é no processo marginal de “tornar-se” que o trabalho do estado é feito e desfeito.

1.4 A ABORDAGEM COLABORATIVA

Em relação aos grupos de mulheres formados pela implementação de políticas públicas, marcadas por reuniões frequentes, por exemplo, esses grupos passam a dar novos significados à vida dessas mulheres e, por sua vez, apresentam traços que fazem com que se identifiquem como novas tribos⁵. A partir do pensamento descolonial surgiram abordagens colaborativas que passam a propor um tipo de abordagem cooperativa, na qual o trabalho de pesquisa, principalmente no que se refere à coleta de dados, é realizado de maneira cooperativa entre os pesquisadores e os participantes investigados.

Esta é uma das mais importantes abordagens nesse processo que envolve o trabalho com atores sociais de contextos vulneráveis como as periferias urbanas e é um subproduto do pensamento descolonial e colaborativo. Xochitl Levya Solano, Araceli Burguete e Shannon Speed (2008, p. 89) salientam que a metodologia adotada como colaborativa é aquilo que se pensa que possa ser feito em conjunto com instituições, sejam elas acadêmicas ou estatais, no sentido literal do termo. Em resumo, as autoras dizem:

Definiu-se, desde nossa experiência coletiva, a investigação colaborativa ativista como aquela investigação que busca caminhar desde a descolonização, a partir de um conhecimento situado e que permite o trabalho

5 Michel Maffesoli (2014), define tribos como microgrupos que se deslocam, dentro de uma massificação crescente. Segundo ele, “a metáfora da tribo permite dar conta do processo de desindividualização, da saturação da função que lhe é inerente, e da valorização do papel que cada pessoa é chamada a representar dentro dela” (p. 8).

conjunto entre acadêmicos, líderes, organizações e movimentos sociais com base na construção de uma agenda compartilhada sustentada nos princípios de respeito mútuo, confiança, busca do diálogo horizontal e a revalorização dos saberes locais.

A metodologia colaborativa, realizada conjuntamente com as instituições, sejam elas acadêmicas ou de propriedade estatal no sentido literal do termo, são definidas a partir da experiência coletiva e de uma investigação ativista colaborativa que tem por objetivo realizar uma pesquisa que ultrapasse a descolonização com base em conhecimentos compartilhados que se baseiam tanto no diálogo quanto em princípios como respeito, confiança e revalorização do conhecimento local (LEYVA SOLANO; BURGUETE; SPEED, 2008).

Além disso, também podemos exemplificar ações colaborativas como ações realizadas por meio de desenvolvimentos crescentes e industriais delineados pelas economias periféricas através dos processos de descolonização formal na África e na Ásia e das reivindicações de soberania econômica assumidas por vários regimes populistas nacionais na América Latina.

A pesquisa coletiva surge como uma proposta de pesquisa que pretende alinhar tanto o conhecimento acadêmico quanto os atores investigados. Nesse sentido, a pesquisa coletiva deve servir para que a ampla história da luta autônoma seja amplamente conhecida. Todas essas percepções coincidem em um ponto no qual o produto do conhecimento feito em colaboração deve ser útil aos povos. Para isso, torna-se fundamental a existência de um(a) investigador(a) colaborativo(a) alinhado(a) com os grupos nos quais se desenvolvem as pesquisas.

Segundo Solano, Burguete e Speed (2008), o trabalho de investigação colaborativa tornou-se imprescindível devido a três problemas inter-relacionados que encontramos em muitos projetos de investigação:

- 1) o domínio do fardo colonial nas Ciências Sociais e da natureza neocolonial da investigação científica;
- 2) a arrogância acadêmica, produto da “racionalidade indolente” que assume o conhecimento científico como sendo superior ou mais valioso que o produzido pelos atores sociais;
- 3) a política de produção do conhecimento que inclui, de um lado, o interesse e a prática de produzir conhecimento que contribua para transformar condições de opressão, marginalização e exclusão dos pesquisados e, por outro, a elaboração de análises acadêmicas mais ricas e profundas que surgem com base na experiência da pesquisa colaborativa.

Desde meados do século XX, as Ciências Sociais foram questionadas por lutas e movimentos de descolonização que surgiram em todo o mundo. No caso da América Latina,

desde os anos 1950, Frantz Fanon abria caminho para a prática e reflexão descolonial ao falar sobre as diferenças coloniais e tornar visível o que se mantinha até então invisível ou marginal. Dessa maneira, Fanon convidava a olhar de maneira profunda o funcionamento do que ele chamou de “categorias de condenação” como negro, judeu ou muçulmano, no sistema-mundo moderno/colonial (MALDONADO-TORRES, 2016).

Nos anos 1970, foi a vez dos indígenas latino-americanos questionarem as categorias de “objeto”, “sujeito” e “outro” como representações que serviam aos poderes coloniais como produtores do conhecimento que contribuíam para o desenvolvimento da lógica da colonialidade – lógica essa entendida como um modelo específico da modernidade que vincula formação racial com o controle do trabalho, o estado e a produção do conhecimento. Esses questionamentos evidenciam a colonialidade do saber, a natureza da extração e exploração nas pesquisas que retiram informações das comunidades para produzir publicações que beneficiam somente a carreira acadêmica dos pesquisadores sem devolver quase nada às comunidades.

A partir da “Primeira Declaração Mundial de Barbados: Pela Liberdade dos Indígenas em 1971”⁶, surgiram novas propostas metodológicas na tentativa de concretizar a ideia de um trabalho que fosse rigoroso e comprometido em termos éticos e políticos. No Brasil, o primeiro a desenvolver uma proposta nesses parâmetros foi Paulo Freire em 1970. Outros estudiosos que colaboraram com esse processo foram Fals Borda, no âmbito da América Latina e, na academia estadunidense, os teóricos da Cultural Survival (organização fundada por David Maybury-Lewis, de Harvard), além de Nancy Scheper-Hughes (1995) e Davydd Greenwood (1998). O objetivo, segundo Borda (1987), um dos propositores da Investigación Acción Participativa (IAP), era contribuir para um processo de conscientização política das comunidades que pretendia fortalecer a capacidade dos grupos populares, explorados social e economicamente, de tal modo que eles pudessem tornar-se protagonistas nos avanços de suas próprias comunidades e em defesa de seus interesses.

Já em 1999, Linda Tuhiwai Smith diz que precisamos implementar uma metodologia descolonizada que não pretende a colaboração com os não indígenas, mas que proponha a realização da investigação pelos próprios indígenas de seus próprios saberes. Para isso, seria necessário, segundo Boaventura de Souza Santos (2007), implementar ao menos, cinco ecologias (entre elas uma ecologia dos saberes), que permitiriam recuperar a experiência social

⁶ A “Primera Declaración de Barbados: Por la Liberación del Indígena” foi redigida pelos antropólogos que se reuniram em Barbados, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 1971, no Simpósio sobre Fricção Interétnica na América do Sul. O documento foi elaborado após a análise dos informes apresentados acerca da situação dos povos indígenas tribais de vários países da América do Sul.

e cultural desperdiçada pela “razão indolente” do Ocidente e da modernidade, que oculta e mantém à margem muitas das experiências e criatividade que surgem em nosso mundo.

Charles Hale, em 2004, retoma Fals Borda ao argumentar que a investigação descolonizada pode produzir melhores resultados acadêmicos. Hale (2004), assim como Donna Haraway (1988), parte da premissa de que o(a) investigador(a) é um ator social situado, ou seja, posicionado quanto ao seu gênero, à sua cultura e à sua perspectiva política. Cabe salientar que compartilho das definições de Chantal Mouffe (2015) sobre a “política” e o “político”:

Entendo por “político” a dimensão de antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por “política” o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo “político” (p. 8).

Tanto para Hale quanto para mim, tal premissa implica uma sobreposição de objetos políticos, identificação e compromisso na esfera pública, assim como requer independência, pensamento crítico e espaço próprio para o(a) pesquisador(a) no campo acadêmico.

Partindo das críticas feitas por estudos anteriores, tentei explorar novos caminhos que me permitiram trabalhar e sistematizar os saberes das margens como contribuições teóricas e práticas no campo do exercício de governo e da sociedade latino-americana da qual faço parte. Em minhas idas a campo, sempre procurei compatibilizar minhas agendas com as das entrevistadas, de modo que acabamos por construir vínculos após nossos encontros. Objetivamente, pretendo que as participantes da pesquisa tenham contato com os resultados e possam colaborar com estes em uma futura publicação. Ainda, é crucial valorizar a contrapartida das mulheres que colaboraram com a pesquisa como detentoras de conhecimentos e saberes que têm o mesmo valor que o conhecimento acadêmico.

O conhecimento resultante da colaboração deve ser útil para o povo; algo que é óbvio para muitos, porém irrelevante e desnecessário para outros tantos. Devido a algumas tensões que se criaram ao longo da investigação e que são concernentes a qualquer trabalho de campo, mais de uma vez foi preciso modificar as estratégias para a realização da pesquisa. A investigação colaborativa apresenta duplo sentido: o vínculo com aqueles que nos antecederam e que desde a década de 1950 vêm tentando descolonizar as Ciências Sociais e a especificidade diante de outras tentativas de uma investigação descolonizada.

Além disso, o papel dos intelectuais no processo de percepção que o colonizado tem de si mesmo, incluindo a própria percepção dos intelectuais de si mesmos como seres colonizados, é essencial. Contudo, é necessário descolonizar não só a forma de produção do conhecimento

nas universidades, como também a prática na sala de aula e a adoção do conhecimento que será trabalhado no processo educacional e no processo de produção científica.

O papel do pesquisador social é fundamental para que possamos avançar em um processo de justiça social, mas sem deixar de prestar atenção a uma vigilância epistemológica que deve permear constantemente o trabalho que fazemos, seja em sala de aula, em nossa pesquisa ou nos dias atuais. Ainda assim, é necessário descolonizar o modo como produzimos conhecimento nas universidades e como trabalhamos com as organizações sociais e a sociedade em geral, refletindo até que ponto somos intelectuais orgânicos.

Para isso, o primeiro a fazer é reconhecer e rejeitar abertamente os valores hegemônicos e a “racionalidade indolente” das Ciências Sociais. É igualmente importante reconhecer e rechaçar o fardo (neo)colonial, ou seja, a colonialidade do poder, do ser⁷ e do saber. Diante da colonialidade do saber, é importante perceber que o conhecimento não é algo que está fora de nós, mas sim aquilo que vive e que se reproduz em nossas práticas institucionais e pessoais. Adquirimos conhecimento a partir de nossas experiências; logo, todo conhecimento é válido.

As pessoas detêm diferentes tipos de conhecimentos, havendo várias maneiras de se obter conhecimento sobre determinada realidade. Portanto, cada ciência estabelece métodos e técnicas para poder conhecer o que, muitas vezes, não foi adquirido pela experiência. Contudo, deve-se considerar que quem a viveu provavelmente tenha um conhecimento mais aprofundado sobre essa experiência. Todos nós temos percepções diferentes com relação às nossas experiências. Quando se propõe a experiência do trabalho colaborativo, parte-se do pressuposto de que nenhum conhecimento é melhor do que o outro e de que é possível implementar práticas que desafiam as ideias dominantes nas Ciências Sociais e que servem como base das lógicas de poder das sociedades que queremos mudar.

A colonialidade do poder é entendida como um padrão de poder moderno que vincula a raça, o controle do trabalho, o estado e a produção do conhecimento (colonialidade do saber) na história das Américas e do Caribe. Segundo Aníbal Quijano (2002), a colonialidade do poder refere-se ao modo como está estruturado em relações de dominação, exploração e de conflito entre atores sociais que disputam o controle dos quatro âmbitos básicos da existência humana: 1) sexo, 2) trabalho, 3) autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, 4) seus recursos e produtos. O poder capitalista, eurocentrado e globalizado está organizado, distintivamente,

⁷ O surgimento do conceito “colonialidade do ser” responde à necessidade de elucidar a pergunta sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não só na mente dos sujeitos subalternos (MALDONADO-TORRES, 2016).

em torno de dois eixos: na colonialidade do poder e na modernidade. Esses eixos ordenam as disputas pelo controle de cada uma das áreas da existência, de tal maneira que o significado e as formas de dominação em cada área estão totalmente imbuídos pela colonialidade do poder e pela modernidade.

Por isso, Aníbal Quijano (2000) defende que as lutas pelo controle do “acesso sexual, seus recursos e produtos” definem o âmbito do sexo/gênero e estão organizadas pelos eixos da colonialidade e da modernidade. Para María Lugones (2008), é preciso entender que os traços historicamente específicos da organização do gênero no sistema moderno/colonial de gênero são centrais para uma compreensão da diferente organização do gênero em termos sociais. A colonialidade do poder introduz a classificação social e universal básica da população do planeta em termos da ideia de raça (QUIJANO, 2002). A invenção da raça reposiciona as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas através da dominação. Ao constituir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da existência social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais, como “América” e “Europa” entre as novas identidades geoculturais, e “europeu”, “índio” ou “africano” como identidades raciais.

Essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial” (QUIJANO, 2002, p. 1). Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta sobre toda a população do planeta. Desde então, tem permeado todas e cada uma das áreas da existência social, construindo a forma mais efetiva da dominação social tanto material como intersubjetiva. Portanto, colonialidade não se refere somente à classificação racial. É um fenômeno de um dos eixos de poder que permeiam todo o controle do acesso sexual, da autoridade coletiva, do trabalho, da subjetividade/intersubjetividade e da produção do conhecimento no interior das relações intersubjetivas.

As premissas metodológicas que fundamentaram esse trabalho, aqui apresentadas, nortearam toda a realização da pesquisa. Construí os próximos capítulos a partir dessas premissas, tendo realizado um caminho que não é tão usual na produção das Ciências Sociais, porém que respondeu de maneira satisfatória às questões que orientaram a pesquisa.

CAPÍTULO 2 - POLÍCIA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: É POSSÍVEL UMA NOVA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA?

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS DE PAZ

No Brasil, o Rio de Janeiro é o pioneiro e tem executado vários projetos-piloto desde a redemocratização através de propostas que alinhem os temas da segurança e da paz. Empiricamente, a cidade do Rio de Janeiro apresenta características específicas de

desenvolvimento urbano. Contudo, no mesmo período, desenvolveram-se outras propostas no país, em outras regiões que enfrentam os mesmos problemas que a capital fluminense. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os projetos implantados tinham como proposta a democratização das polícias, o policiamento comunitário⁸, o desenvolvimento dos conselhos participativos, o investimento e a resolução de problemas estruturais nas periferias, entre outros. Em síntese, o objetivo era a diminuição da desigualdade e a desmilitarização das polícias.

No Rio de Janeiro, porém, desde 1999 a cidade já era palco da proposta de uma nova política de segurança pública, implementada pelo então governador Anthony Garotinho. O objetivo era a modernização das delegacias, o treinamento e aumento da força policial e o combate à corrupção, política essa que tinha como um de seus pilares o projeto Mutirão pela Paz. Encabeçada pelo antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares, a plataforma para a segurança pública:

Tinha por princípio que era possível e necessário executar uma política de segurança que conjugasse eficiência policial e respeito aos direitos humanos, contrapondo-os às políticas anteriores do governo do estado, quando os índices de criminalidade eram bastante altos e eram acompanhados de muitas denúncias de violência e corrupção policial. (ROCHA, 2013, p. 58)

O projeto Mutirão pela Paz desempenhava um importante papel na plataforma, tendo como objetivo:

Articular os programas sociais do estado, da prefeitura e de entidades civis, combinando iniciativas de segurança pública. O objetivo central da proposta era criar condições de enfrentamento do tráfico a partir de uma lógica diferenciada do que havia sido até então vigente que, segundo o governo, estimulava a ação policial violenta. (MIRANDA; MAGALHÃES, 2000, p. 55)

O programa tinha como característica uma proposta que combinava a presença de uma polícia que respeitasse a lei, os direitos humanos e a intervenção social, ao mesmo tempo em que atenderia às demandas populares e ao investimento governamental em infraestrutura. A intervenção social das favelas deveria atender “às principais demandas da sociedade local, através da mobilização de diversas secretarias de estado, além de contribuições de entidades da sociedade civil” (SOARES, 2000, p. 83), aliada a uma presença policial constante e não apenas momentânea, como nas operações policiais corriqueiras.

⁸ Policiamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que promove uma nova parceria entre o povo e a sua polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade precisam trabalhar juntas, como parceiras iguais, para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crime, drogas, sensação de insegurança, desordens sociais e físicas e enfrentar a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na comunidade (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1990).

O combate à violência envolveria o combate ao tráfico de armas e o desenvolvimento de políticas públicas e projetos sociais nas favelas que seriam voltados à integração da juventude pobre à sociedade.⁹ Todavia, o projeto Mutirão pela Paz não vingou como esperado, tendo sido derrotado por diferentes dificuldades. Além disso, Luiz Eduardo Soares foi demitido em março de 2000, após ter denunciado ao Ministério Público a chamada “banda podre” que era formada por um grupo de policiais corruptos e criminosos.

Após alguns anos, surgiu, então, o projeto Mulheres da Paz, uma das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado em 2007 pelo governo federal. Inicialmente, objetivava que a segurança pública fosse uma questão transversal, a qual demandaria intervenções de várias áreas do poder público, de maneira integrada, não apenas com repressão, mas também com prevenção. Sua implementação ocorreu pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios e, em tese, com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnico-financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.

Em 2011, todos os princípios e diretrizes introduzidos pelo Pronasci na área da segurança pública passaram a ser orientadores da política nacional conduzida pelo governo federal. Isso significa que o conceito do Pronasci deixou de ser restrito a um dos programas da União e passou a direcionar todas as ações realizadas.

O Pronasci, de acordo com sua norma legal¹⁰, instituiu quatro projetos para compor o elenco de ações do programa:

- 1) Reservista Cidadão;
- 2) Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo)¹¹;
- 3) Mulheres da Paz;

⁹ Jovens pela Paz foi um programa criado em 2000 que fazia parte das políticas públicas para o combate à violência. Seu objetivo era oferecer atividades de cultura e esportes aos moradores de áreas de risco. Os jovens participantes eram capacitados como instrutores e agentes sociais e atuavam em seus locais de moradia, além de receberem uma bolsa-auxílio. Até 2006, o programa atendeu cerca de dez mil jovens, entre 16 e 24 anos, de 400 localidades populares do estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ BRASIL. Lei n° 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e dá outras providências.

BRASIL, Decreto n° 6.490, de 19 de junho de 2008. Regulamenta os arts. 8º-D e 8º-E da Lei n° 11.530, de 24 de outubro de 2007, e revoga o Decreto n° 6.390, de 08 de março de 2008.

BRASIL. Lei n° 11.707, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei n° 11.530, de 24 de outubro de 2007.

¹¹ O Protejo Proteção de jovens em território vulnerável (Protejo) foi instituído pelo governo federal do Brasil no ano de 2008 e integrava as ações do Pronasci. Destinado a jovens de 15 a 24 anos egressos do sistema prisional, em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas, em situação de rua ou vítimas da criminalidade, prioriza a formação sociocultural e cidadã, bem como a qualificação para o trabalho, visando à pacificação social e ao fortalecimento da cidadania.

4) Bolsa Formação.

Se atentarmos ao objetivo do Jovens pela Paz, anteriormente executado no estado do Rio de Janeiro, perceberemos que, de início, o Mulheres da Paz tinha um objetivo muito próximo, só que era destinado às mulheres. Teoricamente, o Mulheres da Paz deveria ser um apêndice ao Protejo, que não era destinado a elas, pois essas mulheres atuavam junto aos jovens de suas comunidades em situação vulnerável, ou seja, deveriam estar a serviço de alguém.

Contudo, na prática, como o Mulheres da Paz ocorria antes do início da execução do Protejo, as mulheres acabavam tendo uma atuação muito mais relacionada às suas práticas cotidianas do que junto aos jovens. Esta tese, portanto, está relacionada à atuação das mulheres junto às suas demandas, e não como atores sociais que trabalhem no combate à violência estrutural buscando a paz, como pretende o objetivo central do projeto. O Pronasci trabalhava com o estabelecimento dos chamados Territórios de Paz e, no caso do Rio de Janeiro, ocorreu em muitas comunidades onde havia Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), locais que seriam zonas de violência mais conflagradas. No Rio de Janeiro, todavia, o projeto também foi executado em territórios comandados por milícias.¹²

O Mulheres da Paz tinha como objetivos iniciais incentivar mulheres, por meio de transferência direta, à construção e ao fortalecimento das redes sociais de prevenção e enfrentamento que envolvem jovens expostos à violência, assim como formar e fortalecer lideranças comunitárias que se tornaram multiplicadoras de informações. O projeto foi proposto como política nacional, cabendo aos municípios a execução dos projetos e o gerenciamento dos recursos.

Até 2014, após posicionamento da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM)¹³ sobre os objetivos do Mulheres da Paz, o projeto passou a ter um caráter diferente, tendo como objetivo a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para que se constituíssem, institucionalmente, como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas por elas e para elas, com base no empoderamento

¹² A origem da “milícia” é controversa, mas liga-se, em particular, a uma narrativa quase mitológica, focada em justiceiros locais, como é o caso de Rio das Pedras, maior favela da Zona Oeste da cidade. Segundo relatos de moradores, a então “Mineira” começou com o agrupamento em torno de um açougueiro que, revoltado com os constantes assaltos ao seu estabelecimento, resolveu organizar um grupo para garantir a segurança na comunidade. Esse grupo, que matava ou espancava os assaltantes, com o tempo passou a atuar de maneira profissional, expandindo suas atividades, a partir do poder adquirido, para o setor imobiliário (SOUZA; SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008, p. 18).

¹³ A primeira vinculação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi junto ao Ministério da Justiça, no ano de 2003.

feminino, além de construir e fortalecer redes de prevenção da violência doméstica e de enfrentamento às violências que marcam a realidade local que envolve jovens e mulheres. As integrantes do projeto são mulheres da própria comunidade, capacitadas em temas como gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências, fatores de risco e protetivos e prevenção à drogadição, para agirem como multiplicadoras do programa; porém, ainda permaneciam tendo como principal incumbência prevenir a violência juvenil e o envolvimento dos jovens com as drogas, bem como a violência de gênero.

Ao todo, desde 2008, foram celebrados mais de 50 convênios entre a União, os estados e os municípios. O número de mulheres beneficiadas girou em torno de 17 mil. Foram investidos aproximadamente R\$ 79 milhões entre 2008 e 2012. Em 2014, houve o lançamento de mais um edital de R\$ 12 milhões; porém, até fevereiro de 2018, os projetos aprovados ainda não começaram a ser executados em virtude da falta de repasse do valor pela União.

Para participar do projeto, a interessada deveria preencher os seguintes requisitos: ter idade mínima de 18 anos completos; ter renda familiar de até dois salários mínimos; comprovar capacidade de leitura e escrita; residir em área que constituísse foco territorial do Pronasci; ter disponibilidade de 12 horas semanais para efetuar trabalho comunitário. Em contrapartida, as mulheres da paz deveriam realizar trabalho comunitário, frequentar os cursos de capacitação e comparecer às reuniões com a equipe multidisciplinar que, geralmente, incluía psicólogos, assistentes sociais e advogados. As atividades realizadas por elas variavam em virtude da localidade e da exigência da coordenação local:

Muitos fatores influenciavam o desempenho das mulheres: o engajamento e capacidade das equipes territoriais e das próprias beneficiárias para mobilizar redes e parcerias, idiossincrasias pessoais (carisma, capacidade de liderança), capital social prévio, grau de receptividade da comunidade, relação com poderes locais (tráfico de drogas, polícia), oferta local de serviços e equipamentos, condições de segurança, condições materiais de trabalho (espaços físicos, materiais de divulgação), entre outros. (SORJ, 2016, p. 117)

As coordenações locais tinham liberdade tanto para definir quais profissionais comporiam as equipes multidisciplinares quanto para decidir quais seriam as atividades realizadas pelas mulheres e como essas seriam avaliadas para renovação mensal do benefício. O papel das mulheres da paz, na maioria dos casos, era atuar como multiplicadoras de informações sobre o acesso a direitos básicos. Também cabia às coordenações locais organizar os lugares onde as equipes multidisciplinares ficariam (sempre nas comunidades) e os centros de informática que seriam disponibilizados para o uso das mulheres da paz. A contratação das equipes locais ocorria, normalmente, por meio de organizações não governamentais (ONGs),

enquanto a coordenação geral do projeto deveria sempre ficar a cargo de um profissional vinculado ao estado.

As mulheres recebiam também camisetas e bonés com logotipos do programa no intuito de criar uma identidade própria e de que elas fossem facilmente reconhecidas pela comunidade: “Tratava-se de um bem valorizado pelo poder simbólico e prático que conferia distinção, respeito, reconhecimento e facilidade na circulação pela comunidade e na abordagem dos jovens, de policiais e autoridades públicas” (SORJ, 2016, p. 116). A utilização do “uniforme” do programa constitui-se, também, como uma forma de tentar subverter um pensamento inicial gerado nas comunidades de que as mulheres atuariam como “deduradoras” dos jovens que estariam envolvidos com o tráfico. Contudo, durante e após a execução do projeto, a identificação das mulheres da paz com o projeto foi tão grande que, mesmo depois de muito tempo após o término do programa, elas continuavam sendo reconhecidas em suas comunidades como integrantes do projeto. Quando este se encerrava, elas diziam: “Vocês estão tirando um programa que é nosso”. Isso despertava em outras mulheres da comunidade o desejo de participar de uma nova edição do programa.

A proposta do projeto incluía, ainda, a pauta da resolução de conflitos através da mediação, tendo em vista o entendimento de que as residentes da comunidade são especialistas nos problemas cotidianos e na realidade em que ocorrem esses problemas. Portanto, elas têm o conhecimento relevante necessário para a sua resolução, apesar de ser mencionado no relato das mulheres que o treinamento recebido para atuarem na “mediação de conflitos” demonstrava-se insuficiente. Também relatavam que precisavam recorrer a outros aprendizados, como os que haviam obtido nas igrejas, para conseguirem lidar com os jovens. O programa em si durava em torno de dois anos, sendo que o primeiro era destinado à capacitação, que englobava a formatura do curso de formação, e o segundo, à atuação. Porém, tanto as mulheres quanto os gestores consideravam que o período não era suficiente para que fosse possível obter grandes êxitos como política pública. Na ótica do governo federal, o período de dois anos era suficiente, dado que após esse período outras turmas de mulheres poderiam participar, assim como outros territórios, possibilitando um maior alcance do programa.

Geralmente, a ocasião de lançamento do Territórios de Paz, um dos chamados programas “guarda-chuva” do Pronasci, contava com a participação do Presidente. Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Porto Alegre para o lançamento do programa em 2010, na Vila Bom Jesus. No dia anterior ao evento, em uma clara tentativa de avisar quem “mandava” no território,

um homem foi morto e teve seu corpo jogado no local onde o evento ocorreria no dia seguinte. Anteriormente, em 2008, no Complexo do Alemão, ocorreu o lançamento do Territórios de Paz e, em conjunto, um ato relacionado ao Dia Nacional dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher. Na ocasião, o então Presidente Luiz Inácio saudou as mulheres da paz com um discurso que seria recorrente em outros eventos relacionados ao programa:

Portanto, eu queria dizer para cada mulher, mães do Mulheres da Paz, queria dizer que cada jovem, que prestem atenção, porque vocês vão passar para a história como pessoas que ensinaram o Poder Público, que ensinaram o prefeito, o governador, o presidente da República, o delegado de polícia, que quem sabe cuidar corretamente do chão em que vocês moram são vocês. Nós apenas precisamos criar as condições para que vocês possam ser a luz que este país precisa para melhorar a vida do povo pobre deste país. (BRASIL, 2008)

O objetivo era o empoderamento da comunidade para a promoção de condições viáveis ao desenvolvimento social local, aliado ao encorajamento ao diálogo comunitário, permitindo ações preventivas ao conflito, com uma maior atuação e inserção dos moradores dessa comunidade, com vistas a promover situações de segurança coletiva, valorização da autonomia e oportunidade de autodesenvolvimento.

Na cidade do Rio de Janeiro, o Pronasci começou a ser executado inicialmente em 2009 pelo governo do estado, juntamente com a implantação das UPPs. A ideia era de que a cidade do Rio de Janeiro serviria como um projeto-piloto que seria implantando posteriormente em todo o país. Na época, eu já trabalhava na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana do município de Porto Alegre e acompanhei esse processo a distância. Sabe-se que o objetivo de implantar as UPPs em outras partes do país foi deixado de lado em virtude de todas as tensões existentes entre os moradores e as polícias.

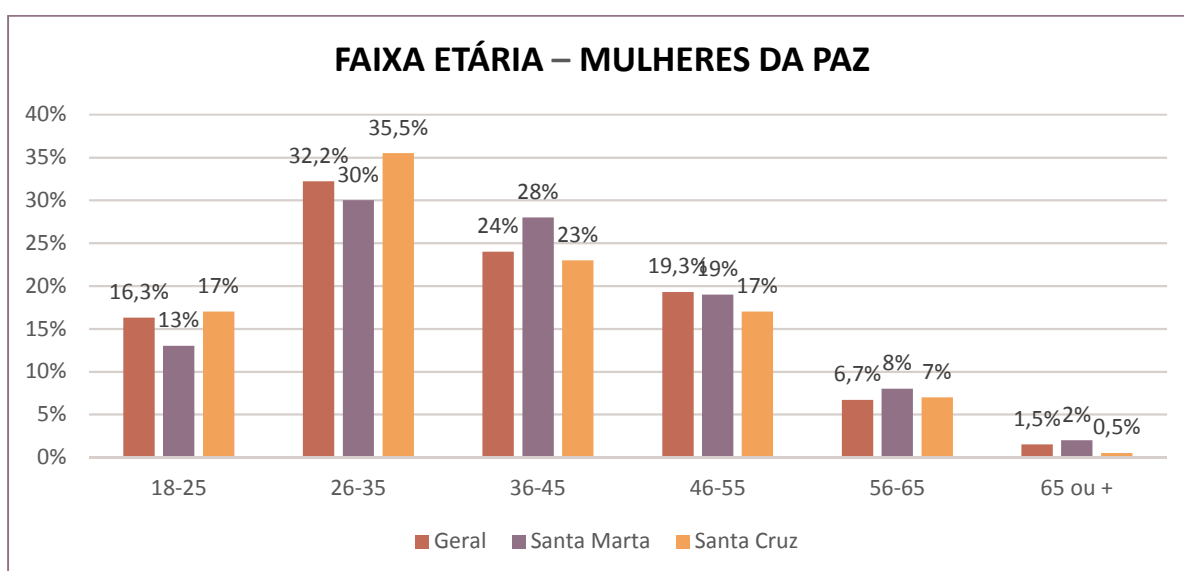
É preciso dizer ainda que, ao longo da execução do programa, ocorreram muitas desistências. Estas se davam por diferentes razões: algumas mulheres passaram a trabalhar, enquanto outras alegavam a necessidade de cuidado com os filhos ou por motivo de gravidez. Além disso, os problemas ocorridos com a Caixa Econômica Federal e o atraso no pagamento dos benefícios e auxílios-deslocamento também se configuraram como motivos de desistência de muitas mulheres.

2.2 AS MULHERES DA PAZ DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A partir dos dados coletados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade de capítulo 3o Rio de Janeiro, foi possível caracterizar minimamente as condições demográficas das mulheres da paz. Os dados aqui apresentados foram elaborados com base nas características de 1.250 mulheres que participaram do projeto entre os anos de 2011 e 2013 e abrangem, ao todo, sete comunidades: 200 mulheres de Santa Cruz (Zona Oeste), 100 do Santa Marta (Zona Sul), 170 da Cidade de Deus (Zona Oeste), 220 da Penha (Zona Norte), 150 da Vila Kennedy (Zona Oeste), 210 em Senador Camará (Zona Oeste) e 200 em Acari (Zona Norte). Cabe lembrar que aqui serão apresentados dados gerais de todas as mulheres da paz da cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, das comunidades de Santa Marta e Santa Cruz, salientando os dados e estudos referentes às mulheres negras e pardas que constituíram, especificamente, o meu universo empírico de coleta de dados qualitativos.

Partindo-se da análise da faixa etária das participantes, que vai dos 18 aos 83 anos, percebe-se que há uma maior concentração daquelas entre 26 e 35 anos (32%), ainda que exista um percentual considerável entre as mais jovens (19%), isto é, de 18 a 25 anos.

Gráfico 1. Mulheres da paz distribuídas conforme a faixa etária

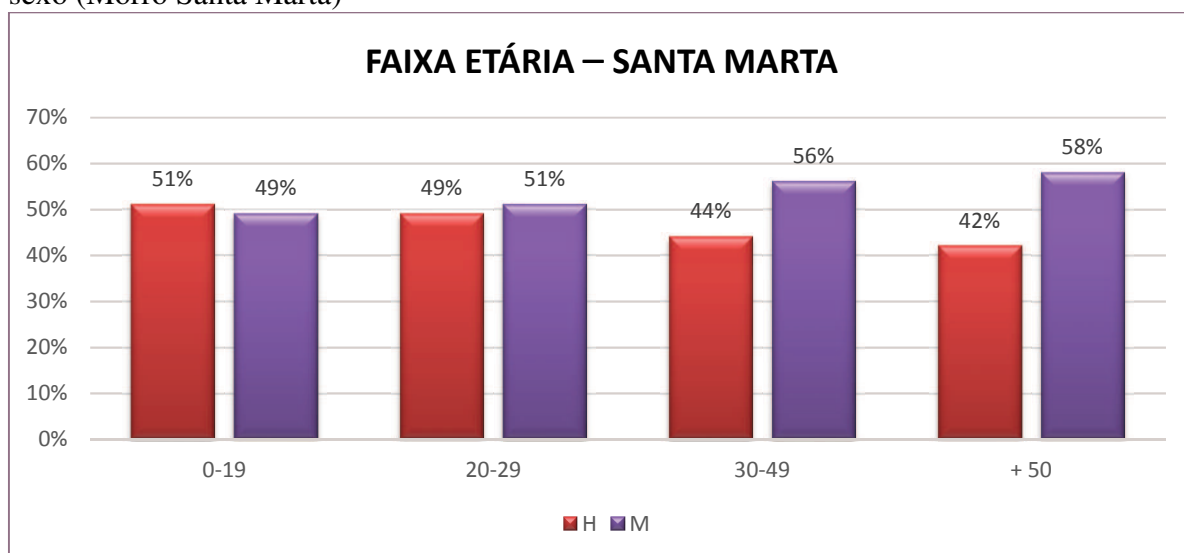


Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2015).

O percentual referente à faixa etária entre 18 e 25 anos chama a atenção por dois motivos: primeiro, pelo fato de as jovens, em geral, serem vistas como avessas à participação no espaço público; segundo, pelo fato de que o interesse em participar do projeto ocorra em virtude de o grande índice da população dessa faixa etária estar desempregada e não ter oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

O Gráfico 2 apresenta um dado interessante. Na comunidade do Morro Santa Marta, os homens são maior parte da população somente entre 0 e 19 anos. Nas demais faixas etárias, as mulheres são maioria, principalmente a partir dos 30 anos. Em Santa Cruz, também em 2015, o número de nascimentos de homens (50,3%) foi superior ao de mulheres (49,7%). Isso nos leva a constatar que os moradores homens morrem mais e antes dos 30 anos nesses territórios.

Gráfico 2. Pessoas residentes em domicílios particulares e coletivos por grupos de idade e por sexo (Morro Santa Marta)

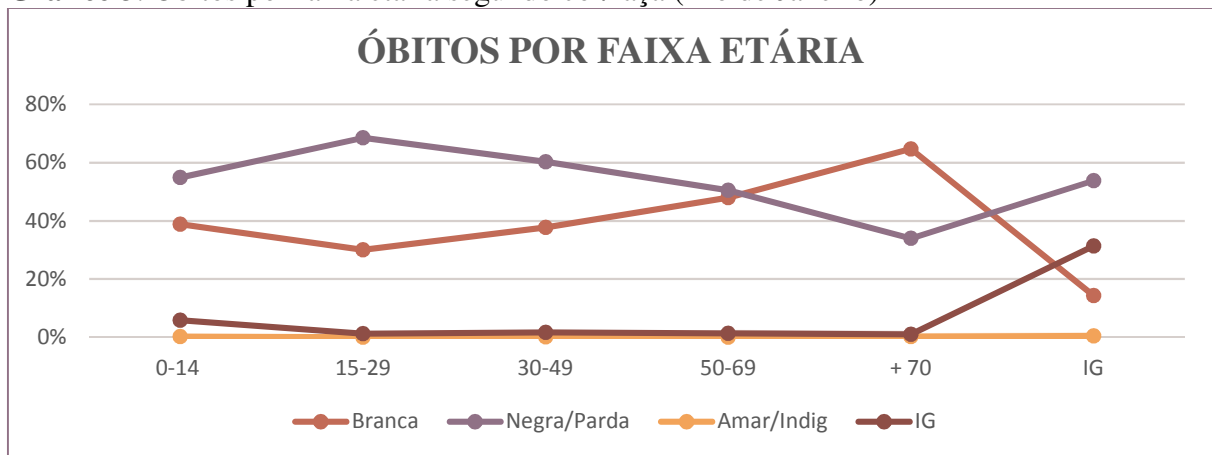


Fonte: Instituto Pereira Passos (2010) e IBGE (2010).

Conforme dados do Ministério da Saúde, entre os óbitos ocorridos com pessoas de 0 e 14 anos, morreram mais pessoas negras e pardas do que brancas, 55% e 39%, respectivamente. Na

faixa entre 15 e 29 anos, enquanto o índice de óbitos de pessoas brancas cai para 30,1%, ele mais que dobra entre os negros e pardos, chegando a 68,5%. A diferença permanece grande ainda na faixa dos 30 aos 49 anos, com negros e pardos tendo 60,3% dos óbitos, sendo que o quadro se inverte ao chegarmos na faixa dos 70 anos, quando os brancos representam 65% dos óbitos, enquanto 34% das mortes ficam entre negros e pardos. O gráfico abaixo traz os dados referentes aos números de óbitos no Rio de Janeiro em 2015:

Gráfico 3. Óbitos por faixa etária segundo cor/raça (Rio de Janeiro)



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM/Ministério da Saúde (2016).

* IG corresponde a Ignorado

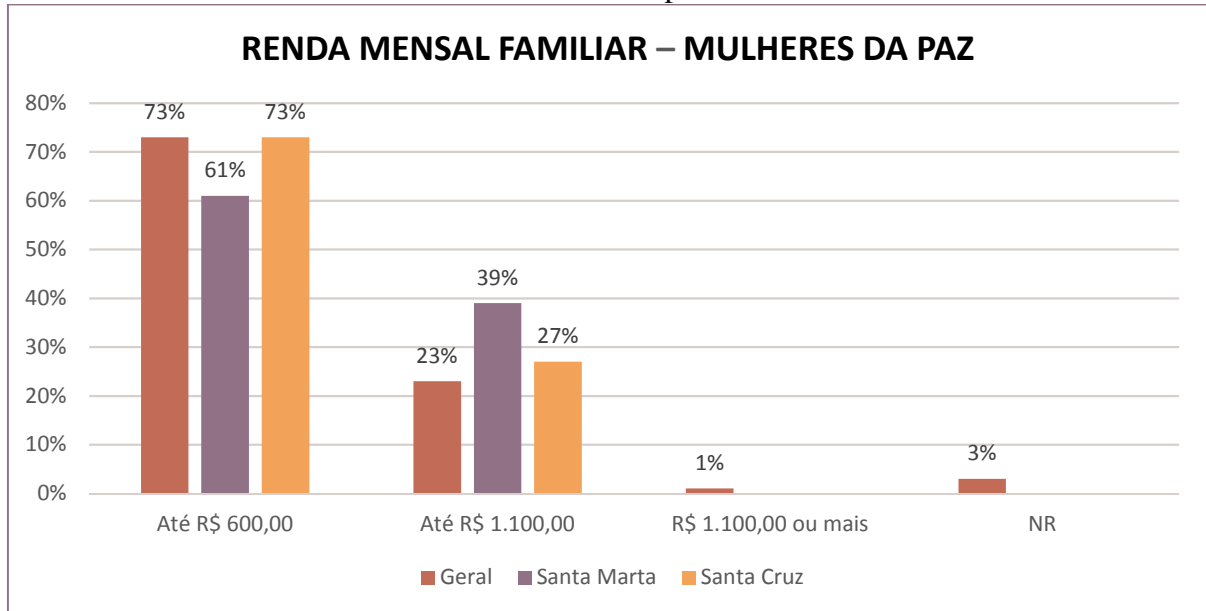
Ainda sobre a mortalidade de negros no Brasil, quando relaciona-se o número de óbitos e escolaridade, os negros representam 10% das mortes, enquanto os pardos (48%) sem escolaridade morrem mais que os brancos (38%).

Em campo, dialoguei, na maior parte das vezes, com mulheres chefes de famílias consideravelmente numerosas (três a quatro filhos), cujas rendas poderíamos reunir em dois agrupamentos principais: 73% com ganhos familiares mensais de até R\$ 600,00¹⁴ e 23% com ganhos acima de R\$ 600,00 até R\$ 1.100,00. Embora em quantidade pouco expressiva, havia um segmento com rendimento familiar maior que R\$ 1.100,00 (1%). Estudo feito pelo IBGE em 2011 revelou que “16,2 milhões de brasileiros, o equivalente a 8,5% da população do país, vivem em situação de extrema pobreza, com uma renda *per capita* de até R\$ 70,00 por mês, ou pouco mais de R\$ 2,00 por dia. Desse total 70,8% são negras e negros, e 50,9% têm, no máximo, 19 anos de idade” (Silva, 2013, p.248). Dados publicados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2011 ressaltam que 35,7% das mulheres

¹⁴ Considera-se o valor de R\$ 600,00 conforme o salário mínimo da época de R\$ 678,00.

negras brasileiras tinham renda familiar *per capita* até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, enquanto 33,7% tinham renda familiar *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

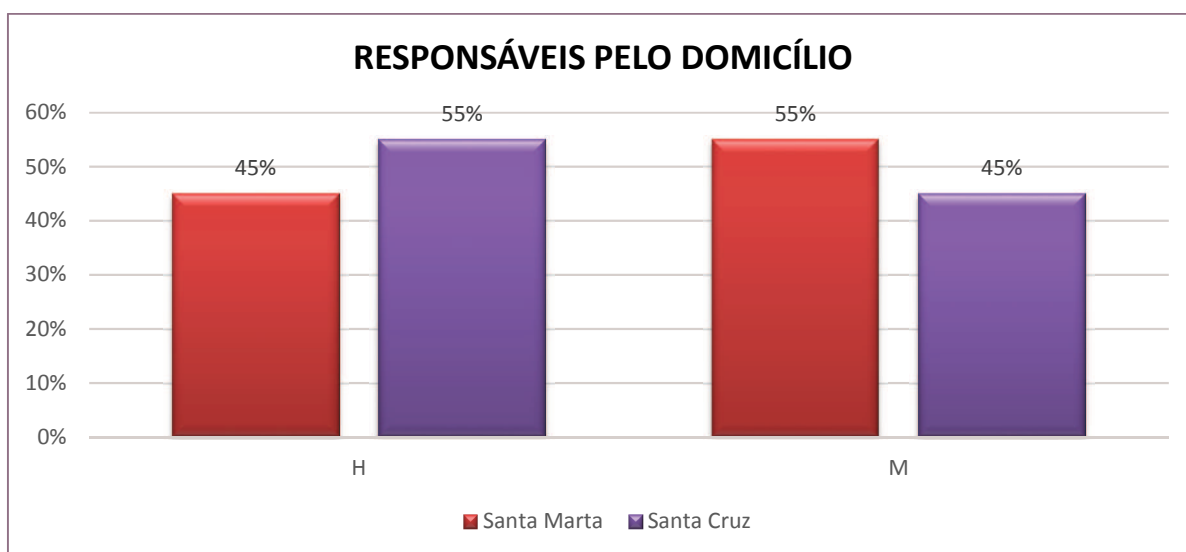
Gráfico 4. Renda familiar mensal das mulheres da paz



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2015).

De acordo com o Censo de 2010, das 2.144.445 milhões de unidades domésticas existentes na cidade do Rio de Janeiro, 53% eram chefiadas por homens e 47% por mulheres. Nesse segundo grupo, 75% das unidades tinham como únicas responsáveis as mulheres. Vale lembrar que 19,4% das famílias da cidade são de mulheres com filhos, percentual muito maior que o de famílias de homens com filhos, que é de apenas 2,7%. Os dados sobre responsável pelo domicílio no Morro Santa Marta e em Santa Cruz são apresentados a seguir no Gráfico 4.

Gráfico 5. Responsáveis pelo domicílio por sexo



Fonte: Instituto Pereira Passos (2010).

Os dados referentes aos responsáveis pelos domicílios por sexo no Morro Santa Marta (55% por mulheres e 45% por homens) são inversamente proporcionais aos dados de Santa Cruz; ou seja, neste caso a maior parte dos domicílios na favela é de responsabilidade das mulheres, enquanto no subúrbio o maior índice está com os homens.¹⁵

A figura da família ampliada é reforçada pelo dado de que 30,9% das famílias são de mulheres com filhos e outros parentes, ao passo que para os homens com filhos e outros parentes esse percentual cai para somente 4%. Cabe ressaltar que tanto o fenômeno da presença das mulheres no mercado de trabalho quanto o das famílias chefiadas por mulheres não são novos na sociedade brasileira. A questão é que, até a ampliação de sua ocorrência nos estratos médios, esses eram fenômenos invisibilizados.

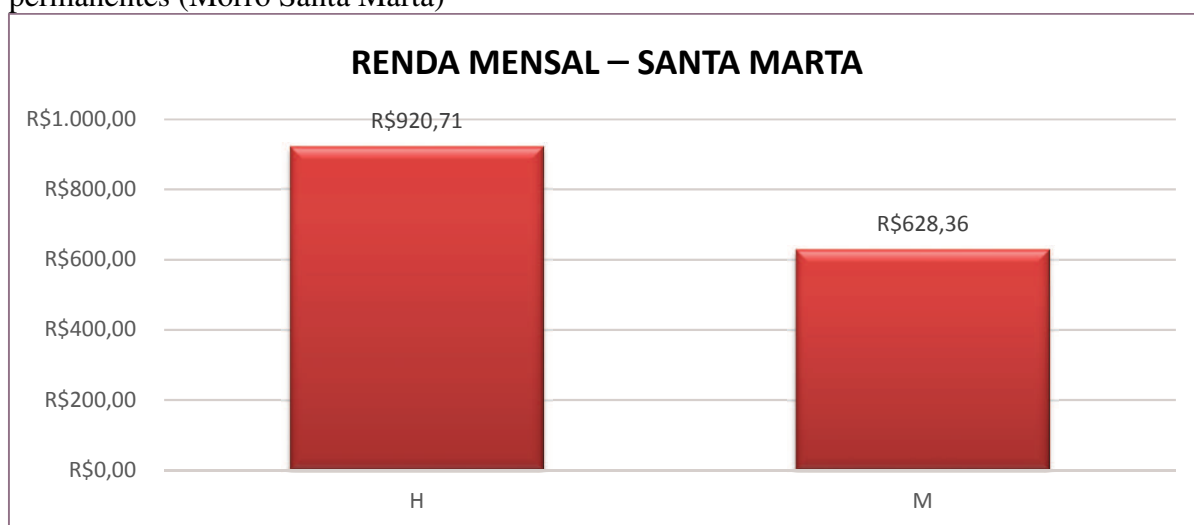
Segundo Maria Luiza Carvalho (1998a), o crescimento do estrato de mulheres chefes de família nas camadas médias, em que sempre predominou o modelo de família conjugal nuclear com chefia masculina, fez com que esse “modelo substantivo” entrasse em choque com a representação dominante. Além disso, a ampliação do fenômeno entre as classes populares, particularmente nas camadas mais pobres, fez aumentar o número de pessoas desprotegidas e em situação de miserabilidade (GOLDANI, 1993), evidenciando a ineficiência da intervenção

¹⁵ Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina. Juarez Lopes e Andréa Gottschalk (1990) demonstram que as famílias chefiadas por mulheres estão em uma situação estruturalmente mais precária e mais independente de variações conjunturais quando comparadas com as famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho. Podemos dizer, então, que as famílias desfeitas são mais pobres e, em um círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente.

estatal em relação ao atendimento das necessidades básicas da população e forçando-a ao delineamento de novas políticas públicas (CARVALHO, 1998b).

No que se refere à diferença na renda mensal entre homens e mulheres em Santa Marta, esta reflete a diferença salarial observada em outros espaços da sociedade brasileira. As mulheres, de modo geral, recebem 30% a menos que os homens, embora muitas vezes desempenhem a mesma função. Esses dados estão apresentados no Gráfico 6.

Gráfico 6. Média da renda nominal mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (Morro Santa Marta)



Fonte: Instituto Pereira Passos e IBGE (2010).

A pesquisa intitulada *Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro*, realizada em 2013 por Sandra Jovchelovich e Jacqueline Priego-Hernandez, demonstra o seguinte:

Um em cada dois jovens relata morar com a mãe (51,6%), e quase um em cada quatro viu sua família aumentar com a inclusão de um companheiro(a) (28%) e/ou filhos (22,6%) (...) Na idade de 30 anos ou mais, a composição familiar passa a incluir principalmente filhos (61,5%) e um companheiro(a) (61,5%). No entanto, a família extensa ainda está presente, com quase um em cada quatro adultos relatando morar com a mãe (23,10%) e com outros parentes, ou com parentes do seu companheiro(a) (23,10%). (JOVCHELOVICH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, 61-62)

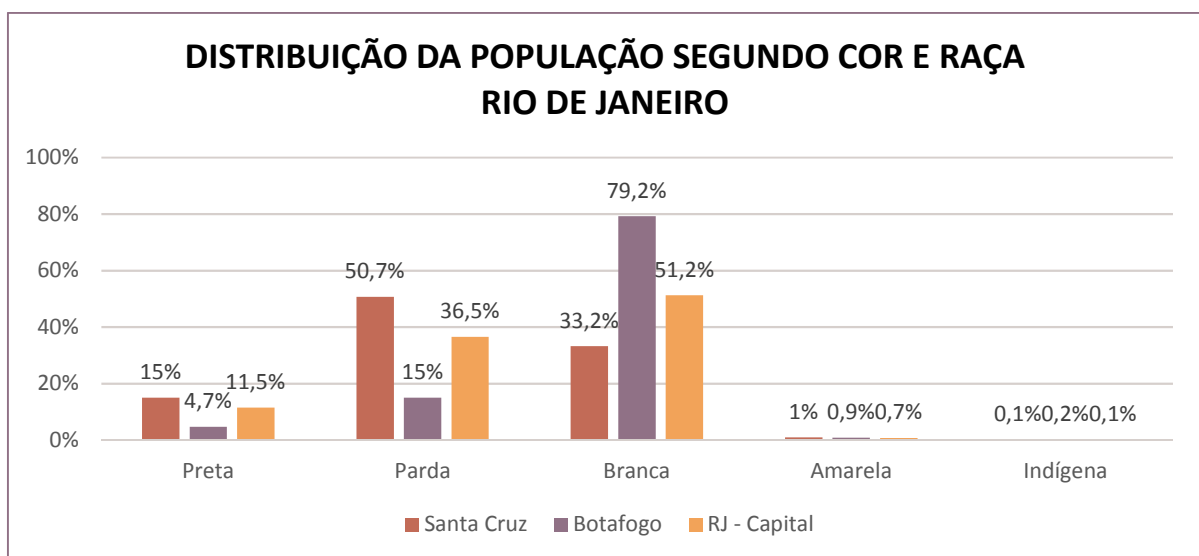
Segundo as autoras, a família está presente na vida das pessoas de duas formas: a família do descaminho (aquela que foi motivo para que suas vidas tomassem o rumo errado) e a família positiva ou capacitante (aquela que funciona como estrutura de apoio e resiliência). Nesse último tipo encontra-se a figura da mãe heroica, “que trabalha muito para criar seus filhos e

mantê-los longe de problemas. Ela é vista como uma guerreira que sustenta seus filhos, sendo comumente descrita da seguinte forma: ‘foi por causa da minha mãe que eu sobrevivi e fiquei longe do tráfico de drogas’” (p. 68).

Além disso, de acordo com os entrevistados da referida pesquisa, restam poucas dúvidas de que uma boa estrutura familiar garante uma trajetória de vida positiva. A família positiva frequentemente é sustentada por mães e avós: elas formam o cerne da família, criando um ambiente seguro, ocupando-se das crianças, organizando suas vidas, fornecendo-lhes cuidado e, por fim, saindo de casa para trabalhar como principais provedoras. As mães trabalham, atuam em ONGs, tentam fazer as crianças irem para a escola – normalmente longe de suas residências – e conseguem encontrar o apoio de vizinhas e de outras mulheres para que sempre haja alguém cuidando de seus filhos. Muitos dos participantes referem-se às mães e às avós como ídolos.

Considerando que a maior parte das participantes do projeto eram mulheres negras, interessou-me caracterizar a população dos territórios abrangidos com relação à cor/raça.

Gráfico 7. Distribuição da população da cidade do Rio de Janeiro segundo cor/raça



Fonte: Censo 2010 (IBGE).

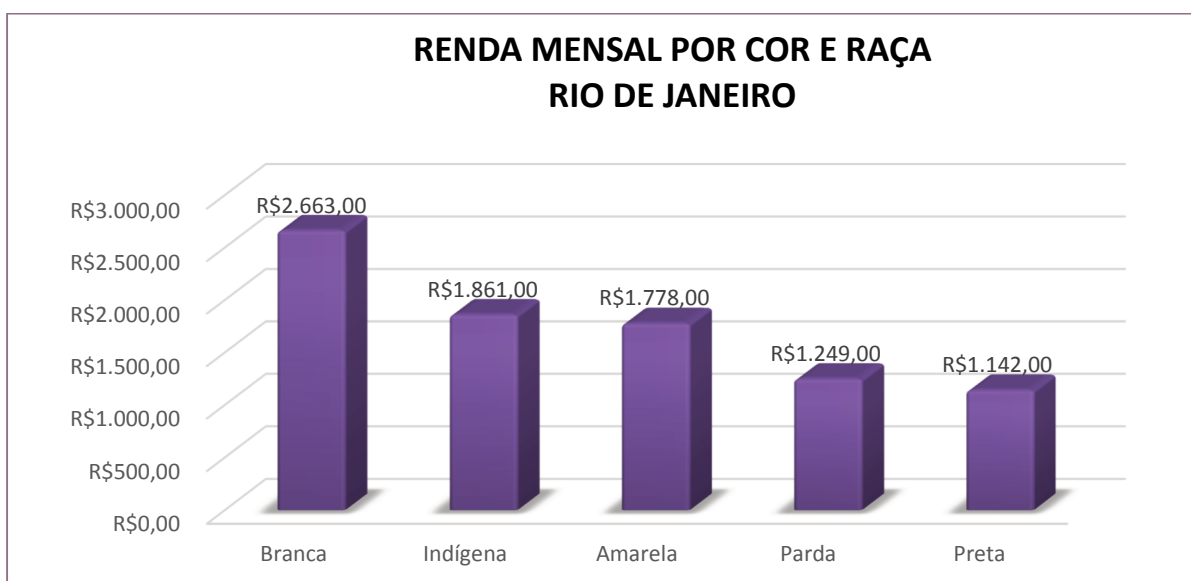
A população total da cidade do Rio de Janeiro é de 6.320.446 milhões de pessoas. Santa Cruz tem uma população de 217.333 (3,4%) pessoas e Botafogo de 82.890 (1,3%). A partir do Gráfico 6, podemos observar que, em Santa Cruz, a maior parte da população declara-se como parda (50,7%), seguida pelos brancos (33,2%) e negros (15%), enquanto em Botafogo¹⁶ (bairro

¹⁶ São apresentados os dados do bairro de Botafogo conforme contagem do Censo 2010 do IBGE. Não existe uma contagem específica para a comunidade de Santa Marta.

onde se situa a comunidade do Morro Santa Marta), a maioria declara-se branca (79,2%), seguida pela parda (15%) e negra (somente 4,7%).¹⁷

O Gráfico 8 indica que, quando relacionamos as categorias de cor/raça e renda mensal na cidade do Rio de Janeiro, a renda menor será a das pessoas negras. Negros e pardos possuem um rendimento mensal menor do que a metade da renda mensal dos brancos na capital fluminense:

Gráfico 8. Renda mensal da população da cidade do Rio de Janeiro segundo cor/raça



Fonte: Censo 2010 (IBGE).

Com isso, percebe-se que, se boa parte das favelas cariocas é habitada por pessoas pardas e negras, ali também estão as que têm as piores remunerações da cidade, ou seja, misturam-se pobreza, privação e discriminação em um mesmo território, além da deficiente oferta de serviços públicos. Considerando ainda que a maioria dos domicílios das favelas tem as mulheres como responsáveis e que elas têm rendimentos 30% menores que os homens dos mesmos territórios, a precariedade recai, então, em torno das famílias que tem mulheres negras como responsáveis por seus domicílios:

Em geral, se conseguir ser contratada, a trabalhadora negra receberá salário inferior ao recebido pelo trabalhador negro. Este, por sua vez, ganhará menos do que a mulher branca. No Brasil, a desigualdade de rendimentos por sexo e “raça” se repete em todos os estados e regiões e em todos os graus de

¹⁷ Cabe salientar que o processo de se autodeclarar negro/negra é bastante recente na história do Brasil. Em virtude de preconceito e racismo, muitas pessoas negras declaravam-se como pardas até pouco tempo.

escolaridade. Em 2003, a renda mensal das mulheres negras no Brasil era inferior a R\$ 280,00, enquanto a das mulheres não negras era praticamente o dobro, chegando a R\$ 554,60¹⁸ (NEPOMUCENO, 2012, p. 389).

Segundo Janet Chafetz (1990), o grau de estratificação de gênero em uma sociedade refere-se ao fato de que as mulheres estão sistematicamente em desvantagem no acesso à divisão sexual do trabalho em comparação aos homens que têm as mesmas características sociais (classe social, raça e etnia, idade, religião etc.). A divisão sexual do trabalho é a base estrutural sobre a qual se assentam as desigualdades entre mulheres e homens na sociedade capitalista-patriarcal: “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um trabalho de mulher” (KERGOAT, 2003, p. 56). Acrescenta-se a isso o fato de que a ocorrência de padrões demográficos diferenciados em termos de nupcialidade, longevidade e estratégias de coabitação entre mulheres brancas¹⁹, negras e pardas também ocorre com relação aos níveis de escolaridade e possibilidades de inserção no mercado de trabalho (ABREU et al., 1994).

A declaração do estado civil das mulheres chamou a atenção pelo alto número de mulheres solteiras (64%), um índice 20% maior se comparado ao da região Sudeste e 15% maior se contrastado com a cidade do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, o número de mulheres que se declararam casadas é bem menor do que das que estavam casadas no Sudeste e praticamente 10% menor do que o índice de casadas no Rio de Janeiro. Podemos levantar alguns possíveis motivos para esse alto índice:

1) alta rotatividade de parceiras entre os homens moradores das periferias que configura uma alta circulação dos homens nas casas, sendo que esses costumam manter vários relacionamentos ao longo da vida, não estabelecendo vínculos mais duradouros;

2) desinteresse e desvalorização da instituição do casamento;

¹⁸ Os dados aqui apresentados são compilados de: BRASIL. Retrato das desigualdades. Gênero e raça. Publicação do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2005; Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras. Relatório preparado pela Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (ANMB), 2007; Maria Aparecida S. Bento, “A mulher negra no mercado de trabalho”, em *A Mulher no Mercado de Trabalho – Observatório Social em Revista*, Florianópolis, ano 3, n. 5, mar. 2004.

¹⁹ Quando as referências forem a “mulheres brancas” estarão excluídas dessa categoria as mulheres migrantes que vieram para o Brasil como forma de substituição do trabalho escravo. Muitas das mulheres que passaram a fazer o trabalho doméstico antes executado pelas mulheres negras em condição de escravidão, também, viveram a exploração do trabalho infantil, precário e informal em troca de moradia e alimentação. Muitos imigrantes europeus que não tinham como alimentar os filhos enviavam suas filhas para as cidades para que essas tivessem mínimas condições de vida, acesso à saúde e educação.

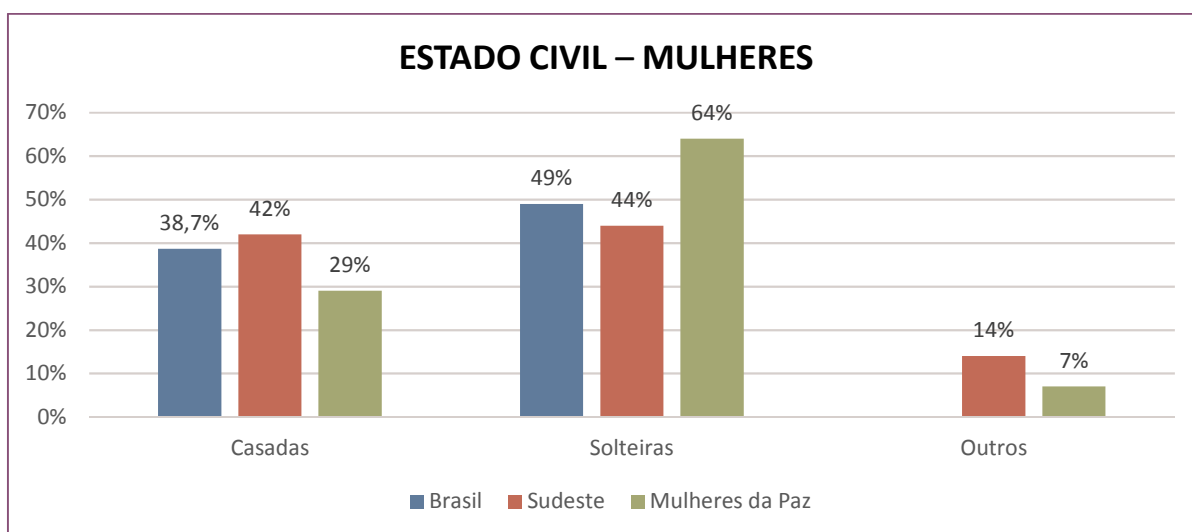
- 3) falta de recursos para os trâmites legais;
- 4) cultura popular.

Portanto, a menor quantidade de casamentos que vêm ocorrendo a cada ano entre a classe média, muitas vezes vista como uma nova forma de relacionar-se, já acontece há muito tempo na prática das populações periféricas. Os relatos históricos do início do século XX dão conta de que a organização familiar dos populares ocorre de diversas maneiras, sendo que a responsabilidade de inúmeras famílias já era, nessa época, atribuída a mulheres solteiras, o que se deve não somente a dificuldades econômicas, mas também a normas e valores diversos da cultura popular.

Há que se considerar, ainda, que muitas mulheres vêm recusando-se a estabelecer novos relacionamentos, principalmente porque, diante das dificuldades vivenciadas em relacionamentos anteriores, tornam-se mais seletivas. Elas definem, a partir disso, um novo tipo de relação ideal do qual não abrem mão, fazendo valer o ditado “antes só que mal acompanhada”. Esse foi um relato recorrente das mulheres da paz durante a pesquisa de campo.

Isso significa que elas amadureceram como pessoas e desenvolveram uma autonomia que não será trocada por relações que não se baseiem em respeito mútuo, partilha de responsabilidades e companheirismo. Márcia Macêdo (2001) concluiu em sua pesquisa com as mulheres chefes de família de Salvador que os discursos delas refletem um processo de crescimento pessoal que foi comum a todas. Nesse processo, elas vão construindo uma nova imagem de si mesmas e deixando de se enxergar somente como vítimas das circunstâncias, assumindo cada vez mais o papel de protagonistas de suas histórias.

Gráfico 9. Estado civil das mulheres distribuídas por território



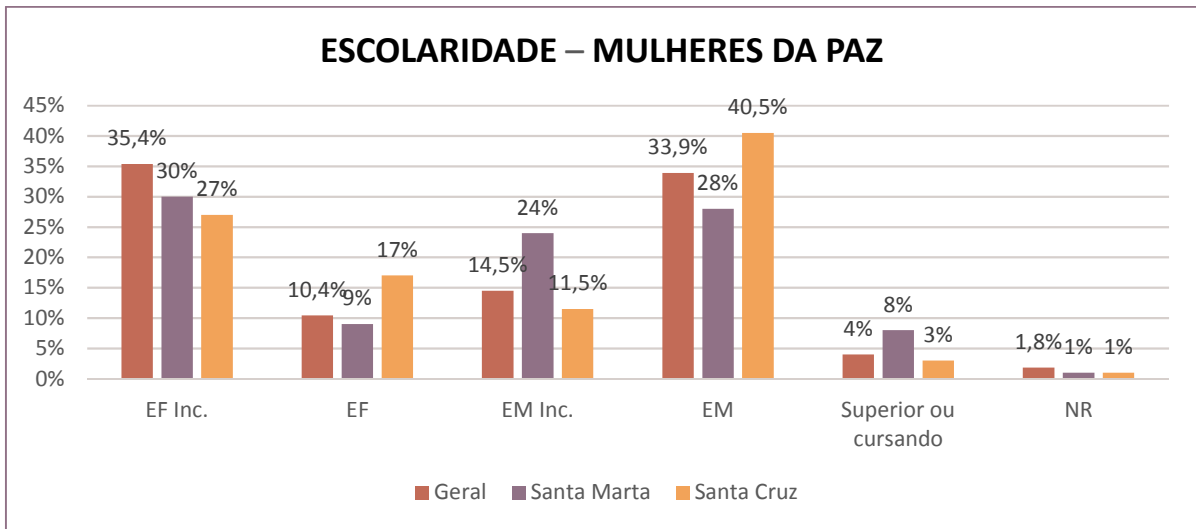
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2015) e IBGE (2010).

Tanto o mundo do trabalho quanto o sistema de seguridade social ainda são implicitamente masculinos e estão bastante associados à força de trabalho, orientando-se aos trabalhadores “provedores” assalariados. No âmbito feminino, há um subsistema de apoio conectado ao ingresso familiar e orientado às mães provedoras e suas famílias “desestruturadas”, no caso de famílias chefiadas por mulheres, ainda que praticamente metade dos lares brasileiros tenha chefia feminina. Exemplos de programas governamentais que, ainda assim, têm as mulheres como principais destinatárias são os programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

De acordo com o sistema da Caixa Econômica Federal do Brasil, 86,44% dos contratos da chamada faixa 1 (para aqueles com renda familiar de até R\$1,6 mil por mês) do Minha Casa, Minha Vida foram firmados diretamente com pessoas do sexo feminino. A Lei nº 11.977, que regulamentou esse programa, estabelece que, entre os requisitos para a seleção dos seus beneficiários, está o atendimento às famílias em que as mulheres são responsáveis por sua unidade. Essa determinação vale para projetos desenvolvidos tanto na área urbana quanto na rural. Se houver divórcio ou dissolução de união estável, o imóvel ficará obrigatoriamente em nome da mulher.

No que se refere ao grau de instrução das mulheres da paz, as maiores concentrações estão entre as que têm ensino fundamental incompleto (35,7%) ou ensino médio (33,9%), conforme indica o Gráfico 10.

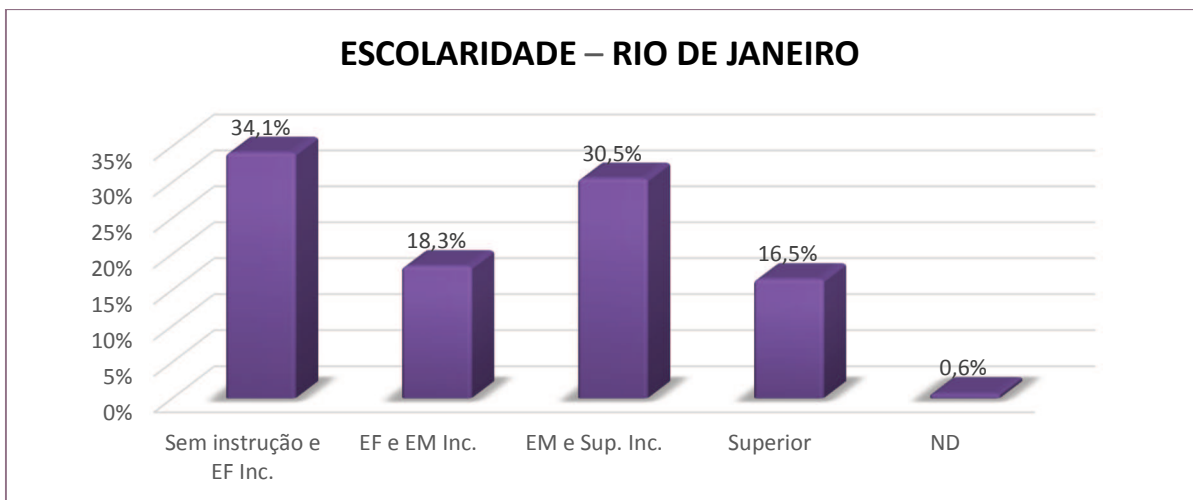
Gráfico 10. Distribuição das mulheres da paz segundo grau de instrução



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2015).

As experiências dos moradores de bairros proletários revelam que as classes populares utilizam a educação escolar como um instrumento que os auxilia nas suas reivindicações de modo geral. Isso pode significar que as mulheres de territórios periféricos vêm utilizando-se justamente da educação escolar como meio de instrumentalização para atuar em âmbito comunitário. “Os movimentos negros da primeira metade do século XX destacavam a educação como instrumento de ascensão social, incentivando os demais negros a se educarem. As próprias entidades militantes desenvolviam iniciativas educacionais, ainda que sem suporte do Estado” (NEPOMUCENO, 2012, p. 390).

Gráfico 11. Escolaridade das mulheres na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Censo 2010 (IBGE).

Quando comparamos os dados das mulheres da paz com os dados da população em geral da cidade do Rio de Janeiro, percebemos que os dados assemelham-se. A única ressalva é que, para participar do projeto, existia a condição de saber ler e escrever, o que excluía as mulheres sem instrução residentes nas comunidades. Chama a atenção o fato de que, na comunidade de Santa Cruz, mais de 40% das mulheres têm o ensino médio. Já no que se refere ao ensino superior, apenas 4% do total de mulheres da paz estavam cursando ou haviam concluído essa etapa, enquanto na cidade do Rio de Janeiro o percentual de mulheres com o ensino superior completo sobe para 16,5%. Percebe-se que, o aumento da escolaridade e, conseqüentemente, a diminuição do índice de mulheres não alfabetizadas foram a única característica social das mulheres periféricas que mudou nas últimas décadas. Estado Civil, renda, inserção e funções no mercado de trabalho, responsabilidade pelos domicílios e o fenômeno da violência contra as mulheres pouco variaram no último século.

A Tabela 1 apresenta informações sobre o percentual por faixa etária de mulheres alfabetizadas e não alfabetizadas nas comunidades de Santa Cruz e do Morro Santa Marta.

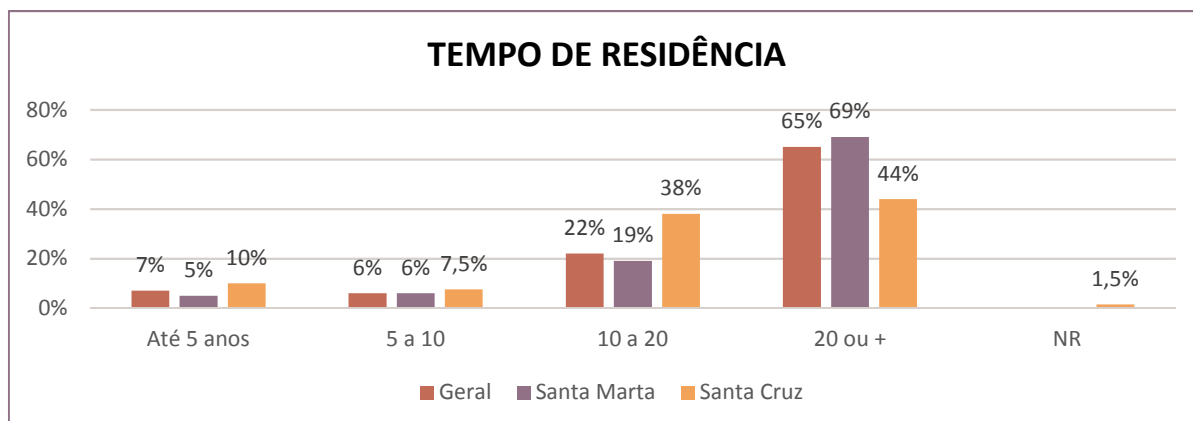
Tabela 1. Mulheres residentes alfabetizadas e não alfabetizadas por idade (Santa Cruz e Santa Marta)

Faixa etária	Santa Cruz		Santa Marta	
	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas	Alfabetizadas	Não Alfabetizadas
5-9 anos	70%	30%	79%	21%
10-14 anos	97%	3%	99%	1%
15-24 anos	99%	1%	98%	2%
25-39 anos	98%	2%	95%	5%
40-49 anos	96%	4%	93%	7%
+50 anos	90%	10%	-	-

Fontes: Instituto Pereira Passos e IBGE (2010).

A Tabela 1 demonstra que, entre as crianças, o percentual de meninas alfabetizadas (79%) no Morro Santa Marta é mais alto que de Santa Cruz (70%), ao passo que, com relação às jovens e adultas, o maior percentual está entre as mulheres de Santa Cruz, com uma média de 97,6% de alfabetizadas.

O Gráfico 12, que apresenta o tempo de residência das mulheres em suas comunidades, demonstra dois fenômenos: ausência de mobilidade e sentimento de pertença.

Gráfico 12. Distribuição das mulheres da paz segundo tempo de residência

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2015).

Estudos anteriores (PERLMAN, 2010; ZALUAR; RIBEIRO, 2009) identificam laços sociais fortes e altos níveis de capital social em comunidades pobres do Rio de Janeiro. Segundo Sandra Jovchelovich e Jacqueline Priego-Hernandez (2013), o forte capital social nas comunidades das favelas coexiste com uma percepção nítida das divisões entre a favela e a cidade. Para que isso se configure, existem três fatores: o sentimento de pertença, a rejeição ao medo e a coesão social e convivência.

O fator pertença representa forte apego ao lugar e às pessoas, bem como os sentimentos de pertencimento e o desejo de permanência na comunidade. Um dado que ilustra esse sentimento é o de que, após o estabelecimento das UPPs em algumas comunidades, os aluguéis nas favelas voltaram a se valorizar. Assim, caso um morador desejasse alugar sua casa na favela e mudar-se para outros lugares da Zona Sul, ele poderia fazê-lo com tranquilidade, pois poderia pagar um aluguel com o valor recebido por sua casa alugada.²⁰

A rejeição ao medo é outro indicativo do apego ao local, bem como da necessidade de defender a comunidade. O medo está na possibilidade e nos riscos de conflito armado ou de bala perdida, somado à perda e ao sofrimento decorrentes disso. A comunidade em si não é considerada perigosa e inspira um forte sentimento de pertencimento. Excetuando o tráfico de

²⁰ Certa vez, um moto-táxi que trabalhava na comunidade do Vidigal contou-me que havia se mudado para Copacabana e que lá trabalhava como zelador em um prédio, das 7h às 13h. Também me disse, que, com o seu salário como zelador, ele poderia viver tranquilamente, porém gostava de trabalhar em seu antigo local de moradia, das 14h às 22h. Ou seja, os moradores das favelas podem sair de suas comunidades, mas as comunidades não saem deles.

drogas e o que acarreta sua ilegalidade, as pessoas consideram que é mais seguro morar na favela do que no restante da cidade²¹ (JOVCHELOVICH e PRIEGO-HERNANDEZ, 2013).

A coesão comunitária é outro fator que contribui para o sentimento de pertença. Em sua maioria, as pessoas nas comunidades gostam umas das outras; por isso, as comunidades de favelas sustentam fortes laços e capital social. Há vários relatos na literatura já produzida (PERLMAN, 1978, 2010; MOREIRA ALVES; EVANSON, 2011; ZALUAR; RIBEIRO, 2009) de ações coletivas de ajuda mútua, como os mutirões para construção de casas, reparação de áreas públicas e execução de serviços que beneficiam toda a comunidade. Jovchelovich e Priego-Hernandez destacam (2013, p. 84-85):

Ainda que a solidariedade, a amizade e a coesão social sejam importantes aspectos no discurso dos participantes, é a dicotomia entre morro e asfalto, bem como o problema da travessia entre esses dois mundos, que estão no centro das atenções quando os moradores de favelas falam sobre a comunidade.

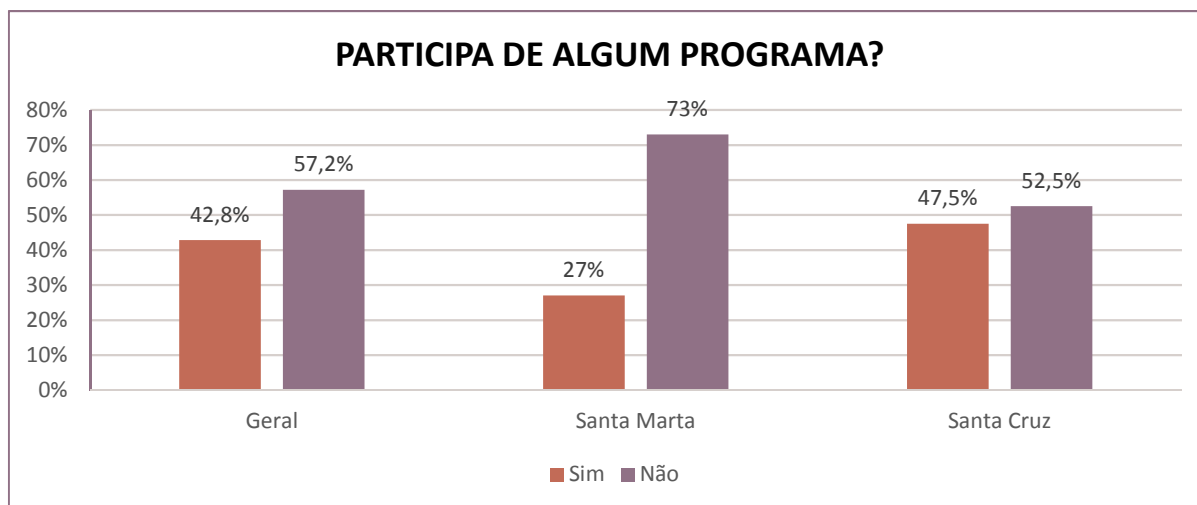
[...] são as comunidades mais pobres e com mais problemas que revelam sentimentos mais fortes de coesão, de pertença e de satisfação. O apego ao lugar e às pessoas explica essas percepções e sentimentos.

Diante dos resultados obtidos pela pesquisa *Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro*, cabe salientar que, embora sejam similares em diversos aspectos, também demonstram a existência de diferenças importantes que precisam ser consideradas, já que nenhum contexto deve ser tratado como igual a outro: “os resultados demonstram a heterogeneidade das comunidades populares e a importância do lugar para circunscrever e definir experiências” (JOVCHELOVICH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 85).

O Gráfico 13 apresenta outro dado importante: ao contrário do senso comum, que vulgarmente veicula e propaga a informação de que as mulheres de periferia vivem do Programa Bolsa Família (PBF) e que, inclusive, teriam mais filhos para poderem aumentar os valores de seus benefícios, 57,2% das mulheres da paz da cidade do Rio de Janeiro não participavam de qualquer programa governamental de transferência de renda. Na comunidade do Morro Santa Marta, ainda que seja um território com maior atuação estatal, esse índice sobe para 73%.

²¹ Afinal, a chance de alguém entrar em sua casa e colocar uma arma na sua cabeça para lhe roubar é praticamente nula, assim como ninguém irá roubar seu carro (JOVCHELOVICH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013).

Gráfico 13. Distribuição das mulheres da paz segundo participação em programas sociais²²



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2015).

Cabe lembrar que, como constatado mais acima, a maioria dos domicílios de favelas como a do Morro Santa Marta é chefiada por mulheres que recebem, em média, menos de um salário mínimo.

O dado apresentado no Gráfico 14 oferece uma informação bastante interessante, apesar de abranger exclusivamente o território da Cidade de Deus, que teve um total de 170 mulheres da paz. Segundo o gráfico, 46% das mulheres relataram ter sido vítimas de violência. No Brasil, levantamento executado em 2017 pelo DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, apontou um aumento expressivo no percentual de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência doméstica. De acordo com a pesquisa, de 2015 para 2017, o índice passou de 18% para 29%, considerando-se somente a violência doméstica.

Ainda assim, todos esses dados ficam abaixo dos 46% registrados na Cidade de Deus. Segundo a pesquisa *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2017, é entre os 16 e 24 anos que se concentra o maior índice de mulheres vítimas de violência. Metade das vítimas é solteira e tem renda mensal familiar de até dois salários mínimos; 29% das mulheres declararam ter sido vítimas de violência ou agressão no último ano. Entre as mulheres de 35 a 44 anos, 38% foram agredidas pelos companheiros.

Por isso, faço três ressalvas:

²² Bolsa Família e Bolsa Família Carioca.

1) as perguntas do levantamento feito pelo DataSenado referiam-se à violência doméstica e excluíaam outros tipos de violência;

2) as perguntas realizadas pela pesquisa do FBSP faziam referência somente aos últimos 12 meses;

3) o índice de mulheres que tenham sofrido violência em territórios como o da Cidade de Deus pode ser ainda maior, já que várias ações não são vistas, muitas vezes, como violentas por nós, mulheres.

Em muitos casos, estamos sendo vítimas de violência e sequer percebemos. Portanto, se a abrangência das pesquisas contemplasse esses aspectos, é provável que houvesse índices ainda mais elevados de violência em todas as investigações.

Gráfico 14. Percentual de mulheres da paz vítimas de violência (Cidade de Deus)



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (2015).

Segundo Bila Sorj (2016, p. 115), várias mulheres da paz relataram ter sido vítimas de violência, experiência que puderam compartilhar nas oficinas de formação. A partir desse momento, passaram a conhecer as leis existentes e a distinguir uma ação violenta de outras que não o são:

Depoimentos como “foi ali que eu aprendi quem eu era”, “eu aprendi que homem não deve bater em mulher, que a mulher não deve ser submissa ao homem, que a mulher tem todos os direitos do homem [...]”. Eu não conseguia romper com isso. Eu não acreditava na minha capacidade. Esse programa me deu forças para caminhar”. “Através do Mulheres da Paz eu aprendi a me defender, a acreditar que eu posso, que eu consigo”.

Como podemos observar, os relatos das mudanças costumavam ser atribuídos a processos subjetivos de autotransformação que só foram possíveis através do conhecimento e do aprendizado. Além disso, os dados apresentados evidenciam algumas informações importantes que serão problematizadas ao longo da tese:

1) a maior parte das mulheres participantes do programa Mulheres da Paz tem entre 26 e 35 anos;

2) os homens são maioria nas comunidades periféricas somente até os 19 anos;

3) a população com mais de 20 anos nesses territórios é de mulheres, solteiras que respondem pela maior parte dos domicílios;

4) essas mulheres têm um rendimento mensal 30% menor que o dos homens que vivem nas mesmas condições, sendo que as negras têm, ainda, rendimentos 30% menores que os brancos. Considerando que a maior parte da população das favelas e subúrbios é negra ou parda, as mulheres negras que vivem nas periferias fazem parte da fatia mais desigual de rendimento da sociedade capitalista;

5) o tempo de residência das mulheres, na maior parte dos casos, supera os 20 anos de moradia na comunidade, o que representa, por um lado, ausência de mobilidade e, por outro, sentimento de pertencimento.

No próximo capítulo, veremos como ocorreu o processo de periferização das comunidades de Santa Marta e Santa Cruz.

CAPÍTULO 3 - O EQUILÍBRIO MUTÁVEL DO PODER CIVILIZADOR: “O ESPAÇO URBANO DEFORMADO²³”

3.1 O ESPAÇO URBANO

As cidades trouxeram a possibilidade de encontros e desencontros, de partidas e chegadas, de florescimento cultural e da afirmação da cidadania, mas também trouxeram a concentração de recursos e suas disparidades. Ademais, segundo Thomas Marshall (1964), a cidadania tem servido essencialmente para mitigar as divisões de classes geradas pelo mercado: é na extensão da cidadania, do domínio civil para o político, que as cidades proporcionaram a alteração do padrão de desigualdade social e ajudaram a tornar a sociedade avançada relativamente pacífica e democrática. Porém, é preciso salientar que a política está presente na cidade e que é necessário reinventá-la para que se possa aproximá-la da velha e abstrata pólis, da participação cívica e da garantia dos direitos de cidadania. No caso brasileiro, precisamos implantar efetivamente a República, em seu sentido original da *Res Publica* ou “coisa pública”.

Fruto da proposta do Estado de Bem-Estar Social que não se configurou plenamente no Brasil, é uma cidadania centrada no agir que busca o existir, a visibilidade e a apropriação do espaço público. Nesse sentido, caracteriza-se como uma cidadania ativa na qual procura-se construir uma determinada identidade que dê segurança aos atores sociais. Essa cidadania ganhou ainda mais espaço durante os anos 2000, com um afrouxamento do neoliberalismo e nos resta saber qual será essa nova cidadania após a crise capitalista que pegou em cheio Europa e Estados Unidos nos anos 2006/2007, estourando no Brasil a partir de 2014.

Charles Tilly (1995) destaca o fato de que os trabalhadores vêm sofrendo um “retrocesso devastador” na tendência secular à ampliação de seus direitos, iniciada em meados do século XIX. Contudo, o enfraquecimento da mão de obra não está diretamente ligado ao aumento da competição econômica global, mas sim ao impacto da globalização e do sistema neoliberal na capacidade dos estados. O autor ressalta que todos os direitos dos cidadãos foram garantidos pelo estado, porém a atual debilitação dos estados ameaça não apenas os direitos dos trabalhadores, mas todos os direitos democráticos. Isso é o que temos visto no Brasil, desde a

²³ Referência dada nos documentos durante a ditadura militar às periferias cariocas.

última eleição nacional, que elegeu a representação legislativa mais conservadora dos últimos tempos. Somente em 2015, vários direitos garantidos pela Constituição foram atacados, embora ainda permanecessem minimamente resguardados em virtude dos vetos presidenciais. Em 2016, com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, muitos dos direitos trabalhistas e democráticos foram completamente retirados da pauta política e outros tantos o serão nos próximos anos.

A globalização mundial das cidades constituiu-as como centros de trocas e como origem dos eixos de redistribuição e de influências civilizacionais, ainda que os problemas atuais das periferias e a sua evidente deterioração refiram-se essencialmente à ordem política das instituições e das ações do estado ou à falta delas. Para Tilly (1995), a atual onda de globalização faz com que os estados percam sua capacidade de ação e, por conseguinte, sua capacidade de adotar políticas sociais eficazes. No caso dos grupos subalternos, Loïc Wacquant (2005) aponta três tendências que materializam essa descivilização das periferias:

- 1) a despacificação da sociedade e a erosão do espaço público;
- 2) a desertificação organizacional e a política de abandono coordenado dos serviços públicos nas áreas urbanas onde se encontram os negros pobres;
- 3) o movimento de desdiferenciação social e a crescente informalização da economia, os quais podem ser observados nos núcleos racializados das metrópoles.

As cidades são também espaços de embates da diferença e de negociação de conflitos que podem, havendo disposição, promover o encontro de seus atores para que discutam, preparem, modifiquem e influenciem a constituição do espaço. Cabe a nós entender as causas estruturais que diariamente determinam o futuro dos espaços e de seus habitantes, sua vida cotidiana, suas experiências e as consequências de um olhar seja desentendido e repressivo por parte do estado, seja indiferente e hostil por parte da sociedade. Lourdes Benería (1995) assinala que as atuais transformações da organização global de produção podem estar criando novos direitos ou mesmo alargando-os até populações que ainda não haviam sido abarcadas, como é o caso das mulheres da zona rural que migram para o emprego da indústria. Immanuel Wallerstein (1995) afirma que “a própria ampliação dos direitos dos trabalhadores e cidadãos, desde meados do século XIX, teve por premissa a exclusão da maioria da população mundial desses direitos e benefícios”. Ainda segundo o autor, a ampliação dos direitos originou-se de uma tentativa das elites ocidentais de lidarem com uma classe trabalhadora cada vez mais numerosa e militante por meio de uma estratégia de cooptação.

Tal contexto também é demonstrado pelo estado burguês na atuação junto aos movimentos sindicais e sociais. Ofereceu-se um pacote tríplice: o voto, o Estado de bem-estar e um duplo nacionalismo (das nações e do mundo branco, ou seja, o racismo). No entanto, a promessa tornou-se dispendiosa demais ao ser ampliada para incluir a promessa de desenvolvimento econômico. No caso do Brasil, por exemplo, houve uma inclusão através do consumo nos últimos anos que acabou incomodando consideravelmente o mundo branco, privilegiado e elitizado que até então gozava de direitos e garantias que boa parte da população não detinha, o que resultou no desencadeamento de um processo retrógrado e racista alimentado por boa parte das elites econômicas ocidentais. Para Wallerstein (1995), a economia mundial capitalista pode acolher várias centenas de milhões de trabalhadores e, ainda assim, tornar o sistema lucrativo. Contudo, não há como admitir a entrada de vários bilhões de trabalhadores do Terceiro Mundo, visto que não restaria nada para uma nova acumulação de capital.

Conforme Luiz Cesar Ribeiro e Luciana Lago (2001), a cidade tem sido um laboratório no qual a sociedade vivencia os dramas e desafios de sua coesão e experimenta as formas de superar as ameaças à sua manutenção. Não podemos esquecer a diferença conceitual entre condição e posição na análise do espaço social, por meio da qual podemos compreender o lugar e a função de certos territórios nas relações de segregação e agregação sociais (BOURDIEU, 1996).

A partir de 1970, ficou claro que o capitalismo mundial não acolheria as demandas conjuntas do Terceiro Mundo. A tendência de redistribuição e igualdade crescentes vem sendo, portanto, interrompida. Segundo Wallerstein (1995), uma revolta das “raças mais escuras” foi neutralizada durante a Guerra Fria pela promessa do “emparelhamento” generalizado com os padrões ocidentais de riqueza e bem-estar. Porém, o fracasso dessa experiência de modernização vem criando condições para uma retomada da revolta sob a forma de uma luta de classes racializada. Para ilustrar essa situação, optei por analisar neste capítulo o processo histórico vivido pelo bairro de Santa Cruz e pela favela do Morro Santa Marta no Rio de Janeiro, os dois territórios analisados nesta pesquisa.

3.2 AS DUAS SANTAS

Situado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, Santa Cruz é uma zona povoada desde antes do descobrimento. Segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), a região era povoada pelos índios tupi-guaranis que a denominavam de Piracema. Com a chegada dos portugueses à Baía da Guanabara, a grande região da Baixada de Santa Cruz foi doada a Cristovão Monteiro. Por volta de 1600, metade das terras de Santa Cruz foram doadas pela Coroa portuguesa para a Companhia de Jesus, que, com o passar dos anos, constituiu um imenso latifúndio. Durante praticamente dois séculos a Fazenda de Santa Cruz, era a mais desenvolvida da Capitania do Rio de Janeiro, contando nessa época com milhares de índios que foram escravizados, cabeças de gado e diversos tipos de cultivos, manejados com técnicas avançadas para a época. A igreja e o convento tinham obras de arte, hospedaria para viajantes, moradia para os mais pobres, hospital e escolas profissionais, além de uma escola de música, com orquestra e coral integrados por escravos, o que tornou Santa Cruz o primeiro conservatório musical no Brasil.

Figura 4. Localização do bairro de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Instituto Pereira Passos (2015).

Diante da expulsão dos jesuítas dos domínios de Portugal e suas colônias, em 1759, por ação do Marquês de Pombal, o patrimônio da Companhia de Jesus (e a Fazenda de Santa Cruz) reverteram-se novamente para a Coroa portuguesa. No início do século XIX, com a chegada da Família Real ao Brasil (1808) e o seu estabelecimento no Rio de Janeiro, a fazenda foi escolhida

como local de veraneio, tornando-se o Palácio Real de Santa Cruz. Em 1822, D. Pedro I comemorou a então Independência do Brasil na fazenda. Deve-se destacar que, durante todo o período entre 1808 e 1889, Santa Cruz foi um dos bairros cariocas que mais teve suas paisagens retratadas por viajantes estrangeiros. Na Fazenda Santa Cruz também foi assinada a Lei Áurea²⁴, pela Princesa Isabel, que dava a alforria, conquistada a duras penas pelos trabalhadores escravizados, a todos os escravos do Governo Imperial.

Santa Cruz foi pioneira de muitos serviços no Brasil, tendo sido uma das primeiras localidades do país a se beneficiar com o sistema de entrega em domicílio de cartas pelo correio. Cabe ressaltar que, dos 125 mil negros e pardos da capital carioca em 1860, havia cem mil escravos para uma população de 250 mil habitantes, sendo que 60% dessas pessoas realizavam serviços domésticos. Em 1872, com o aumento da pressão abolicionista, o contingente de pessoas escravizadas caiu para 47 mil, porém ainda representava um contingente significativo da população de negros e pardos. Em 1878, foi inaugurada a estação de trem e, no final de 1881, o Matadouro de Santa Cruz, tido como o mais moderno do mundo à época, sendo servido por um ramal da estrada de ferro e abastecendo de carne toda a cidade do Rio de Janeiro.

Devido ao gerador que atendia ao matadouro, Santa Cruz foi o primeiro bairro do Rio de Janeiro a ter iluminação elétrica e o primeiro telefone. Já nessa época, segundo Lopes (2007), o dono do matadouro de Santa Cruz trocava carne por apoio político. Daí a origem do termo popular “voto de cabresto”. Cabresto pode ser designado como boi manso e o controle do voto dos eleitores como um rebanho. Nos dois sentidos, o termo está ligado ao passado da Zona Oeste como curral eleitoral.

A virada do século foi marcada tanto pelo deslocamento dos negros libertos da zona rural para a urbana quanto pelo deslocamento de milhares de europeus, sobretudo italianos, para as terras brasileiras. Raquel Rolnik (1989, p. 33) explica:

A substituição do escravo negro pelo imigrante livre foi acompanhada de um discurso que difundia a solução como alternativa progressista, na medida em que europeus “civilizados e laboriosos” trariam uma cultura para ajudar a desenvolver a nação. A alternativa implicou também a formulação de uma teoria racial: a raça negra estava condenada pela bestialidade da escravidão e a vinda de imigrantes europeus traria elementos étnicos superiores que, através da miscigenação, poderiam branquear o país, numa espécie de transfusão de puro e oxigenado sangue de uma raça livre.

²⁴ Lei nº 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888. Foi precedida pela Lei nº 2.040 (Lei do Ventre Livre), de 28 de setembro de 1871, que libertou as crianças nascidas de pais que viviam em regime de escravidão.

Assim, o Rio de Janeiro embranqueceu após a abolição, embora em 1887 os negros e pardos representassem 37% da população total, de modo que a capital do Brasil ainda era considerada “muito negra” e, por isso, o processo de transformação e urbanização do Rio de Janeiro, que ficou conhecido como a “era do bota-baixo”, ocorreu de forma mais violenta que em outras cidades. Segundo Rolnik (1989, p. 36), “a reforma atingiu em cheio os mais importantes quilombos do Rio de Janeiro – a região portuária da Saúde e Gamboa e os cortiços e habitações coletivas da Cidade Nova (Sacramento, Santa Rita, Santana e Santo Antônio)”.

Entre 1904 e 1906, durante o governo de Pereira Passos, surge o desejo das elites de transformar a capital da República e cidade mais populosa do Brasil em um “cartão de visitas”, símbolo do progresso e da modernização. Raquel Soihet (2012, p. 364) descreve esse contexto:

A derrubada dos cortiços das áreas do centro afigurava-se como indispensável, inclusive, porque eram considerados focos de epidemias que, periodicamente, infestavam a cidade. A medicina e os interesses econômicos uniram-se no propósito de transformar a velha cidade numa metrópole moderna que deveria atrair capitais e homens estrangeiros.

O Rio de Janeiro foi também palco da execução de muitas políticas de caráter higienista no início do século XX que, em conjunto com as remoções forçadas, despertaram a ira da população.²⁵ Milhares de pessoas tiveram suas moradias desapropriadas e demolidas por ordem da prefeitura, sendo que as mulheres foram as que mais sofreram nesse processo, pois tinham seu sustento garantido através de atividades desempenhadas em suas próprias moradias, que então se tornaram mais caras e menores. Em suas casas elas exerciam os desvalorizados trabalhos domésticos que eram, porém, fundamentais. Além disso, eram em suas moradias que elas desenvolviam as redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência das pessoas da família:

O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus “hábitos sadios e boas maneiras”, reprimindo os excessos verbais (SOIHET, 2012, p. 363).

Dados do Recenseamento de 1890 mostram que 48% dos negros e pardos empregavam-se no serviço doméstico. Ademais, os pátios dos cortiços e as ruas transformavam-se em

²⁵ As obras, além de provocar uma das maiores crises de habitação que a cidade viveu, acabaram por detonar uma espécie de guerra civil. Durante seis dias (de 10 a 16 de dezembro de 1904), bondes foram virados e utilizados como trincheiras, combustores de iluminação foram quebrados, o comércio foi depredado e saqueado. Também houve enfrentamento com os policiais até a intervenção do exército. Esse episódio ficou conhecido como “Revolta da Vacina”. Sobre a Revolta da Vacina ver <http://ccms.saude.gov.br/revolta/html>.

terreiros de samba, jongo ou macumba. Muitos dos negros e pardos que habitavam o Centro da cidade moravam nos velhos casarões recém-abandonados pelas classes dominantes da época, que começaram a migrar em busca de exclusividade em direção à Zona Sul. (ROLNIK, 1989).

A área central do Rio de Janeiro, com a expulsão dos grupos populares, passava a ser “desfrute exclusivo das camadas aburguesadas”. A avenida Central serviria como modelo do marco da europeização e deveria ser restrita aqueles que se “trajassem descentemente”:

Para os homens isso significava “calçados, meias, camisa, colarinho, casaco e chapéu”, enquanto das mulheres esperava-se que cobrissem seus corpos, contidos por espartilhos, com veludos, tafetás franceses ou quaisquer outros tecidos importados. Negras pobres com suas “roupas amarfanhadas”, “chinelinhas”, “carregando criancinhas de peito” deveriam sumir não só do “asfalto polido” da avenida Central, mas da paisagem do país, à medida que o modelo desenhado para a Capital Federal passasse a ser aplicado ao Brasil como um todo (NAPOMUCENO, 2012, p. 384).

Acrescenta-se a isso que cresceu no meio jurídico que mulheres não deveriam sair sós às ruas, pois essas representavam o espaço do desvio, das tentações. Tanto o meio médico, quanto jurídico reforçava que as mães deveriam exercer vigilância sobre as filhas “nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização” (SOIHET, 2012, p. 365). Assim “coadunava-se tal norma com a proposta burguesa, referendada pelos médicos, sobre a divisão de esferas que destinava às mulheres o domínio da órbita privada e aos homens, o da pública” (SOIHET, 2012, p. 365). E, também, assim fomos ensinadas que a rua é o lugar da violência, ainda que 70% da população brasileira considere que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos²⁶. Essas restrições nos levam a pensar o porquê do aleitamento materno em público não ser bem visto e de como os brasileiros tem uma preocupação estética de classificar as pessoas pelas roupas que vestem.

Essa foi a época de colocar inúmeros obstáculos para tentar de impedir que as pessoas que tinham nas ruas e nas praças os seus espaços de lazer continuassem a frequentá-los, sendo que a todo o momento eram incomodadas pela polícia: “formas de morar, trabalhar, se vestir, curar e se divertir passaram a ser tratadas sob a ótica policial, com intensa repressão a elementos da cultura popular considerados incompatíveis com a imagem civilizada que se queria atribuir ao país” (NEPOMUCENO, 2012, p. 382). A rua era a extensão dos cortiços. O objetivo era “impedir a presença dos populares em certos locais, no esforço de *afrecesar* a cidade para o

²⁶ Segundo pesquisa realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão. Acesso em: 18/02/18. http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf

desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostras de ‘civilização’ aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair”. (SOIHET, 2012, p. 366).

No entanto, esse processo obteve uma efetiva resistência das camadas populares que resultou em inúmeros conflitos: “a resposta da população negra, nas primeiras décadas do século XX, aos preconceitos raciais veio na forma de um associativismo, representado por clube e organizações, mais visíveis e perceptíveis nas capitais e centros urbanos (NEPOMUCENO, 2012, p. 397). Ressalta-se, portanto, que o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro não ocorreu de forma consensual. A época da grande expulsão resultou no deslocamento das pessoas que viviam no centro para os morros da cidade, dando origem às favelas e expandindo os subúrbios. Raquel Rolnik (1989, p. 37) descreve:

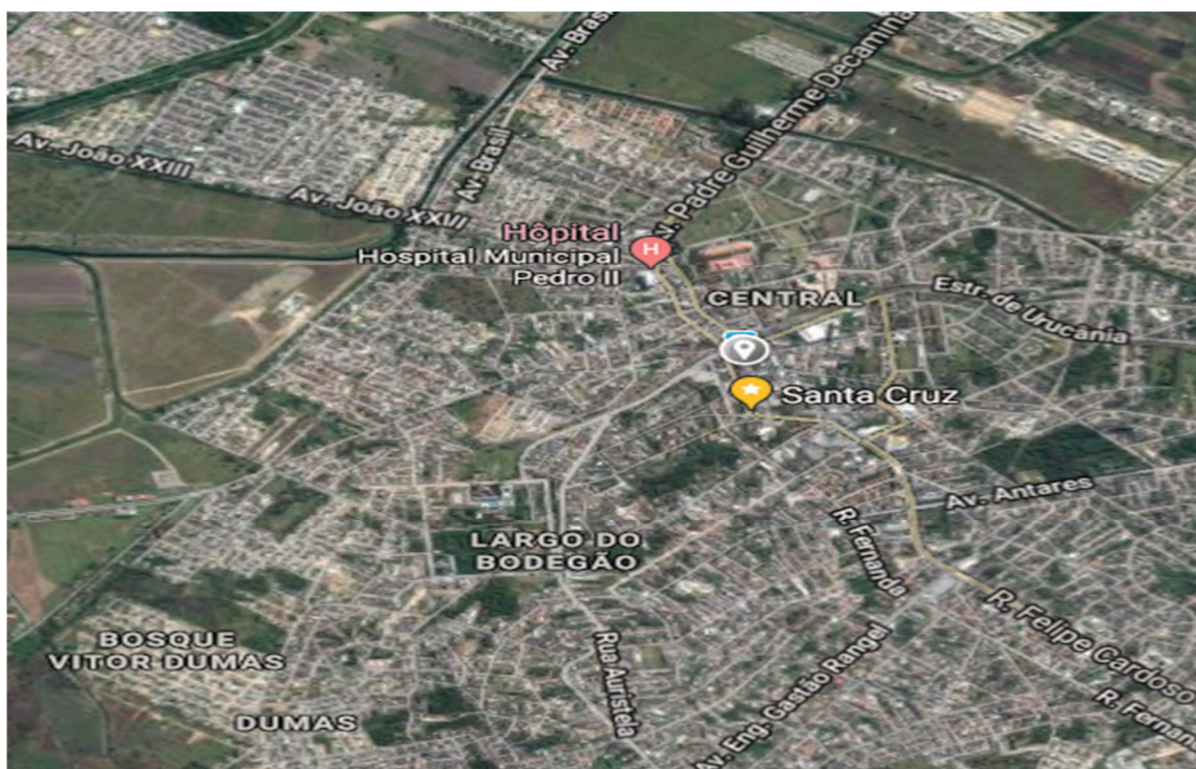
“O *compound*²⁷ semi-rural que caracterizava o território negro nos subúrbios e morros que circundavam a cidade, no final do século, vai dar lugar, então, à habitação densa do morro, que será, a partir daí, o território mais caracterizadamente negro da cidade do Rio de Janeiro.

Se no Rio de Janeiro a luta pela apropriação do solo urbano acabou por consolidar as favelas como os espaços mais caracterizadamente negros da cidade é porque ali afluiu uma mistura peculiar de histórias, um caminho singular que passou pela África, pela experiência da senzala e pelo deslocamento e marginalização operados pela abolição e República.

Ainda durante o governo de Getúlio Vargas, a já não mais Fazenda Santa Cruz foi dividida em lotes, distribuídos a imigrantes japoneses pelas estradas Reta do Rio Grande e Reta de São Fernando. Com vistas a revalorizar as terras da então Santa Cruz, que perdera prestígio após a República, implantaram-se algumas obras de saneamento. Nessa época também foi criada a chamada Reta João XXIII, uma avenida de oito quilômetros que atravessa 19 comunidades da Zona Oeste e divide em dois o bairro de Santa Cruz.

Figura 5. Vista aérea do bairro de Santa Cruz

²⁷ O *compound* (como é denominado nos países africanos de língua inglesa) ou *collectivité* (nos de língua francesa) compõe-se de uma série de cômodos contíguos que dão para um pátio ou quintal comum. É geralmente habitado por uma família extensa (DAVIDSON, 1978; MINTZ, 1984).



Fonte: Google Maps. Acesso em 04.01.18.

A Reta João XXIII, “lugar neutro”, como dizem os moradores, pode ser caracterizada como uma zona de fronteira, que, de acordo com Gómez Peña (2001), é o local onde existe a possibilidade de estabelecimento do diálogo entre os opostos, onde se adquire uma identidade híbrida, não importando, nesse caso, o lugar de origem do indivíduo. A cultura fronteiriça pode melhorar nossas habilidades para negociar, constituindo um processo de contínua negociação e renegociação pacífica, de cooperação multilateral e de colaboração artística. A fronteira é o único espaço que é compartilhado: “As fronteiras podem ser também compreendidas como territórios de oportunidades, de trânsitos, de intercâmbio cultural, de disputas e de expressões identitárias que permitem construir uma mirada específica e situada de diversos fenômenos contemporâneos” (ALBUQUERQUE, 2017, p.1). Além disso, a fronteira, segundo Gloria Anzaldúa (1987), é uma metáfora da “ponte”, como um caminho de interconexão dialógica entre várias experiências de discriminação por conta de gênero, nacionalidade, sexualidade, entre outros.

Comparativamente, o Morro Santa Marta localiza-se no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Botafogo tem uma população de 82.890 habitantes, em sua maioria brancos. Trata-se de um dos bairros mais valorizados da cidade, diferentemente da Zona Oeste. De acordo com o último Censo (2010) do IBGE, a população da favela gira em torno de 3.908

moradores que vivem em 1.176 domicílios, enquanto a favela ocupa uma área de 54.305m². Santa Cruz, por sua vez, contabiliza 76.295 domicílios em uma área de 12.504.43 hectares.

Figura 6. Vista aérea da localização do Morro Santa Marta



Fonte: Google Maps 2018. Acesso em 06.01.18.

A ocupação do Morro Santa Marta iniciou nos anos 1920-1930, sobretudo com famílias que vinham do norte do estado e do sul de Minas Gerais. Inicialmente, a ocupação começou pela parte alta, ou seja, a favela cresceu de cima para baixo, processo parecido com o de outras favelas de mesma topografia.

Podemos dizer que, ao longo da história, Santa Cruz, assim como o restante da cidade do Rio de Janeiro, experimentou elementos de continuidade e descontinuidade, em especial com relação às políticas públicas. Existe continuidade no sentido de que o território vivencia os efeitos cumulativos das desvantagens econômicas desde a sua origem. Durante os anos 1930 e 1940, ao acelerar-se o processo de industrialização brasileiro, Santa Cruz, assim como outras vilas e bairros, começou a receber massivos contingentes migratórios devido ao êxodo rural.

Os recursos eram escassos e o custo de vida extremamente caro para esses migrantes que, posteriormente, transformaram-se em proletários. Zonas de bairros antes inabitadas transformaram-se em lugares onde os migrantes construíam suas casas. Desde então, essas áreas têm sido concentradoras de pobreza. No Morro Santa Marta, junto com os imigrantes nos anos 1930, chegou também a igreja católica através de pessoas ligadas ao Colégio Santo Inácio que

funcionava em Botafogo: “A presença dos padres jesuítas teve muita importância na vida social local, na história e seus movimentos sociais, na formação de lideranças, nas conquistas e na gama de oportunidades disponível para os moradores da favela”. (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 71).

Com o estabelecimento da burguesia na região sul da cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940, caracterizou-se a segregação da classe operária e sua invisibilização diante de uma “curiosa configuração da cidade”, conforme descreve Friedrich Engels (1958), em que era possível viver em uma parte da cidade anos a fio, ir e vir para o emprego, sem nunca se avistar um bairro operário. Assim, os proletários que ali chegavam eram empurrados morro acima, tal como aconteceu com os negros e as negras libertos, direcionados para as periferias da cidade. Essa política foi tão forte e impregnou de tal forma o imaginário popular que os moradores dos bairros da Zona Oeste, apesar de não residirem em morros, quando se referem a outras zonas da cidade, dizem que irão “descer para o asfalto”.

A referência remete-nos para a fratura profunda da ordem política da cidade da era industrial, fundada no princípio da demarcação das desigualdades, das diferenças e das distâncias sociais. A cidade é agora eminentemente excludente: repele e subalterniza os grupos sociais vulneráveis que, para usar a fina ironia de Engels, “ofendem a frágil sensibilidade do olhar burguês”. (FORTUNA, 2002). O conflito urbano-rural transfere-se para a cidade e a não cidade. Talvez a posição das periferias e seus congêneres no espaço social brasileiro tenham a ver com o fato de o poder de segregação das nossas elites econômicas e intelectuais, todas brancas, por meio do qual asseguram e legitimam a distância e as desigualdades sociais que as separam e diferenciam do “povo, todos negros ou quase negros”, concretizar-se por outras instituições sociais que prescindem do isolamento territorial dos pobres. (RIBEIRO; LAGO, 2001).

São também esses aspectos que definem o discurso do que é o centro e do que é periférico. A definição do que é favela ou subúrbio parte da ideia do que constitui um bairro, ou seja, a definição do que é periférico parte da ausência. Tatiana Moura (2010) diz que a favela é conotada negativamente como aquilo que não é ou não se deve ser. Sobre esse pensamento dualista e oposto se constituiu a realidade desigual do Rio de Janeiro que “leva à apresentação de universos mutuamente excludentes, onde a ausência se opõe, de forma simétrica e inversamente proporcional, a abundância” (MOURA, 2010, p. 112). Se fizermos o exercício de desconstrução dessa dualidade, alertando para a continuidade geográfica entre as diversas áreas da cidade, podemos perceber “o espaço da favela como um cenário “exagerado” de alguns

aspectos que são partilhados por outros espaços e actores da vida urbana carioca” (GOMES, 2003 apud MOURA, 2010, p. 112).

Em 1940, a participação do negro na composição populacional da cidade do Rio de Janeiro, que tinha então 1.764.142 habitantes, atingiu seu ponto mais baixo: 28,62%. Posteriormente, em 1950, esse índice voltou a subir para 30%, mantendo-se nos anos 1960. A Tabela 2 demonstra como se deu o crescimento populacional nessa cidade.

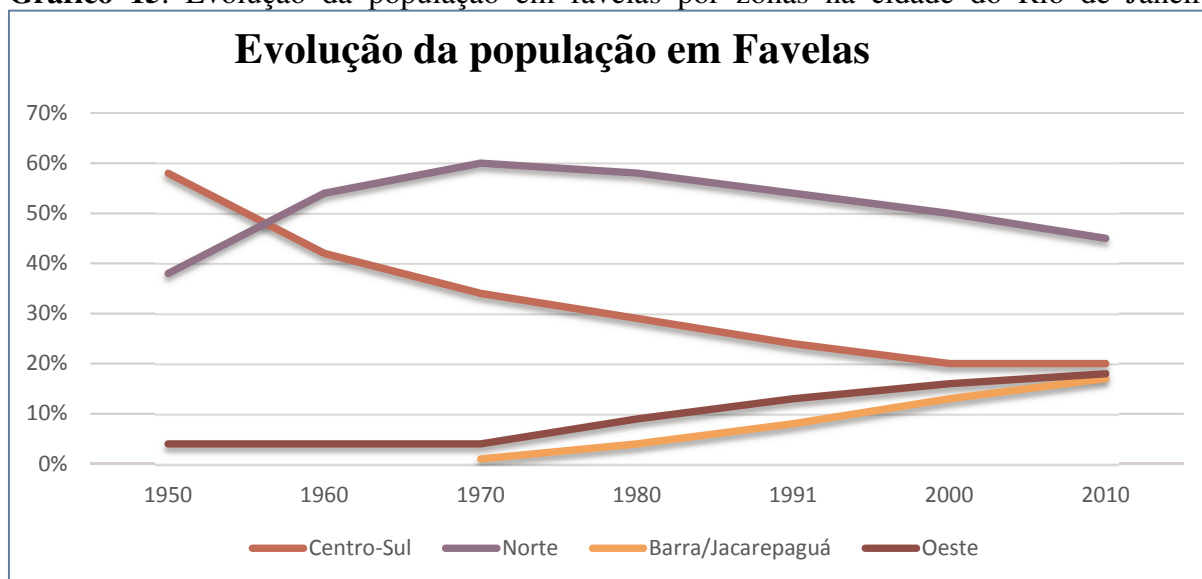
Tabela 2. Comparativo do crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro e das favelas

Década	Pop. Cidade	% cresc.	Pop.Favelas	% cresc.	% fav/cid
1950	2.377.451	-	169.305	-	7%
1960	3.281.908	38%	335.063	98%	10%
1970	4.251.918	30%	565.135	69%	13%
1980	5.090.790	20%	722.424	28%	14%
1991	5.480.778	8%	882.667	22%	16%
2000	5.857.904	7%	1.092.959	24%	19%
2010	6.320.446	7%	1.443.773	24%	23%

Fonte: Instituto Pereira Passos (2010).

A Tabela 2 indica, por meio de seus dados, como se deu o crescimento populacional na capital carioca. Ao longo das décadas, as favelas foram agregando cada vez mais moradores, considerando-se que os habitantes das favelas constituem, atualmente, 23% do total de moradores.

Com relação ao crescimento populacional das favelas, o Gráfico 15 mostra que o número de moradores das favelas da Zona Sul e do Centro decaiu ao longo do tempo, processo inverso ao da Zona Oeste e da Barra/Jacarepaguá (que teve o maior acréscimo na última década).

Gráfico 15. Evolução da população em favelas por zonas na cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Instituto Pereira Passos (2010).

A partir dos anos 1960, inicia-se um grande fluxo migratório de nordestinos que passam a viver no Morro Santa Marta. Sem dúvida, as migrações internas que levaram mineiros e nordestinos desde a década de 1940 para o Rio de Janeiro contribuíram para elevar o número de negros e pardos na cidade. O Censo de 1950 já demonstrava que 40% desses grupos concentravam-se nas periferias da cidade.²⁸ Em Copacabana, 70% da população negra e parda era constituída por mulheres, provavelmente empregadas, faxineiras, copeiras e arrumadeiras. A década de 1960 foi marcada pelos programas de remoção de favelas, embora já existisse, desde 1947, uma “Comissão para Erradicação de Favelas”. Porém, mesmo que a ideia já existisse anteriormente, foi o regime militar o responsável por colocá-la em prática. Raquel Rolnik (1989, p. 40) explica:

Em 1968, foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio – CHISAM, órgão que, em 1973, já havia removido 62 favelas e transferido um total de 175.785 pessoas para conjuntos habitacionais populares.

Contudo, o maior fluxo foi na década de 1970, época em que, segundo Christina Vital da Cunha (2015, p. 71), “parte dos barracos de madeira e pau a pique foram substituídos pelos

²⁸ Anchieta, Realengo e Jacarepaguá tinham uma população de negros e pardos de mais de 34%, enquanto Lagoa, Gávea, Engenho Novo e Andaraí tinham 30%. Santa Teresa e Glória registravam 20% dessa população, sendo que a população negra e parda da cidade era de 19,79%. (ROLNIK, 1989). O fato de Lagoa e Gávea registrarem essas proporções não significa que ocorra mistura racial nesses bairros. Na verdade, esses bairros segregados e exclusivamente burgueses produzem um território marginal contíguo, pois dependem da sua expansão para que possam garantir sua manutenção.

de alvenaria, acompanhando o movimento de consolidação e verticalização de outras favelas da cidade”. Data desse período a primeira Associação de Moradores do Morro Santa Marta, a qual foi fundada em 1965.

A história do bairro Santa Cruz também tem elementos de descontinuidade, porque essas zonas sofreram o efeito devastador e massivo do crescimento do desemprego e do subemprego (e do conseqüente crescimento da vulnerabilidade de seus habitantes) durante os anos 1980 e 1990, acirrados pelo fortalecimento do neoliberalismo nos anos 2000. A expansão desigual iniciada nos anos 1970 fracassou em “içar todos os botes”, produzindo, em vez disso, uma cisão cada vez mais profunda entre ricos e pobres (WACQUANT, 2001).

Nos anos 1970, as periferias eram um problema sanitário, como ainda o são as que não têm rede de esgoto e água encanada. Todavia, não era um problema moral ou criminal até os anos 1970. Segundo Alba Zaluar (1998), a imagem da periferia como problema criminal, que antes não era verdadeira, passou a ter muito de verdade quando os traficantes armados encastelaram-se nelas a partir dessa década. É também nessa fase que se ampliam os loteamentos irregulares e ilegais nas periferias das cidades. Nessa época, as invasões de terrenos – que, até então, eram feitas pelos sem teto – foram substituídas pela figura do empreendedor imobiliário que tinha respaldo de vereadores e deputados, além de outras figuras públicas que garantiam o funcionamento de um esquema ilegal de venda de lotes nas periferias.

No período entre 1962 e 1973, foram implantadas políticas na tentativa de erradicar as favelas, nas quais os pobres urbanos eram expulsos para as zonas mais afastadas da cidade. Essas ações fracassaram, principalmente por causa da distância que separava os moradores de seus locais de trabalho e em virtude dos elevados custos dos transportes públicos comparados ao baixo nível salarial. Assim, as favelas deixaram de ser uma solução transitória de habitação. (PERALVA, 2000). Segundo Tatiana Moura et al. (2010, p. 111), “a partir de 1974 foram lançadas medidas de urbanização destas comunidades, com um acesso mínimo a serviços públicos (eletricidade, água, algumas redes de saneamento básico, recolha de lixo etc.)”. Conseqüentemente, nos anos 1980, a proporção de negros e pardos na cidade eleva-se para 34,8%. No entanto, esse percentual continuava a ter uma distribuição desigual na cidade. Enquanto a predominância de brancos era evidente na Zona Sul, bairros como Santa Cruz registravam uma população de 52,6% de negros e pardos.

No início dos anos 1980, o Morro Santa Marta passa por um processo de instalação de eletricidade e água encanada, recursos que só chegaram à comunidade em 1983, processo no

qual a igreja católica teve importante papel, conforme descreve Christina Vital da Cunha (2015, p. 72):

Antes do fornecimento de água e luz ser democratizado no morro, os moradores (alguns com mais dificuldade que outros) tinham água somente duas horas por dia: uma hora durante a manhã e uma hora durante a tarde. Os geradores não davam conta da demanda cada vez maior por energia nas casas e comércios.

Com a melhoria da infraestrutura, a década de 1980 foi também a década da especulação imobiliária na favela, momento no qual “os espaços vazios, arborizados, tornavam-se cada vez mais escassos”. (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 72). O ano de 1987 foi marcado pelas “guerras do tráfico de drogas”, que debutavam com armamentos mais sofisticados e tornavam evidentes as mudanças que aconteciam no mundo do tráfico de drogas no Rio. Essa “guerra” assombrou a rotina dos moradores da favela e do seu entorno:

Santa Marta, ao lado da Rocinha e da Maré, é uma das favelas mais pesquisadas na cidade (Valladares; Medeiros, 2005), palco também de diversos filmes e documentários que têm por tema o tráfico de drogas. Além de sua localização em uma área nobre da cidade, pesa o fato de serem residentes nessa favela importantes figuras do narcotráfico ligadas ao Comando Vermelho (Cabeludo, Zaca e Marcinho VP) (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 74).

As favelas da Zona Sul da cidade – dentre elas a do Morro Santa Marta – destacam-se pela grande quantidade de oferta de serviços e projetos governamentais e de ONGs, sobretudo se compararmos às comunidades das Zonas Norte e Oeste. Passados mais de 50 anos do surgimento das vilas e favelas na paisagem urbana das cidades como um fenômeno transitório típico de uma etapa do desenvolvimento, a maior parte delas converteu-se em uma parcela permanente da geografia da maioria das cidades latino-americanas (GILBERT, 1997), “onde a paisagem urbana vai sendo moldada pela segregação. A população mais pobre foi sendo afastada do centro, das zonas de fácil acesso, para a periferia da cidade, ou para zonas montanhosas (morros)”. (MOURA et al., 2010, p. 111).

As vilas e favelas foram retratadas como os exemplos acabados do fracasso populista de Getúlio Vargas durante os anos 1950, como obstáculos para o progresso e como germinadores de subversão durante o período ditatorial, como lugares de imoralidade, crimes e ausência nos anos 1980 e 1990 e, no século XXI, como ameaças. A concepção moralista das “classes perigosas”, pela qual os pobres e seus territórios até então eram identificados como ameaças a serem conjuradas por intervenções moralizadoras, foi pouco a pouco sendo

substituída pela visão que reconhecia os mecanismos sociais como causa dos “problemas urbanos”.

Atualmente, o bairro de Santa Cruz constitui-se como industrial e abriga o maior complexo da Força Aérea Brasileira (FAB). É um bairro proletário, que se tornou periferia carioca, fazendo parte do chamado “subúrbio”,²⁹ em que coexistem diversos problemas, como dificuldades de transporte, falta de saneamento adequado em vários pontos, ação de milícias e sérios problemas ambientais.

Ao longo dos últimos anos, as políticas públicas desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro têm-se mantido coerentes com essa lógica de segregação. As áreas privilegiadas dispõem um fluxo regular de investimentos, em contraste com as áreas “em que habitam os pobres e os humildes”. Essa diferenciação pode ser percebida em vários aspectos, desde o atendimento às obras públicas até o oferecimento de transporte, a oferta de escolas, de áreas de lazer. (CARNEIRO, 2009, p. 197).

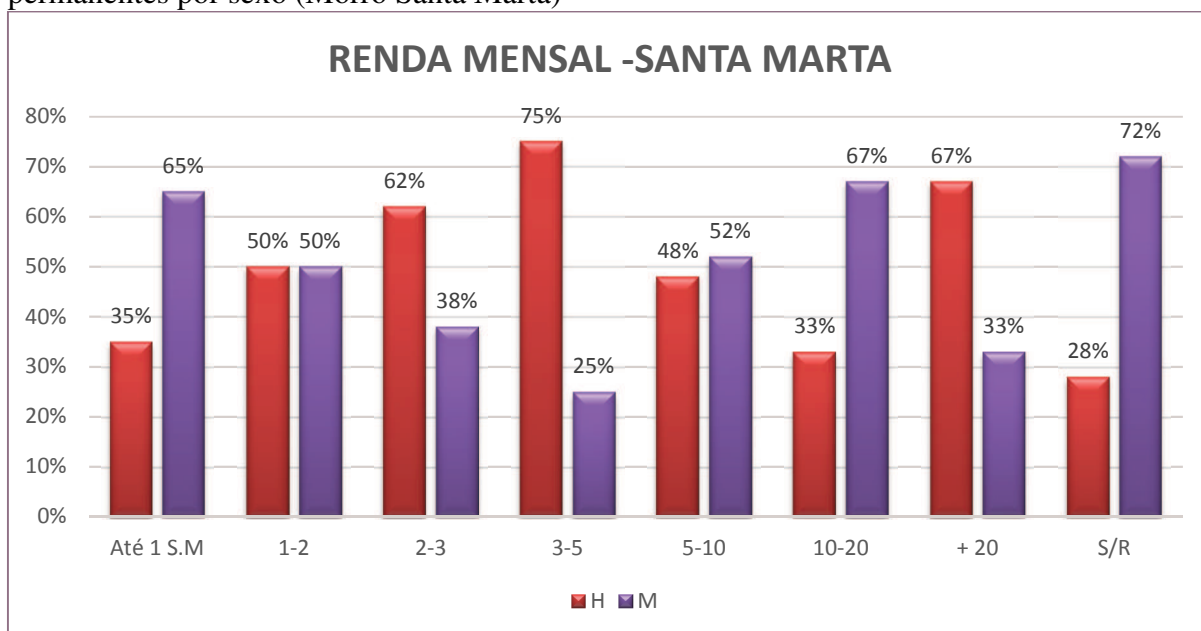
Enquanto isso, em outras partes da cidade, proliferam os restaurantes caros, as casas de luxo, os shoppings etc. Nesses locais, a população tem acesso a um consumo ilimitado de bens e serviços. Por outro lado, a falta de água encanada e rede coletora de esgoto é crítica no bairro. Além da falta de abastecimento de água e de rede coletora de esgoto, a incidência de ligações hidráulicas clandestinas é outro problema presente.

Segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), em 2010, existiam 968 favelas³⁰ na capital fluminense e, conforme vimos na tabela 2, 1.443.773 habitantes da cidade (cerca de 23%) vivem em favelas. Isso significa que uma em cada cinco pessoas no Rio de Janeiro mora em favelas, mas apenas 1/3 dos pobres cariocas vive nelas e apenas 1/3 é considerado pobre (com renda familiar domiciliar per capita mensal inferior a meio salário mínimo). Portanto, as favelas não são locais de moradia da maioria dos pobres da cidade. A maioria está concentrada nas periferias e nos subúrbios. O Gráfico 16 indica que, entre esse 1/3 que é considerado pobre, estão situadas as mulheres.

²⁹ Etimologicamente significa “cercanias da cidade ou de outra povoação”.

³⁰ Há divergências entre a contagem do IBGE e do IPP. O IPP contabiliza 968 favelas na cidade, pois determina esse número através de fotos de satélite (sem quantidade mínima de unidades habitacionais), enquanto o IBGE contabiliza 793, já que considera favela (aglomerado subnormal) como um “conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais; ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”. (ARAUJO, 2006, p. 2).

Gráfico 16. Média da renda nominal mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por sexo (Morro Santa Marta)



Fontes: Instituto Pereira Passos e IBGE (2010).

Entre 2012 e 2016, após quatro anos de quedas sucessivas de população, as favelas voltaram a se expandir na capital carioca. Segundo levantamento feito pelo IPP, o avanço ocorreu especialmente na Zona Oeste, onde se situam seis das dez favelas que mais cresceram. No período entre 1999 a 2004, Santa Cruz esteve entre os dez bairros da cidade com maior crescimento da área de favela. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 54.853 pessoas residem nas 26 favelas existentes em Santa Cruz, o que corresponde a 25% do bairro e a 3,8% do total da cidade. Outro dado relevante para o período é que, entre 2013 e 2016, durante o governo do ex-prefeito Eduardo Paes, apenas 27 obras foram iniciadas ou concluídas nas favelas.

3.3 O ESPAÇO DEFORMADO PELO CRIME

Data dos anos 1950 o início do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Os pequenos grupos de traficantes de maconha estabeleceram-se em áreas específicas, sendo as favelas e os pobres espaços segregados da cidade os seus principais espaços de territorialização. Segundo Luke Dowdney (2003, p. 74), “as favelas são geograficamente convenientes do ponto de vista militar”.

Ainda nos anos 1980, ocorre a chegada da cocaína e, com isso, o aumento da demanda de drogas por parte da classe média, modificando o comércio de drogas ilícitas a tal ponto que seu controle passa a ser exercido por quadrilhas organizadas e “a defesa dos pontos de venda torna-se um dos aspectos centrais da comercialização da droga”. (SOUZA E SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008, p. 20).

No período entre 1983 e 1984, consolida-se o comércio ilícito de cocaína no Rio de Janeiro com a chegada de mafiosos italianos ligados ao tráfico internacional de drogas. (ZALUAR, 2009). Nessa época, o Comando Vermelho, que até então atuava em assaltos a bancos, muda de campo e passa a atuar no tráfico de drogas e roubo de automóveis. (AMORIM, 2003).

A UPP do Morro Santa Marta foi a primeira a ser implantada em dezembro de 2008, existindo, portanto, há mais de 10 anos. Situa-se na parte alta da favela e junto a esse órgão foi construída uma quadra de grama sintética, segundo relato das mulheres da paz e conforme citado por Christina Vital da Cunha (2015).

A quadra, antes da ocupação, era frequentada por traficantes que se acomodavam em duplas para vigiar esse ponto que é vulnerável para a segurança do tráfico, pois ali há vias de acesso do bairro de Laranjeiras à favela pelos quais gangues rivais e policiais usavam para acessar a favela. O terreno próximo à caixa d'água do morro, logo atrás de onde se instalou o posto de policiamento, era conhecido como “desova”³¹. A polícia se estabeleceu, pois, em uma área antes marcada física e simbolicamente pela presença dos traficantes (p.76).

Na parte alta, também está situada a 5ª. estação (estação final) do bondinho do Morro Santa Marta, que funciona desde 2008. Para subir até o pico, deve-se percorrer 788 degraus de escada.

Figura 7. Vista aérea do Morro Santa Marta

³¹ “Lugar de ‘desova’ é o modo através do qual os moradores, traficantes ou não, se referem aos cemitérios clandestinos e demais lugares onde jogam os corpos (mutilados ou não) daqueles assassinados por traficantes do local”. Acrescento, que o lugar de desova não é um espaço usado somente pelos traficantes, mas também por outros grupos armados, vide a vala do sangue existente em Santa Cruz (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 76).



Fonte: Instituto Pereira Passos (2010).

Legenda: 1) UPP Santa Marta 2) Plano Inclinado (Estação Final) 3) Associação de moradores 4) Escola de Samba.

Michel Misse (2011) ressalta que, ainda na década de 1970, formaram-se também grupos de extermínio nas periferias do Rio de Janeiro. Estes eram pequenos grupos de policiais, agentes penitenciários e guardas que recebiam dinheiro de comerciantes e empresários para evitar a ocorrência de crimes em determinada área. Outro grupo surgido nesse mesmo período foi a “polícia mineira”, formada por ex-policiais e policiais que vendiam proteção aos comerciantes locais. Na década de 1990, a “polícia mineira” começou a ganhar novas configurações, já que a proteção por ela oferecida estendeu-se aos próprios moradores, além

dos comerciantes, com o objetivo de “impedir” a disseminação do narcotráfico. Na realidade, a milícia tomou conta justamente dos territórios onde não havia tráfico.

Esse modelo, atualmente denominado de “milícia”, proliferou-se basicamente pela Zona Oeste do Rio de Janeiro e apresentaria traços, de acordo com Misse (2011), de uma organização mafiosa. Segundo ele, haveria cerca de 90 favelas sob o domínio de milícias no estado, as quais controlariam a distribuição de gás em botijão, os serviços clandestinos de internet e televisão a cabo e, em algumas áreas, o transporte público ilegal. Adicionalmente, haveria o diferencial de os milicianos tentarem ocupar espaços cada vez maiores nos poderes Legislativo e Executivo, construindo redes no interior do Poder Executivo, Legislativo e até Judiciário. Inicialmente, várias pessoas públicas manifestavam apoio a essas organizações, considerando que as milícias seriam uma forma de liberar as populações locais do domínio e da atuação dos narcotraficantes por meio de policiais residentes nos territórios. Posteriormente, matérias de jornais relatavam a imposição de taxas e extração de lucros dos moradores e comerciantes pelo fornecimento de produtos básicos e outras atividades irregulares.

Entre 2006 e 2011, Santa Cruz foi o segundo maior bairro em número de registros de denúncias contra as milícias: mais de três mil. Na natureza das denúncias estão os crimes de extorsão, homicídio e tráfico de drogas com um alto número de notificações. Na realização dos grupos focais com as mulheres, “eles” sempre eram os inomináveis. Aqueles que atuam e controlam, mas que sequer podem ser citados e muito menos nomeados. O pacto de silêncio entre os moradores é a lei que impera. Além disso, mesmo após a ocorrência das denúncias, os moradores não testemunham contra os milicianos, pois há vários registros de assassinato das testemunhas durante as investigações. Há basicamente dois grandes grupos de milicianos na região (os pequenos grupos, em geral, são reprimidos).

Figura 8. Mapa das favelas sob o controle do crime na cidade do RJ



Fonte: CPI das Milícias e Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (2009).

Portanto, os elementos que compõem a atuação das milícias – controle territorial, coação e lucro – não diferenciam as milícias do narcotráfico, exceto pelo fato de que a atuação das milícias é legitimada pelo estado. O bem menor das milícias, com as quais o estado lucra, reflete um dos motivos, talvez o principal, pelo qual o tráfico de drogas incomoda tanto o estado: afinal, este não lucra nas transações dos narcotraficantes, exceto quando recebem boas contribuições para campanhas eleitorais. Posso dizer que existe uma diferença entre as principais forças atuantes em Santa Marta e Santa Cruz. Enquanto no Santa Marta predomina a tríplice Igrejas+Tráfico de drogas+Estado (UPP), em Santa Cruz temos Igrejas+Tráfico de drogas+Estado(Milícias), cada um com seus objetivos.

Cabe lembrar que a Zona Oeste da cidade, onde está localizado o bairro de Santa Cruz, é a região mais pobre e populosa da cidade. Somente o bairro de Santa Cruz tem uma população de mais de 217 mil habitantes. A Zona Oeste, comparada a outras zonas, tem proporcionalmente a maior concentração de negros e pardos da cidade (60,4%). Essa concentração decorre, provavelmente, da existência de milhares de escravos na Fazenda Santa Cruz. Em síntese, não houve modificação do local de moradia dos remanescentes de quilombos e de zonas de escravidão.

Loïc Wacquant (2005) aponta que a “periferia” aparece como um aparelho socioespacial de segmentação e de controle étnico-racial. Para implementar o neoliberalismo, os estados abandonaram a busca por regulamentação de um bem-estar social para priorizar a administração

penal dos rejeitados humanos da sociedade de mercado, que tende a incorporar o subproletariado urbano a uma sulforosa marginalização. O estado optou pela retração que, conseqüentemente, resultou na desintegração do espaço público e no esgarçamento dos laços sociais no contexto urbano.

Santa Cruz concentra 25% do eleitorado da capital carioca e é um dos bairros com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)³² – 0,476 (2000) e 0,527 (2010) – e Índice de Desenvolvimento Social (IDS)³³ mais baixos do Rio de Janeiro ocupando a posição 147 entre 158 bairros da capital. Lá onde um morador vive, em média, 65 anos, isto é, 12 anos a menos que um morador de Copacabana, localizada na Zona Sul da cidade. Já o Morro Santa Marta pulou de 0,563 em 2000 para 0,684 em 2010 (nível considerado médio) no IDH-M.³⁴ Javier Auyero (2001), ao falar do bairro Paraíso, em Buenos Aires, remete-nos a uma situação muito semelhante à de Santa Cruz:

Paraíso é uma das vilas mais velhas e povoadas de Buenos Aires. Mais da metade de seus habitantes tem necessidades básicas insatisfeitas, e aproximadamente 75% de sua população estão abaixo da linha da pobreza, ainda que a “linha” da pobreza subestime o impacto negativo da grande instabilidade social e do isolamento. Ao concentrar características específicas para a pobreza termina-se obscurecendo as características específicas dos processos de marginalização e a cadeia de eventos e condições que levam à exclusão social. Desde o shopping Alto Palermo leva-se uma hora e meia em ônibus lotados para se chegar à Vila Paraíso (p. 61).

Local impregnado por políticas assistencialistas de troca de favores, Santa Cruz tem uma ausência quase total de serviços e políticas públicas. Os centros sociais mantidos por vereadores e deputados ainda permanecem reproduzindo uma política assistencialista que, infelizmente, ainda angaria muitos votos em época de eleições. Localizado a 55 Km do Centro do Rio, os moradores demoram cerca de 3h30min para chegar à região central devido às dificuldades no transporte público de péssima qualidade. No início dos anos 1980, durante o governo Brizola, a implantação de algumas linhas de ônibus que ligavam a Zona Norte e os subúrbios aos bairros da Zona Sul via Túnel Rebouças foi motivo de desgasto para os moradores de Copacabana, Ipanema e Leblon.

³² O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (Organização das Nações Unidas, 2018).

³³ O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) baseia-se na esperança de vida ao nascer, no nível educacional e no conforto e saneamento. Embora seja semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), substitui o índice “renda” por “conforto e saneamento” (Instituto Pereira Passos, 2008).

Afinal, essas linhas de ônibus significariam diminuição no tempo de deslocamento de uma zona à outra e um ganho de tempo e dinheiro para os trabalhadores que faziam o percurso diariamente, além de facilitar o acesso da população às praias da Zona Sul, ainda que os jovens das favelas e dos subúrbios tenham dificuldades para chegar às praias ou nelas permanecer sem que sejam retirados pela polícia ou pela guarda municipal. Muitos dos moradores do Morro Santa Marta sequer conhecem ou frequentam as praias da Zona Sul. Muitos desconhecem ou desconsideram a existência das praias, enquanto outros nem cogitam frequentá-las.

Sandra de Sá Carneiro (2009, p. 198) lembra que a cidade do Rio de Janeiro “se organiza segundo uma lógica sustentada por um sistema de proximidades e distâncias, através do qual os grupos sociais são inseridos ou classificados no espaço social”, criando o que a autora chama de “fronteiras simbólicas”. Ela destaca (p. 202):

Embora as fronteiras possam ser diluídas em algumas situações, dificilmente levariam à minimização das distâncias sociais, revelando que a vida social no Rio de Janeiro é muito mais complexa e dinâmica do que a simples ideia de um dualismo poderia sugerir.

Para Sandra Jovchelovich e Jacqueline Priego-Hernandez (2013), “a preponderância de fronteiras urbanas marcadas é um componente central do mundo da vida da favela” (p. 90). Os estereótipos como “suburbano” e “favelado” constroem um *ethos urbano* que contrasta com os padrões apresentados como pertencentes à Zona Sul. É o asfalto que cria as representações sociais negativas sobre os que vivem nas periferias.

Assim, muitas vezes, a categoria “suburbano” torna-se um conceito moralmente contaminado, sendo elaborado como um estigma (Goffman, 1975) na medida em que, por exemplo, seus moradores podem ser acusados de ter um comportamento desabonador, “atrasado”, “não moderno”, sendo importante situar sempre quem os classifica assim (CARNEIRO, 2009, p. 213).

Nessa lógica, os suburbanos e favelados, normalmente já estigmatizados, são caracteristicamente vistos como representantes de uma situação que está à margem e, com frequência, têm sua identidade associada ao crime, à violência e à marginalização, configurando uma série de experiências marcadas pela discriminação e segregação quando estes atravessam as fronteiras da cidade.

Essas representações negativas têm uma carga afetiva para o Eu e para a comunidade e, ao mesmo tempo, consequências concretas para a empregabilidade e para as possibilidades de levar uma vida com direitos e sem discriminação na cidade (...) As tentativas de resistir e de cruzar fronteiras se deparam com a negação e com o isolamento, bem como com o fascínio dos

que estão fora da comunidade (JOVCHELOVICH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013, p. 91).

Percebe-se, portanto, que a reprodução do modelo de exclusão com o qual a cidade do Rio de Janeiro foi construída vem sendo reforçada, nos últimos cem anos, pela apatia burocrática e pela inépcia administrativa decorrentes das políticas públicas que sempre privilegiam os bairros da Zona Sul.

Para Carlos Fortuna (2002), existe um lapso de tempo que separa a metrópole industrial e moderna da metrópole tardia e pós-moderna, assim como de transformações profundas que podem ser resumidas no seguinte conjunto de fatores:

1) a desvitalização recíproca tanto social quanto cultural dos territórios que é resultado da incessante urbanização do mundo e do crescimento das cidades, partindo do centro para as margens;

2) o poder de intervenção e o monopólio do saber dado a urbanistas e arquitetos para imporem um sistema de significação e de intencionalidade ao espaço urbano, à margem da participação pública e democrática dos não especialistas;

3) a flexibilização pós-fordista, conjugada com o processo duplo de desindustrialização e reindustrialização, e os seus efeitos sobre a criação de espaços vazios no interior das cidades;

4) o desenvolvimento das tecnologias e as correspondentes compressões espaço-temporais e desterritorialização dos processos produtivos e comunicacionais;

5) a cultura da velocidade (e da mobilidade) e a transfiguração de vastas áreas urbanas em lugares de passagem (“não lugares”), com repercussões sobre o efeito de memória e o sentido de lugar;

6) a globalização econômica, financeira e dos modos de governança política e os seus efeitos sobre a implosão do estado-nação e a concomitante insinuação das cidades como mesoesferas de governança;

7) a globalização da cultura, associada às novas formas de afirmação contra-hegemônicas de valores, identidades e comunidades locais;

8) a urbanização da injustiça como resultado da contínua privatização dos lugares e patrimônios públicos e os seus efeitos colaterais na fragilização da cidadania e na retração generalizada para o domínio da domesticidade e dos círculos de convivialidade³⁵ restrita.

³⁵ O termo “convivialidade” pode ser definido como a capacidade de uma sociedade em favorecer a tolerância e as trocas recíprocas, seja entre as pessoas, seja entre os grupos que a compõem. Relaciona-se ao modo de lidar com a convivência.

Com isso, um Rio de Janeiro fragmentado e polarizado, que viveu as transformações e remoções decorrentes dos megaeventos, as periferias tornam-se zonas de crime e de tráfico a serem temidas, evitadas e, no máximo, pacificadas. Os meios de comunicação referem-se insistentemente ao medo que esses “provocadores de crimes” geram nas pessoas que vivem na cidade. Em um clima no qual a segurança urbana tornou-se o tema principal da imprensa e um dos mais importantes da população, dadas as explosões de taxas de criminalidade, a favela aparece como a origem desconhecida e impenetrável da atividade criminal.

Nos dias atuais, existem vários sinais de que a crescente presença do tráfico de armas e de drogas esteja produzindo impactos perversos na organização social e na sociabilidade reinantes nos bairros populares. A partir disso, formou-se um senso comum que hoje situa nas favelas e bairros populares a origem do sentimento de ameaça experimentada pelos moradores das grandes cidades brasileiras e que, nos anos recentes, fundamentou a adoção da aventura de operações bélicas para integrá-las à cidade. São indícios da crescente estigmatização das favelas que se estende a outros espaços populares, reverberados por uma crescente “cultura do medo”. Seguindo as palavras de Loïc Wacquant (2005), essa violência “vinda de cima” apresenta três componentes principais:

- 1) desemprego em massa, persistente e crônico, representando para segmentos inteiros da classe trabalhadora a desproletarização que traz em seu rastro uma aguda privação material;
- 2) exílio em bairros decadentes, onde escasseiam os recursos públicos e privados à medida que a competição por eles aumenta devido à migração;
- 3) crescente estigmatização na vida cotidiana e no discurso público, o que se torna ainda mais terrível por ocorrer em meio a uma escalada geral de desigualdade.

O estado atua como gerenciador da privação material e da marginalização econômica e cultural das cidades. A configuração socioespacial da cidade é o produto de uma particular interação entre forças macroestruturais, políticas estatais e o compromisso ativo dos “vileiros”, tanto enquanto indivíduos como através de suas organizações coletivas com essas pressões externas. A pobreza urbana não é somente o produto da ação de um ator (hiperurbanização, políticas habitacionais etc.), mas também da inter-relação de atores em disputa e das constantes mudanças na estrutura de oportunidades políticas – regimes autoritários e democráticos. Nesse sentido, é preciso entender a periferia como uma relação entre a economia, o descuido estatal e a ação dos atores políticos dentro e fora dela.

Para Luiz Cesar Ribeiro (2001), guetos e periferias urbanas são desconectados em termos econômicos, políticos e culturais da sociedade de mercado em emergência. A

concentração territorial de camadas empobrecidas participa agora ativamente do processo de sua destituição como atores sociais e políticos. Por outro lado, a concepção moralista e mobilizadora, que hoje organiza as formas como são enunciadas as ameaças representadas pelas manifestas e crescentes distâncias sociais e culturais entre os deserdados e os vencedores da sociedade de mercado, ao responsabilizar os pobres e excluídos pela sua pobreza e exclusão, reintroduz no discurso público a ótica estigmatizadora que demonizou as camadas populares no século XIX:

A apropriação do lugar dá ao seu proprietário acesso às propriedades de poder dos lugares, traduzidas em categorias de ganhos de localização descritas com a utilização do vocabulário da economia urbana: ganhos de situação associados ao fato das pessoas estarem próximas a agentes e a bens raros e cobiçados, como os culturais, educacionais, de saúde; ganhos de posição de classe decorrentes da possibilidade da localização em áreas dominadas simbolicamente pelas classes superiores permitem às pessoas que dela não fazem parte usufruírem o poder simbólico de distinção associada à posse monopolista de uma propriedade distintiva, por exemplo, o endereço prestigioso; ganhos de ocupação (ou de acumulação) pelos quais as classes dominantes podem manter à distância ou excluir pela posse do espaço físico os segmentos do acesso aos seus territórios como estratégias de dominação e de proteção do seu capital reificado (...) Nesse sentido, a luta pela apropriação do espaço é a luta pela acumulação das várias modalidades de capital (RIBEIRO, 2017, p. 17).

A diferença entre as “periferias” é se seus habitantes seguem tomando água contaminada, sendo chacinados e estigmatizados, entre outros tipos de desigualdade. Muitas favelas no Rio, principalmente as da Zona Sul da cidade, têm tido melhoras significativas em suas infraestruturas (pavimentação, iluminação, saneamento etc). Isso nos faz pensar em como as periferias, quanto mais distantes do centro, são esquecidas. Luiz Cesar Ribeiro e Luciana Lago (2001) afirma que, no interior das metrópoles, há importantes diferenças entre as posições sociais das favelas das áreas centrais e as localizadas nas periferias.

Gabriel Feltran (2010), ao escrever sobre as periferias brasileiras, argumenta que a relação entre periferias e mundo público foi historicamente marcada pelo conflito. Para ele, esse conflito, bem como suas formas de contenção a partir dos anos 1970, faz com que ainda hoje coexistam na cena pública três dispositivos distintos, que na linha do tempo tiveram ênfases sucessivas:

1) a luta política, cuja lógica interna remeteu à aposta nos direitos da cidadania, central nas ações dos “movimentos sociais” dos anos 1980 e início dos 1990;

2) a gestão social, gerenciamento estatal e não governamental de populações específicas das periferias, muito presente na lógica interna dos “programas sociais” a partir de meados dos anos 1990;

3) a violência, presente ou latente na repressão policial às periferias e regulada hoje sobretudo pelo próprio “mundo do crime”, que se expande nas periferias da cidade.

Ademais, o perfil da população que ocupa as periferias urbanas brasileiras é majoritariamente migrante e centrada na família extensa. A coesão social dessa população está ancorada, muitas vezes, em valores religiosos e no projeto de mobilidade social prometido pela cidade. A demanda por integração social e representação política dos interesses dessa população sempre foi intensa, embora reprimida na maioria das vezes.

Outro fator a ser apontado é o encolhimento das redes de sociabilidade, a desproletarização e a crescente informalização de sua população, a despacificação da vida cotidiana, a desertificação organizativa, a crescente relevância do comércio ilegal de drogas e a guerra que a mão repressiva do estado tem tacitamente declarado contra os pobres. Essa é outra particularidade da Zona Oeste, onde quase não há praças e os clubes esportivos existentes foram fechados. Dados do IPP ressaltam que o percentual de praças em Santa Cruz é de 0,41%, enquanto em Botafogo esse percentual é de 2,21%. Raros são os locais de interação social e os que tentam se fixar na região acabam indo embora porque as milícias querem que parte da arrecadação seja repassada a elas.

Essas “periferias” estão deixando de ser *lugares*³⁶ para converter-se em *espaços*³⁷ de sobrevivência para os relegados que, no discurso do estado, são racializados. A delimitação do lugar não é física, mas sim imposta por um esquema espacial através das relações de sentido a partir das práticas e apropriações do espaço que delimitam semanticamente o lugar, o que supõe uma percepção que depende diretamente de uma experiência cotidiana e coletiva. É nesse contexto que Félix Guattari (1985, p. 110) volta-se para as noções de territorialidades subjetivadas do lugar, alertando: “Para que exista um lugar, é necessário que as práticas sociais

³⁶ Para Michel de Certeau (1996, p. 184), “um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”.

³⁷ Michel Maffesoli (2010) caracteriza o espaço como o “meio” entre a natureza e a cultura. Segundo ele, há uma sinergia entre “espaço e socialidade” que se exprime na experimentação em comum. Certeau (1996), por sua vez, define o espaço diversamente do lugar, pois o espaço não tem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. Em suma, o espaço seria um lugar praticado.

que lhe são constitutivas sejam relacionadas ao espaço, tornando-o um território de subjetivação”.

Em regra, essa “crise” entre o lugar e o espaço é vista como resultante da lógica cultural contemporânea que acentua, de um lado, o reino do individualismo e da domesticidade e, de outro lado, a cultura do movimento e da velocidade que, aplicada à técnica urbanística, organiza a cidade de acordo com o princípio geral de que os atores estão em contínuo trânsito entre lugares.

No Brasil, fruto da política ditatorial que ainda está impregnada no estado, permanecem os operativos de limpeza e moralização e os operativos de erradicação das vilas que, em nome do progresso da cidade, utilizam-se do discurso e da prática da racialização. Assim, o “vileiro” – seja branco ou negro – acaba sendo construído como o outro repugnante e nocivo. Nesse sentido, o discurso dominante filtra-se no imaginário simbólico da sociedade e transforma-se em um sentido comum na maioria das vezes racista. Samuel Huntington et al. (1993) ressalta que os conflitos, inerentes às sociedades desde as suas origens, são internos à civilização ocidental desde a Paz de Westfalia. Os conflitos, segundo ele, surgem, em parte, porque a economia política dominante fomenta o ressentimento, ainda mais quando este se torna veículo de propagação de interesses, ideias e valores da classe dominante.

Os dados aqui problematizados são suficientes para demonstrar que a violência interpessoal cotidiana, a violência repressiva estatal intermitente militarizada e a violência estrutural da falta de políticas públicas ditam o ritmo de vida diário em Santa Cruz, nas favelas e em tantos outros bairros pobres de nossa sociedade. A existência da Vala do Sangue, onde diariamente são jogados corpos, já passa despercebida e tem caráter de normalidade para os moradores. A Vala do Sangue é tão comum que já se tornou nome de rua do bairro.

O nome foi adotado em virtude da existência do matadouro na região onde, em uma de suas salas, os animais eram colocados após a morte e onde, conseqüentemente, perdiam muito sangue. O que precisamos pensar é em ferramentas para avaliar as raízes, os mecanismos e as conseqüências dessas distintas violências. A expansão da violência acaba por acentuar a situação de segregação e marginalização dos moradores das periferias, uma vez que aumenta a desorganização social, desertificando o espaço da sociabilidade e das práticas cívicas. O novo marco na modernidade tardia é a expansão da violência difusa nas grandes cidades brasileiras, produzindo uma tensão no cotidiano vivido nas periferias.

CAPÍTULO 4 - A PAZ POR VIR DAS MULHERES

4.1 GUERRA E PAZ

A paz, como um estado societário positivamente valorizado e digno de perseguir como um fim, ante os seus opostos – guerra e violência – é um valor muito recente na história da humanidade. A guerra, ao longo desse período, tem servido como um argumento de defesa e fundamenta-se essencialmente na obtenção de riqueza.

Os pactos ou momentos de paz eram – e ainda são – muito mais a consolidação de feitos bélicos ou violentos consumados do que instâncias perseguidas para evitar violências e guerras, ou seja, a paz seria algo alcançável que só viria depois da guerra. A Paz de Westfalia, ocorrida no século XVII, constitui objetivamente o primeiro momento histórico de busca coletiva consensual de uma paz duradoura, a qual deriva de um equilíbrio de poder estabelecido através de tratados que, na maioria das vezes, ocorre pela subordinação. No Congresso de Viena, em 1815, por exemplo, a França, perdedora em virtude das guerras napoleônicas, teve de indenizar os países vencedores. A afirmação retórica da positividade da paz como valor a ser perseguido tem sido uma constante discursiva progressivamente desde meados do século XVIII.

De acordo com Rafael Bayce (2005), Immanuel Kant foi quem conceituou a utopia da paz como um imperativo moral e como uma *res* jurídica, com as ideias de “paz perpétua” e de “direito cosmopolita”, com gigantescos ritos da imposição progressiva da ideia de paz e da realidade da paz na história humana. Além de um estado inicial de todos contra todos (conforme defendido por John Locke e Jean-Jacques Rousseau), o estabelecimento de contratos e/ou tratados seriam uma etapa necessária para vislumbrar um estado de ausência de violência, isto é, um estado de paz. Chama a atenção o fato de existir, ainda na atualidade, um “direito a guerra”, situado entre a represália frente uma agressão e a “prevenção” frente a uma ameaça.

O direito a guerra é uma ameaça que significa exatamente o contrário. Como é possível argumentar que a ameaça não pode continuar, que é bom que se iniciem os preparativos, em um direito de prevenção, ante um formidável aumento de poder de outro estado? Justificando-se o fim pelo estabelecimento da “paz”, é necessária a prevenção através da guerra? Ações como esta se repetem há séculos e continuam reproduzindo um discurso paternalista de que, pelo bem do outro, é justificável o uso da violência. A título de exemplo, foi trazida para o Brasil a civilidade a uma terra povoada por indígenas. Ações historicamente aprovadas com o pretexto de levar o bem mesmo que para isso fossem necessários o uso da violência e a dizimação de muitos povos. A paz é sempre subjugada a outros fins, assim como por diferentes valores, motivos e interesses.

Segundo Raymond Boudon e François Bourricard (1990), uma sociedade que se reduz à violência nega a si mesma e, na verdade, constitui-se em uma não sociedade. Se a paz pode ser identificada com a integração social, a violência, seu antônimo, expressa a forte presença de fenômenos de desintegração social. Em que medida as sociedades são capazes de detectar e resolver positivamente fenômenos que impedem ou impossibilitam a realização efetiva das potencialidades de seus integrantes?

Podemos dizer que, em uma primeira instância, a paz seria a identificação e a resolução favorável de fenômenos caracterizados por algum tipo de violência. Em uma definição mais recente, a paz corresponderia à capacidade de uma sociedade de tornar visível e resolver favoravelmente os tipos de violência nela existentes.

Johan Galtung (1995) elaborou uma tipologia para distinguir as violências a partir de duas grandes categorias de paz: a paz positiva, que está relacionada à ausência de violência indireta (ou seja, estrutural), e a paz negativa, que se refere à ausência de violência direta e pessoal. Com base nisso, é possível compreender que a paz não significa apenas a ausência de guerra, mas também a ausência de outros tipos de violência que limitam ou impedem uma relação de proximidade entre realidade e potencialidade. Vicenc Fisas (1998, p. 109) complementa o conceito de paz positiva de Galtung da seguinte forma:

(...) se a ausência de guerra pode ser chamada de paz negativa, a ausência de violência equivale à paz positiva, no sentido social, da harmonia, da satisfação, das necessidades básicas (sobrevivência, bem-estar, identidade e liberdade), autonomia, diálogo, solidariedade, integração e igualdade.

A possibilidade de certa sociedade construir um processo de paz efetivo é maior à medida que consiga determinar o caráter violento, até então abafado, de determinadas instituições e práticas sociais. Por isso, observa-se a necessidade latente da visibilidade da violência e do reconhecimento dos conflitos. Podemos dizer que a contemporaneidade do período posterior à Segunda Guerra teve o mérito de tornar visível a violência.

Johan Galtung (1995, p.53) registrou, o caráter oculto da violência estrutural em relação à violência pessoal:

(...) não é de se estranhar que a atenção tenha sido centrada na violência pessoal e não na estrutural. A violência pessoal é visível. O objeto da violência pessoal com frequência sente a violência e pode se queixar, enquanto o objeto da violência estrutural pode ser persuadido a não vê-la de nenhum modo. A violência pessoal promove mudança e dinamismo; não apenas espuma sobre as ondas, mas ondas em águas que em outras circunstâncias seriam calmas. A violência estrutural é silenciosa, não se mostra; é essencialmente estática, é como água parada.

Existe uma razão, talvez a principal, por meio da qual se tornam visíveis tipos de violência que até então estavam submersos, e o conceito de visibilidade vai tomando forma no universo conceitual da violência. Trata-se do surgimento, na esfera pública, de grupos até então subordinados que nas últimas décadas manifestaram seu descontentamento com o lugar subalterno ocupado por eles nas sociedades contemporâneas. A visualização de outros tipos de violência também foi possível pela ação daqueles que se encontram do lado que sofre a violência, particularmente as minorias étnicas e as mulheres. As ações sociais de grupos preocupados com a violência de gênero ou aquela desencadeada contra as diferenças étnicas contribuíram para que o conceito de visibilidade da violência ocupasse um novo lugar.

Tatiana Moura (2010) define o Brasil como um exemplo de país que vive um novíssimo tipo de conflitualidade violenta e armada. Apesar de ser um país que não está envolvido, oficialmente, em uma guerra, tem em algumas regiões elevadas taxas de homicídios provocados por armas de fogo:

Este discurso já quase formatado, repetido, parcial, tem duas consequências: *hipervisibiliza* e transforma em ameaça tudo o que aparentemente é mais óbvio e *silencia* e *invisibiliza* tudo o que esteja para além do olhar mais superficial e que não se ajuste a uma determinada concepção da insegurança e do medo coletivo. (...) Simultaneamente, a hipervisibilização de determinadas práticas de violência armada, em concreto as que ocorrem na periferia, contribui para a homogeneização e demonização dos habitantes e espaços de periferia, em concreto jovens do sexo masculino (MOURA, 2010, p. 109).

Moura analisa o caso do Rio de Janeiro enquanto exemplo de uma novíssima guerra. Assim, percebemos que a violência armada do Rio de Janeiro configura-se na continuidade segregacional que apresentei no capítulo três. Uma violência armada que é hipervisibilizada na periferia e sub-visibilizada no resto da cidade. Luke Dowdney (2003) caracteriza a capital carioca como uma cidade que vive uma violência armada organizada. E Moura acrescenta que:

A violência armada que faz com que grande parte da população do Rio de Janeiro sinta que vive em uma guerra cotidiana, vai muito além das suas intervenções visíveis e directas, e muito além das fronteiras das favelas. Por um lado, a população das comunidades dominadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias é sistematicamente invadida pela polícia, sentindo diariamente os efeitos localizados desta situação específica da violência armada organizada (a restrição à mobilidade constitui um dos dados colaterais desta guerra, já que em ocasiões de maior intensidade do conflito os habitantes não podem sair ou entrar em suas comunidades ou casas, por medo de balas perdidas, que frequentemente atingem as suas casas e familiares e amigos). Para além disso, os impactos do uso de armas de fogo, no Rio de Janeiro, transcendem as fronteiras geográficas das comunidades das favelas (2010, p. 115).

Ainda que a maior parte do tráfico de drogas seja sustentada pelas classes média e alta que vivem no “asfalto”, as ações relativas à busca pela paz e o combate ao crime organizado não ocorrem fora das periferias. O uso das forças de repressão ocorrem, exatamente, em espaços contrários àqueles que recebem e continuam recebendo investimentos e políticas públicas.

4.2 MULHERES E VIOLÊNCIA

Mesmo que os homens representem aproximadamente 90% das vítimas de homicídio no Brasil, isso não significa que as mulheres estejam livres da violência, e sim que os mecanismos de controle e dominação a elas impostas, simplesmente por serem mulheres, incluem um repertório mais amplo de crimes que não necessariamente acabam em homicídio ou em outros tantos casos de feminicídio.³⁸ O feminicídio pode ser definido como a última instância de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher – Relatório Final, CPMI-VCM, 2013). O Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo: 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. O Mapa da Violência de 2015 apontou que, entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram simplesmente pelo fato de serem mulheres.

Acrescenta-se que as mulheres negras são as que mais sofrem violência: entre 2003 e 2013, houve um aumento de 54% no registro de mortes, passando de 1.864 para 2.875 nesse período. Na maior parte dos casos, os agressores são os próprios familiares (50,3%) ou parceiros/ex-parceiros (33,2%). Pode-se dizer que as mulheres, embora não sejam as maiores vítimas das mortes violentas, sofrem violências de outras formas: sexuais (assédio, estupro, violência obstétrica); físicas (empurrões, tapas, socos, pontapés, enforcamento, facadas, tiros, pedradas, privação de liberdade); psicológicas (deboches, insultos, ofensas, ameaças,

³⁸ No Brasil, o crime de feminicídio é amparado pela Lei nº 13.104/2015.

intimidações, promessas de morte) ou econômicas (privação de dinheiro, trabalho escravo). As duas últimas formas – violência psicológica e econômica – não são facilmente identificadas. Heleieth Saffioti (1997, p.88) reflete sobre as consequências de tais práticas:

Além dos agravos na saúde física e mental da mulher e dos filhos(as) que presenciam ou sofrem diretamente a violência, existem consequências econômicas para o país – diminuição do produto Interno Bruto (PIB) à custa do absenteísmo ao trabalho; diminuição da produtividade; custos hospitalares, jurídicos e outros.

Soma-se a isso o fato de que as comunidades periféricas geralmente apresentam uma forte incidência de atos violentos, em que os mecanismos sociais de reprodução da dominação patriarcal sobre as mulheres associam-se à ausência ou à insuficiência de políticas de estado e equipamentos ou serviços públicos, assim como interdições ao direito de ir e vir – devido principalmente ao conflito entre os grupos do tráfico moradores de um mesmo território, à falta de recursos econômicos, à presença do crime organizado, ao tráfico de drogas e à violência policial.

Essas mulheres oriundas de comunidades periféricas estão mais expostas à violência, ainda que a violência contra a mulher esteja presente em todas as esferas sociais. Nessas comunidades, em virtude da ação policial, o estado acaba não sendo bem visto pela comunidade de modo geral porque, ora atua como agente da violência, ora como cúmplice dos grupos ligados ao crime. O acesso às delegacias é praticamente inexistente e, muitas vezes, denunciar agressões às autoridades pode significar expor-se à violência e à humilhação ou à retaliação no próprio local de moradia. Segundo Alexandre Ciconello (2010, p. 19):

As desigualdades de gênero, econômica e o racismo afetam a população predominantemente negra e pobre, criando múltiplos obstáculos à autonomia das mulheres que habitam estes espaços. A violência doméstica e a sexual são mais constantes porque a circulação de armas e o uso da força estão legitimados.

Assédio sexual, tráfico sexual e desigualdade salarial são motivos de críticas amplamente apoiadas nos dias atuais. Todavia, não há uma mudança de comportamento significativa de atitudes que tenha eliminado essas práticas de alguma maneira. Ainda existe um entendimento de que o âmbito doméstico está separado de áreas como a economia ou a cultura. Necessidades então caracterizadas como pessoais ou domésticas acabam tornando-se “fugitivas”, muitas vezes, de uma demanda política que possa ser traduzida em demandas de ações governamentais. Segundo Nancy Fraser (2009, p. 13), “a segunda onda do feminismo

teria provocado uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas *mentalités* (contudo) não tem se transformado em mudança estrutural, institucional”.

No Brasil, apesar do grande avanço legal com relação à violência contra a mulher e da institucionalização da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) há 12 anos, estudos demonstram que ainda não há uma efetiva diminuição no número de atos de violência contra a mulher. As instituições domésticas apoiam as relações de dominação e subordinação, enquanto as interpretações específicas fazem com que pareçam naturais ao favorecer grupos e pessoas dominantes e ao desfavorecer os seus subordinados. Assim, o velho ditado parece continuar resistindo: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. O discurso da especificidade e da privacidade serve para perpetuar a dominação e a subordinação. Como resultado desses processos, os membros dos grupos subordinados comumente internalizam interpretações sobre as suas necessidades que vão contra seus próprios interesses. Essa é uma das possíveis explicações para o fato de não haver uma queda significativa no número de atos de violência contra a mulher.

Outrora, até pouco mais de 20 anos atrás, a violência de gênero não era tratada como um problema sistêmico e político, sendo considerado como um problema pessoal. A tentativa era de identificar que a resposta para a violência de gênero não estava nos problemas emocionais individuais de homens e mulheres, e sim no modo como esses problemas refletiam profundas relações sociais de dominação masculina e subordinação feminina. Assim, o movimento de mulheres questionava os limites discursivos estabelecidos e politizavam um problema até então despolitizado. Além disso, reinterpretaram a experiência da violência e pleitearam um conjunto de necessidades relacionadas. Fraser (1991, p. 28) destaca:

Mais ainda, as feministas criaram novos públicos para os seus discursos, novos espaços e instituições nas quais essas interpretações opositoras puderam desenvolver-se e desde onde puderam chegar a públicos mais amplos. Finalmente, as feministas modificaram elementos dos meios de interpretação e comunicação autorizados; alcançaram a cunhagem de novos termos de descrição e análises e inventaram novas formas para dirigir-se às mulheres. Em seu discurso, se dirigiam às mulheres maltratadas não como vítimas individualizadas, se não como ativistas feministas potenciais, membros de uma coletividade política constituída. (tradução da autora).

4.3 MULHERES DA/PELA PAZ: A ASSOCIAÇÃO POSSÍVEL

As feministas foram precursoras em estratégias inovadoras, tais como o “efeito bumerangue”, que mobiliza a opinião global dirigindo a atenção para denunciar abusos locais e para envergonhar os estados que simplesmente fecham os olhos para eles. O resultado foi uma nova forma promissora de ativismo feminista, transnacional, de múltipla escala e pós-Estado de bem-estar social que deve pontuar as ações da nova onda feminista (de direitos das mulheres). Iniciativas como essas surgem em várias cidades do mundo, como o Movimento Mães de Maio (São Paulo), que é baseado no Movimento das Mães da Praça de Maio (Argentina), o Movimento pela Paz Liberiano, a ONU Mulheres (que ocorre em vários países do mundo, principalmente em países africanos), entre outras.

A atuação do feminismo latino-americano está além dos movimentos sociais no sentido clássico da expressão. Ela se insere no campo discursivo de atuação/ação. Atualmente, constitui-se como um campo amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetário e polifônico. A maioria das ONGs que surgiram no início da segunda onda do feminismo latino-americano centrou suas atividades na educação popular³⁹, no empoderamento e na conscientização das mulheres de classes populares. Algumas ainda mantêm esse enfoque, enquanto outras centram seu trabalho na promoção e no monitoramento da legislação relacionada ao gênero. Outras organizações ainda se propõem a articular trabalhos de base com ações “macro”, centradas nas políticas públicas e em outras modalidades de intervenção político-cultural. Marlise Matos (2013, p. 97) esclarece-nos a esse respeito:

Las ONG feministas, cada vez más especializadas, avanzaron en la introducción de los temas relacionados con el género en distintos programas, mientras que relativizaron en su parte su función de crítica, presión y transformación del Estado. Las ONG comenzaron a tener un papel importante en el fortalecimiento de las políticas sociales, mientras que el Estado experimentó un vaciamiento de su función social.

Mais que executoras, as ONGs tornaram-se organismos coordenadores e orientadores das políticas sociais, muitas vezes transformando-se em organizações híbridas da sociedade civil ou do movimento feminista que promovem a cidadania plena das mulheres. Como afirma Sonia Alvarez (2000, p. 402), “las ONG parecían más ‘neo’ que ‘no’ gubernamentales al responsabilizarse por los servicios públicos que deberían permanecer dentro del campo de acción de los gobiernos”.

³⁹ Segundo María Lugones (2008), a educação popular pode ser um método coletivo para explorar criticamente o sistema de gênero em seus grandes traços, assim como sua detalhada concretude espaço-temporal, no intuito de gerar mobilização para uma transformação das relações cotidianas.

Contextualizando a busca pela promoção de direitos das mulheres, surgem na década de 1980 na América Latina – em países como Peru, Argentina e Chile – os chamados cursos de capacitação legal das mulheres que se propunham a promover a outras o conhecimento das leis e dos mecanismos jurídicos possíveis de serem usados. No Brasil, a ideia de criação do projeto Mulheres da Paz baseou-se em uma proposta iniciada em 1992 em São Paulo através de uma articulação entre a União de Mulheres de São Paulo e a organização não governamental Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, que desenvolve o programa Promotoras Legais Populares. Segundo Aline Bonetti (2000, p. 20), essa iniciativa tinha por objetivo “a constituição de redes femininas de informação sobre os direitos das mulheres nos setores urbanos de baixa renda, além da multiplicação destas informações a um número cada vez maior de mulheres”. O projeto foi inicialmente chamado de Mães Ouvidoras. A proposta era criar uma alternativa à mulher e à sua comunidade em termos de resolução de conflitos, conhecimento de seus direitos, utilização dos espaços públicos, exercício da cidadania, acesso à justiça, à saúde e às políticas públicas. A finalidade principal do programa seria, então, que essas mulheres pudessem multiplicar os conhecimentos adquiridos, mediando situações conflituosas e oferecendo alternativas de encaminhamento.

No contexto da proposição de políticas para redução da incidência de atos violentos contra as mulheres, criaram-se projetos como tentativas de resposta à necessidade de predispor dotações sociais para ampliar as oportunidades às mulheres e reduzir a incidência de atos violentos contra elas. A experiência revelou que, nos casos de violência contra a mulher, mostra-se muito mais eficaz a intervenção de outra mulher da própria comunidade, sensibilizada, que acessará a vítima sem violar sua intimidade, proporcionando-lhe conforto e conhecimento de seus direitos, de sua cidadania e da necessidade de mudança dessa realidade. De fato, a ênfase na capacitação com perspectiva de gênero, somada ao desenvolvimento pessoal nos programas dirigidos às mulheres pobres, difundiu-se extensamente em toda a América Latina, sobretudo após a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, ocorrida em Viena em 1993, e a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing no ano de 1995.

Posteriormente, influenciado pelo movimento Mães do Rio, que se caracterizava por grupos de mulheres atuantes devido às chacinas ocorridas no Rio de Janeiro no início da década de 1990 e em 2005 – mães de Acari, de Vigário Geral, de Queimados e Nova Iguaçu e da Candelária –, o projeto passou a ser chamado de Mães da Paz. Contudo, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) criticou a associação entre o feminino e o cuidado, com

base na imagem de mulher/mãe, argumentando que o projeto deveria ser associado à promoção do empoderamento das mulheres em vez de associá-lo ao grupo de mulheres como cuidadoras. A partir disso, a SPM sugeriu a troca do nome do projeto para Lideranças da Paz, que acabaria por incluir também a participação de homens.

Bila Sorj (2011) explica que, a partir dessa tensão existente entre mães *versus* mulheres, o projeto acabou recebendo finalmente o nome de Mulheres da Paz, incorporando algumas sugestões da SPM. Essa tensão, no entanto, está presente na própria redação final do projeto em suas duas diretrizes gerais: enquanto a primeira faz referência à emancipação da mulher, a segunda atribui-lhe um papel relacionado à imagem de mãe/cuidadora, ao ser responsabilizada pelo encaminhamento de jovens aos projetos sociais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Desde a criação do projeto, em 2007, ocorreram modificações quanto aos seus objetivos. Atualmente, em linhas gerais, ele visa à capacitação de mulheres atuantes na comunidade para que se constituam institucionalmente como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas por elas e para elas, com base no empoderamento feminino, além de construir e fortalecer redes tanto de prevenção da violência doméstica quanto de enfrentamento das violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres, pois, como já explicado anteriormente, as mulheres da paz fazem parte da própria comunidade, sendo capacitadas em temas como gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências, fatores de risco e protetivos e prevenção à drogadição. Elas devem agir como multiplicadoras do programa, tendo como incumbência prevenir a violência juvenil e o envolvimento dos jovens com as drogas, bem como a violência de gênero.

Através da atuação dessas participantes, o projeto visa fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas mulheres em suas comunidades. Ao se organizarem em grupos, isso possibilitaria a articulação com outras redes e poderia fazer valer, de certa maneira, suas necessidades e reivindicações mais importantes, incluindo melhores condições de vida, maior acesso à justiça e uma vida menos violenta e mais digna. Em pesquisa realizada por Márcia dos Santos Macêdo em 2001, com mulheres chefes de família em Salvador, as mulheres relataram que, embora enfrentassem dificuldades econômicas, estar com os filhos significava “ter paz”.

Esse sentimento demonstra que, muitas vezes, as mulheres conseguem romper com relações desiguais e violentas. É um típico contexto de “negociação de subjetividades”, como diria Heleieth Saffioti (1997), “quando a mulher consegue romper o eixo de organização da sua

vida em torno de uma figura/situação violenta ou opressiva. Essa reelaboração de suas referências de mundo favorece a construção de novas falas e, num certo sentido, pode-se dizer que permite o surgimento de um novo sujeito”. (MACÊDO, 2001, p. 71). Esse processo que atravessa as subjetividades das mulheres, suas relações interpessoais e suas visões de mundo, resulta, em muitos casos, em oportunidades de mudanças de vida, ainda que seja um processo muito difícil para as chefias femininas. Assim, vive-se o paradoxo de considerar-se “vitoriosa”, mesmo tendo todas as responsabilidades sobre suas costas.

Vítimas de diferentes tipos de violência, seja ela doméstica, institucional ou indireta (quando os membros de sua família também são agredidos, presos ou mortos, sobretudo seus filhos), as mulheres correspondem às principais vítimas da violência criminal. No discurso das mulheres da paz aparece, mais uma vez, o relato de mulheres que se sentiram “empoderadas” após participar do projeto a ponto de resistirem a relações abusivas, transformando-as ou até mesmo rompendo-as. Resta saber se, junto a essas políticas, o estado proporciona oportunidades de profissionalização ou empregabilidade a essas mulheres, se oferece refúgios temporários para elas e seus filhos quando são vítimas de violência doméstica e se o interesse final é o fortalecimento da vida delas, e não somente a manutenção das famílias.

Devemos ser capazes de imaginar a implementação de uma paz mundial mais sólida e caminhar em direção a ela, partindo da construção de um diálogo de civilizações, de um conjunto de direitos humanos que não está inspirado nos objetivos de uma só nação nem na minimização de uma possível decadência. Rafael Bayce (2005) compreende que a virtualidade do atual movimento dos Direitos Humanos nem o seu desenvolvimento pode prevenir, minimizar e controlar atuais ou eventuais conflitos. Ainda assim, reconhecem-se os esforços realizados, os quais têm surtido efeito na melhoria da convivência humana, defendendo os menos privilegiados, protegendo as minorias, articulando interesses, valores e temas. No entanto, o autor argumenta que o movimento está esgotado em seu potencial por já ter alcançado seu objetivo histórico e corre o risco de converter-se dialeticamente em um obstáculo à busca de uma paz mundial concreta, sólida e duradoura.

O apoio deve partir do movimento de direitos humanos, porém transcendê-lo e superá-lo durante o seu auge, para impedir que chegue ao seu teto e transforme-se em uma pedra do caminho que se pretende edificar: o desenvolvimento da paz e da convivência entre países, nações e civilizações. Bayce (2005) aponta três insuficiências do movimento de direitos humanos, a saber:

1) o conteúdo dos assim proclamados Direitos Humanos Universais seria demasiadamente ocidental, branco, urbano e cristianizado, ao passo que tais direitos deveriam servir para uma identificação global duradoura, abrangendo valores centrais que sustentassem relações pacíficas e simpáticas entre povos, culturas e civilizações;

2) os procedimentos adotados para estabelecer tais conteúdos têm sido de uma aparência altruísta com imposição de culturas, civilizações e países hegemônicos frente ao restante, visto que tais conteúdos têm sido estabelecidos sem a participação de grupos historicamente importantes e numericamente relevantes. Esses procedimentos não têm dado conta da diversidade de atores, evitando, assim, o estabelecimento do que seria o “Universal”. Esses fatores podem implicar obstáculos a sua difusão, principalmente em resistências à sua implantação, não só pelo não reconhecimento, mas também pelo sentimento de invasão;

3) em virtude das constatações anteriores, os Direitos Humanos podem, por sua frágil pretensão de universalidade não provada e não praticada, ser vistos como uma nova invasão etnocêntrica neocolonial, gerando conflitos desnecessários.

É possível reconstruir a história dos direitos humanos como a história das regulamentações jurídicas de violências até certo ponto “encobertas”. As gerações de direitos mostram um processo histórico de visualização das violências. Karel Vasak (apud FERNÁNDEZ SEGADO, 1998) identifica as três gerações de direitos:

- 1) os direitos individuais do século XVIII e início do século XIX;
- 2) os direitos sociais e econômicos do período entre-guerras;
- 3) os direitos de terceira geração fundados na solidariedade.

Enquanto os direitos de primeira geração podem ser facilmente identificados com os meios para evitar a violência institucional ou os efeitos das guerras, os de segunda geração correm no sentido de prevenir a violência estrutural. Não é estranho que os primeiros direitos vinculem-se à violência direta, considerando-se também que a visão mais tradicional dos estudos sobre a paz tenha estado vinculada à ausência de guerra. Nesse sentido, é importante observar que, dos trinta artigos da Carta Universal dos Direitos Humanos de 1948, apenas seis se referem explicitamente aos direitos socioeconômicos. (OLIVEIRA, 1993). Isso significa que os direitos de segunda geração entraram para o debate jurídico ao serem identificados como um tipo de violência estrutural nas sociedades. Uma última análise mostrará que os direitos de terceira geração estão associados à visibilidade decorrente dos até então acobertados tipos de violência. Talvez por esse motivo os Direitos Humanos sejam permeados, na atualidade, por debates em torno da paz feminina, do respeito à natureza e da tolerância às minorias étnicas.

Na realidade, a história dos direitos humanos confunde-se com a história da luta pela paz. E, quando se fala em direitos à paz como elemento de uma terceira geração de direitos, trata-se, na verdade, de incorporar ao acervo jurídico internacional à possibilidade de negar a violência em sua forma mais direta. Parece mais correto afirmar que cada geração de direitos corresponde a determinada visualização dos tipos de violências e ao acordo entre nações sobre novas formas de expressões jurídicas que visam cumprir o objetivo de evitá-los ou combatê-los.

Por este e por outros motivos, torna-se necessário e urgente fazer florescer um direito que seja cosmopolita, que transcenda a lei das nações – uma espécie de cidadania cosmopolita. Pensadores como Immanuel Kant, Jürgen Habermas, Rafael Bayce, Johan Galtung, Jean-François Lyotard, entre outros, compartilham dessa ideia. A proposta é utilizar os direitos humanos como embrião da paz e do cosmopolitismo.

Conceber a justiça a partir de uma “ideia” que é capaz de reconstituir a universalidade e também a finalidade em termos de coexistência das diferenças. Essa “ideia” teria uma função reguladora sobre a diversidade das opiniões e se basearia no fato de que o julgar transcende a determinação do presente, visto que projeta o porvir da humanidade. Se, por um lado, a “ideia” é incapaz de gerar um conceito unitário de justiça, capaz de garantir a paz entre os diferentes, por outro, ela ao menos evita que confundam unificação e dominação, promovendo acordos que, segundo Jean-François Lyotard (1986), sustentem a coexistência das diferenças.

CAPÍTULO 5 - PENSAMENTOS PÓS-COLONIAL E DESCOLONIAL EM UMA QUARTA ONDA FEMINISTA

5.1 DESCOLONIZANDO O FAZER CIENTÍFICO

Descolonizar é um processo histórico em que cabe discernir o movimento histórico da forma e do conteúdo com os quais ele é produzido. É necessária uma modificação do “ser”: o colonizado precisa passar da situação de espectador à de ator privilegiado. Também é preciso haver um novo entendimento da atual situação colonial e lutar contra os chamados “soldados”, que são os que criam, em torno do explorado, uma atmosfera de submissão e inibição que fortalece as forças de ordem. A violência que presidiu a constituição do mundo colonial acabou sendo reivindicada e assumida pelo colonizado. É uma violência baseada na supremacia do homem branco com uma violenta crítica ao colonizado.

Os colonizados olham para a cidade do colonizador com um olhar de desejo: desejo de

pertencimento a outro território que não o seu, salientando que o indígena, o negro e, durante muito tempo, as mulheres também foram desumanizados, amparados por uma linguagem que os animalizava. Interessante perceber, sobretudo pelo atual contexto brasileiro, as características do cenário de guerra: violência, polarização e mentiras, as quais, muitas vezes, não são problematizadas e forjam um falso mundo imaginário. Nesse contexto, as pessoas passam a pensar que a única solução para o problema é a própria violência. Com isso, a experiência da vulnerabilidade e do perigo, a não proteção, o terror e o medo podem marcar em profundidade o psiquismo das pessoas, especialmente das crianças e dos jovens. Disseminar o ódio é uma prática não só do pensamento totalitário, mas também do pensamento colonialista.

O termo “pós-colonialidade” faz alusão ao trabalho de um grupo de pesquisadores formados pela academia anglo-saxã e originários do sudeste asiático e do Oriente Médio que, a partir dos anos 1980, começaram a elaborar uma série de questionamentos sobre os países que levaram a cabo o colonialismo. Entre os acadêmicos, estavam Homi Bhabha, Gayatri Spivak e Edward Saïd. Os principais postulados da corrente pós-colonial fazem alusão à reprodução, ao desenvolvimento e à manutenção das estruturas coloniais mesmo após os processos de independência vividos pelas colônias. Isso quer dizer que os processos de independência não modificaram a ordem social, econômica, política e cultural que foi imposta pelos impérios europeus, como o português, francês ou britânico. Os estados-nação mantiveram essa ordem que naturaliza hierarquias sociais de subordinação, marginalização e exclusão a populações que foram historicamente relegadas e que não fazem parte do modelo de homem branco, heterossexual e de classe média. Nesse caso, mulheres, negros, indígenas ou aqueles que não adotam uma identidade heterossexual são mantidos às margens em seus próprios países.

A crítica pós-colonial começou a questionar os relatos dos processos de independência, assim como a consolidação dos estados-nação, as relações de poder que sustentam as estruturas sociais, o papel das elites nacionais na reprodução dos sistemas de discriminação, as relações econômicas que essas novas nações seguem sustentando com as antigas metrópoles e a própria constituição desse novo sujeito independente que se tornaria, então, um cidadão. Em outras palavras, “pós-colonial” não se refere à superação do colonialismo, mas sim à maneira como este se mantém no tempo das mais diversas formas, mesmo depois das novas configurações nacionais das ex-colônias.

É nesse sentido, por haver um sentimento de que as teorias originárias do norte não davam conta dos problemas existentes no sul global, que a partir dos estudos pós-coloniais e descoloniais observa-se uma grande contribuição: atribuir-se à colonização uma dimensão

epistemológica e ideológica. Ou seja, os pós-colonialistas chamaram atenção para o fato de que a colonização não consistiu apenas em uma experiência de exploração econômica, mas foi também a imposição de uma racionalidade sobre outra. Autores como Santiago Castro-Gómez, Boaventura de Souza Santos, Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano e Juan Blanco reconhecem ainda que a dominação cultural foi crucial para viabilizar a dominação de cunho econômico.

As teorias pós-coloniais passaram a ocupar espaço na América Latina a partir dos anos 1990, porém com algumas críticas, entre elas as que apontavam que a corrente pós-colonial reflete uma história particular que não pode ser generalizada para o mundo todo em virtude de que as colônias asiáticas tiveram uma história muito diferente das colônias espanholas e portuguesas. Além disso, suas estruturas sociais também são diferentes e não dariam conta das especificidades do período colonial latino.

Para Santiago Castro-Gómez (2005), o pós-colonialismo deu um passo importante ao identificar um “ponto cego” em Karl Marx: a inaptidão da teoria marxista para compreender a dinâmica internacional do capitalismo (divisão internacional do trabalho) e a importância dos aspectos ditos “superestruturais” nesse fenômeno, sobretudo a questão racial. Ao mesmo tempo, os autores pós-coloniais teriam deixado de lado um elemento essencial ao substituírem considerações sobre a economia e a luta de classes pela análise da dimensão “epistemológica” ligada à produção de discursos. O argumento de Castro-Gómez, como apologia do pós-colonialismo latino-americano, desenvolve-se em torno desse movimento de afastamento e subsequente reaproximação com Karl Marx. Para o autor (2005, p. 19), Marx permaneceu aferrado a uma visão “teleológica e eurocêntrica” da história que o tornou incapaz de ver o colonialismo como um elemento essencial, constitutivo da modernidade. Em vez disso, Marx percebia a divisão internacional do trabalho em termos “aditivos”, como uma reprodução geograficamente deslocada do mesmo padrão que poderia ser compreendido em uma versão autocontida da Europa. Castro-Gómez (2005) lembra como a tese dos “povos sem história”, herdada de Georg Hegel por Karl Marx, permitiu a este excluir a possibilidade de que a América Latina pudesse ser considerada sequer como candidata ao agenciamento do processo revolucionário mundial.

Com efeito, em Marx o colonialismo é visto apenas como um estágio historicamente prévio ao capitalismo e ao comunismo. Como a revolução burguesa levava ao capitalismo, este deveria necessariamente preceder a revolução socialista. Assim, a periferia do mundo estaria desde já subtraída da luta revolucionária: “para Marx, el colonialismo no era otra cosa que el pasado de la modernidad y desaparecería por completo con la crisis mundial que daría paso al

comunismo”. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 19). Contudo, no âmbito das teorias pós-coloniais surgem os estudos subalternos ou da subalternidade. O conceito gramsciano de “subalterno” é (re)significado por uma série de acadêmicos que se interessam em definir as condições de subordinação e exclusão das populações relegadas nas histórias oficiais. Assim, eles propõem um novo ângulo historiográfico: contar as histórias do ponto de vista do subalterno, e não do das elites.⁴⁰

Esse giro historiográfico não se contentava apenas em encontrar a voz do subalterno e fazê-la falar. Também fez, assim como Antonio Gramsci, críticas às ideologias nacionalistas que impunham uma visão racista, classista, sexista e homofóbica diante de um cidadão específico. Quanto a isso, é fundamental entender que o grupo dominador exerce uma hegemonia que não é nada mais que uma série de forças temporariamente agrupadas para acender aos postos de poder. Esse caráter provisório implica que pode e deve ser contestado por quem está subordinado a ele, assim como sua temporalidade é efêmera e sempre passível de ser combatida e subvertida. No caso italiano das primeiras décadas do século XX, Gramsci via nos sindicatos dos trabalhadores italianos a força principal para essa mudança.

Segundo Nelson Maldonado-Torres (2016), o chamado “giro descolonial” implica uma mudança de atitude no sujeito prático e de conhecimento, seguida pela transformação da ideia em projeto de descolonização. Por sua vez, o giro descolonial, assim como a ideia de descolonização, encontra raízes na resposta visceral dos sujeitos conquistados diante da violência extrema da conquista, que invalida os conhecimentos, as formas de ser e, até mesmo, a humanidade dos conquistados. Os princípios do giro descolonial e a ideia de descolonização fundem-se sobre o grito de espanto do colonizado diante da transformação da guerra e da morte em elementos ordinários do mundo da vida que se transforma, em parte, no mundo da morte ou em um mundo da vida apesar da morte. A ideia da descolonização também expressa dúvida ou ceticismo com respeito ao protetor colonial.

A categoria descolonização começou a ser utilizada pelas Ciências Sociais no final do século XX, mais precisamente a partir da década de 1970. No Brasil, Paulo Freire publicou em 1973 a obra *Extensão ou comunicação: a conscientização no meio rural*, em que ele questionava os problemas de comunicação entre o técnico e o campesinato. Ainda que

⁴⁰ Sobre o subalterno ocorre uma violência epistêmica, definida por Gayatri Spivak como o silenciamento discursivo dessa “outra” voz por parte do poder colonial e patriarcal. Ao mesmo tempo, atua sobre o subalterno uma forma de conhecimento reproduzido nas escolas, nas leis e nos meios massivos de comunicação, que criam um marco discursivo (naturalizado) para autodenominação, com vistas a eliminar a possibilidade crítica da subversão linguística. Assim, não só a voz subalterna é excluída, como também suas experiências devem ser narradas com uma linguagem que não lhe pertença e que a violenta antes de sua pronúnciação.

divergissem sobre o lugar de fala e das diferenças em relação ao pensamento descolonial, Aníbal Quijano e Boaventura de Souza Santos aproximam-se da proposta de concepção de um pensamento que se diferencia das análises eurocêntricas.

Tanto a teoria pós-colonial quanto a descolonial latino-americana consistem em críticas bastante incisivas à modernidade, compreendidas tanto a partir de seu aspecto epistemológico quanto cultural, social e político. Entretanto, algumas características as diferenciam. Em princípio, é preciso destacar que o marco de início da modernidade, para os descoloniais latino-americanos, é a chegada dos colonizadores à América, momento em que a Europa confronta-se com o seu “Outro” e consegue controlá-lo, violentá-lo e vencê-lo. Os teóricos pós-coloniais, por sua vez, localizam o surgimento da modernidade no momento em que Inglaterra e França passaram a exercer o papel de forças imperiais no século XVIII.

Por situar o nascimento do capitalismo, da modernidade e da colonialidade no mesmo momento histórico, a crítica dos descoloniais alcança um caráter mais profundo e radical, dirigindo-se não apenas ao capitalismo, mas à própria modernidade. Ao se compreender a colonialidade como a outra face da modernidade e a pobreza do Sul como a outra face do desenvolvimento do capitalismo no Norte, tem-se uma visão mais ampla e complexa da realidade na qual estamos inseridos.

Por outro lado, está presente na formulação dos autores a compreensão semelhante à dos pós-colonialistas acerca do papel desempenhado pela cultura e pela epistemologia na concretização do projeto colonial e da exploração econômica das colônias, cujos efeitos são sentidos até hoje, tanto no Norte quanto no Sul. Para tornar tal característica mais lógica, bem como para qualificá-la e distingui-la em relação às teorias pós-coloniais, é crucial a distinção traçada pela teoria descolonial entre “colonialidade” e “colonialismo”.

O colonialismo estaria vinculado a um período de tempo em que as nações latino-americanas estiveram sob o controle das metrópoles europeias, notadamente Portugal e Espanha, dependência esta que se encerraria uma vez alcançada a independência. A colonialidade, por sua vez, diria respeito à lógica de domínio no mundo, que independe do controle sobre territórios específicos. As relações de poder da colonialidade transcendem o período propriamente colonial – o colonialismo, portanto –, em que pese terem aí se iniciado.

Além disso, enquanto o projeto pós-colonial situa-se entre a teoria crítica europeia proveniente do pós-estruturalismo e as experiências da elite intelectual nas ex-colônias inglesas na Ásia e no norte da África, o projeto descolonial tem outra matriz: estaria situado na própria modernidade e teria como característica a contestação dela mesma, trazendo à tona experiências

distintas das produzidas nos centros de poder imperial. (MIGNOLO, 2007). O conceito de descolonialidade traz implícita a compreensão de hierarquias que se dão em escala global, mas também em escala local. Assim, abarca tanto as contribuições contra-hegemônicas locais em contraposição às globais quanto “la crítica y perspectivas olvidadas por la crítica criolla”. (BLANCO, 2009, p. 114-115).

Walter Mignolo (2007) alerta que o pensamento descolonial pressupõe a diferença colonial. Significa que a teoria reivindica a localidade de todo o pensamento, inclusive o europeu, que é transmitido como se fosse “neutro”, “deslocalizado” ou “universal”, mas que, de fato, é fruto de certa realidade social. Nesse ponto, a confluência com os estudos pós-estruturalistas é bastante clara.

A perspectiva descolonial recebeu muitas contribuições oriundas das análises do sistema-mundo. Demonstra-se, segundo Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel (2007, p. 14), como “la división internacional del trabajo y las luchas militares geopolíticas son constitutivas de los procesos de acumulación capitalista a escala mundial”. Essa concepção é o que permite que se diga que a descolonialidade considera os elementos da superestrutura marxista como estrutura na forma de uma heterarquia; a cultura está entrelaçada aos processos da economia-política (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOQUEL, 2007), não perdendo de vista a inserção na macronarrativa marxista que, embora, tenha sido em alguma medida resgatada pelos pós-colonialistas, não o foi com a mesma intensidade e com a mesma preocupação com as estruturas de base como nas teorias descoloniais.

Portanto, ainda que compartilhem uma crítica ao eurocentrismo e uma ênfase à produção de conhecimento como indispensável à manutenção das estruturas de poder, muitos aspectos afastam a teoria pós-colonial da descolonial. Em suma, se com o marxismo a teoria descolonial diverge no sentido de destacar a importância do olhar para as instituições, a epistemologia e a cultura como elementos cruciais para a exploração capitalista e para a hierarquização da sociedade, da pós-colonialidade o pensamento descolonial diverge na medida em que intenta atrelar as hierarquias locais à narrativa do capitalismo global, não à maneira descentralizada dos pós-modernos, mas por meio de uma verdadeira recentralização. A pós-colonialidade é, antes de tudo, uma aposta política para descolonizar o saber-poder e problematizar a construção do outro. A descolonização pode tornar-se, além disso, um processo de reaprendizagem das estruturas cognitivas, ou seja, um processo de luta pelos sentidos.

5.2 PATRIARCADO E COLONIALISMO

Data do quarto milênio a.C. o início do desenvolvimento do sistema patriarcal em que o domínio social predominante cabe a pais e maridos. Essas sociedades agrícolas tinham desenvolvido novas formas de desigualdades entre homens e mulheres. O deslocamento da caça e da coleta para a agricultura pôs fim, gradualmente, a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres: “Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes. As taxas de natalidade eram relativamente baixas e mantidas assim em parte pelo aleitamento materno”. (STEARNS, 2012, p. 31).

A agricultura beneficiou o domínio masculino. Os homens passaram a ser responsáveis pela plantação, enquanto cabia às mulheres a assistência feminina. A vida nômade da caça e da coleta limitava o confinamento doméstico das mulheres. Com isso, a taxa de natalidade elevou-se, assim como o trabalho das crianças começou a ser aproveitado: “Dessa forma, as vidas das mulheres passaram a ser definidas mais em termos de gravidez e cuidado das crianças. Era o cenário para um novo e penetrante patriarcalismo”. (STEARNS, 2012, p. 32). Foi a partir da instituição da propriedade nas sociedades agrícolas que os homens passaram a ter preocupação com a herança, começando a regular a sexualidade das esposas. Havia a preferência por filhos ao invés de filhas: “Muitas famílias adotaram o infanticídio para ajudar a controlar a taxa de natalidade, eliminando as meninas com mais frequência”. (STEARNS, 2012, p. 32-33). É o início da domesticidade da vida privada.

Os sistemas patriarcais enfatizavam culturalmente a fragilidade das mulheres e a sua inferioridade. Às mulheres cabiam os afazeres domésticos, sendo que, em alguns casos, também havia restrições para que elas frequentassem o espaço público. Muitas mulheres ficaram tão intimidadas e isoladas pelo sistema que manifestações de protesto tornavam-se improváveis – embora algumas mulheres pudessem obter certa satisfação em manipular seus maridos e filhos ou em dar ordens a mulheres consideradas inferiores no ambiente doméstico. Isso significa, para o espaço doméstico e para quem o habita, o desmoronamento de seu valor e de sua munção política, quer dizer, da sua capacidade de participação nas decisões que afetam toda a coletividade.

As consequências da ruptura dos vínculos entre mulheres e o fim das alianças políticas que eles permitiam tornaram-nas mais vulneráveis à violência doméstica, por sua vez potencializada pelo estresse causado pela pressão do mundo exterior sobre elas. A

despolitização do espaço doméstico torna-o vulnerável e frágil. São inúmeros os testemunhos, graus e meios cruéis de vitimização que ocorrem quando desaparece o amparo do olhar da comunidade sobre o mundo familiar. Desmoronam a autoridade, o valor e o prestígio das mulheres e de sua esfera de ação. (SEGATO, 2010). Na Grécia antiga, argumenta Arendt (2001), a casa, o espaço doméstico e a família constituíam um ambiente de dominação, violência e tirania. Assim, mulheres, crianças e escravos eram os dominados. A família constituía o campo do pré-político, o lugar do atendimento das necessidades.

Chama-se de privado porque é o local onde é proibido legislar, tomar decisões, onde ocorre a suspensão do direito, ou seja, no qual mulheres, crianças, escravos e, mais recentemente, trabalhadores domésticos estavam privados de direitos. Ainda conforme Hannah Arendt (apud MANZINI-COVRE, 1996, p. 38), “o privado não tem a conotação do mundo contemporâneo, de intimidade, mas sim de privação – de indivíduos privados de participar da vida pública, privados de direitos, privados de poder”. Nessa perspectiva, a família constitui-se como o lugar dos desiguais, embora paradoxalmente constitua o espaço de liberdade do homem, local onde ele tem sua existência assegurada pelo atendimento de suas necessidades no âmbito doméstico e onde a liberdade e a política são sustentadas pela tirania. Assim se estrutura a relação entre o espaço público e o privado na sociedade capitalista. Cabe salientar, portanto, que a democracia que conhecemos, fundada na ideia da polis, é a democracia dos homens.

O alcance do patriarcalismo foi poderoso e extenso (STEARNS, 2012). A agricultura e, posteriormente, a civilização aprofundaram de maneira progressiva as desigualdades entre homens e mulheres. Contudo, os sistemas patriarcais variaram muito, nunca sendo de fato universais. Isso significa reconhecer que as relações injustas entre homens e mulheres já existiam antes da chegada dos colonizadores à América. Há um patriarcado e um machismo latino, negro, indígena e popular que também tem um caráter sexuado da dominação racista. O patriarcado é um método que objetifica para deslegitimar. Com isso, a relação patriarcal supõe formas de opressão e converte-se em um meio perfeito para a penetração do racismo e, mais tarde, do neoliberalismo.

Com a chegada dos europeus à América, a dominação europeia afetou inevitavelmente o *status* dos homens nativos, que passaram a ser forçados a uma relação de subordinação com os colonizadores. Na maioria dos casos, ocorreu maior subjugação das mulheres, à medida que os homens afirmavam sua masculinidade de novas maneiras. Os colonizados foram definidos, desde o primeiro momento da colonização, como não humanos, cuja animalidade impedia-os de serem vistos como homens e mulheres, ainda que as mulheres brancas fossem consideradas

como não homens.

A dicotomia central da modernidade colonial é a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano, porque homens e mulheres só alcançam o *status* de humanos ao tornarem-se civilizados. O processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as tornava aptas para a classificação e o processo de subjetivação⁴¹ objetivavam converter os colonizados em menos que seres humanos. A colonialidade é negação. Tanto a modernidade quanto a colonialidade são processos que negam a existência do outro, muitas vezes com o intuito de controlá-lo. Nesse sentido, são processos violentos, dado que a violência está impregnada da negação da existência do outro. Assim, podemos dizer que a violência sempre foi endêmica na constituição da sociedade brasileira.

As mulheres integraram-se mais rapidamente à vida nas cidades, ao serviço doméstico e a atividades independentes. O contato com os europeus, de modo geral, piorou as condições das mulheres índias, em parte por causa da reação dos homens índios, mas principalmente porque os europeus tentavam reforçar a hierarquia de domínio masculino. Além disso, os europeus demonstravam espanto com a situação dos índios e estavam convictos, muitas vezes, de que estavam ajudando as mulheres. Paula Allen (1992) afirma que muitas comunidades originárias americanas eram matriarcais e reconheciam positivamente tanto a homossexualidade quanto o “terceiro gênero”⁴². Também entendiam o conceito de gênero de forma igualitária, não da forma subordinada como o capitalismo eurocentrado decidiu impor.

Na sociedade Yoruba, não havia um sistema de gênero institucionalizado. Antes da colonização ocidental, essa categoria não se configurava como um princípio organizador. Entre os Yuma, por exemplo, havia uma tradição para designar o gênero baseada nos sonhos. Se uma fêmea sonhava com armas, transformava-se em macho para todos os tipos de propósitos práticos. Allen (1992) também evidencia que a heterossexualidade característica da construção colonial moderna das relações de gênero é produzida e construída miticamente. Portanto, no processo colonizador, havia conflito em relação ao entendimento dos conceitos de trabalho e sexualidade que, por sua vez, reforçavam a deterioração da condição das mulheres. Stearns (2012, p. 111-112) descreve esse processo:

As visões europeias sobre gênero eram menos igualitárias do que as da maioria dos grupos indígenas, pelo menos até o final do século XIX. Essas visões eram constituídas por pressões para mudar para a agricultura e se afastar de conflitos

⁴¹ Subjetivação, assim como escreveu Michel Foucault (1984), é a construção de sujeitos pela ação de práticas e discursos de poder, frequentemente relacionados com a sexualidade e a dominação.

⁴² Michael Horswell (2003) explica que falar em “terceiro gênero” não significa que existam três gêneros. No entanto, é uma maneira de desprender-se da bipolaridade de sexo e gênero.

armados, o que teve como inesperada consequência a volta da agressão dos índios para dentro do grupo, em geral contra mulheres. Essa situação certamente decorreu da incapacidade dos europeus de admitir o bom funcionamento de outro sistema de gênero diferente do seu.

A chegada dos portugueses e espanhóis trouxe óbvios desafios para as mulheres e os homens indígenas. No caso dos militares espanhóis, estes enfrentaram com frequência a oposição militar tanto de mulheres quanto de homens. Os primeiros resultados das conquistas no século XVI foram desorientadores: mortes massivas por doenças como varíola, abuso sexual e sequestro de mulheres pelas forças militares:

O contato entre colonizadores e indígenas resultou em consequências nefastas para os índios, em especial no que se refere às doenças que acompanhavam a chegada das caravelas; doenças para as quais os índios não possuíam defesa orgânica alguma. Tal fato acabou gerando uma multidão de órfãos desamparados; o que acabou levando os jesuítas a criarem os colégios de meninos (VENÂNCIO, 2012, p. 189).

Os colonizados eram julgados por suas deficiências e, a partir delas, a missão civilizadora justificava enormes crueldades. Muitas vezes, após uma vitória, exigiam mulheres (que também eram consideradas e tratadas como objetos), mercadorias e recompensas: “Vocês deverão entregar mulheres com pele clara, milho, galinhas, ovos e tortas”, dizia um relatório asteca.

Em sua obra *Sexo y conquista*, Araceli Barbosa Sánchez (1994) analisa como o ódio dos espanhóis contra as mulheres e contra a “feminilidade” dos homens levou os conquistadores a práticas de violência extrema, tortura, morte e degradação dos cadáveres, das mulheres indígenas que resistiam à violação e contra os “sodomitas”, equiparando-os de alguma maneira. Historicamente, os povos originários eram vistos como selvagens e violentos e as mulheres indígenas como objetos sexuais fáceis e acessíveis. Anne McClintock (1995) argumenta que o colonizador sofre de ansiedades e temores com respeito ao incógnito que assume uma conotação sexual, um medo de ser devorado sexualmente; por isso, precisa ser controlado.

Coincide que toda situação de conquista e dominação cria condições para a apropriação sexual das mulheres dos grupos derrotados para afirmar a superioridade do vencedor. Essas condições perpetuam-se na violência contra as mulheres e configuram o imaginário de que a culpa pelo abuso ou pela violação é do derrotado (ou da vítima). O imaginário do linchamento também pode ser associado à linguagem da violência que foi utilizada pelos colonizadores desde o princípio em terras latino-americanas. A missão civilizadora usava a dicotomia hierárquica de gênero como juízo, ainda que a generização dicotômica dos colonizados não

fosse o objetivo do juízo normativo.

À medida que aumentava o intercâmbio entre europeus e indígenas, os líderes cristãos julgavam como imorais as práticas sexuais que envolviam particularmente as mulheres, como explica Stearns (2012, p. 114-115):

(...) ávidos por impor o casamento cristão, os missionários trabalharam para fragmentar o amplo e extensivo grupo em que as famílias se constituíam, considerando-os, entre outras coisas, centros de vício sexual. O resultado foi o aumento do isolamento das mulheres umas das outras.

A expansão colonial sobre a vida doméstica – o modelo da mãe branca, saudável e maternal – ocorreu principalmente em contraposição às figuras de uma feminilidade degenerada como a das indígenas e, mais tarde, das escravas africanas. Segundo María Lugones (2011, p. 108):

La transformación civilizadora justificaba la colonización de la memoria, y por ende de los sentidos de las personas de sí mismas, de la relación inter-subjetiva, de su relación con el mundo espiritual, con la tierra, con el mismo tejido de su concepción de la realidad, de su identidad, y de la organización social, ecológica y cosmológica.

A modificação do modelo de mulher para o de mãe cuidadora pode ser observado, inclusive, nas obras de arte produzidas após o século XV. A criação de figuras de linguagem também é outra maneira de exercer a colonialidade. Esses foram os meios pelos quais a raça, a etnicidade e a classe social se entrecruzaram com a sexualidade para criar normas conjugais e familiares e as imagens de nação que se buscava construir. Em outras palavras, houve uma sexualização da raça e uma racialização do sexo. Para as mulheres, a colonização significou um duplo processo de inferiorização racial e subordinação do gênero. Para os missionários, os indígenas ficavam demasiadamente nus; praticavam sexo antes do casamento, adultério e poligamia.

Foi assim que as missões cristãs passaram a exigir que os índios usassem roupas, mesmo habitando regiões muito quentes e úmidas. Com certa frequência, separavam homens e mulheres jovens para evitar relações sexuais e intervinham ativamente na escolha dos parceiros de casamento na tentativa de assegurar que as famílias fossem fiéis aos preceitos cristãos. Além disso, atacavam práticas tradicionais funcionais como o aborto. Segundo Oyéronké Oyewùmi (1997), a associação colonial entre anatomia e gênero é parte da oposição binária e hierárquica, aspecto central na dominação das fêmeas introduzida pelo colonialismo. As mulheres são aquelas que não possuem um pênis, não têm poder e não podem participar da arena pública. Peter Stearns (2012, p. 113) destaca:

Em geral, e para além da questão da sexualidade, os esforços missionários se voltaram para a redução dos papéis desempenhados pelas mulheres na vida indígena, tanto na América Central quanto na do Sul. Aos olhos dos missionários, as mulheres eram parideiras e agentes domésticos, irracionais e, com frequência, problemáticas. Raramente conferiam muita virtude mesmo às mais fiéis convertidas, embora, ironicamente, tenham sido mulheres, incluindo índias, os principais suportes da Igreja na América Latina.

Com a chegada dos europeus, as mulheres indígenas perderam terreno no campo religioso, exceto por benefícios espirituais que o culto católico proporcionou a muitas delas, embora o catolicismo exigisse que as mulheres fossem subordinadas nos assuntos que envolvessem a religiosidade. Elas também perderam espaço nas posições de poder, já que a burocracia própria dos europeus selecionava sempre os homens para posições como a de dirigentes de aldeias, por exemplo. As índias tornaram-se católicas devotas e membros ativos de irmandades e fraternidades que criavam novas relações de solidariedade em um tecido social mais antigo, porém desmembrado, e asseguravam a companhia em velórios e enterros.

O colonialismo europeu marcou a América Latina com cicatrizes profundas: em sua maior parte é um continente católico, regido por uma economia de mercado determinada por um centro externo à sua região, cuja estrutura é patriarcal, racista e discriminadora. Também são frutos do colonialismo capitalista, a pobreza e a desigualdade, visto que aos países colonizadores interessava retirar a riqueza das colônias para a sua manutenção. Essa pobreza, “filha” da discriminação racista colonial, tem como principal consequência a falta de acesso a bens e serviços, sem falar que torna a pessoa “menos pessoa”, o que autoriza, de certo modo, o uso de ações violentas e o descaso.

A condição de gênero e a condição das mulheres negras e indígenas derivam ambas da mesma tecnologia de hierarquização que sempre confere a mulheres, negros e índios o lugar do derrotado, tirando sua voz e possibilidade de reconhecer-se positivamente em seus saberes, que são incorporados aos saberes dos homens ocidentais (exatamente como se exclui os derrotados da história).

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica do universalismo feminista feita pelas mulheres negras e latinas centra-se na ideia de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade, tendo-se a consciência de que na América Latina a ordem sócio-racial hierárquica das desigualdades interage com a etnicidade.

5.3 FEMINISMOS DESCOLONIAL E LATINO-AMERICANO

As chamadas epistemologias do sul constituem-se em lugares de enunciação, em uma tentativa de situar o conhecimento para relatar outras experiências frente às relações de dominação. Nesse sentido, as produções discursivas e perspectivas de mundo estão marcadas pela geopolítica – ao partir do lugar de onde falamos – em termos geográficos e simbólicos. Quando nos referimos ao “sul”, remetemos às populações historicamente relegadas, subordinadas em uma pirâmide hierárquica em cujo topo está o modelo previamente descrito do homem branco. O “sul” é, ao mesmo tempo, uma posição geográfica, política e discursiva. O objetivo desta pesquisa foi a de estabelecer pontes de diálogo entre as epistemologias e as teorias do sul global.

Podemos considerar o feminismo como uma teoria política e uma filosofia prática cujos contornos têm sido moldados ao longo dos séculos e, mais recentemente, tem considerado criticamente suas heranças coloniais. Isso tem implicado a revisão de uma história marcada pelo racismo, pelo heterocentrismo e pelo apego às categorias de análise provenientes dos feminismos ocidentais. Assim, os feminismos latino-americanos buscam fazer reflexões específicas sobre temas como raça, militarismo, violência cotidiana, machismo e sobre outras formas renovadas de ser mulher. Judith Revel (2007) fala-nos sobre as expressões “devenir mujer de la política” e “devenir mujer del trabajo”.

Essas expressões não somente incorporariam uma crítica ao patriarcado, mas também configurariam um discurso de autovalorização, recuperação do corpo e crítica a todos os estereótipos femininos. A construção política de ser mulher não parte do “sujeito mulher”, e sim das suas condições de vida e das formas de vida às quais as mulheres foram circunscritas. As mulheres periféricas sempre estiveram presentes no mundo do trabalho, porém sempre à margem. Com a entrada em massa das mulheres brancas, a condição do trabalho não melhorou. Ao contrário, sua situação marginalizou-se, aproximando-se da condição já vivida por negras, imigrantes e indígenas, de modo que é muito mais provável que as condições do mundo do trabalho se precarizem ainda mais.

O “devenir mujer de la política” reflete o não acesso à política, à autorrepresentação e à representação. O devenir minoritário é o outro nome da multidão.⁴³ O devenir mulher significa

⁴³ Multidão ou multidão é um conjunto biopolítico de singularidades que trabalham e são oprimidas, que resistem com os corpos e que, com a inteligência, querem revolucionar o mundo. O conceito de multidão global,

“ser mulher” a partir da própria condição histórica e também local. O devenir mulher significa, ainda, analisar a experiência pelo ponto de vista negativo e pelo positivo, aquilo que temos sofrido; porém, também aquilo que somos capazes de produzir e propor a todos aqueles que querem o devenir minoritário, a todos os outros, incluindo os homens. A resistência cria subjetividade, novas formas de vida, um novo ser ou uma nova resistência, novas maneiras de viver, de falar, de intercambiar e amar, de produzir valor; trata-se de algo bastante material e imanente. Certamente representa uma forma de gerar vida, embora haja outras, como fazer comunidade, lutar juntos, inventar modos de solidariedade e modificar a relação com o outro. Tudo isso é produzir vida, tudo isso é ontologia. Revel (2007, p. 121) destaca:

Entonces devenir mujer de la política es una outra relación de la política en la que la mujer no quiere el poder, no quiere el Palacio de Invierno; eso no le interesa. Lo que quiere es la palabra, quiere el espacio, quiere lo común con los demás, que no son mujeres. Un común capaz de hacer produciendo nuevas formas de vida sería una ontología de la diferencia infinita, una diferencia multitudinaria, una ontología de la multitud.

É nesse sentido que os feminismos latino-americanos, em seu intento descolonizador, pretendem abordar múltiplos elementos em suas análises: economia, política, corpos, subjetividades, sexualidades, entre outros, a fim de desvelar os mecanismos que sustentam as desigualdades e os privilégios.

As reflexões feministas atravessam diversos marcadores sociais da diferença. Refiro-me a categorias sociais e culturais que posicionam os atores em determinadas hierarquias de poder, produzindo o “diferente” em relação ao modelo de vida das elites. O modelo ideal produz imaginários perversos sobre o diferente. As feministas têm chamado atenção sobre marcadores sociais como idade, nacionalidade e local de moradia para questionar a própria ideia do “diferente”, da categorização social, dos vetores de poder que constroem e mantêm essas hierarquias, assim como a naturalização das discriminações e das injustiças sociais. Para isso, o conceito de interseccionalidade torna-se crucial, na medida em que o feminismo latino-americano traz à tona os debates sobre a heterogeneidade do feminismo, em especial os feminismos lésbicos, negros, indígenas e comunitários.

As apostas do feminismo latino-americano apontam na revitalização das práticas feministas, considerando que existem pessoas em diferentes situações de discriminação, marginalização e exclusão social. Significa que esses debates têm permitido a problematização

plantado na realidade da América Latina, define-se firmemente como marcha para a liberdade dos corpos e como violência de uma necessidade insuprimível. (COCCO; NEGRI, 2005, p. 73).

da própria categoria “mulher”, não para falar sobre as “mulheres”, mas para dar conta de suas experiências vitais. A renovação do imaginário “mulher” permite inflexões em torno da heterogeneidade social, considerando que somos pessoas racializadas com gênero, com idade, com privilégios e/ou desvantagens em virtude de nossa sexualidade. Essa heterogeneidade tem permitido gerar debates autocríticos sobre suas apostas políticas. As feministas que pertencem a coletivos acadêmicos e/ou ativistas também estão afetadas pelos marcadores sociais da diferença. No interior de seus grupos, existem práticas discriminatórias que reforçam as violências materiais e simbólicas sofridas pelas mulheres negras, indígenas, migrantes etc.

As mulheres latino-americanas decidiram renovar o imaginário do “ser mulher”. Esse processo passa essencialmente pela desconstrução e reconstrução da história de nossas antepassadas, conforme explica Francesca Gargallo (2007, p. 24):

Imaginar implica desear una imagen de sí, una imagen utópica, diversa de la que los roles y jerarquias asignan a la persona. A la vez, el deseo no es afán de apropiación de algo o alguien exterior, sino anhelo de saber y saberse desde sí. De tal modo, renovar el imaginario del ser mujer por parte de una colectividad femenina supone la voluntad de querer revisarse en la historia, para saber si existe una posibilidad de autodefinirse como mujeres y para proponerse como miembro de pleno derecho de la comunidad humana.

Para Virginia Vargas (2008, p. 142), “los feminismos latinoamericanos son heterogéneos según sus espacios de actuación, identidades y también según las diferentes estrategias frente al Estado”. Durante as décadas de 1970 e 1980, a segunda onda do feminismo emergiu a partir da resistência e da luta das mulheres contra a violência, o autoritarismo e a falta de cidadania nos regimes militares. (MATOS, 2013). Nessa época, os feminismos construíam-se em oposição ao estado. Como afirma Alvarez (2000), a autonomia significava independência e oposição ao estado e às esquerdas. Para um movimento que emergia e visava definir seus contornos, tornou-se fundamental a defesa de espaços próprios de organização para suas pautas e prioridades específicas.

Esse novo feminismo apareceu em um contexto mais geral do que passamos a chamar de “novos movimentos sociais” (LARAÑA; JOHNSTON; GUSFIELD, 1994; GOHN 2010, SADER, 2001). Assim, emergiu de forma paralela às lutas por direitos civis, direitos dos negros, movimentos pacifistas, movimentos estudantis, da nova esquerda e dos movimentos de descolonização. Diversos estudos assinalam que os novos movimentos sociais representaram o descolamento da ideologia como motor das mobilizações sociais, assim como a conversão das políticas de identidade coletiva em geradoras de respostas sociais (LARAÑA; JOHNSTON; GUSFIELD, 1994; MELUCCI, 1989, 1996). A capacidade de formar uma identidade coletiva

ao redor da identificação comum da opressão das mulheres permitiu o desenvolvimento desse novo movimento de massas.

O Movimento de Liberação das Mulheres (MLM), iniciado na América do Norte se desenvolveu a partir da construção de uma identidade feminina coletiva que lhe deu uma importância extraordinária na combinação da relação entre o individual e o coletivo, entre o público e o privado. “Precisamente, el epicentro definitorio de este nuevo movimiento fue la lectura inovadora según la cual aquello que es personal es político, la sacudida de las fronteras entre lo público y lo privado” (NASH, 2006, p. 52-53). Os aspectos íntimos e pessoais obtiveram uma dimensão central da identificação da opressão feminina e, como consequência, do projeto de transformação pessoal e social das mulheres. Os objetivos cruciais do novo feminismo, como o desenvolvimento pessoal, a autoestima e a identidade individual foram decisivos na conquista da liberação pessoal das mulheres. Desse modo, a liberdade e a autonomia se igualaram à igualdade em grau de importância enquanto demandas. Enquanto o slogan “Black is Beautiful” havia sido uma potente estratégia para a coesão do movimento dos direitos dos americanos negros na década de 60, o MLN, ao citar as mulheres como ponto chave, fez com que o movimento se consolidasse. O feminismo criou, nesse momento, uma identidade coletiva que reconhece a opressão doméstica das mulheres, mas também sua criatividade e capacidade transformadora.

De acordo com Céli Pinto (2003), houve três grandes momentos (ou ondas) no feminismo brasileiro:

1) a primeira onda corresponde à luta por direitos políticos que abrangiu a luta pelo voto e, conseqüentemente, o movimento sufragista, organizado não só por mulheres de classes médias e altas, mas também por filhas de políticos e intelectuais brasileiros que tiveram contato com culturas de outros países;

2) a segunda onda surgiu durante o regime militar no início dos anos 1970, caracterizando-se como um movimento de resistência à ditadura militar e como uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e a favor do direito ao exercício do prazer;

3) a terceira onda, iniciada durante o processo de redemocratização, abrangiu a luta dos movimentos sociais e feministas por uma nova cultura política e outras modalidades de organização coletiva que se caracterizaram pela tentativa de conceber instituições democráticas (criação de conselhos e delegacias especializadas de atendimento às mulheres), além da participação de negras, lésbicas, indígenas e trabalhadoras rurais em processos legislativos e no espaço público. Esse processo culminou em uma posterior especialização e profissionalização

dos movimentos sociais e feministas, o que contribuiu para o desenvolvimento da quarta onda no Brasil.

A chamada terceira onda, surgida na década de 1990, buscava novas alternativas que combinassem crescimento econômico, aprofundamento da democracia e justiça social para as Américas e os países colonizados. Contudo, para muitas mulheres trabalhadoras rurais e urbanas, negras, indígenas e lésbicas, esses princípios não se configuravam como suficientes, nem as mulheres queriam mais ser tratadas como “as outras”. As teorias feministas ocidentais estavam construindo uma representação reducionista, distorcida, estável e contrária à história das mulheres e dos feminismos do terceiro mundo, como alerta Chandra Mohanty (1988, p. 352):

Desde que as discussões dos vários temas que eu identifiquei anteriormente (por exemplo, parentesco, educação, religião etc.) são conduzidos no contexto do relativo “subdesenvolvimento” do Terceiro Mundo (que é nada menos do que injustificadamente o confuso desenvolvimento com um caminho separado tomado pelo ocidente em seu desenvolvimento, bem como ignorando a direcionalidade da relação de poder primeiro-terceiro mundo), as mulheres do terceiro mundo como um grupo ou categoria são automaticamente e necessariamente definidas como: religiosas (leia-se não progressista), orientadas para a família (leia-se tradicional), menores legais (leia-se “elas são ainda não conscientes de seus direitos”), analfabetas (leia-se “ignorantes”), domésticas (leia-se “atrasadas”) e, algumas vezes, revolucionárias (leia-se “o seu país está em um estado de guerra onde há que lutar!”). Isso é como a diferença de terceiro mundo é produzida.

Com base nisso, ela propõe que o feminismo acadêmico ocidental (e outros tipos de saberes) deveria enfrentar o desafio de se situar e de examinar o papel efetivo que estava desempenhando no contexto econômico e político global (MATOS, 2010), considerando “a perspectiva particular dos pobres indígenas e das mulheres do Terceiro Mundo/Sul pode nos oferecer a visão mais inclusiva possível do poder sistêmico global” (MOHANTY, 2003, p. 232), já que elas estariam envolvidas nas lutas antiimperialistas e anticapitalistas desde sempre. Para Chandra Mohanty, uma saída viável seria justamente a aposta em uma política feminista transnacional e intercultural (“politics of feminist cross-cultural scholarship”) que visasse construir conexões entre o feminismo acadêmico e as organizações políticas anticapitalistas.

Nancy Fraser (2009), por insistir em considerar simultaneamente tanto fatores políticos quanto sociais e econômicos, propõe também uma nova teoria feminista da justiça social que incorporasse dimensões paradoxais não tratadas pelos liberais que enfatizavam a justiça como equidade e destacavam a redistribuição econômica como motor da promoção da igualdade e da justiça social. Diante disso, a proposta de uma justiça democrática englobaria redistribuição,

reconhecimento e representação. Essa teoria, segundo Fraser (2006), configuraria a justiça democrática westfaliana.

Não existe um consenso entre o movimento feminista sobre a existência ou não de uma quarta onda. No entanto, as feministas latinas têm defendido os estudos e as teorias feministas que incidem nos países do sul global e, de modo especial, na América Latina e no Caribe. A ideia é de um movimento que tenha incidência do local para o global. A força do sul global surgiu exatamente a partir daí: da negação do sul, houve reação e oposição aos avanços do neoliberalismo. O sentido orientador dessa nova onda estaria vinculado a uma renovação com ênfase nas fronteiras intersetoriais, transversais e multidisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração, conforme explica Marlise Matos (2010, p. 69):

Tal difusão feminista, com certeza, tem produzido consequências políticas e culturais que oscilam desde as políticas estatais (com os sérios desafios propostos a partir da transversalidade e intersetorialidade), passando pelas exigências das ações de cooperação internacional, introjetando-se na cultura popular até as reflexões mais íntimas que tangenciam aspectos do reconhecimento da multidimensionalidade subjetiva e identitária (...). Eu destacaria ainda a existência concreta de esforços intencionais para estender o feminismo a outros movimentos sociais por meio de ligações, campanhas, seminários, capacitações e atividades afins.

As características do que chamamos de “quarta onda latino-americana”, segundo Matos (2013), seriam as seguintes:

- 1) a ampliação, o alargamento e o aprofundamento do conceito de direitos humanos a partir da luta feminista e das mulheres;
- 2) a ampliação da base das mobilizações sociais e políticas, sobretudo no interior de um novo enquadramento ou marco – transnacional e global – que tem como exemplo a Marcha Mundial das Mulheres⁴⁴;
- 3) o fortalecimento do princípio da não discriminação em virtude de raça, etnia, nacionalidade, religião ou classe social;
- 4) a relação com o estado e suas dinâmicas vinculadas, destacando-se, por sua vez, as ações transversais, interseccionais e intersetoriais que se configuram em um novo contexto (teórico, transversal e intersetorial) de compreensão de fenômenos como raça, geração, classe, sexualidade e gênero, o que se desdobra na necessidade de se pensar em micro e

⁴⁴ A Carta Mundial de Mulheres, elaborada pela Marcha Mundial das Mulheres em 2005, teve como princípio a transversalidade dos direitos humanos e a adoção de cinco valores de referência: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz.

macroestratégias de ação construídas, integradas e articuladas em conjunto com o estado e a sociedade civil.

Esses circuitos de difusão feminista são operados a partir de distintas correntes horizontais de feminismos (negro, lésbico, acadêmico, masculino etc.) que poderíamos chamar de *feminists idestreaming* ou de “fluxo horizontal do feminismo”. (HEILBORN; ARRUDA, 1995; ALVAREZ, 2009).

O conceito de *state feminism* emergiu, durante os anos 1980, dos estudos feministas sobre o Estado de bem-estar social. A introdução de novos e controversos significados marca o “nascimento de um novo conjunto de relações Estado-sociedade” (McBRIDE; MAZUR, 2008, p. 44), entendido como “*advocacy* das demandas dos movimentos de mulheres no interior do Estado” (LOVENDUSKI, 2005, p. 4) ou como “ações dos mecanismos institucionais das mulheres para incluir as demandas e as autoras do movimento de mulheres no interior do Estado, a fim de produzir resultados feministas nos processos políticos e impacto social ou ambos”. (McBRIDE; MAZUR, 2008, p. 244).

No Brasil, a vontade de firmar parceria com o Estado para projetos de emancipação das mulheres não era uma novidade:

Historicamente, no plano nacional, a deputada federal Bertha Lutz (1936-1937), por exemplo, já havia proposto a criação do Departamento Nacional da Mulher – que não chegou a ser implantado em decorrência do fechamento do congresso em 1937 pela Ditadura do Estado Novo. No plano internacional, mesmo antes da Década da Mulher (1975-1985), o Conselho das Nações Unidas sobre o Status da Mulher já havia proposto “a criação de órgãos nacionais de políticas públicas para a mulher⁴⁵” (ROSEMBERG, 2012, p. 343).

Considerando que até 1982 o campo das políticas públicas ficou completamente esquecido, os debates opostos ao regime militar e o fim do bipartidarismo reacenderam as discussões sobre a necessidade de se criar um órgão governamental que fosse responsável por implementar políticas que visassem o fim das discriminações sexuais. A primeira criação do que podemos chamar de “feminismo de Estado” fora o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo:

Acadêmicas no sentido estrito, isto é, professoras universitárias e pesquisadoras, compuseram o Conselho, juntamente com outras mulheres do movimento feminista, de sindicatos e do PMDB⁴⁶. Seu programa de ação, que

⁴⁵ SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Cadernos Pagu, n. 27, p. 426, 2006.

⁴⁶ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

propôs formular uma política global para a mulher no âmbito do estado de São Paulo visando ao “estabelecimento da igualdade social entre os sexos”, previa também a promoção de estudos, debates e pesquisas sobre a condição da mulher, aí incluindo a luta contra a educação diferenciada (ROSEMBERG, 2012, p. 344).

Na quarta onda feminista, o conceito de *state feminism* torna-se crucial na dinâmica da América Latina. O processo de institucionalização e legitimação das desigualdades de gênero configura uma nova agenda da sociedade e do estado, conforme indica Virginia Guzmán (2001). Para a autora, a institucionalização está de acordo com novas dinâmicas estatais, tratada sob o marco da governabilidade democrática⁴⁷ que, ao estimular diferentes atores, tanto públicos quanto privados, enfrenta as desigualdades de gênero e garante espaços de interlocução e deliberação públicos que possibilitam às mulheres e aos movimentos a defesa de seus interesses e a negociação de demandas:

La gobernabilidad es un concepto que se extendió ampliamente en Europa, especialmente a partir de la publicación en 2001 del Libro Blanco sobre la Gobernabilidad Europea, elaborado por la Comisión Europea y dirigido por Vignon, Mayntz y Prats. El próprio Vignon, en los textos posteriores al informe europeo, ha definido la gobernabilidad como un nuevo arte de gobernar en una democracia (MATOS; PARADIS, 2013, p. 94).

Exemplo desse processo é a instituição de ministérios, secretarias e conselhos direcionados às políticas para mulheres (mecanismos institucionais para a mulher) e a criação de planos, programas e políticas nacionais de igualdade de gênero. Paraguai, Brasil, Argentina, França, Honduras, República Dominicana, Equador, Chile, Bolívia, Colômbia, Nicarágua e Venezuela são países que adotaram uma agenda voltada para o gênero nos últimos anos.

Além disso, a partir de 2002, percebe-se um avanço na organização e estratégias das mulheres negras: “a Plataforma Política Feminista, resultante da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, nesse mesmo ano, elencou entre as questões mais cadentes do milênio a luta antirracista e a defesa dos princípios da equidade étnico-racial” (NEPOMUCENO, 2012, p. 401).

Hannah Arendt (2001) defende que o estado é responsável sobre a disposição da vida e, não somente, enquanto detentor legítimo do uso da violência. A unidade estatal também pode ser vista como um espaço institucional para o processamento e a transação legítima de

⁴⁷ A governabilidade democrática se refere à organização e a ação pública como uma das maiores tendências na gestão pública atualmente. Pode ser definida como uma forma de governar para fazer frente a crescente complexidade das sociedades contemporâneas que se caracterizam pela interação diversa e plural de atores, relações mais horizontais e incluídas, participação da sociedade no governo e sua responsabilidade frente aos desafios socialmente levantados.

dissidências entre diferentes atores sociopolíticos: “via de regra, essa instituição colabora com redes de indivíduos para a construção de objetivos comuns de interesse público, para o benefício de terceiros” (GAIGER, 2016, p. 117). Assim, o estado deve atuar como mediador desses interesses, perspectivas e valores, definindo o que é legítimo em sua esfera de atividade. Ademais, tem a competência de facilitar ou bloquear determinados programas, assim como de apoiar ou não o desenvolvimento de novos grupos e seu efetivo acesso aos recursos que costumam ser de várias ordens e não só do âmbito orçamentário (MATOS; PARADIS, 2013). Sustenta-se, nessa perspectiva, que o estado pode assumir papéis exercidos pela dádiva, funcionando, muitas vezes, como seu fio indutor: “Ele reparte, organiza, distribui em nome da solidariedade entre os membros de uma sociedade, solidariedade mais ampla que a das redes primárias e mais justa do que a das redes de caridade privadas”, pois ele é um “substituto que reduz as injustiças e devolve a dignidade, por oposição aos sistemas anteriores, baseados na caridade” (GODBOUT, 1999, p. 65).

O estado, além de uma instituição política é, também, um recurso de poder, na medida que legitima questões que são produzidas em seu interior e coloca ao alcance dos atores maior ou menor capacidade de mobilização, acesso a recursos e oportunidades:

Por lo tanto, se trata de la institucionalización de un poder que se deriva de un diseño macroeconómico y macrosocial que lo sobrepasa, aunque también se refiere a aquellas dimensiones de supraordinación y subordinación basadas en determinadas transversalizaciones, relacionadas con las diferencias que nos constituyen en la contemporaneidad: las relaciones de género, étnico-raciales y de clase. El Estado es un recurso de poder en sí mismo en la medida en que es capaz de movilizar otros recursos (ya sean materiales, ya sean simbólico-culturales) de poder (MATOS; PARADIS, 2013).

Para Marlise Matos e Clarisse Paradis (2013), em sociedades democráticas culturais e multiétnicas já é possível identificar inclinações étnico-culturais e de gênero sendo institucionalizadas no âmbito do estado, através de políticas públicas feministas entrelaçadas como inclinações de classe. Parte-se do pressuposto de que os estados que se deixam impregnar por essas demandas são os mais radicalmente democráticos e capazes de incorporar as recentes reivindicações social por justiça social e inclusão política. Afinal, a demanda social tem sido construída coletivamente através de processos de subjetivação e singularização das mulheres e envolve tanto o psíquico quanto o econômico. As políticas de igualdade de gênero e seus correspondentes mecanismos institucionais são exemplos de transformações recentes pelos quais estão passando as organizações estatais da América Latina (MATOS; PARADIS, 2013).

Conforme Matos (2010), a quarta onda do feminismo brasileiro e latino-americano inclui as seguintes características:

1) a institucionalização das pautas feministas e das mulheres por meio de elaboração, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas às mulheres que estejam em grupos específicos relacionados à raça, sexualidade e faixa etária, bem como a organização para entrada dos Poderes Executivo e Legislativo;

2) a constituição de mecanismos e órgãos executivos de coordenação e gestão de tais práticas nas esferas federal, estadual e municipal;

3) os resultados oriundos da institucionalização das políticas com o surgimento de fóruns, redes feministas e ONGs que são influenciadas tanto pelas redes de comunicação transnacionais do feminismo quanto pela agenda internacional das mulheres;

4) uma nova estrutura para a atuação do feminismo em uma perspectiva trans ou pós-nacional que decorre de um esforço sistemático de atuação em duas frentes simultâneas que envolvem a luta anticapitalista e, com isso, a busca pelas articulações horizontais e a luta radicalizada no âmbito das articulações globais dos países Sul-Sul.

Assim, por meio da análise dos feminismos latino-americanos, pretendeu-se evidenciar a experiência coletiva das mulheres, compreendendo os mecanismos de subalternidade que operam como dispositivos de poder hierárquico de gênero. A preocupação consiste principalmente em evidenciar os mecanismos que mantêm as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas, negras e índias e entre as heterossexuais e lésbicas.

CAPÍTULO 6 – MULHERES E CIDADANIA

6.1 CIDADANIA NO BRASIL

O conflito é inerente à constituição das cidades. No entanto, os conflitos aumentaram, significativamente com a urbanização e a democratização vivida pelos Estados Nacionais desde o início do século XX. Esses conflitos giram, normalmente, em torno de princípios que se chocam quanto à forma de incorporação social e de distribuição de direitos:

Assim, a insurgência mundial de cidadanias democráticas ocorrida nas décadas recentes rompeu com fórmulas estabelecidas de governo e de privilégio nas mais diversas sociedades. O resultado é um emaranhado entre a democracia e seus opositores em que novos tipos de cidadãos surgem para expandir a cidadania democrática, ao mesmo tempo que novas formas de violência e exclusão a corroem. Além disso, se as cidades têm sido, ao longo da história, palco de desenvolvimento de cidadania, a urbanização global cria condições especialmente voláteis na medida em que as cidades se enchem de cidadãos marginalizados e de não cidadãos que contestam sua exclusão. Nesses contextos a cidadania é desordenada e desordenadora (HOLSTON, 2013, p. 21-22).

A história do Brasil, prossegue o autor (p. 68), demonstra que nossa sociedade é baseada na diferença:

Persiste como um sistema de acesso desigual e diferencial a direitos, privilégios e poderes desde o período colonial (1500-1822), passando pelo Império (1822-1889) até chegar à República (1889-presente), prosperando sob a monarquia, ditaduras civis e militares e a democracia eleitoral.

A formulação da cidadania existente utiliza as diferenças sociais de educação, propriedade, raça, gênero e ocupação com o objetivo de proporcionar tratamentos desiguais para categorias diferentes de cidadãos baseados em uma escala de direitos em que, segundo James Holston (2013, p. 28), “a maioria dos direitos está disponível apenas para tipos

específicos de cidadãos e é exercida como privilégio de categorias sociais específicas”. A cidadania brasileira legaliza diferenças como bases para distribuir de maneira diferenciada direitos e privilégios entre os cidadãos, conforme reitera o autor (p. 28): “no início da República, ela negava educação como um direito ao cidadão e usava o analfabetismo e o gênero para restringir a cidadania política. Ao legalizar essas diferenças, ela consolida suas desigualdades e as perpetua em outras formas para a sociedade”.

Essa situação só começou a mudar após a Constituição Federal de 1988, nas últimas três décadas, com o desenvolvimento das periferias e sua cidadania insurgente que desestabiliza as elites entrincheiradas, como explica Holston (2013, p. 34):

Os pobres urbanos garantiram seu direito à cidade, adquirindo direitos políticos, tornando-se donos de imóveis, usando a lei a seu favor, criando novas esferas públicas de participação e se transformando em consumidores modernos. Dessa forma, as experiências vividas nas periferias se tornaram ao mesmo tempo o contexto e a substância de uma nova cidadania insurgente.

Podemos dizer que esse processo ocorreu em todo o sul global, onde a luta se dá não somente por meio de lutas que giram em torno do trabalho, mas em lutas pela cidade. Contudo, esse é um processo contraditório, pois, embora tenham surgido novas formas de vivência e democratização do espaço público, conquista que se pode atribuir às classes trabalhadoras e às periferias, surgiram também novas formas de violência, injustiças e impunidades. No país campeão em linchamentos, as cidades brasileiras passaram a vivenciar o medo, cada vez mais fomentado pelo neoliberalismo, aliado a aspectos como a criminalização dos pobres, o apoio à violência policial e à “justiça com as próprias mãos”, o abandono do espaço público e uma privatização cada vez maior das residências. Junto a isso, assistimos a um sistema judiciário e a um grupo de polícias cada vez mais desacreditados.

Segundo Holston (2013), a era de direitos nas periferias brasileiras pode ser classificada em três fases:

- 1) período anterior aos assentamentos (1930-1940) e durante sua primeira fase (1940-1970);
- 2) época que surge junto com as primeiras discussões de direitos referentes às mobilizações que resultaram na Constituição Federal (1970-1988);
- 3) fase que surge após a Assembleia Constituinte, mas que contém resquícios das duas primeiras.

Geralmente, nos discursos dos moradores dos bairros periféricos, os direitos ainda aparecem sob três convicções:

- 1) como privilégios de categorias morais e sociais específicas (a do “trabalhador honesto”);
- 2) como derivação de seus interesses na cidade (“eu pago meus impostos”);
- 3) como garantidos pela Constituição Federal (a lei que “dá” direitos).

O fato é que a governança das periferias, estabelecida desde a Constituição Federal até o impeachment de Dilma Rousseff, referia-se a novos espaços coletivos e pessoais da vida diária dos pobres nas periferias urbanas e considerava como sujeitos de direitos as mulheres e as crianças tanto quanto os homens, estabelecendo o dever de fornecimento de serviços por parte do estado. Ainda que o discurso de militarização e controle das periferias, iniciado nos primórdios do século XX⁴⁸ e reforçado pela ditadura militar, não tenha sido combatido, a Constituição Federal possibilitou que categorias especificamente diferenciadas de cidadãos, como a dos trabalhadores com carteira assinada, fossem superadas. Isso representou um grande avanço, posto que poucos moradores das periferias tinham de fato empregos com registro em carteiras profissionais legalizadas. Atenta-se que, durante a ditadura militar, o processo de assujeitamento dos atores sociais ocorrera de modo tirânico:

Principalmente nos governos militares intensificou-se, com a agilização maior dos meios de comunicação (via satélite para todo o Brasil), a criação e divulgação da cultura de massa, a transmissão dos valores comuns contidos na matriz autoritária de nossa cultura, assegurada principalmente pela face militar da ideologia tecnocrática do pós-68 (MANZINI-COVRE, 1996, p. 42).

A ideologia tecnocrática-militar fora relativamente bem-sucedida e acabou por desmobilizar populações inteiras de suas relações comunitárias e dos valores que os sustentavam, buscando igualá-los em um processo de massificação que culminou em uma grande exclusão social, situando o tratamento dado a todos os que eram considerados descartáveis: pessoas em situação de rua, negros e quaisquer outros que não aparentassem “competência”. No entanto, permaneceu e ganhou força nos últimos tempos o pensamento que diferencia aqueles que têm direitos de cidadãos e seriam seus mercedores por serem moralmente bons e socialmente corretos, os chamados “cidadãos de bem”, e aqueles que não conseguem ser moralmente direitos (criminosos, invasores, desviantes), não sendo, por isso, mercedores de tais direitos. Holston esclarece (2013, p. 331):

Por extensão, a lógica dessa cidadania do tratamento especial também produz o julgamento a priori de que os que não têm direitos – os pobres, por exemplo – devem ter fracassado moralmente. Esses dois pensamentos negativos

⁴⁸ Washington Luís, então candidato ao governo do estado de São Paulo em 1920, já dizia que “a questão social é um caso de polícia”.

permitem que brasileiros pressuponham que outros brasileiros carecem de direitos em relação a si mesmos e que, portanto, não têm deveres em relação a eles, se de uma forma ou de outra os consideram marginais.

Infelizmente, a máxima do “você tem que correr atrás de seus direitos” ainda ocupa muito espaço na condição de direitos no Brasil. É comum ver as pessoas dizendo “eu não sabia que tinha esse direito”, assim como não é interesse de muitos governantes que os cidadãos tenham conhecimento sobre seus direitos. Afinal, quando isso acontece, automaticamente criarão demandas com as quais, muitas vezes, o estado não quer arcar, mesmo que os governantes saibam que esta seria a obrigação deles.

Ainda predomina no país um pensamento de que “você deve ser digno, ter *status* e comportamento corretos” (conforme esperado pelo pensamento dominante) para que seja agraciado com um direito. Holston (2013, p. 332) destaca que “isso é necessário, sobretudo, porque a aplicação da lei no Brasil raramente é segura ou rotineira”. Portanto, há no país dois tipos de cidadania que convivem e disputam espaço: a que podemos chamar de cidadania diferenciada⁴⁹, que prevaleceu durante boa parte do século XX, e a cidadania insurgente, que se proliferou após a redemocratização. Todavia, percebe-se que, nos últimos tempos, a cidadania diferenciada parece ter retomado seu fôlego (HOLSTON, 2013, p. 333):

A personalização dos direitos significa que seu exercício depende do arbítrio, não do dever, de alguém em posição de poder para reconhecer o mérito pessoal do requerente e garantir seu acesso ao direito. Esse poder de arbitragem converte direitos em privilégios, no sentido de que se torna um privilégio obter o que por lei é um direito.

Assim, a cidadania diferenciada gera relações de imunidade e vulnerabilidade, as quais envolvem privilégios e ausência de poder na mediação de direitos (HOLSTON, 2013, p. 333-334):

A “procura de direitos”, assim, envolve o pobre em um exercício perverso de cidadania que os que desfrutam de imunidade e privilégios contornam: não só perpetua, mas também legitima a distribuição de desigualdade por fazer com que trabalhadores individuais defendam um tratamento especial para si próprios e a desqualificação de outros como forma de confirmar seus méritos específicos e obter a duras penas reconhecimento, respeito e recompensas.

É esse tipo de troca que induz aquele que está em condição vulnerável a aceitar a legitimidade de cidadania diferenciada e desigual como modo de compensação ou

⁴⁹ Cidadania diferenciada é aquela que se fundamenta na diferenciação e não na equiparação de diversos tipos de cidadão. Além disso, considera que o que as minorias ativas merecem é a lei – não no sentido da lei como direitos, mas da lei como desvantagem e humilhação, uma noção expressa com perfeição na máxima brasileira que diz, como enfatiza Holston (2013, p. 63), “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”.

recompensação de desigualdades preexistentes. Aliada à política do medo, fomentada pelas políticas neoliberais, a cidadania diferenciada resulta no ódio à igualdade e cria figuras políticas como Jair Bolsonaro.⁵⁰

A cidadania democrática havia avançado muito desde a década de 1980 em virtude da cidadania insurgente. Chamamos de “insurgente” porque a reivindicação aos direitos não é pequena, principalmente com relação aos direitos civis, que são os mais frágeis na sociedade brasileira. A cidadania insurgente pressupõe a totalidade dos direitos possíveis. O reconhecimento dos cidadãos como sujeitos efetivamente de direitos pressupõe que caminhemos em direção a uma sociedade efetivamente democrática. Infelizmente, desde 2016, a democracia, em muitos momentos, encontra-se em suspenso. Resta entender por que motivo as antigas formulações da cidadania diferenciada ainda persistem, produzindo espaços híbridos (HOLSTON, 2013, p. 352-353):

Não há dúvida de que a cidadania insurgente rompe fórmulas estabelecidas de governo, de concepções de direito e de hierarquias de lugares e privilégios sociais. No processo, erodem práticas entrincheiradas de dominação e deferência que conferem ao cotidiano a impressão de ordem e segurança. Contudo, essas desestabilizações produzem fortes reações. Alguns tentam reafirmar antigos regimes de ordem enquanto outros amaldiçoam sua persistência, agora tornada mais evidente porque confrontada. Novas desigualdades, injustiças e discriminações surgem ao lado de novos meios de combatê-las.

Ao se falar em cidadania insurgente, parte-se do pressuposto de que o novo fundamento dos direitos é o acesso ao conhecimento. Se, antigamente, ao pobre era restrito o acesso ao conhecimento de seus direitos sem que houvesse a intervenção de alguém em situação privilegiada, hoje isso ocorre de maneira quase imediata (HOLSTON, 2013, p. 342):

O acesso ao conhecimento da letra da lei propiciou às classes populares uma confiança sem precedentes em suas lutas para conquistar direitos e respeito de cidadãos. Combinado com o sentimento de serem partes interessadas na cidade, esse acesso fornece uma forma efetiva de desafiar a cultura de deferência que dominava as práticas de cidadania diferenciada.

Além da cidadania diferenciada e da cidadania insurgente, que se referem aos direitos civis, cabe lembrar que vivemos em uma sociedade capitalista, pautada basicamente pelo consumo e pela propriedade privada. A identidade da maior parte das pessoas desenvolve-se em torno de pré-requisitos da propriedade, pois elas são pagadoras de impostos ao mesmo tempo em que são consumidoras. A falta de moradia ou a moradia em condições precárias ou

⁵⁰ Político brasileiro e membro do Partido Social Cristão (PSC).

de risco é um dos maiores problemas da atualidade. Muitos dos conflitos existentes nas grandes cidades são pautados pela necessidade da ocupação que bate de frente com a especulação imobiliária. Qual parte do território cabe aos ricos e qual cabe aos pobres?

Em uma de minhas visitas ao Santa Marta, Jurema, mulher da paz, me chamou atenção para o cemitério São João Batista, localizado bem em frente, ao pé do Morro Santa Marta. Ela me disse: “Veja só, esse imenso cemitério! Na área dele dava para todos nós do morro morarmos”. Realmente, o cemitério São João Batista é o único cemitério da zona sul do Rio de Janeiro e concentra uma área de 192 mil metros quadrados, sendo, atualmente, administrada pela concessionária Rio Pax. Tanto o espaço público quanto o espaço privado são desenhados por homens brancos e para homens brancos. Assim, eles definem e podem ter controle sobre os lugares e a circulação dos negros e das mulheres.

James Holston (2013) demonstrou, em pesquisa realizada nas periferias de São Paulo, que a porcentagem de casas próprias nesses territórios é bastante alta, girando em torno de 70% a 90%. Por isso, a identidade do proprietário da casa predomina nos bairros de periferia. Assim, os cidadãos residentes às margens passaram a ser parte interessada na cidade não por ser uma trabalhadora ou um trabalhador honesto e chefe de família. Desde que você seja consumidor ou proprietário de um imóvel, não é preciso provar nenhum atributo moral (HOLSTON, 2013, p. 339-340):

Essa mudança de atitude resulta da convicção de que os cidadãos urbanos conquistaram seus direitos e respeito construindo a cidade e pagando suas contas. Assim como substituem *Constituição* por *Constituinte* para enfatizar sua nova agência de cidadania, eles também exigem seus direitos com base na autodeterminação, nas realizações e na independência conseguidas.

Configuram-se, a partir disso, os chamados direitos do contribuinte, que promovem uma espécie de cidadania que se baseia na agência autoconstruída pela cidadania urbana, uma autoconstrução da moradia, de si mesmo e do cidadão que é tanto individual quanto coletiva. É individual porque se refere às realizações pessoais; é coletiva porque os moradores compartilham dramas coletivos de segregação e insurgência que remetem à própria construção das periferias.

A intensa socialização doméstica e urbana, iniciada no princípio do século XX, estabeleceu a maneira como as elites referenciavam as relações interpessoais baseadas na raça e na classe. Tomemos como exemplo os prédios residenciais e o modo como são constituídos, diferenciando o acesso de moradores e empregados domésticos, assim como o modo segundo

o qual os empregados deverão comportar-se quando estiverem ocupando o mesmo espaço que o patrão. As elites (HOLSTON, 2013, p. 356):

Tendem a esperar que esses encontros sigam as condições de privilégio e deferência característicos das relações entre patrão e empregado – sempre, de preferência, com um agradável e ambíguo domínio do jogo de cena que camufla os duros fatos dos baixos salários e das longas jornadas de trabalho.

A organização habitual do espaço doméstico, considerando-se a especificidade de que no Brasil ainda se constroem casas e apartamentos com “dependência de empregada”, corporifica as segregações, agora desafiadas, da cidadania diferenciada. Contudo, a expansão de direitos, de conhecimento e de agência que a cidadania democrática vem produzindo gera sinais de ressentimentos cotidianos (HOLSTON, 2013, p. 358):

Para os patrões, essa proximidade é inquietante por ser uma legalidade imposta. É uma proximidade que não pode controlar ou escolher vivenciar, como as elites sempre têm feito nos tipos “aceitáveis” de misturas corpóreas entre classes e raças no Carnaval, no sexo e na criação dos filhos.

A tolerância com as populações mais pobres e com os empregados subsiste somente nos espaços onde a elite não tem outra saída que não seja a convivência, justamente porque não está nem disposta a abrir mão de seus privilégios. Na realidade, de acordo com Holston (2013, p. 359), “eles sempre dividiram seu espaço residencial com os serviços. O que mudou é que agora têm de fazer isso em termos que não podem ditar, termos que estabelecem novos tipos de proximidade e distância. Ambos desarranjam os pressupostos espaciais”.

Este não é um fenômeno específico da sociedade brasileira, embora apresente particularidades em virtude de nossa herança escravocrata e colonialista. Na Europa, as elites suportam os pobres e imigrantes porque não estão dispostas a realizar trabalhos de menor *status* e valorização, assim como não desejam trabalhar aos domingos e feriados. Um processo parecido ocorre no Brasil, porém ainda permanece a restrição em conviver em alguns espaços, antes exclusivos das elites, como aeroportos e universidades (HOLSTON, 2013, p. 360-361):

Como era previsível, muitas elites veem essa nova proximidade como uma intrusão – aliás, uma violação –, e sua resposta é criar novos tipos de distanciamento. Do ponto de vista da democratização, essas respostas parecem novas incivilidades, pois afrontam suas crescentes igualdades e agências.

Os cálculos de agência e de poder das elites levaram regularmente à negação de direitos e à recusa de deveres e, ao contrário do que deveria ser esperar com o aprofundamento da democracia, permanecem as tentativas de imposição e legitimação dos privilégios,

lamentavelmente reforçando o paradigma da cidadania diferenciada (HOLSTON, 2013, p. 360):

Isso representa uma percepção maior de que os membros das classes mais baixas agora têm acesso não apenas ao saber de consumo qualificado que torna essas coisas valiosas para as elites, mas também às próprias coisas (...). Além disso, essa transformação não se dá somente nas urnas. Da administração à moradia, da infraestrutura ao consumo, os cidadãos insurgentes do Brasil penetraram os espaços urbanos e até mesmo os espaços pessoais que as elites usavam para exercer seu domínio com segurança total.

Podemos perceber dois componentes principais de sentido de deslocamento dessas elites: o primeiro remete à incapacidade de ter controle sobre uma ordem espacial de privilégio em relação à ordem social que emerge nas periferias; o segundo relaciona-se com o desaparecimento do tipo de distinção de *status* simbólica e cotidiana que foi criada exatamente para ser mostrada em público, distinção na qual se baseiam as elites para confirmar seu conceito de lugar social. Motivadas pela desconfiança e pelo medo, as elites têm recuado no tipo de contato pessoal cotidiano que tornou seu estilo de dominação das identidades eficiente, porém ambíguo. Conforme Teresa Caldeira (2000) e Mariana Fix (2001) analisam, elas desenvolveram um conjunto de novas barreiras físicas e sociais, como, por exemplo, bairros como a Barra da Tijuca. Holston (2013, p. 361) descreve esse processo: “elas se resguardam em clausuras residenciais e comerciais, protegidas por seguranças particulares e vigilância de alta tecnologia, que criam novas segregações do espaço urbano”.

Além disso, as elites demonstram um desdém explícito que culmina em criminalizações racistas das classes mais baixas, oposição aos direitos humanos e apoio à violência policial. As cidades vivem o conflito entre o investimento público em muitos espaços e a privatização da rotina. Contudo, a disputa pelo espaço urbano que se vê instaurada está longe de acabar. Como exemplos dessa disputa, temos o caso dos grafites que foram apagados das ruas de São Paulo. O grafite nada mais é que a demarcação de determinado espaço por uma arte que surge nas classes baixas. Como resposta a essa demarcação, o prefeito João Doria (do PSDB)⁵¹ ordenou que fachadas e muros com grafites fossem cobertos com tinta cinza. Renovação e decadência, acesso democrático e interiorização elitista configuram o conflito atual das grandes cidades brasileiras, como afirma Holston (2013, p. 363): “os confrontos, insultos, desafios, a desconfiança e as desavenças entre pessoas com diferentes concepções de direitos e privilégios forjam as incivildades que se tornaram rotina na vida diária”.

⁵¹ Partido da Social Democracia Brasileira.

A constituição brutal da sociedade brasileira tem sido disfarçada há séculos pelas ideologias elitistas e de inclusão. O pensamento de que “faremos a inclusão das classes subalternas, desde que seja à nossa maneira” reflete-se nos projetos nacionais, principalmente aqueles que criaram o mito da democracia racial. Holston (2013, p. 365) explica:

Produzir identificações com o Estado-nação que são universalmente includentes na incorporação de cidadãos à nação, porém de uma desigualdade gigantesca na distribuição de direitos e recursos entre eles. Essas ideologias de inclusão ainda são complementadas por convenções culturais de sedução que conferem às relações pessoais de gênero, raça e de diferenças econômicas um verniz de acomodação cúmplice, um sentido de intimidade que obscurece, porém mantém desigualdades fundamentais.

Assim, percebe-se que as várias desigualdades, como de gênero, raça e classe, limitam o efetivo exercício da cidadania de certas camadas da sociedade e determinam, ao mesmo tempo, formas diferenciadas das mulheres e homens vivenciarem essa cidadania.

6.2 O CUNHO RENOVADOR DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Segundo Joan Scott (1995), a partir do conceito de gênero, que legitima e constrói relações sociais, mulheres e homens começam a compreender não só a natureza recíproca do gênero e da sociedade, mas também as vias particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A proposta é de se incorporar outra dimensão aos estudos de gênero, considerando-se a dimensão da prática política cotidiana da mulher como prática dotada de dinâmica própria.

Historicamente, fez parte da cultura política tradicional julgar como natural a apatia das mulheres no âmbito público. A recente institucionalização da cidadania feminina, muitas vezes caracterizada como uma cidadania fragilizada, reflete a priorização, durante muitos anos, dos papéis fundamentais na esfera doméstica, ainda hoje desprestigiada e desvalorizada no mercado político. Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas.

A cidadania, aqui entendida como uma representação social que se faz da política e daquilo que cada ator social histórico entende como seu direito e sua disponibilidade de ação, encontra seu significado no cotidiano, surgindo do convívio entre homens e mulheres nos

âmbitos de sociabilidade extrafamiliar: a vida de bairro e o mundo da política. Espaços como estes se estendem para além das paredes familiares e formam redes de relações junto à coletividade, fazendo surgir um sentimento comum de pertencimento.

Envolver-se na esfera pública e nessas redes de relações é concernente a toda a população. Porém, reafirma-se nesses espaços, em termos históricos e simbólicos, uma marca sexuada. Segundo Paola Cappelin (apud PANDOLFI, 1999), a sociabilidade feminina tradicional e a participação no espaço público estariam constituídas, primordialmente, no espaço dos bairros e na tomada de decisões com vistas a melhores condições de existência, enquanto a política, como tema de conversas e de militância mais ampla, estaria restrita ao ambiente masculino reforçado pela prática socializadora.

A era dos novos movimentos sociais, na perspectiva feminista, surge problematizando o paternalismo do Estado de bem-estar social e a família burguesa, expondo o profundo androcentrismo (normas que privilegiam os traços associados à masculinidade) da sociedade capitalista. Nancy Fraser (2007, p.102) argumenta: “Ao exporem uma ampla gama de formas de dominação masculina, feministas sustentaram uma visão expandida da política que incluísse o ‘pessoal’”. Politizando “o pessoal”, expandiram as fronteiras de contestação para além da redistribuição socioeconômica a fim de incluir o trabalho doméstico, a sexualidade, a reprodução e as questões culturais, reinventando-se como política de reconhecimento da diferença.

Politizar o “pessoal”, expandindo o significado de justiça, reinterpretando como injustiças as desigualdades sociais que até então haviam sido negligenciadas, tem sido um dos adventos de uma nova fase do movimento de mulheres. Objetiva-se desvendar as injustiças sociais localizadas em outros lugares, como na família, nas tradições culturais, na sociedade civil, na vida cotidiana, assim como a primazia de classes. Incluem-se na pauta a sexualidade, o serviço doméstico, a reprodução e a violência contra as mulheres. Nancy Fraser (2009) entende que, ao trazer questões para a discussão no âmbito da esfera pública, as mulheres estariam efetivamente ampliando o conceito de injustiça que diz respeito não apenas às desigualdades econômicas, mas também às hierarquias de *status* e assimetrias do poder político. Com isso, elas estariam substituindo uma visão de justiça monista e economicista por uma compreensão tridimensional mais ampla, abrangendo economia, cultura e política. Ainda segundo Fraser (2007, p. 103 e 109):

A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença. (...) Concebendo

o reconhecimento como uma questão de igualdade de status, definido então como paridade participativa.

A partir de uma concepção ampla de justiça que se oriente pela paridade participativa, podemos incluir tanto a redistribuição quanto o reconhecimento. Para isso, a paridade participativa inclui todos os parceiros adultos na interação e pressupõe o igual valor moral dos seres humanos. Ainda, Fraser argumenta que na esfera pública burguesa, mulheres e minorias estariam excluídas e que a igualdade social em modelos liberais e burgueses não é condição necessária à democracia, por isso ela existe em sociedades desiguais, assim como existem múltiplas esferas públicas. A esfera pública configura-se como o espaço de deliberação acerca do bem comum e também sobre outros temas que envolvem a coletividade, assim, seria possível a tematização de interesses e questões privadas. Por isso, Fraser critica o modelo de esfera pública habermasiano que pressupunha uma separação rígida entre sociedade civil e estado que para ela não é possível.

Como exposto no Capítulo 3, as mulheres, mesmo sendo mais numerosas na população brasileira e tendo alcançado nos últimos anos índices significativos de chefia familiar, muitas vezes por ser uma chefia atribuída por ser a única provedora da família, ainda não aparecem ou têm pouca visibilidade social e política.

A desvantagem econômica das mulheres restringe a sua “voz”, impedindo a participação igualitária na formação da cultura, nas esferas públicas e na vida cotidiana. Não basta a emancipação política e econômica para configurar a decisão de romper com as limitações presentes em suas vidas. Suas demandas pontuais, apesar de atingirem a população como um todo (creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc.), permanecem em um universo restrito; as conquistas, quando ocorrem, são localizadas. As mulheres, mesmo tendo participação preponderante na maior parte das ações coletivas públicas, ainda parecem invisíveis em muitos setores, inclusive em outras causas sociais.

Considerando o pensamento de que nossa sociedade vive o eterno retorno do mesmo a partir de um processo espiral das comunidades humanas na pós-modernidade, temos o renascimento do primitivo, do étnico, do tribal, do nômade. Hoje em dia, apesar de um crescente individualismo sustentado pela modernidade, percebemos um ressurgir da solidariedade local e das afiliações comunitárias, movimento esse ligado principalmente às mulheres e aos jovens.

Segundo Vladimir Safatle (2015), a política (que nasce a partir da separação dos campos da cultura e da economia) é permeada pela circulação de afetos. Michel Maffesoli (2014) reitera que os afetos, muitas vezes, é que exercem as atrações sociais no sentido de “vivermos juntos”.

É preciso entender que simpatia, empatia, medo, esperança e outros afetos são sentimentos individuais – e o que torna nossa vida eficaz é participar da esfera coletiva constante. É no espaço da comunidade que se concretiza o conhecimento coletivo. O conhecimento é a comunidade. Chantal Mouffe (2015) ressalta a importância do afeto na construção das identidades coletivas que estão associadas à ação pública e ao campo da política. Tanto Mouffe (2015) quanto Safatle (2015) salientam, através de Baruch Spinoza, que os afetos também nos fazem atuar em determinada direção e não em outra e que, no discurso afetivo, o significado e a ação não podem ser separados.

Por mais paradoxal que possa parecer, o ato de compreensão está, acima de tudo, organicamente ligado aos grupos aos quais pertencemos. Consequentemente, o poder social torna-se vontade comum. Significa que todas as capacidades humanas são mobilizadas para garantir a realização e a solidez de viver juntos. A alteridade é intrínseca à constituição do sujeito pensante. A alteridade constitui, portanto, o ponto de partida dos laços sociais. Emmanuel Munier, já na década de 1970, salientava que a alteridade poderia ser definida como uma estranheza familiar. É a realidade cotidiana que, ao mesmo tempo em que permanece ela própria, revela-se diferente daquilo que acreditávamos que era. Não é a consciência de si e do mundo que vem primeiro, mas o fora de si mesmo: isso é o que constitui o mundo natural e social. O potencial humano não está somente no raciocínio, na razão, mas também na comunidade, no ser coletivo.

Conforme Maffesoli (2014), a atmosfera emocional torna-se, pois, um ponto importante no sentido de se perceber a multiplicidade do contágio mental para entender que essa estrutura antropológica encontra uma relevância renovada nas afiliações comunitárias. É como se houvesse uma contaminação de todos os tipos, uma “viralidade” múltipla do comunitário ajudando nas realidades diárias. Esse fenômeno está diretamente ligado a um novo momento das periferias urbanas no Brasil e na América Latina, principalmente ligados a grupos de mulheres e jovens. Os grupos de mulheres, formados a partir da execução de políticas públicas, marcados por encontros frequentes, (re)significam a vida dessas participantes e, por sua vez, apresentam traços que os identificam como sendo as novas tribos da pós-modernidade.

Contudo, diante da dissonância de algumas políticas em relação às necessidades dos usuários, muitas vezes as pessoas tendem a localizar algum espaço para manobrar no âmbito do marco administrativo de uma entidade governamental. O entendimento das comunidades periféricas, em vários casos, não é de sujeitar-se às políticas tal como o estado deseja. Essas comunidades, que passam esquecidas por muitos anos, tendem a desacreditar das políticas

governamentais. Alguns grupos informalmente organizados chegam a desenvolver práticas e filiações que não coincidem com o modo como os define o estado: como clientes. Dessa maneira, podem alterar os usos e significados dos benefícios oferecidos pelos agentes governamentais, sem necessidade de questioná-los explicitamente. Ao mesmo tempo, questionam indiretamente a maneira como o Estado define-os como sujeitos. Ao mesmo tempo, questionam indiretamente o modo pelo qual o estado então os define como sujeitos. Claudia Fonseca (2004), no livro *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*, apresenta um interessante estudo de caso sobre essa questão ao pesquisar em bairros populares de Porto Alegre.

Muitos atores utilizam os aspectos dos programas governamentais que lhes parecem apropriados para uma interpretação própria de suas necessidades, implementando vias de resistência informais, estratégicas e/ou culturais, assim como iniciativas mais formalmente organizadas e com atuação explicitamente política, como as líderes de bairros. Outros “clientes” dos programas governamentais acabam unindo-se para questionar as interpretações administrativas de suas necessidades. Recorrem a identidades passivas, normalizadas, individualizadas ou familiarizadas, formuladas para elas por meio do discurso dos especialistas, e transformam-nas na base para uma ação coletiva.

Há inúmeros casos de mulheres que se organizam simplesmente a partir do encontro em um lugar comum (escolas, postos de saúde, salas de espera) nos mais variados serviços governamentais. O resultado, muitas vezes, é que sua participação como clientes culminou na articulação de suas queixas comuns para atuarem juntas. Assim, as mesmas políticas que originam as queixas criam condições que permitem uma organização coletiva para modificá-las. Podemos dizer, então, que a estrutura de políticas do estado em si mesma tem ajudado a fomentar novas solidariedades e a gerar assuntos que se tornam políticos.

Como principais sujeitos das ações coletivas, as mulheres também podem representar um novo e possível modo de recomposição de todas as experiências individuais e coletivas. Michelle Rosaldo (1995, p. 16) esclarece essa questão:

O lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta. Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero.

Para Alain Touraine (2007), as mulheres, por terem vivido a dominação em suas experiências, poderão vir a ter ações mais gerais, de recomposição de todas as experiências individuais e coletivas. Em *Mundo das mulheres*, ele analisa o novo protagonismo da mulher na sociedade e conclui: “nas sociedades dependentes, o único agente capaz de aglutinar as forças presentes nos segmentos populares é o estado, enquanto força política exterior, agente unificador de uma sociedade cortada em dois” (1977, p. 37). O estado, ao responder às inquietações sociais, estaria restabelecendo a ordem e abrindo caminhos para a mudança pela institucionalização de novas formas de relações. No entanto, a tendência é que essas inquietações nunca tomem uma proporção maior e permaneçam sempre subordinadas à ação do estado.

Segundo Nancy Fraser (2009, p. 25-26), na atual conjuntura de narrativa feminista, que é dotada das lutas diárias das mulheres, há dois extremos em debate: em um deles, estão os quadros femininos das classes médias profissionais, determinadas a lutar por mudanças culturais; em outro extremo, estão as trabalhadoras temporárias, de trabalho parcial, prestadoras de serviços de baixa remuneração, domésticas, trabalhadoras do sexo, migrantes, trabalhadoras de zonas de fronteira e aquelas que utilizam microcrédito em vista de obter não apenas renda e segurança material, mas também dignidade, autoaperfeiçoamento e liberação em relação à autoridade tradicional. É o caso da cristalização de novas identidades sociais por parte de grupos subordinados, como os das periferias urbanas.

Objetivamente, pretende-se infundir nas instituições estatais valores feministas que vislumbram um estado democrático e participativo, o qual empodere seus cidadãos. Cada vez mais as mulheres têm empreendido novos regimes de governança global a fim de transformar o poder estatal em um veículo de empoderamento dos cidadãos. Visa-se, portanto, a uma democracia realmente participativa, que tenha uma nova organização do poder político graças ao aumento do poder dos cidadãos, fortalecendo o poder do que é público em uma ordem escalar múltipla que seja democrática em todos os níveis. O que a democracia exige é que formulemos a distinção nós/eles (entre homens e mulheres) de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna (MOUFFE, 2015). Apesar de uma terceira fase do movimento de mulheres ainda ser recente, anuncia-se uma mudança na escala da política feminista. Nessa fase, há uma preocupação maior com o desafio às injustiças, à má distribuição e ao não reconhecimento. Nancy Fraser (2009) diz que essa fase do feminismo torna visível uma terceira dimensão da justiça de gênero, além da redistribuição e do reconhecimento, chamada de *representação*.

Ao se constituir a mulher como sujeito das políticas e entender sua atuação como possuidora de um diferencial nas relações cotidianas, leva-se a público as posições das mulheres frente às situações de dominação. Tais políticas propõem que, ao nível da sociedade civil, a mulher deixe de ser um sujeito privado e passe a ter uma identidade pública.

Entendemos aqui, compartilhando a premissa de Zaluar (1994), que a cidadania é composta de direitos múltiplos e de responsabilidades para com os outros. Segundo Alain Touraine (2007), ao se trabalhar com a noção de projeto, pode-se referir ao fato de que, em dada situação, a possibilidade de o ator dar sentido a suas próprias condutas permanece sempre aberta por oposição ao sentido já conferido pelo sistema social. O dinamismo dos sujeitos/atores é visto em termos culturais, de confronto de valores (alguns firmados e outros reivindicados). Esses elementos, Touraine denomina-os de “dialética de criação e controle”.

Projetos como o Mulheres da Paz, em princípio, constituem ações que possibilitariam a criação de espaços nos quais as potencialidades das mulheres possam emergir (potência do agir), configurando lugares que permitiriam a troca de experiências e, conseqüentemente, produziram novas significações para suas próprias histórias. Ou seja, a partir da criação de espaços que viabilizem a emergência das subjetividades dessas mulheres, é possível que elas encontrem outras estratégias de vida e gerem oportunidades para constituí-las no espaço onde vivem, configurando, segundo Michel Maffesoli (2012), um ideal comunitário. A importância está em reconhecer as subjetividades e proporcionar-lhes espaços de afirmação.

No encontro dessas mulheres, elas passariam a vislumbrar a possibilidade de vivenciar o espaço público. Ao ocupá-lo, também se permitiriam conviver, relacionar-se com a diversidade e se autoafirmar. De acordo com Hannah Arendt (2001), exploramos o reconhecimento e a afirmação dos sujeitos que se dão ao ocupar o espaço público, aquele espaço entre dois, no qual homens e mulheres de ação podem formular “em concerto” seus juízos, agir como cidadãos da polis. Elas passam a partilhar de uma responsabilidade política comum que ocorre quando da descentralização da gestão da coisa pública, envolvendo a participação das próprias mulheres residentes nos bairros populares. Para haver expansão da cidadania, é preciso que as mulheres estabeleçam novas relações sociais na comunidade.

Segundo Aparecida Alvarez et al. (2004), a interação possibilita transformações psíquicas das partes, de modo que despertem suas potencialidades e favoreçam a retomada de sentido às suas vidas, promovendo sua resiliência, entendida “como a capacidade humana de fazer frente às adversidades da vida, superá-las e sair delas fortalecido ou inclusive transformado” (p. 2). Os grupos e as pessoas não se isolam; ao contrário, conquistam e

constroem processos de interação, formando a base de novas relações sociais, que tenham caráter diferente.

Maria da Glória Gohn (2010) explica que, a partir dos anos 1990, inicia-se uma nova proposta política de distribuição e gestão dos fundos públicos brasileiros, que passam a enfatizar projetos pontuais que incluem crianças, mulheres e jovens, contribuindo, de certo modo, para a desarticulação das antigas formas de organização social com suas demandas e reivindicações. Esses novos projetos começam a propor que a população não apenas reivindique, mas também participe da proposição das políticas. A proposta dessa “governança” está em absorver as demandas da população, excluindo-a do processo decisório, mas procurando organizá-la na luta por seus descontentamentos. Em outras palavras, a participação é, em certo sentido, controlada. Para Giuseppe Cocco e Antonio Negri (2005, p. 207):

Algo que nos leva ao debate sobre essa esfera intermediária que foi chamada de “governança”. Se o termo é completamente sobredeterminado pela retórica do mercado, a noção de uma instância intermediária de governo flexível e descentralizado é adequada aos movimentos biopolíticos: é isso que aconteceu com o orçamento participativo de Porto Alegre, com as formas mais avançadas de planejamento estratégico das cidades, como foi o caso no ABC Paulista, com os movimentos regionais e de organização local. O outro lado da “governança” é o fato, pois, da radicalização democrática e da construção do comum: aqui, a esfera intermediária da “governança” pode coincidir com aquela da radicalização democrática, onde a democracia é o “fazer multidão”: a cooperação das singularidades que se mantêm tais.

O objetivo é o empoderamento da comunidade, seja para a promoção de condições que beneficiem o desenvolvimento social local, seja para o encorajamento ao diálogo comunitário, permitindo ações preventivas ao conflito, com uma maior atuação e inserção, buscando-se promover situações de segurança coletiva. De acordo com Maria Odila Dias (1992, p. 376): “O cunho renovador da história social das mulheres, ao concentrar-se nos papéis informais e nas mediações sociais, abre espaço para a relativização das normas e das temporalidades prefixadas”.

Considerando os temas aqui apresentados, percebemos que fenômenos como a violência, as políticas sociais e o estabelecimento da cidadania permeiam tanto a esfera privada quanto pública da qual participam as mulheres. Nos últimos anos, vem ocorrendo uma “libertação” da dominação feminina através da construção do sujeito mulher.

É preciso ainda compreender a atuação das mulheres no espaço público, procurando entender por que elas são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que participaram de grandes e pequenos eventos da história humana. E como as instituições sociais

incorporam o gênero em seus pressupostos de políticas sociais? Segundo Gilles Deleuze (2002, p. 34), enfatiza-se a importância da análise da biopolítica do cotidiano:

Quando encontramos um corpo que convém à nossa natureza e cuja relação se compõe à nossa, diríamos que sua potência se adiciona à nossa: as paixões que nos afetam são de alegria e nossa potência de agir é ampliada e favorecida.

Para Judith Revel (2010, p. 7), torna-se necessário criar e manter espaços e estratégias que possam funcionar como operadores constituintes. Cria-se também uma nova forma de olhar e de se olhar entre os ocupantes desses espaços.

La Idea del devenir-mujer la trabajamos a partir del concepto de Deleuze del “devenir minoritario”. Este concepto no significa para nada una idea de lo cuantitativo: no es “ser menos”. La otra acepción de este devenir minoritario significa estar por fuera de lo mayoritario, entendiendo mayoritario como aquello que reproduce al mecanismo del poder. Devenir minoritario entonces supone una redefinición de lo que es política a través de la potencia de la subjetivación, lo cual se opone a las relaciones de poder que se montan sobre la vida (...) El devenir-mujer de la política es un devenir minoritario porque implica el desarrollo de estrategias alternativas que pasan a través de la subjetivación y la creación de nueva comunidad, o de nuevos sentidos para la vida común. Y es esta nueva forma de vida común lo que me parece que caracteriza las modalidades en que se da actualmente la resistencia (p.7).

Apesar da mimese e da alienação inerente à vida cotidiana, é sempre possível adotar a individuação e a configuração de novas atitudes. O cotidiano envolve uma margem de liberdade, implicando certa possibilidade de equilíbrio entre a individualidade e o ser genérico, conforme destaca Agnes Heller (1985, p. 41): “A ordenação da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano; o caráter representativo, provocador, excepcional transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política”.

Nessa perspectiva, cotidiano e poder constituem o fulcro do estudo de nossa contemporaneidade, tal como nela se imbricam métodos modernos e pós-modernos em busca da compatibilização de enfoques diversos.

CAPÍTULO 7 – ESPAÇOS PÚBLICO, PRIVADO E O TRABALHO DO CUIDADO

7.1 MULHERES, MATERNIDADE E FAMÍLIA

Mulheres que eram escravas não tinham sobrenome nem nome familiar. A referência se dava pelo primeiro nome, pelo número de registro na municipalidade local, pela cor ou idade, pelo nome e sobrenome de seu proprietário. Segundo Pierre Bourdieu (1996), o nome próprio seria a representação de uma individualidade biológica socialmente instituída, que permite ao seu portador uma constante através do tempo e uma unidade nos espaços ocupados por diferentes agentes sociais, que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos. Como instituição, além de variações de lugar e de momento, o nome próprio assegura a constância nominal, o ato de identificar-se consigo mesmo. O fato de as mulheres negras escravizadas terem seus sobrenomes negados fez com que elas reelaborassem sua identidade pessoal e coletiva, assim como sua relação com o público e o privado, de forma diferenciada das mulheres brancas. A cidade passou a ser, para elas, a nova família ampliada. (ESTIVALET, 2014).

As mulheres escravizadas não tinham o direito de criar seus filhos. Por isso, o direito à maternagem é tão importante para as mulheres negras. Durante a gravidez, eram submetidas ao trabalho incessante, a vários castigos, além do sofrimento com doenças, de sorte que muitas sofriam abortos. Se elas chegavam a dar à luz, sabiam que não poderiam cuidar dos filhos, pois logo deveriam voltar ao trabalho, como também sabiam que estariam contribuindo com mais uma pessoa que, conseqüentemente, seria escravizada. As mulheres que se tornavam mães e ficavam com seus bebês tinham de alimentar primeiro os filhos dos patrões, de modo que, muitas vezes, restava pouco leite para os seus. Era comum que essas crianças fossem depositadas nas “rodas de expostos⁵²” de estabelecimentos religiosos. . Vários motivos contribuía para que essa ação fosse praticada, a saber:

- 1) os senhores não queriam ter trabalho nem gastos com a criação dessas crianças;
- 2) os senhores não teriam de arcar com custos funerários caso as crianças viessem a morrer;

⁵² Em 1203, surgiu a primeira “roda dos expostos” na Itália. Era uma espécie de roda colocada no muro dos conventos e das igrejas para que crianças fossem postas ali sem que os pais fossem identificados. (ESTIVALET, 2014, p. 32).

- 3) os senhores usariam as mães como amas de leite;
- 4) a criança teria de ser liberta caso sobrevivesse.

Era costume entre as mulheres brancas não amamentar os filhos. Segundo Rute Almeida (2014, p. 62), “quanto mais alta a classe social, menos havia o aleitamento materno”. A autora acrescenta (p. 66):

A amamentação também era um forte vínculo que se criava entre a ama de leite e a criança. Mas, a partir de 1850, com a discriminação do leite da escrava, passou-se a utilizar o leite de senhoras brancas que se ofereciam em anúncios de jornais. A propaganda europeia sobre vantagens do aleitamento materno e de que, supostamente, esse leite transmitia as qualidades culturais das mães foi acabando também com o costume de amas de leite de aluguel.

Os primórdios da industrialização no Brasil caracterizaram-se pela crescente integração de mulheres e crianças. Em 1872, as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, sendo que 88,5% delas eram analfabetas. Esse índice subiu para 89,6% em 1890, caindo para 77,4% em 1920. O Censo de 1890 revelou que, da população negra economicamente ativa, 48% realizavam trabalhos domésticos, 17% atuavam na indústria, 9% envolviam-se em atividades agrícolas e 16% estavam em profissões não declaradas. Nessa época, 31% das mulheres acima de 21 anos e 14% com menos de 21 anos tinham empregos formais. O setor industrial contava com 34% de participação feminina, sendo que a maioria estava concentrada no setor têxtil e de confecção. Esse percentual caiu para apenas 20% nos anos 1950. No entanto, como podemos observar pelos dados do Censo de 1890, as mulheres mais pobres ficavam fora do trabalho nas indústrias, embora sempre tenham estado presentes nas atividades domésticas. No setor fabril, havia uma expressiva presença de imigrantes e jovens, sendo que as mulheres recebiam 35% a menos. Matos e Borelli (2012, p. 128) destacam:

Além disso, as atividades nas quais as mulheres penetraram foram sendo, progressivamente, desprestigiadas, desvalorizadas monetária e socialmente, e por fim descartadas pelos homens. Os baixos salários, as tarefas rotineiras, repetitivas, monótonas e menos qualificadas na hierarquia laboral foram determinantes do emprego maciço de mulheres nas indústrias. O cotidiano do trabalho era árduo, em ambientes insalubres, com jornadas extensas (11, 12, chegando a atingir 14 horas diárias), muitas vezes sem descanso semanal.

Contudo, a imagem das mulheres trabalhadoras como sendo “frágeis e indefesas”, “passivas” e “carentes de consciência política” continuava sendo reforçada pela imprensa. As lutas operárias que culminaram em paralisações nas fábricas, mobilizações e reivindicações por redução nas jornadas e melhores condições de trabalho eram praticamente invisibilizadas.

Havia um pensamento de encaminhar as mulheres para o magistério: “posteriormente, elas eram integradas como professoras no sistema educacional em expansão, mas em deteriorização, seja no plano das condições de trabalho, seja no plano salarial”. (ROSEMBERG, 2012, p. 354). No início do século, havia uma quantidade considerável de mulheres negras no magistério público do Rio de Janeiro, conforme constatado pelo Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), da Universidade Federal Fluminense, mas esse número diminuiu consideravelmente após a reforma educacional Fernando de Azevedo, ocorrida em 1927.

Devido à política de branqueamento que assolava o país, a reforma estabeleceu vários critérios para ingresso na profissão do magistério que dificultaram o acesso de novas mulheres negras. Esses são fatores explicativos, talvez os mais fortes, pelos quais a maioria das professoras e dos professores recebam baixas remunerações no país. Outras profissões destinadas ao cuidado, como enfermeiras e assistentes sociais, também permeiam o pensamento sobre a educação das mulheres desde o século XIX, significando que, no Brasil, ocorreu um processo de feminização tanto do magistério quanto de outras profissões preponderantemente associadas ao controle exercido pelas instituições totais (hospitais, escolas etc). O número de médicas aumentou com o passar do tempo. Contudo, no campo médico, há especialidades destinadas às mulheres. Mulheres cirurgiãs, por exemplo, são raras nesse meio.

A modernização das cidades exigiu não somente um novo modelo de família e de mulher, como também aumentou o número de “estabelecimentos de pequeno e médio porte como armazéns, açougues, adegas, quitandas, vendas, bares e botequins. A participação de mulheres nesse tipo de negócio foi, desde o início, determinante”. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 129). Além disso, as mulheres participavam do comércio de rua como ambulantes, sendo que muitas delas comercializavam leguminosas e outros alimentos oriundos de seus pequenos sítios. Outros trabalhos realizados pelas mulheres eram os de cozinheiras, lavadeiras, costureiras, “amas criadeiras” (uma espécie de babá que, em muitos casos, também amamentava) e professoras.

Havia, ainda, as que transformavam suas casas em pensões. Essas ocupações, apesar da baixa remuneração, permitiam conciliar as atividades de trabalhadora, mãe e dona de casa: “ocupações como essas foram abraçadas por mulheres, não só por conta da inserção no mercado de trabalho, mas por opção de não se empregar em uma função regular, com horário fixo e jornada determinada”. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 130). Muitas dessas mulheres, conforme

Raquel Soihet (2012, p. 363), viviam em lares com ausência masculina, de modo que elas garantiam o sustento e chefiavam a casa:

A implantação dos moldes da família burguesa entre os trabalhadores era encarada como essencial, visto que no regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, o custo da reprodução do trabalho era calculada considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada, do trabalho doméstico das mulheres. Além disso, as concepções de honra e de casamento dos pobres eram consideradas perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava.

Comumente, pensava-se que as trabalhadoras domiciliares eram passivas e desarticuladas, porém existem vários registros que demonstram suas capacidades de articulação e combatividade em associações, sindicatos e ligas, como indica Bebel Nepomuceno (2012, p. 383):

Algumas haviam conseguido acumular patrimônio, formar núcleos familiares estáveis, criar redes de solidariedade e comunidades religiosas. Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público.

Com isso, é possível afirmar que, conforme diminuía os postos de trabalho para as mulheres, aumentavam os trabalhos “empreendedores”. Assim, observamos que entre as mulheres brasileiras, ainda que muitas sejam empreendedoras por natureza, outras tantas foram forçadas a ir pelo caminho do empreendedorismo em virtude da falta de oportunidades. Essa situação permanece até hoje, principalmente quando há inúmeros programas que fomentam o empreendedorismo feminino, sem atentar aos problemas que estão presentes no mercado de trabalho nem às trabalhadoras.

Analisando os dados coletados entre as mulheres da paz cidade do Rio de Janeiro sobre os cursos que elas teriam interesse em fazer em termos de formação profissional, as profissões que envolvem o trabalho do cuidado, que será problematizado mais adiante neste mesmo capítulo, são objeto de desejo de somente 7% das mulheres. A maior parte gostaria de ter formação profissional que envolvesse alimentação (26%), ficando em segundo lugar (18%) a formação para o comércio e em terceiro (17%) os cursos relacionados à beleza. Apenas 11% das mulheres responderam ter interesse em formação profissional sobre artes/artesanato. Esses dados demonstram que a maior parte dos cursos destinados às mulheres e entendidos como profissões de mulheres não correspondem, de certa forma, aos desejos e anseios atuais, ainda que muitos cursos destinados às mulheres tenham efeitos potencializadores em suas trajetórias como é o caso dos trabalhos artesanais.

Gradativamente, com o passar dos anos, o trabalho das lavadeiras passou a ser executado nos domicílios dos patrões, corporificando o ditado popular “roupa suja se lava em casa”, assim como o trabalho das “amas criadeiras” não contemplava mais o aleitamento, já que, no processo de higienização social, as amas eram vistas como portadoras de doenças que poderiam infectar as crianças com patologias como sífilis e tuberculose. Desde 1850, difundiam-se as ideias do progresso social que estavam vinculadas a um novo modelo de mulher. Junto a esse novo modelo difundiu-se também o preconceito em relação aos negros e ao estilo de vida que eles representavam. Além disso, reforçava-se a ideia de reduzir a mulher negra ao erotismo. O leite dado pelas amas negras passou a ser chamado de “leite mercenário”, assim como as mulheres brancas que não amamentavam seus filhos eram chamadas de “mães desnaturadas”.

Por isso, o novo modelo de família exigia, automaticamente, um novo tipo de mulher que fosse dedicada ao cuidado dos filhos e responsável por sua formação moral. Por sua vez, a responsabilidade pela formação moral fazia desse novo modelo de mulher alguém que não estaria no mercado de trabalho, tendo uma participação limitada no espaço público, como salienta Helena Brandão (2010, p. 39):

Fechadas em suas casas ou seus sobrados, as mulheres dependiam de varandas ou janelas para ter contato com a rua, no atendimento aos vendedores ou para mandar recados. Esse espaço da residência foi importante para a socialização feminina e contribuiu para sua liberação. Mas não era lugar no qual permanecer, pois se corria o risco de ficar mal falada, sendo chamada de janeleira, namoradeira ou mesmo rameira.

Em público, as mulheres tinham sua conduta submetida aos olhares atentos da sociedade e, além de submeterem-se à avaliação dos outros e terem seus passos vigiados pelos pais ou maridos, cuidavam da imagem dos homens públicos. Ademais, deveriam ser comedidamente educadas, pois seriam responsáveis pela educação dos homens, mas deveriam continuar sendo mães afetivas e submissas ao marido, fazendo do ambiente privado o espaço feminino por excelência: “como propriedade do marido, a mulher lhe devia completa e inquestionável obediência e por ele era silenciada, repreendida e constrangida”. (ALMEIDA, 2014, p. 189).

A mulher brasileira era considerada rainha do lar, súdita do homem e escrava do trabalho doméstico. A medicina, inclusive, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos, além de assegurar como características femininas a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. (SEIHET, 2012). Defendia-se a educação diferenciada porque as mulheres não seriam tão inteligentes quanto os homens: “Incluiu-se

economia doméstica em seu currículo, porque ‘a mulher é rainha do lar’. Criticou-se a escola mista por ser ‘promíscua’. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, ‘verdadeiras mães’, têm ‘vocação para o sacerdócio’ que é o magistério”. (ROSEMBERG, 2012, p. 338-339). Cabe salientar que esse pensamento de que “as mulheres educadas são melhores mães” pairava desde o século XIX.

Cabia também às mulheres manter a família higienizada, já que elas seriam as responsáveis por manter uma descendência saudável. Esse ideal de família com moldes burgueses, estimulado pelas novas classes dominantes, tornou-se o novo parâmetro a ser seguido. O capitalismo fez a mulher viver, desde o nascimento, sempre em função do outro. Esse modelo continuou sendo reforçado nos anos 1940, quando Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 3.200 em 19 de abril de 1941. O referido decreto continha o seguinte trecho:

Devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa.⁵³

Tanto as associações quanto os jornais negros das primeiras décadas no século XX sustentavam os mesmos padrões dominantes das relações de gênero da época, ainda que elas fossem maioria nas associações que eram controladas por homens. Assim, o papel unicamente atribuído à mulher era o de esposa e mãe. Contudo, às mulheres negras não restava muito espaço para a imagem da esposa passiva, que deveria ser submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar. A elas preocupavam as fontes de obtenção de renda para que pudessem manter o lar sem dependência de seus companheiros.

Em 1916, o Código Civil tornou as mulheres casadas civilmente incapazes, de modo que precisavam ter uma autorização expressa de seus maridos para que pudessem trabalhar fora. Essa condição de dependência e subordinação foi revogada somente em 1943, com o novo Código Civil.

Entre 1917 e 1919, foram aprovadas as primeiras medidas reguladoras do trabalho feminino. Entre elas, estavam a proibição da jornada noturna às mulheres e do exercício das atividades no último mês de gravidez e no primeiro do puerpério. Contudo, essas medidas foram tomadas muito mais em virtude da concepção moral de considerar a mulher frágil e vulnerável do que para proteger a vida das trabalhadoras. O resultado foi a aumento da demissão e das

⁵³ SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 37, 1981. < Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1600>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

dificuldades para inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Resulta dessa época a visão de que empregar mulheres é mais oneroso para o empregador, conforme explicam Matos e Borelli (2012, p. 133):

Após o final da Primeira Grande Guerra (1918), ganhou força, por toda a sociedade, a ideia de que a mulher deveria dedicar-se exclusivamente às tarefas do lar e à maternidade. O trabalho feminino passou a encontrar maior oposição por parte de diferentes grupos sociais e instituições, revestida de preocupações morais que se somavam a argumentos religiosos, jurídicos e higienistas. Profissões como operária, costureira, lavadeira, doceira, florista, artista (figurante de teatro, atriz, bailarina, cantora) foram estigmatizadas e associadas à “perdição moral” e até à prostituição.

Além da estigmatização e da associação moral, as difíceis condições do trabalho feminino proliferaram e passaram a ser noticiadas na imprensa operária. Contudo, em vez de criticar os empregadores pelas más condições de trabalho, a culpa recaiu sobre as mulheres e o trabalho realizado fora de casa passou a ser condenado: “Visto como atividade transitória – que deveria ser interrompida por ocasião do casamento ou do nascimento de um filho –, o trabalho feminino fora de casa passou a ser tolerado apenas como fatalidade da pobreza”. (MATOS; BORELLI, 2012, p.133).

Simultaneamente ao decréscimo da participação feminina no setor industrial, restou às mulheres os empregos menos visíveis e estáveis que as empurravam para os trabalhos domésticos. Com o avanço do setor terciário, elas também passaram a exercer funções que abrangiam o comércio, a burocracia em escritórios, os estabelecimentos bancários e de seguros. Essas funções, em geral, ofereciam menos *status* e as mulheres solteiras tinham mais oportunidades por serem consideradas ágeis e assíduas, assim como dóceis e submissas. Em 1940, o índice de analfabetismo entre as mulheres ainda era bastante alto: 70,6%.

Em 1942, foi aprovado o Código Civil que instituía o desquite. No entanto, as mulheres que optavam por ele sofriam preconceito e eram vistas como aquelas que haviam falhado na constituição e manutenção da família. Após debates iniciados na década de 1930, que entendiam a educação feminina como essencial, foi incluído na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 um item sobre a proteção do trabalho das mulheres. Esse item estabelecia a equiparação salarial entre homens e mulheres e proibia a participação feminina em tarefas que fossem inadequadas à sua capacidade física ou que colocassem em risco a saúde da mulher. Além disso, o trabalho noturno foi vetado às mulheres, exceto nas funções de telefonista, radiotelefonista, enfermeira, profissionais de casas de espetáculo, diversão, bares e

hotéis. Foram igualmente regulamentadas a licença-maternidade e a exigência de creches em empresas com mais de 30 trabalhadoras.

Nos anos 1960, com a redução do poder de compra e o arrocho salarial, as mulheres das classes populares retornaram para o mercado de trabalho. A partir de então, “a empregabilidade feminina cresceria de forma sistemática, tornando-se constante, intensa e diversificada”. (MATOS; BORELLI, 2012, p.142). Todavia, “casamento e procriação continuavam a ser o destino da mulher; ser mãe (depois de tornar-se esposa, é claro) conferia-lhe uma posição de prestígio na sociedade, maior que qualquer outra ‘carreira’. Não desempenhar o papel materno seria algo como ‘trair’ a essência feminina”. (SCOTT, 2012, p. 24). Esses papéis também permaneciam sendo reforçados pelas instituições do movimento negro, como o Conselho Nacional das Mulheres Negras, que buscava promover a integração da mulher negra tanto na vida social, através da escolarização e da cultura, quanto na vida econômica. Assim, eram promovidos cursos que vinham ao encontro das funções já executadas pelas mulheres negras, como artes culinárias, corte e costura e datilografia. (NEPOMUCENO, 2012).

Os anos 1970 representaram um grande avanço nas pautas dos direitos femininos. O advento dos medicamentos contraceptivos possibilitou às representantes das classes médias o ingresso cada vez maior no mercado de trabalho. Pouco mais da metade das mulheres brasileiras estavam alfabetizadas e, pela primeira vez, as mulheres haviam obtido um resultado melhor do que os homens. Entre 1970 e 1975, com a expansão do ensino médio e das universidades, o número de alunas nas universidades aumentou significativamente. Elas continuaram melhorando seus níveis de escolaridade, gerando impactos no mercado de trabalho, ocupando setores até então restritos aos homens e tornando-se competitivas economicamente, apesar do enfrentamento de conflitos e das resistências diárias. Foi nessa época de crescimento acelerado das mulheres em condição de “chefe de família” que tal condição tornou-se mais visível, ganhando maior visibilidade e tornando-se alvo de pesquisas nos anos 2000. No entanto, essa condição não é um fato novo para as mulheres negras, como destaca Bebel Nepomuceno (2012, p. 396):

Desde o pós-Abolição, em função da exclusão do homem negro do mercado formal de trabalho, a mulher negra viu-se premeada a assumir o papel de mantenedora da família. Essa situação foi percebida na década de 1930, em Salvador, por Ruth Landes, pesquisadora estrangeira dedicada à questão racial brasileira, que se chocou com o nível de pobreza de boa parte das mulheres

negras, religiosas e chefes de família, que não tinham maridos para dividir as despesas de casa nem a responsabilidade na educação dos filhos.⁵⁴

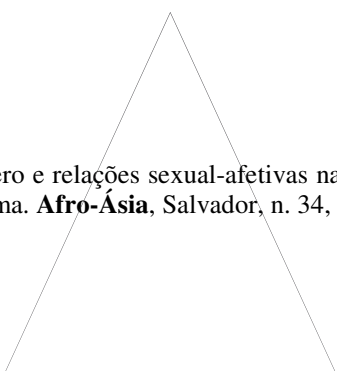
O grande “boom” da entrada de mulheres no setor bancário aconteceu entre os anos 1980 e 1990, com a informatização do setor financeiro e a alteração dos critérios dos bancos para contratação e jornada de trabalho, o que levou a um rebaixamento salarial da categoria. “Nesse contexto, num curto espaço de tempo, as mulheres se tornaram a maioria dos empregados nas instituições bancárias. Elas foram absorvidas em cargos secundários, envolvendo atividades repetitivas e de menores salários (mesmo quando mais qualificadas)”. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 144).

O ano de 1985 registrou uma queda significativa no índice de analfabetismo entre mulheres. De 1980 a 1985, a taxa caiu de 41,6% para 26,6%. Quedas significativas também foram registradas em 1999 (15,3%) e 2009 (10,7%), porém os negros ainda concentram o maior contingente de analfabetos, tanto em números relativos quanto absolutos. Em 1980, 80% das mulheres negras estavam na faixa das pessoas com até quatro anos de estudo. Conforme indica o Gráfico 11, esse índice caiu consideravelmente nos últimos 30 anos, chegando a 34,1% em 2010:

As mulheres negras têm reiterado, ao longo dos tempos, que as mulheres não são um ser único, homogêneo, e que ser mulher, negra, indígena, lésbica, pobre e migrante é ter a sua condição social agravada em função de assimetrias de gênero e raça que caracterizam a sociedade patriarcal e racista, que as colocam em situação de maior subordinação e discriminação, potencializando sua situação de pobreza e vulnerabilidade, mantendo-as na base da pirâmide social. (SILVA, 2013, p. 247).

Posto isso, cabe ressaltar que a maior parte das mulheres continua ocupando funções com menor remuneração, além de muitas receberem um salário inferior ao dos homens, mesmo ocupando o mesmo cargo ou desempenhando as mesmas funções, só pelo fato de serem mulheres. As mulheres negras ainda têm os empregos mais precários e vulneráveis, sendo também as mais atingidas pelo desemprego.

Figura 9. Pirâmide social brasileira por gênero e raça



⁵⁴ PACHECO, Ana C.L. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais Brasileiras – um diálogo com o tema. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, p. 153-188, 2006.

Homens
brancos

Mulheres
brancas

Homens negros

Mulheres negras

Segundo pesquisa do Dieese, em 2009, as mulheres não negras são a imensa maioria de empregadoras (74,5%), enquanto as mulheres negras são as que mais trabalham na produção para consumo próprio. A Tabela 3 indica o tipo de ocupação das mulheres em 2009.

Tabela 3. Distribuição das ocupadas por posição na ocupação segundo cor/raça

Posição na ocupação	Mulheres Negras e Pardas	Mulheres Brancas
Assalariadas	47,3%	52,7%
Conta própria	50,1%	49,9%
Empregadores	25,5%	74,5%
Trabalhadora na produção para consumo próprio	63,8%	36,2%
Trabalhador na construção para uso próprio	57%	43%
Não remunerado	50,1%	49,9%

Fonte: IBGE e Dieese (2009).

São também as mulheres negras que ingressam mais cedo no mercado de trabalho e dele saem mais tardiamente. A formalidade do trabalho feminino aumentou nos últimos anos, porém ainda é bem menor que a dos homens. Sabe-se que é a formalidade do emprego que traz vários benefícios, como a proteção social. Segundo o IBGE, 26% das mulheres enquadradas na População Economicamente Ativa (PEA), que é de 52%, estavam no mercado formal em 2010, enquanto 19% estava na informalidade. Se comparado a 2001, quando o índice era de apenas 19%, houve realmente uma melhora. Contudo, conforme já foi apontado, as mulheres seguem recebendo menores salários.

Conforme aumentam os rendimentos, diminui o percentual de mulheres. Acrescenta-se a isso que as mulheres estudam e trabalham mais, porém ganham menos. Com relação ao mercado informal, se combinarmos as variáveis raça/cor, teremos um percentual muito maior

de pardas (60%) e de negras (54%), enquanto o índice de brancas fica em 44%, ou seja, mais da metade das mulheres “não brancas” está na informalidade. Esses índices refletem a história das mulheres negras e pardas, que sempre estiveram à margem do mercado de trabalho formal com carteira assinada. Assim, percebe-se que esse círculo vicioso nunca foi quebrado.

No que se refere à jornada de trabalho, embora as mulheres tenham uma média de horas trabalhadas menor que a dos homens, se considerarmos as horas que elas dedicam às tarefas domésticas, percebe-se uma sobrecarga decorrente da desigual divisão sexual do trabalho. A pesquisa sobre mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado mostrou que, em 91% dos domicílios, as mulheres são as responsáveis pelo trabalho doméstico. Além disso, elas dedicam de cinco a sete vezes mais tempo para fazer/orientar trabalho doméstico do que seus parceiros.

Ao se considerar as variáveis renda e raça, percebe-se que a mulher negra é a mais atingida por esse ciclo de vulnerabilidade que se configura por baixos salários, jornadas de trabalho mais longas e baixa escolaridade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2010, 6,5 milhões de mulheres exercem o trabalho doméstico no Brasil, das quais 61,6% são negras. Conforme Nilza Silva (2013, p. 252), “trata-se de uma das ocupações com as piores condições de trabalho, extensas jornadas, baixas remunerações, escassa cobertura social, alto nível de descumprimento de normas trabalhistas e uma das profissões com maior déficit de trabalho decente”.

Contudo, o trabalho feminino e o trabalho doméstico remunerado, assim como os programas de transferência de renda, são fontes de recursos importantes que movimentam a economia de suas comunidades, tendo uma grande centralidade na produção das condições materiais de vida dessas comunidades. Entretanto, permanecem dificuldades na ocupação de determinadas funções e cargos, bem como as desigualdades nas remunerações e nas promoções para carreiras de alto nível (MATOS; BORELLI, 2012, p. 146):

Apesar do aumento da contribuição feminina para o orçamento da família e da constatação da chefia de domicílios encabeçada por mulheres, nos núcleos familiares, os cuidados dos filhos e encargos domésticos continuam majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, sobrecarregando seu cotidiano envolto numa “dupla jornada”, quiçá tripla ou quádrupla.

As transformações ocorridas nas estruturas das famílias brasileiras nas últimas décadas refletiram um número cada vez maior de famílias chefiadas por mulheres, sendo que também observamos uma diminuição das famílias de tipo casal e um aumento nas famílias de uma só pessoa, principalmente nos centros urbanos. Esse “novo” tipo de arranjo familiar acabou

trazendo visibilidade para uma situação já enfrentada pelas mulheres negras há mais de um século. Além disso, “as mulheres negras são a maioria entre as responsáveis por famílias do tipo mulher com filhos. Por sua vez, as mulheres brancas predominam quando se trata da estrutura unipessoal feminina”.⁵⁵ (NEPOMUCENO, 2012, p. 396).

Outra pesquisa realizada em São Paulo, na década de 1990, ressaltou que as famílias chefiadas por mulheres negras tinham menores condições de oferecer cuidado básico aos filhos⁵⁶ do que as chefiadas por mulheres não negras. As famílias chefiadas por mulheres negras tinham desvantagem em termos de moradia, nível educacional dos integrantes, trabalho e renda familiar, como destaca Nepomuceno (2012, p. 397):

Cerca de metade das famílias com chefia feminina negra (49%) estava abaixo da linha de pobreza, em contraponto com 21% de famílias chefiadas por mulheres brancas. Em 2000, famílias com renda de até um salário mínimo chefiadas por mulheres negras somavam 60%, mas caíam para apenas 29% no caso daquelas com renda em torno de três salários ou mais, detentoras de um nível mais alto de escolaridade.

Outro aspecto pouco discutido é a responsabilidade dupla que muitas mulheres assumem com o cuidado dos filhos após a ruptura afetiva e financeira. Não são poucos os casos de afastamento da figura masculina, assim como o completo esquecimento dos filhos. Várias vezes, as mulheres sequer requerem pensão alimentícia e introjetam de forma tão efetiva a responsabilidade que a sociedade lhes impõe que elas afirmam sua capacidade de cuidar sozinhas dos filhos, deixando que a responsabilização dos homens ocorra espontaneamente. Márcia Macêdo (2001, p. 72) afirma:

Isso demonstra que as próprias mulheres também não conseguem fazer uma separação de sua pessoa e da relação entre pais e filhos e não formulam a obrigação do sustento dos filhos como um direito destes últimos e um dever dos pais, independente de sua intermediação direta.

De fato, é uma queixa comum das mulheres chefes de família a “ausência masculina”: tanto daqueles que estão realmente ausentes do domicílio e, por isso, não exercem influência na educação dos filhos quanto daqueles que se ausentam da partilha dos deveres ainda que estejam sob o mesmo teto. Macêdo (2001, p. 73) enfatiza: “Desse modo, aumenta o estresse da

⁵⁵ Dossiê sobre a “Situação das mulheres negras brasileiras”, em Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (2007, p. 15). Por família do tipo *mulher com filhos* entende-se aquela em que a mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, é a principal responsável pelo domicílio; *família unipessoal* é aquela composta unicamente por uma pessoa (e implica um padrão de vida mais elevado, o que requer um melhor nível de escolaridade). Em geral, a mulher negra apresenta padrões de sobrevivência inferiores aos das brancas, o que se reflete nos lares por elas comandados.

⁵⁶ Pesquisa Condições de Vida para a Região Metropolitana de São Paulo (SEADE, 1994).

esposa que trabalha fora, sustenta o domicílio e deve responder às solicitações vindas do conjunto das responsabilidades cotidianas, principalmente quando possui crianças pequenas”.

No que se refere aos serviços de saúde, sabe-se que as mulheres são as principais usuárias, embora, na maioria dos casos, a procura não seja para tratar de sua própria saúde, conforme explica Raquel Viana (2013, p. 388):

Elas procuram esses serviços geralmente para atendimento das necessidades de algum membro da família – filhos, marido, parentes, pessoas doentes –, como parte do seu papel tradicional, socialmente atribuído, de cuidar e zelar pela família. Esta condição socialmente imposta às mulheres inevitavelmente as insere na dinâmica das relações que permeiam esses serviços, marcadamente relações de poder e hierarquia.

Um fato negativo que chamou a atenção sobre as mulheres da paz é que a maior parte delas não havia tido consultas ginecológicas ou realizados exames de prevenção ao câncer há mais de 5 ou 10 anos. Muitas haviam tido contato com o sistema de saúde somente durante o nascimento dos filhos. No intuito de cuidar dos outros, as mulheres infelizmente acabam esquecendo-se de cuidar de si próprias. Apesar disso, um fato positivo com relação ao grupo de mulheres da paz de Santa Cruz é que quatro delas tornaram-se agentes comunitárias de saúde após a participação no projeto.

Os problemas causados por estresse, má alimentação, menos tempo para alimentar-se, dupla jornada, maior quantidade de horas trabalhadas e mais anos de trabalho resultam em inúmeros outros problemas de saúde para as mulheres, incluindo obesidade, hipertensão, diabetes e osteoporose, entre outras. Além disso, a medicina é feita por homens e para homens. Uma medicina da saúde da mulher é praticamente inexistente. Nas pesquisas com testes de medicamentos e tratamentos, a maior parte é realizada com animais machos. Assim, os efeitos colaterais e a ação dos medicamentos e tratamentos que recebemos não foram testados anteriormente em fêmeas. Portanto, só saberemos realmente quais são os efeitos colaterais quando estes já estiverem em nosso organismo. Sequer sabemos se esses procedimentos seriam os mais efetivos para nossos problemas. (SCHIEBINGER; KLINGE, 2015).

Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde revelam que são as mulheres negras e pardas que mais morrem por óbito materno. No Rio de Janeiro, em 2015, 29% dos óbitos foram de mulheres negras, 33% de pardas e 35% de brancas. Ou seja, além de terem pouco contato com o sistema de saúde, quando o têm, essas mulheres acabam tornando-se vítimas.

7.2 A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: AVANÇOS E PERMANÊNCIAS

Em pesquisa realizada sobre a “mulher brasileira e gênero nos espaços público e privado”,⁵⁷ 74% das mulheres avaliaram que sua vida havia melhorado nos últimos anos. Desagregando esse resultado por faixa etária, o percentual que mais acredita (80%) está entre as mulheres de 25 a 34 anos, caindo para 59% entre as mais idosas (60 anos ou mais). O resultado também variou em função da escolaridade, sendo que as mulheres que têm nível superior ou mais anos de estudo (87%) consideram que sua vida melhorou, enquanto esse percentual diminui (63%) entre aquelas que cursaram apenas o ensino fundamental.

Considerando a variável renda, há mais otimismo entre as mulheres que têm renda familiar acima de cinco salários (86%), ao passo que esse índice diminui (63%) entre aquelas que vivem em famílias com rendimentos de até um salário. O avanço da ocupação do espaço público pelas mulheres da paz através de atividades públicas foi muito valorizado e percebido como “favorecendo o aumento da autoestima”, que significa concretamente “vencer a timidez”, “sentir-se útil”, “ver as coisas de outra forma”, ter a “mente aberta”, “conseguir se comunicar” e “ganhar respeito”. (SORJ, 2016, p. 117). Além disso, elas diziam: “Agora eu sei que posso fazer coisas que eu jamais acreditava que pudesse”.

Comparativamente, em relação à mesma pesquisa realizada em 2001, quando 65% julgavam que a vida havia melhorado, observa-se que, de modo geral, a condição de vida das mulheres brasileiras realmente melhorou na última década. As modificações com relação ao aumento de escolaridade, do salário mínimo e do emprego formal foram fatores que influenciaram a percepção das mulheres, ainda que as políticas não tenham atingido as mulheres negras e brancas de maneira igualitária (DIEESE, 2009, p. 3):

Sabe-se que um grande contingente de trabalhadoras do país tem como remuneração o salário mínimo. Desse modo, a valorização do salário mínimo impacta diretamente sobre as condições de vida das mulheres, sendo uma consequência dos baixos patamares salariais nos quais elas estão inseridas e, por isso, tal situação fez com que as mulheres fossem relativamente mais beneficiadas com a política do salário-mínimo, o que, por sua vez, explica a melhor sustentação das remunerações femininas diante do ajuste de renda empreendido no âmbito do mercado de trabalho nos últimos anos. É clara a

⁵⁷ Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010 com 2.365 mulheres e 1.181 homens em 25 unidades da federação, cobrindo as áreas urbana e rural de 176 municípios na amostra feminina e 104 na masculina.

importância da valorização do salário-mínimo na promoção de melhores condições de vida das brasileiras.

Na mesma pesquisa, quando questionadas sobre “como é ser mulher hoje?”, as respostas são associadas a liberdade, independência social, possibilidade de inserção no mercado de trabalho e conquista de independência econômica. Outras definições estão associadas ao espaço privado e aos papéis tradicionais de mãe e esposa, assim como aquelas relacionadas a atributos como ser guerreira, ser batalhadora e ter sabedoria. As respostas evidenciam que cada vez mais as mulheres sentem-se parte do espaço público, embora a percepção de que o ambiente privado seja um espaço feminino, de mãe e esposa, ainda permaneça bastante forte.

Esse dado torna-se mais evidente quando se questionam “quais as melhores coisas de ser mulher”. Para a maioria das entrevistadas, a maternidade (aspecto biológico) e a criação dos filhos são melhores do que o trabalho remunerado e a liberdade. Qualidades como ser sensível, carinhosa, solidária e forte são as mais apontadas como características femininas. Contudo, o espaço privado também é associado a aspectos negativos de ser mulher: violência, acúmulo de responsabilidades e falta de autonomia são os mais comumente apontados. No que se refere ao espaço público, fatores como discriminação, preconceito e machismo são indicados como os mais negativos.

Quando questionadas sobre as principais diferenças entre homens e mulheres, a maioria se refere ao mercado de trabalho. Ele tem tanta importância na vida das mulheres que mudanças nesse âmbito são essenciais para que a vida delas melhore, ou seja, as mulheres têm consciência das desigualdades e apontam com clareza aquilo que mais as incomoda. Acabar com a violência contra a mulher é outro fator apontado como essencial para a melhoria da qualidade de vida.

A Pesquisa Nacional do DataSenado de 2011 mostrou que 98% das mulheres conhecem a Lei Maria da Penha ou já ouviram falar dela, assim como 94% reconhecem a existência do machismo e 31% delas se consideram feministas (somente uma em cada cinco mulheres têm uma visão negativa do feminismo). Sobre o conhecimento das leis e de seus direitos, as mulheres da paz relataram, em mais de uma ocasião, as mudanças que o conhecimento de leis como a Maria da Penha havia trazido para suas vidas. Bila Sorj (2016, p. 115) destaca ter havido uma considerável concordância nesse sentido entre as mulheres da paz que foram entrevistadas:

O curso de capacitação ajudou a abrir horizontes mais amplos de conhecimentos, considerados úteis às atividades do programa e à vida. Valorizavam sobretudo o conhecimento adquirido sobre a Lei Maria da Penha, que criminaliza a violência doméstica, e disseminavam essa informação na comunidade. Várias MP relatam terem sido vítimas de violência, experiência que puderam compartilhar nas oficinas de capacitação.

Houve casos de mulheres que optaram por se separar dos companheiros que as agrediam, enquanto outras estabeleceram novas “regras” de relacionamento dentro de suas casas. Assim, elas diziam para os que com elas habitavam: “Se vocês não passarem a fazer o que lhes cabe dentro de casa, minha malinha já está ali pronta. Eu não vou mais tolerar que eu tenha que fazer tudo dentro dessa casa”, tal como relatou uma das mulheres da paz de Santa Cruz. Quando surgia um relato como esse, seguiam falando sobre outros tantos exemplos de mulheres que determinaram novas formas de co-habitar em suas casas.

Trata-se de formas de habitar nas quais elas tinham mais tempo para si e menos obrigações para com os outros. Passaram a determinar como o tempo delas seria organizado e não deixavam mais que a organização do seu tempo fosse pautada por exigência dos outros. Historicamente, o tempo da mulher foi definido pelo patriarcado como valendo menos e sendo menos importante. E é exatamente isso que as mulheres de periferia estão mudando. Não há que esperar que o patriarcado e o neoliberalismo modifiquem suas definições a respeito do tempo feminino. As mulheres é que precisam fazer esse movimento de valorização.

No entanto, se o conhecimento da Lei Maria da Penha tem resultados significativos de mudança de comportamento entre as mulheres, não se pode falar o mesmo entre os homens, já que 85% dos entrevistados têm conhecimento sobre a lei, ainda segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo. A questão é que os casos de violência contra a mulher seguem apresentando números alarmantes – e não há como qualificar a efetividade de uma lei se não houver outras políticas que atuem em conjunto, agindo principalmente de maneira educativa para os homens.

Ainda na referida pesquisa, 80% das mulheres entrevistadas consideram a política importante e 63% acreditam que ela tem influência em suas vidas. O maior índice das que concordam está na faixa etária dos 15 aos 34 anos. Contudo, 64% das mulheres pensam que não influenciam na política, enquanto 63% acreditam que a democracia é sempre melhor do que outra forma de governo. Nesse sentido, e a partir desses resultados, compartilho dos pensamentos de Liset Coba e Gioconda Herrera (2013) e Hannah Arendt (2001) de que o poder e a política estão muito mais além do que a distinção weberiana de dominador/dominado, sendo espaços potenciais, alternativos e de recursos (o estado pode ser igualmente considerado como alternativa e recurso) para a liberação e transformação das mulheres no mundo.

Para Hannah Arendt (2001), a política acontece na pluralidade da humanidade, assim como também se refere à convivência entre os diferentes. A meu ver, as concepções de sujeito e autonomia já foram transcendidas nos últimos anos, em que os Fóruns Sociais Mundiais podem ter representado um marco de ampliação e aprofundamento do conceito de direitos

humanos das mulheres, além de uma maior participação no espaço público. Michel de Certeau (1996) lembra que o uso da astúcia e da tática por parte dos oprimidos, bem como a apropriação dos produtos culturais dominantes, revertidos em sua lógica para outra que sirva aos que deles se apropriam, resulta em outra produção visível de criação de suas vidas.

Embora ainda tenhamos muito que avançar em relação ao fazer político, é ingenuidade pensar que as periferias e as mulheres não fazem cálculos mentais a cada eleição e a todo tempo. De fato, se os periféricos e as mulheres não fizessem isso a todo o momento, negros e negras, indígenas, migrantes e pobres já teriam sido dizimados da face da Terra.

7.3 O TRABALHO DO CUIDADO

A principal necessidade de escrever um subcapítulo sobre o *care* ou cuidado (em português) surgiu a partir das respostas das mulheres da paz quando questionadas sobre o motivo pelo qual elas haviam se interessado pelo projeto. Segundo Carol Gilligan (1982, p. 109), para muitas mulheres, “la personne morale est celle qui aide les autres, la bonté étant alors définie comme le fait de rendre service, de remplir ses obligations et ses responsabilités envers autrui”. Praticamente a totalidade das respostas foi “Porque eu gosto de cuidar”. Essas respostas, em realidade, causaram-se várias dúvidas. Primeiro porque sempre considerei complicada a associação entre mulher e cuidado, assim como sempre sustentei a ideia de que não existe amor materno no sentido de ser inerente às mulheres, como também não nascemos predispostas a cuidar dos outros.

Convém ressaltar que não acredito no instinto materno como algo que faz com que as mulheres nasçam predispostas a serem mães, mas sempre defenderei que elas tenham o direito de se tornarem mães ou não. Quando optarem por serem, que seja na idade e na oportunidade em que desejem, garantindo-se toda assistência, proteção e bem-estar à mãe e à criança. Afinal, o corpo é da mulher e cabe, única e exclusivamente, a ela decidir o que lhe é melhor. Nesse sentido, penso que tanto o amor materno quanto qualquer outro relacionamento amoroso desenvolve-se a partir do contato com o bebê e, com isso, no cotidiano da relação entre mãe e filho.

No Brasil, ainda carecemos de produções bibliográficas que problematizem essa questão. A maior parte dos materiais existentes são produções relacionadas à área da saúde.

Durante meu estágio de doutorado na França, junto ao Laboratoire d'Éthique Médicale et Médecine Légale da Universidade Paris Descartes-Sorbonne, pude participar de duas atividades que foram essenciais para sanar as dúvidas que ainda me restavam na realização da pesquisa, pois a área de estudos sobre o cuidado já é bastante desenvolvida na Europa e, especificamente, na França. Ao participar de um seminário na Universidade Paris Diderot, intitulado “Un nouveau genre d'excellence scientifique”, médicas neurologistas apresentaram suas pesquisas demonstrando como o meio social interfere no desenvolvimento de nosso cérebro, fazendo com que determinadas glândulas relacionadas a sentimentos sejam mais desenvolvidas em meninas do que em meninos. Portanto, elas refutam completamente a hipótese de que as mulheres sejam mais sentimentais do que os homens por natureza. Catherine Vidal explica (2017, p. 1):

Le petit humain vient au monde avec un cerveau largement inachevé: il possède un stock de cent milliards de neurones mais peu de voies nerveuses pour les faire se connecter entre eux. La majorité des milliards de synapses du cerveau humain se fabrique à partir du moment où le bébé entre en contact avec le monde extérieur. L'influence de l'environnement - physique, affectif, social, culturel etc - joue un rôle majeur sur le câblage des neurones et la construction du cerveau.

Resta, então, a pergunta: o cérebro tem sexo? Catherine Vidal (2017, p. 1) responde que sim e que não:

Oui, parce que le cerveau contrôle les fonctions associées à la reproduction sexuée, qui sont évidemment différentes chez les femmes et chez les hommes. Dans les cerveaux féminins, on trouve des neurones qui s'activent chaque mois pour déclencher l'ovulation, ce qui n'est pas le cas chez les hommes. Mais concernant les fonctions cognitives, la réponse est non. Les connaissances actuelles sur le développement du cerveau et la plasticité cérébrale démontrent que les filles et les garçons ont les mêmes capacités d'intelligence, de raisonnement, de mémoire, d'attention (VIDAL, 2017, p. 1).

Aliado às discussões iniciadas pelo evento ocorrido na Paris Diderot, aconteceu o ateliê “Travail de *care* et genre” na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Esse evento também foi fundamental para entender como se estabelece a relação entre o trabalho do cuidado e o trabalho feminino. Pascale Molinier (2013) esclarece que o trabalho do cuidado pode ser definido como as atividades especializadas que envolvem preocupação com o bem-estar do outro, as atividades domésticas realizadas na/para a família e, mais amplamente, uma dimensão que está presente em todas as atividades de serviços no sentido de servir ou de estar prestando atenção.

Hoje, a maior dessas atividades (gratuitas ou pagas) é realizada por mulheres. Dominique Memmi (2014) enfatiza que a ligação entre *care* e as mulheres permanece forte

tanto na teoria quanto na prática. Uma rápida pesquisa no buscador de imagens do Google demonstra que 99% das fotos que aparecem quando se digita a palavra “cuidadores” será de mulheres.

O cuidado está na reprodução da vida cotidiana, no trabalho produtivo e reprodutivo. Está nas sensações e em nossas necessidades inatas de nos sentirmos protegidos, assim como em nossos processos de dependência e independência. Invariavelmente, em algum momento de nossas vidas precisamos ou precisaremos dele (CEPAL, 2007, p. 58):

O cuidado faz parte do trabalho de reprodução social ou doméstico não remunerado. Esse trabalho está relacionado com um processo material e simbólico cujas características são a manutenção dos espaços e bens domésticos, a alimentação e cuidado do corpo, a socialização, a educação e a formação dos menores, a manutenção de relações sociais e o apoio psicológico dos membros da família. Embora as funções desse trabalho sejam há séculos as mesmas, as atividades concretas desenvolvidas, seu peso relativo e a tecnologia utilizada para alcançar os fins propostos refletem a diversidade cultural e as desigualdades econômicas de cada país, bem como as mudanças históricas da sociedade e da família.

O problema é o lugar social para a atenção aos outros que, historicamente, foi relegado à mulher. Trata-se de um trabalho invisibilizado, material e imaterial, embora seja essencial para a reprodução da vida. É invisibilizado justamente para não ser valorizado já que na sociedade capitalista para que as ações humanas sejam valorizadas, essas precisam ser conceituadas como trabalho para ter valor. Certo que, o resultado da ação humana referente ao trabalho do cuidado não é, muitas vezes, material, torna-se, assim, mais facilmente, invisibilizado. Segundo Fabienne Brugère (2011), a ética do cuidado surge como a descoberta de uma nova moralidade cuja voz deve ser reconhecida em um mundo que não tem linguagem apropriada para expressar e reconhecer tudo o que vem do trabalho de “cuidar” e do senso de responsabilidade para o bem-estar dos outros. Considera-se que as tarefas de cuidado de todos os tipos promovem o comportamento mental benéfico e o desenvolvimento na sociedade: um senso de cuidado para os outros, de responsabilidade e ajuda mútua. Elas são um bom antídoto para uma psicologia que leva em conta apenas o interesse pessoal dos indivíduos ou a construção de um mundo fechado em si mesmo:

La théorie du care est d’abord élaborée comme une éthique relationnelle structurée par l’attention aux autres. Aucun être humain ne peut se suffire à lui-même; fondamentalement vulnérables et interdépendants, les individus ont souvent recours à un moment ou un autre de leur vie à des relations de protection, d’aide au développement, de traitement de la dépendance pourtant ignorées, euphémisées ou méprisées (BRUGÈRE, 2011, p. 7).

As tarefas de cuidado deveriam ser, portanto, uma preocupação de toda a sociedade, sem recair somente sobre as mulheres. Nesse sentido, cabe aos movimentos de mulheres e às feministas transformar o privado em político, uma vez que “le privé est politique”, como afirma Carole Patman (2013, p. 71):

As feministas têm enfatizado como as circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos, por lei sobre estupro e aborto, pelo status de “esposa”, pelas políticas de atenção às crianças e atribuição de benefícios de previdência, e a divisão sexual do trabalho na casa e no local de trabalho. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos por meios políticos e ação política.

O cuidado, desde o século XVI, época das grandes navegações e da apropriação de novos territórios pelos europeus, passou a ser associado à diferença, às situações de vulnerabilidade e à figura do feminino, muito reforçado pelo modelo de evangelização aplicado nos novos territórios, conforme abordado por Maria das Dores Machado (1996, p. 80):

Quase todos os especialistas em história ocidental cristã reconhecem que a domesticação dos indivíduos pela célula familiar foi um projeto comum às duas Reformas religiosas do século XVI. Como a historiografia nos mostra, a intervenção eclesiástica nessa área era muito limitada até aquela época, e mesmo no caso da regulação dos laços matrimoniais se adaptava aos costumes e tradições de cada lugar.⁵⁸ Assim, foi justamente a partir do enfrentamento com os reformistas protestantes que a igreja católica tomou “consciência da força dos laços domésticos e das possibilidades que ofereciam para vigiar e educar as massas de fiéis”.

Houve também uma associação do cuidado com a assistência, o caráter voluntário e afetivo, sendo que muitas relações de dominação se estabelecem a partir do trabalho do cuidado, fazendo jus a uma política do cuidado. A associação à conduta moral está enraizada na convicção de que homens e mulheres não abordam os problemas morais da mesma forma.

Interessante é perceber que, quando o cuidado está associado ao homem, passa a ser valorizado e digno de recompensa ou remuneração. Há uma associação da figura do herói, do extraordinário. Tomemos como exemplo masculino a figura dos médicos e dos bombeiros. Agora, como exemplo feminino, consideremos as amas de leite. Elas eram vistas como executantes de um serviço que lhes cabia e que não era remunerado; caso cogitassem reivindicar alguma contribuição pelo trabalho de amamentar filhos que não eram seus, eram acusadas de

⁵⁸ Segundo Vainfas (1989), a negação protestante do sacramento do casamento obrigava a Igreja Católica a reafirmá-lo e “convertê-lo em situação basilar da chancela eclesiástica sobre a vida dos fiéis”, eliminando ou pelo menos controlando os ritos populares e uniformizando os procedimentos nas cerimônias de celebração, ao mesmo tempo em que zelava para que se obedecessem às regras estabelecidas pelo direito canônico quanto ao grau de parentesco, à interdição à coabitação dos noivos antes da cerimônia e à indissolubilidade matrimonial (p. 11).

mercenárias e insensíveis. Com o tempo, o trabalho do cuidado foi adquirindo uma dimensão emocional à qual seria atribuído ou não um valor. A associação ao amor (pelo bem público), à atenção ao sagrado passou a ocorrer mais fortemente a partir do século XIX.

Quando ocorrem as modificações da ideia de família, observa-se a naturalização da competência do cuidado como sendo feminina: a mulher passou a ser vista como responsável pela reprodutividade da vida. A partir daí, reforça-se a construção de uma moral do cuidado – pensada pelos homens. No contexto colonial, a construção dessa moral acontece baseada na dominação masculina e na submissão feminina. A moral passa a ser associada com a prática social e o engajamento recíproco. A figura do chefe de família e a figura paternal também passam a ser associadas ao cuidado e à afetividade. Durante todo o período colonial, exigia-se recato e docilidade da mulher, como enfatiza Rute Almeida (2014, p. 188):

Seu papel era o de esposa e mãe, e sua tarefa era cuidar da casa, dos filhos e do marido. Ela não frequentava a escola, destinada exclusivamente aos homens, e seu aprendizado se restringia à costura, bordado, culinária e, no caso das mais abastadas, também ao piano e à pintura. A mulher não precisava ser instruída, só ensinada, e a educação que lhe cabia era bem pouca para aprender unicamente o necessário e adequado, como afirmava o provérbio português: “Uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar”.

Além disso, exigia-se que as meninas se tornassem mães cada vez mais cedo, em torno dos 12, 13 anos, pois aos 20, 22 anos elas já não eram mais consideradas próprias para casar. Essas são boas explicações de por que a moral construída historicamente sobre a mulher no Brasil permanece forte no imaginário do povo. Ainda existem altos índices de gravidez na adolescência, principalmente entre as camadas populares, assim como o termo “novinha” continua sendo o mais procurado por brasileiros em sites de pornografia (HAHNER, 2003, p. 39-40):⁵⁹

Parece ser consenso essa opinião de estrangeiros que achavam as meninas atraentes somente aos 13 ou 14 anos, quando assumiam os cuidados do lar, até os 18 quando já atingiam a plena maturidade. Anos depois, tornavam-se corpulentas, andavam desajeitadamente e perdiam o bom humor, e aos 25 ou 30 anos já se tornavam velhas enrugadas.

Essa visão de que a mulher deveria estar sempre “à disposição” prolongou-se durante o século XX, sendo reforçada, inclusive, durante o período da ditadura militar. Nessa época, os militares buscavam melhorar a imagem do Brasil, que se encontrava abalada em virtude das

⁵⁹ Segundo pesquisa realizada pela Revista The Economist e divulgada em 2015.

denúncias de repressão e violência. Assim, eles utilizaram a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) para promover uma imagem do país que reforçava os estereótipos e o turismo sexual.

Pelo fato de o Mulheres da Paz ter sido pensado como um projeto em que as mulheres atuariam junto aos jovens, fica evidente em documentos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) a visão de que as mulheres são mais hábeis para cuidar dos outros. Essa é uma visão regular dos governos da América Latina e do Caribe, conforme indica a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2007, p. 58) : “Essas tarefas têm estado associadas às mulheres consoante o pressuposto cultural de que elas são propensas a criar redes, enquanto os homens são propensos a desenvolver suas capacidades individuais”. Ou seja, boa parte dos governos latino-americanos continua reproduzindo e corroborando a moral de que o trabalho do cuidado é mais propenso às mulheres do que aos homens, sendo que elas executariam o trabalho do cuidado para o desenvolvimento dos homens.

Continua, portanto, tendo como modelo a típica mulher de família burguesa, ignorando as condições às quais as mulheres pobres, negras, indígenas, migrantes foram submetidas ao longo da história. Contudo, apesar do reforço desse pensamento, tem havido avanços no sentido de caracterizar essa ação como trabalho e em tornar esse trabalho visível e valorizá-lo, pois as mulheres recebiam uma remuneração, ainda que pequena, para a sua realização. Essa divisão do trabalho do cuidado ainda é muito forte na sociedade brasileira devido à separação entre ambiente público e privado. A falsa dicotomia estabelecida entre as esferas pública e privada serviu para tornar o trabalho do cuidado como algo natural, inerente ao feminino, que teria o ambiente privado como seu espaço privilegiado, chamando-o de trabalho doméstico (SEGATO, 2010, p. 20):

La despolitización del espacio doméstico lo vuelve entonces vulnerable y frágil, y son innumerables los testimonios de los grados y formas crueles de victimización que ocurren cuando desaparece el amparo de la mirada de la comunidad sobre el mundo familiar. Se desmorona entonces la autoridad, el valor y el prestigio de las mujeres y de su esfera de acción.

Ora, o trabalho doméstico, como abordado no início deste subcapítulo, é fundamental para a reprodução social e, principalmente, da sociedade capitalista. Porém, não são poucas as vezes em que, quando as pessoas se referem a uma mulher que realiza o trabalho doméstico, sem estar inserida no mercado formal de trabalho, diga-se que ela “nunca trabalhou”, pois “só ficava em casa”. Na realidade, o trabalho doméstico sequer é chamado de trabalho na maior

parte das vezes. O trabalho do cuidado em si é uma extensão do trabalho doméstico. O trabalho do cuidado passa a ser valorizado somente quando se aproxima da ciência.

A cobertura do que podemos chamar de maternalismo como “mães rebeldes” foi uma das características dos movimentos de mulheres na América Latina durante os anos 1980. A luta contra os regimes ditatoriais e a recuperação democrática foram eventos que marcaram a orientação política dos movimentos sociais latino-americanos. Tanto os discursos de direita quanto os de esquerda propuseram uma visão maternalista dos direitos das mulheres. (VARGAS, 1997). A direita destacava seu papel como mães e guardiãs naturais da família, enquanto a esquerda demarcava seu lugar como mães que atuavam em oposição ao governo e às instituições para a preservação da subsistência familiar. De qualquer modo, nem uma nem outra rompeu com o tradicional papel feminino e sua designação identitária a partir da maternidade social.

Esse é o marco no qual se desenvolveu o movimento popular das mulheres, caracterizando um contexto social em que o discurso de gênero tradicional construiu suas opções e estratégias de resistência. A realidade social da feminização da pobreza levou muitas mulheres de periferias a organizar-se em defesa da sobrevivência de suas famílias. Em função disso, elas articularam um movimento a partir do posicionamento de gênero e do materialismo social quando os argumentos dos valores maternais marcaram seu apoio social e sua emergência como agentes de mudança. De qualquer modo, essa mobilização sempre teve interesse em necessidades comunitárias. Nos anos 1990, os interesses comunitários continuaram definindo a agenda de atividade das mulheres ocidentais. (NASH, 2006).

Esses movimentos foram decisivos na luta contra a ditadura política quando a resistência compartilhada contra o regime ditatorial criou um laço entre os assuntos das mulheres com os de outros movimentos sociais, de luta por direitos humanos e pelos direitos das mulheres. (JACQUETTE, 1989). É muito conhecido o exemplo das Mães da Praça de Maio: a partir dos valores maternais, essas mulheres resistiram ao poder do estado e combateram a ditadura. Elas se converteram na expressão inovadora da cidadania e de novas práticas políticas, construídas sobre os valores maternos, tendo-os como fonte de crítica política, de negociação e de reivindicação dos direitos humanos. (GINGOLD; VÁSQUEZ, 1988).

As Mães da Praça de Maio desenvolveram um discurso potente da premência da vida sobre a política e do amor maternal sobre a ideologia. (JACQUETTE, 1989). Elas se apropriaram do papel social e do discurso tradicional de gênero a respeito da maternidade, convertendo-o em arma política e transformando radicalmente seu significado em relação ao

discurso hegemônico. A partir das convenções da ideologia patriarcal, assumiram suas identidades como mães, porém desafiaram muitas das regras de conduta implicadas no discurso de gênero. Recorrendo ao seu papel maternal e à sua identidade como criadoras de vida, transformaram sua perda pessoal como mães em um assunto político.

Essas mães inverteram as modalidades tradicionais da prática política, transformando, através da expressão íntima de seu sofrimento materno, o âmbito pessoal em manifestação pública de resistência, conforme destaca Carmen Feijoó (1989, p. 23): “Su resistência pacífica se transformo em um flerte desafio al carácter militar del régimen dictatorial; por ello han sido consideradas un elemento significativo em la construcción de la paz civil em Argentina”. As Mães da Praça de Maio tornaram-se um exemplo importante do maternalismo nos movimentos de mulheres e no desenvolvimento de práticas sociais. Apesar disso, diferentes pesquisadores têm destacado que, reforçando um discurso de gênero amparado nos papéis femininos tradicionais, o debate sobre suas consequências no reconhecimento da cidadania e da autonomia feminina permanece aberto. (AGUIRRE, 1997). Nesse sentido, Maxine Molineux (1997) indica que a abnegação das mulheres nas causas comunitárias no contexto latino-americano constitui um objeto de debate quanto ao seu impacto no processo de emancipação individual das mulheres.

De acordo com Verónica Schild (1998), o estado neoliberal assume uma dupla tarefa: por um lado, acentua seu caráter punitivo, adotando políticas de segurança como parte da agenda social e, por outro, assume a face de “estado cuidador” com a proliferação de políticas sociais e de transferências monetárias orientadas ao combate da pobreza, tendo como principais beneficiárias as mulheres mães. Essa dupla faceta do Estado neoliberal soma-se aos processos dos movimentos de mulheres e feministas e suas distintas posições em uma visão pragmática que propõe demandas pela igualdade de gênero em um estado claramente debilitado (justamente pelo neoliberalismo) com posturas que marcam sua autonomia frente ao “estado patriarcal”. Os movimentos de mulheres também propõem uma agenda própria em favor de lutas sociais conjuntas com outros movimentos contra o projeto neoliberal hegemônico. Sonia Alvarez (2000, p. 14) explicita: “Es decir, el Estado neoliberal es también um sitio de producción cultural, um sitio crucial donde el género se construye, donde las relaciones de género se resignifican, recodifican y reconfiguran”.

CAPÍTULO 8 – POR UMA SOCIOLOGIA DOS AFETOS

8.1 REDES E CONSTRUÇÃO DE LAÇOS

No Brasil, os laços de amizade e parentesco foram historicamente acionados pelas populações mais pobres, especificamente aquelas residentes em áreas periféricas. Vladimir Safatle (2016, p. 37) argumenta:

Normalmente, acreditamos que uma teoria dos afetos não contribui para o esclarecimento da natureza dos impasses dos vínculos sociopolíticos. Pois aceitamos que a dimensão dos afetos diz respeito à vida individual dos sujeitos, enquanto a compreensão dos problemas ligados aos vínculos sociais exigiria uma perspectiva diferente, capaz de descrever o funcionamento estrutural da sociedade e de suas esferas de valores. Os afetos nos remeteriam a sistemas individuais de fantasias e crenças, o que impossibilitaria a compreensão da vida social como sistema de regras e normas. Tal distinção não seria apenas uma realidade de fato, mas uma necessidade de direito. Pois, quando os fetos entram na cena política, eles só poderiam implicar a

impossibilidade de orientar a conduta a partir de julgamentos racionais, universalizáveis por serem baseados na procura do melhor argumento.

Partindo do pressuposto de que uma teoria dos afetos contribui para o entendimento dos vínculos sociopolíticos, vários estudos registram que os laços primordiais classificados Clifford Geertz (2008 [1973]) como laços consanguíneos, de afinidade, espirituais e comunitários foram de grande importância e acionados pelas populações pobres e periféricas no intuito de garantir sua reprodução econômica e social. Além disso, as associações de moradores, grupos culturais e religiosos também se configuram como importantes modalidades de organização. Portanto, os laços primordiais e redes de solidariedade, escassos na maior parte das vezes, continuam a ser acionados como modo de sobreviver subjetiva e objetivamente, oferecendo recursos de acolhimento e possibilitando a redução e/ou o controle do risco dos moradores.

Luiz Duarte e Edlaine Gomes (2008) ressaltam que a proximidade das residências é um fator importante para a manutenção da reciprocidade entre parentes consanguíneos e afins. “Contudo, os vínculos de afetividade, identidade e troca podem permanecer apesar da distância espacial, e o contrário também pode ser verdadeiro. Ou seja, a proximidade física não garante proximidade afetiva entre as partes (embora possa ser uma indicação de sua existência”. (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 171). Nesse sentido, as redes construídas para além desses territórios são importantes para o alcance de oportunidades individuais e de integração dos moradores em ações criativas que projetam suas comunidades social e culturalmente em outros níveis, trazendo ganhos individuais e coletivos.

As décadas de 1970 e 1980 representaram o desenvolvimento dos movimentos das mulheres de periferias que lutavam pela vida de suas crianças e adolescentes, enfrentando a fome e também lutando por uma nova sociabilidade para seus filhos, influenciadas pelas discussões promovidas pelas igrejas. Nos anos 1970, parcelas significativas dos movimentos de mulheres surgiram a partir dos grupos de vizinhança das periferias dos grandes centros urbanos. Elas estão à frente de várias práticas reivindicativas já no fim dos anos 1960 (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 286):

Na memória daqueles que participaram das comissões de moradores que lutavam por equipamentos e serviços urbanos para a localidade, não são raras as histórias de reforçam a ideia, entre os antigos moradores, de que a precariedade na infraestrutura local foi um fator importante para a promoção da densidade das redes e das relações afetivas que se estabeleciam entre eles, pois a necessidade e a solidariedade se impunham naquele cenário.

Em maio de 1968, elas estiveram no Movimento Nacional contra a Carestia; em 1970, no Movimento de Luta por Creches; em 1974, no Movimento Brasileiro pela Anistia; e,

em 1975, na criação de Grupos Feministas e dos Centros de Mulheres. Os Clubes de Mães e os Grupos de Mulheres Trabalhadoras nascem como uma espécie de instrumento de denúncia da ausência ou da precariedade dos serviços coletivos municipais. “Das longas e animadas reuniões – ensino e saúde estão no centro dos debates – saem abaixo-assinados, manifestações, organização de encontros municipais, estaduais e nacionais”. (GIULANI, 2012, p. 647). Foi igualmente fundamental a articulação dos movimentos feministas no estabelecimento de pautas sindicais. As mulheres passaram a ter uma dinâmica de política própria e, ainda que sustentassem os papéis socialmente designados de mães e esposas, cumpriam um importante papel político na organização de parte significativa dos primeiros protestos contra o regime militar. Marlise Matos (2010, p.83-84) enfatiza:

O que mais se destacou na pauta das reivindicações das muitas organizações feministas e de mulheres naquele momento foram, então, as necessidades e demandas justamente da vida cotidiana, bem como aquelas urgências nascidas das utopias de esquerda que, com muita certeza, pautaram a agenda que surgia.

Por meio da religião e influenciadas pela Teologia da Libertação, as mulheres descobriram-se como portadoras de direitos, rompendo relativamente com a submissão. Eder Sader (2001) salienta que as mulheres, ao irem para a igreja discutir o Evangelho, descobriam-se sujeitos de direitos e, através da Igreja, abriam espaços de liberdade para elas próprias e para a luta social em geral. É um tempo em que as mulheres passaram a desenvolver uma cidadania em construção. Nas relações de trabalho, emergem os temas da feminilidade e da masculinidade, sendo que a mulher trabalhadora passa a recusar o papel social de dona de casa como sendo o único e o prioritário, não reconhecendo o trabalho doméstico como força emancipadora e não aceitando a subordinação a uma autoridade patriarcal (GIULANI, 2012, p. 664):

O cotidiano, como novo cenário de conflito, parece mais apropriado para a compreensão dos processos encaminhados pelos movimentos de trabalhadoras, na medida em que suas lutas contra as assimetrias de gênero rompem também com a primazia das relações de trabalho sobre as doméstico-familiares.

Os cenários do cotidiano permitem-nos capturar e explorar a vida social, os desafios que se apresentam para os atores no cotidiano, pois o campo é um espaço de probabilidade de ação. Assim, aos estabelecermos relações de amizade e vizinhança, podemos oferecer estruturas de oportunidades, de reconstituição de memórias e de trocas do cotidiano como a vida na escola, a ida e o regresso do trabalho, o estar na cidade etc. Esses relatos representam os encontros

fortuitos e configuram os registros da imprevisibilidade do dia a dia. Norbert Elias (1994) lembra sobre a importância do cotidiano para o entendimento das relações humanas:

Embora os fenômenos humanos – sejam atitudes, desejos ou produtos da ação do homem – possam ser examinados em si, independente de suas ligações com a vida social, eles, por natureza, nada mais são que concretizações das relações e comportamento, materializações da vida social e mental. Isso se aplica à fala, que nada mais é que relações humanas transformadas em som, e também à arte, ciência, economia e política, e não menos a fenômenos que se classificam como importantes em nossa escala de valores e a outros que nos parecem triviais e insignificantes. Não raro são exatamente estes últimos, os fenômenos triviais, que nos dão intuições claras e simples de estrutura e desenvolvimento da psique e suas relações, que nos eram negadas pelos primeiros.

Assim, Norbert Elias e John Scotson (2000) chamaram atenção para a função da fofoca como elemento muitas vezes estigmatizador, mas que em outros casos reforça o *status* do indivíduo e dos grupos sociais. Em um dos grupos focais, Carla, mulher da paz de Santa Cruz, falava sobre a importância do muro construído entre as casas: “Sabe que o muro mudou a história das relações por aqui, né?! Diminuiu a inveja e as traições. Melhorou os relacionamentos, porque sem o muro as pessoas podiam ficar cuidando tudo o que acontecia na vida dos outros, né?! Cuidavam inclusive do marido da gente!”.

As redes sociais e virtuais configuram-se em importantes espaços de interação e troca entre as mulheres, acrescentando que elas são portadoras preferenciais da memória, assim como a oralidade, muito utilizada por elas, é um meio confiável de transmissão histórica. O advento da internet fez com que as mulheres que até então estavam com suas interações restritas ao ambiente privado e alguns espaços da esfera pública, pudessem compartilhar suas histórias, opiniões e preocupações.

Logo no primeiro encontro que tive com as mulheres da paz de Santa Cruz, elas já propuseram que criássemos um grupo no Whatsapp que facilitaria nossa comunicação e acabaria com a necessidade de ter a prefeitura como interlocutora de nossos encontros. Elas também ressaltavam que as redes que criaram com a participação no projeto e, conseqüentemente, os grupos nas redes sociais fizeram com que as pudessem compartilhar não só oportunidades de emprego, de cursos e de informações, mas também preocupações, sentimentos e sensações vividas no ambiente doméstico que, até então, ali ficavam. As redes sociais virtuais fizeram com que se criassem grupos de ajuda mútua, inclusive em situações de violência e insegurança vivenciadas por elas (GODBOUT, 1999, p. 84 apud GAIGER, 2016, p. 104):

Mesmo nos grupos de ajuda mútua baseados na reciprocidade interna, embora o objetivo seja mais resolver um problema comum e menos cultivar vínculos ou compartilhar aspirações transcendentais, é no próprio vínculo de confiança, entendimento e atendimento que se encontra a solução. Há uma espécie de substituição do ego narcísico dos aderentes por uma força maior, representada pelo grupo de iguais.

As populações periféricas e as igrejas souberam melhor do que ninguém utilizar a seu favor as redes sociais virtuais. Muito do que antes era o silenciamento comum das populações periféricas tomou forma e voz entre os oprimidos. Há outros exemplos que reforçam a importância das redes sociais virtuais, inclusive para os grupos de empregadas domésticas compartilharem informações sobre seus direitos de trabalhadoras.

Outra forma de interação observada durante o período de convivência com as mulheres da paz foi a rapidez com que elas se organizavam para as atividades. Sandra Azerêdo (2011), que realizou pesquisa com grupos de mulheres que se reúnem há mais de cinco anos para conversar sobre experiências da violência, defende que a organização dos movimentos de mulheres em “grupos de reflexão” caracteriza-se como uma oportunidade para que as mulheres possam falar sobre as ideias preconcebidas que as identificam e para que possam criar uma rede de amizade que torna possível uma visão crítica sobre essas ideias preconcebidas. Nesse sentido, a amizade estabelecida constitui-se na possibilidade de transformação, de autotransformação e de aperfeiçoamento, conforme explica Francisco Ortega (2000, p. 91):

O projeto foucaultiano de uma ética da amizade no contexto de uma possível atualização estética da existência permite transcender o quadro de autoelaboração individual para se colocar numa dimensão coletiva. A amizade supera a tensão existente entre o indivíduo e a sociedade mediante a criação de um espaço intersticial (uma subjetivação coletiva), passível de considerar tanto necessidades individuais quanto objetivos coletivos e de sublinhar sua interação.

Os relatos escritos realizados pelas mulheres durante os cursos de capacitação foram importantes para o desenvolvimento da potência do ato não só de ler, mas também de escrever. As leituras realizadas ajudavam a entender as experiências do grupo, já que a teoria e a prática feministas desenvolvem-se “através da produção de uma linguagem nova que desconstrói as definições e os conceitos que nos prendem a uma subjetividade sujeitada”. (AZERÊDO, 2011, p. 108). Além disso, lembra-nos Jacques Rancière, que a escrita é “coisa política”:

Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça as linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma. (...) o ato de escrever é uma maneira de

ocupar o sensível e de dar sentido à essa ocupação. Não é porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa política. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição.

O compartilhamento da escrita possibilita fortalecer a relação de amizade que tem sido construída entre as mulheres, abrindo o desejo que impulsiona a transformação e a sensibilização para a diferença através da criação de espaços que considerem a interação do singular e do coletivo. A constituição desse “ser desejante”, desse sujeito em constituição que tem sua identidade em movimento, caracteriza o que Maria de Lourdes Manzini-Covre (1996) chamou de “cultura do feminino”, baseada em valores como solidariedade, astúcia, paciência, persistência, amizade, ética, generosidade, altruísmo, equilíbrio, defesa da vida e da qualidade de vida, de um olhar antitrágico e criador.

Essa cultura do feminino seria norteada basicamente por valores não de fins imediatos, porém mediatizadores, como a solidariedade, a amizade (entre iguais) e a afetividade “norteadas não por valores e práticas pretensamente neutros, mas sim com a capacidade e vontade políticas voltadas para os interesses de grupos específicos da sociedade mais ampla”. (MANZINI-COVRE, 1996, p. 16). O feminino gerencia os afetos.

A nova cidadania que emerge da cultura do feminino pode ser instituinte de formas inovadoras de alteridade para o avanço social. No entanto, é um processo que dependeria da objetivação do subjetivo em mutações e práxis inovadoras que utilizassem terapia, religiosidade e arte, percebendo uma verdadeira revolução da subjetividade – nesse caso, a subjetividade como mais do que o somatório de todas as identidades possíveis (MANZINI-COVRE, 1991, p. 22-23):

Esses proprietários são pensados não no sentido de se afundar na religião pela religião, nem na terapia para ajeitar o Eu para a própria segurança; é fruir da arte, da religiosidade ou da terapia, para dela fazer um instrumento para alcançar o profundo de si mesmo e buscar ali o poder, a coragem para vestir o novo e, nisso, perceber que há tantos caminhos a trilhar.

A possibilidade de estar em novos espaços propicia o despertar e o desenvolvimento da criatividade. É o processo de não se sentir impotente diante da existência e, nesse caso, de uma existência brasileira. Trata-se do processo de luta e coragem de mulheres que, muitas vezes, estiveram diante do impasse de não ter comida para dar aos seus filhos (MANZINI-COVRE, 1991 p. 23):

Para além da luta política cotidiana que muitos desenvolvem, onde acham essa força, se não em formas de valores mediatos que estão no Candomblé, na Igreja, seja onde for, enfim, na experiência mística, que lhes permite buscar

em si esse poder inexistente objetivamente? Relembro mais uma vez esse tipo de mulher que, excluída da cidadania formal, criou um modelo de cidadania, com ajuda da Igreja, nas décadas de 70 e 80 e que continua, hoje, esse processo de criar esse tipo novo de sociabilidade.

No plano dos atores sociais, é preciso levar em conta o desejo dos indivíduos considerando-se as subjetividades, a felicidade e as realizações pessoais não identificadas mecanicamente com o coletivo, sendo que tal realização não se faz só por si, mas também para os outros, para o coletivo: “Isso parece constituir o novo da solidariedade desses conjuntos fragmentários. Ao mesmo tempo, os personagens que assim se portam são aqueles em que vejo o processo de revolução nas suas próprias subjetividades”. (MANZINI-COVRE, 1996, p. 52).

Em busca dessa nova cidadania, ela continua sendo uma categoria estratégica, principalmente pela possibilidade de seus novos conteúdos, viabilizados pelo desenvolvimento de formas fragmentárias que advêm dos movimentos populares. Essa cidadania recomposta – ou reinventada sob novas vertentes – pode ser atravessada por valores tão gratos às mulheres como a amizade, a solidariedade, a competição de quem faz melhor pelo coletivo e o uso de seu tempo livre para usufruir da liberdade então conquistada e norteada pelo desejo, que parece ser o suporte possível da felicidade humana, co-criando o esboço de outra comunidade.

8.2 O CAMPO RELIGIOSO COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE

As igrejas não são somente espaços de devoção, oração e expressão da fé. Há vários estudos (NOVAES, 2006; BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2006) que retratam a importância das igrejas como espaços (simbólicos e materiais) de formação de dinâmicas sociais nas mais variadas faixas etárias. Conforme abordado no Capítulo 3, a Igreja Católica desempenhou um papel importante no desenvolvimento da vida social no Santa Marta, mas perdeu espaço político com o passar dos anos. Fatos como a limitação da circulação nos espaços exteriores às áreas periféricas e a disponibilidade de poucos recursos urbanos nesses territórios tornam as igrejas, sobretudo as evangélicas, alternativas de lazer para essas populações.

Em uma de minhas visitas ao Morro Santa Marta, Jurema convidou-me para assistir ao culto de domingo pela manhã da Igreja Batista, que não se situa no morro, mas na avenida que dá acesso a ele. Esse dia era do início da “Colônia de Férias Reino da Alegria”, que promove uma série de atividades para as crianças da comunidade durante as férias escolares. Como havia

atividades para as crianças na igreja, Jurema sugeriu que eu também levasse minha filha Luísa. Cabe ressaltar que a atividade é organizada pelos frequentadores da igreja, que se encarregam de conseguir doações do comércio. O que “sobra” é distribuído aos frequentadores, que podem levar alimentos para casa. Sobre essas atividades, Christina Vital da Cunha (2015, p. 112) relata:

As igrejas evangélicas dispõem de inúmeras atividades de lazer para jovens, crianças e adultos. Nelas os moradores que procuram as igrejas têm opção de fazerem pequenas excursões com evangélicos para caminhadas espirituais em parques da cidade, para celebrações grandiosas nas matrizes das igrejas, enfim, a igreja é uma importante fonte de lazer e integração local e supralocal. Nesses encontros, uma dimensão importante da vida do morador, em sua maioria trabalhadora do mercado informal ou formal, os moradores evangélicos ou “simpatizantes” têm a oportunidade de vivenciar um importante momento de trocas simbólicas, afetivas, de consolidação e formação de laços e redes sociais.

Quando a atividade encerrou, subimos o morro pelo “bondinho”. Estávamos indo em direção ao “pico” onde Jurema mora, na quinta estação, mas ela me perguntou se nós queríamos descer na quarta estação para ver a loja Santa Marta Souvenirs, que vende camisetas e outros produtos estampados com desenhos inspirados no morro, feitos pelo então menino Igor Miranda. A loja fica ao lado da laje onde Michael Jackson esteve em 2016 para a gravação de um clipe dirigido por Spike Lee. Em sua homenagem foi construída uma estátua e um mural. Ali também há um ponto para recarregar celulares no qual a atendente da loja, que relatou trabalhar ali há muitos anos, deixou o celular carregando.

No mesmo ponto havia um homem de bermuda e sem camisa, também carregando o celular, que começou a conversar conosco sobre assuntos gerais. Nós nos despedimos e, enquanto seguíamos para outros pontos, Jurema então me disse: “Todos me perguntam qual foi a principal mudança que a UPP trouxe e eu sempre respondo que foi essa aí que você acabou de ver: os traficantes não andam mais com as armas em punho. Além disso, diminuiu muito a presença de jovens”. Christina Vital da Cunha (2015, p. 66) registra um relato semelhante quando do início de suas pesquisas de campo na favela do Acari em 1996. Ela conta que a favela estava ocupada pela Polícia Militar e que a ocupação havia apresentado resultado nos primeiros anos:

Na diminuição dos conflitos locais entre facções rivais que levavam pânico ao cotidiano dos moradores. As vias públicas eram mais ocupadas por crianças e adultos e não se percebia tantos traficantes armados na rua. A venda de drogas era feita de forma um pouco mais discreta: os traficantes ficavam em pequenas vielas na parte interior da favela. Nas vias principais também havia venda de drogas, mas era menos ostensiva, e os espaços religiosos, sobretudo evangélicos eram respeitados.

Alguns estudos já evidenciam, de fato, essa mudança. Parece que a maior modificação na ocupação de algumas favelas é a existência de um “acordo” entre o estado e o tráfico de drogas, sendo que cada um atua no seu espaço sem que um invada o espaço do outro, ou seja, os dois poderes coexistem nas favelas. O conflito ocorre quando alguém tenta invadir o espaço do outro. Os outros momentos são de tranquilidade, com as crianças praticando esportes e soltando pipa, desde que seja no interior do morro.

Em outra visita que fiz a Santa Marta, dormi na casa de Jurema a convite dela e posso afirmar que foi a noite mais silenciosa de toda a minha vida. No dia seguinte à minha chegada, enquanto eu observava da janela os meninos empinando pipas, perguntei se eles não iriam se refrescar na praia. Eles me perguntaram: “Praia? Que praia? A gente nunca vai na praia não, tia. As únicas que a gente conhece são a de Botafogo e do Flamengo”. As praias de Botafogo e do Flamengo são bastante poluídas e nem são consideradas para banho por muitas pessoas. Ou seja, mesmo sendo moradores da Zona Sul, as praias da região não estão no imaginário deles. Sobre isso, José Magnani (2002, p. 20) chama-nos a atenção:

Contrariamente a uma visão corrente, para a qual o lazer era uma questão de pouca relevância no cotidiano dos trabalhadores, o que se constatou por meio da observação de campo foi um amplo e variado leque de usos do tempo livre nos finais de semana dos bairros de periferia: circos, bailes, festas de batizado, aniversário e casamento, torneios de futebol de várzea, quermesses, comemorações e rituais religiosos, excursões de farofeiros, passeios etc. eram, evidentemente, modalidades simples e tradicionais, que não tinham o brilho e a sofisticação das últimas novidades da indústria do lazer, nem apresentavam conotações políticas ou de classes explícitas, mas estavam profundamente vinculadas ao modo de vida e às tradições dessa população.

É na década de 1960 que ocorre o crescimento das igrejas evangélicas pentecostais, período esse marcado pela diminuição de membros de outras igrejas (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 185):

O mapeamento do crescimento pentecostal, sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo, aponta para a possível relação entre este fenômeno e a desigualdade e vulnerabilidade sociais. Nesta chave de leitura, o pentecostalismo seria uma corrente religiosa a crescer mais ou a se consolidar onde os contextos de precariedade político-social são mais abundantes.

Os problemas enfrentados pelas religiões tradicionais, a pluralidade de denominações e a intensa rotatividade de fiéis expressam “a conjuntura aflitiva da modernização, a perda coletiva e individual dos significados integradores”. (BERGER; BERGER; KELLNER, 1973, p. 158). Assim, o indivíduo moderno sofre uma crise de crenças e passa a buscar “atrativo em qualquer sistema de crenças que prometa soluções – visões de mundo oferecendo coordenadas

sociais e uma moral digna para viver”. (BERGER; BERGER; KELLNER, 1973, p. 158). É a partir disso que decorre a tese de que a propagação de novas religiões seria uma reação à racionalidade funcional, um esforço com o objetivo de superação das dificuldades que a ordem social moderna impõe e um vetor de normalização da vida social local. (MACHADO, 1996).

O início das igrejas pentecostais no Brasil também foi marcado por um forte engajamento de mulheres mais pobres. Diante dessas condições, a adesão a um grupo com espírito comunitário constitui-se em um espaço onde elas podiam relacionar-se e crescer intelectualmente. As mulheres não alfabetizadas eram inclusive incentivadas a aprender a ler para poder estudar a bíblia. Essa adesão ocorria de forma espontânea mais entre as solteiras e viúvas, tendo em vista que “numa sociedade que prescrevia submissão, a conversão a outro credo religioso, minoritário e heterodoxo, poderia também ser entendido como um ato de insubmissão, de contestação ao chefe da família, ou à tradicional opção religiosa”. (SILVA, 1998, p. 299).

Podemos dizer que existe no país um pentecostalismo abrazeirado. Segundo Sanchis (1998), esse abrazeiramento foi um fator importante para o estabelecimento da Igreja Universal do Reino de Deus: “as discussões sobre a chegada do pentecostalismo no Brasil apontavam para uma ruptura cultural e ética com os moldes sobre os quais se assentaria a sociedade brasileira de então”. (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 274). Sérgio Buarque de Hollanda e Roberto da Matta salientam que a ambiguidade é um traço fundamental de nossa sociedade. Lívia Barbosa (1992) afirma que as elites nacionais prezavam pelas normas e as impunham como práticas cotidianas de comportamentos em uma tentativa de tentar equilibrar a lei e o costume. Christina Vital da Cunha reitera (2015, p. 274):

O pentecostalismo, neste contexto, ao invés de impor uma nova ordem cultural orientada pelos valores ascéticos que guiaram as denominações surgidas no início desse movimento no país, como era a expectativa, segundo Sanchis (1998), foi se adaptando, negociando perspectivas e práticas, abrazeirando-se.

Richard Shaul e Waldo César (2000) ressaltam que, entre 1990 e 1992, aproximadamente trezentas mil pessoas ingressaram em alguma igreja evangélica pentecostal na cidade do Rio de Janeiro. O Censo Institucional Evangélico do ISER de 1992 sinalizou o surgimento de cinco igrejas por semana nesse período. Podemos dizer que essa afiliação às igrejas evangélicas (CASTEL, 2003) ou “conversão”, segundo os moradores, significa um importante passo (para evangélicos e não evangélicos) no sentido de uma vida na qual os

impulsos sejam contidos e permita-se que os indivíduos estejam em contato com as forças do bem.

A filiação a essas redes de ajuda e proteção evangélicas impulsionam fortemente solidariedade e a segurança para os indivíduos que nelas estão integrados ou que delas se aproximam em situações de risco e vulnerabilidade, como destaca Christina Vital da Cunha (2015). Patrícia Birman e Márcia Leite (2002) sustentam que o discurso pentecostal assume grande importância em cidades com contextos de desigualdades acentuadas, onde há muita violência e desemprego. Para elas, desemprego, violência e pobreza configuram-se como elementos de uma nova imagem nacional dos grandes centros urbanos menos conciliadora do que as outras estratégicas religiosas (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 284):

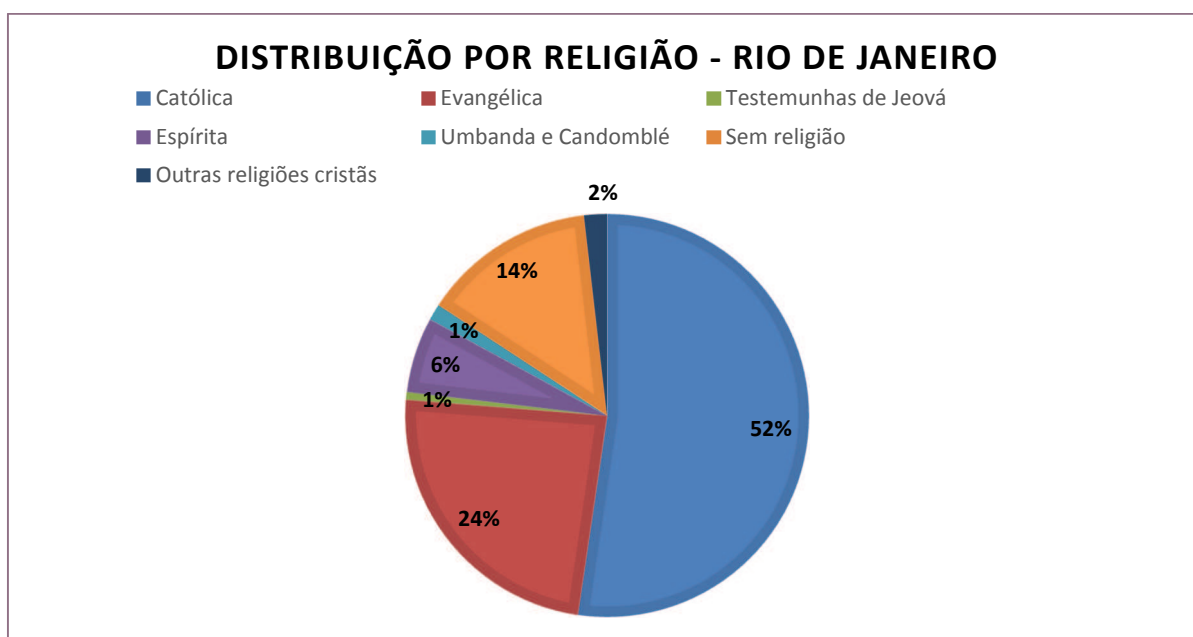
Os evangélicos são, na atualidade, importantes interlocutores dos moradores de favela entre si⁶⁰ e na relação com a sociedade mais ampla, sendo comumente, como gostam de frisar, respeitados em seu dia a dia na favela. O prestígio ou conceito⁶¹ de que dispõem faz com que se sintam mais confiantes na relação com os moradores de forma geral, incluindo aqueles que atuam no tráfico. Ser evangélico seria um importante elemento a incrementar a sensação de segurança dos indivíduos, mas isto, que fique claro, não implica dizer que estão livres do medo de serem confundidos, de se verem envolvidos em fofocas. Desfrutam de um lugar social privilegiado no imaginário local, segundo salientam, e no dos traficantes, em especial.

Dados do Censo de 2010 demonstram que grande parte da população da cidade do Rio de Janeiro ainda se declara católica (52%), sendo que 24% dessas pessoas já se declaram evangélicas. Segundo um levantamento realizado em 2011 com 237 mulheres da paz (que representavam 10% do total das beneficiárias), 48% delas declaravam-se evangélicas.

Gráfico 17. Distribuição da população segundo religião no município do Rio de Janeiro

⁶⁰ Lideranças evangélicas são acionadas constantemente em conflitos deflagrados entre moradores.

⁶¹ “Conceito” e “consideração” são formas comuns pelas quais moradores, principalmente aqueles ligados ao tráfico de drogas e às redes que se associam em torno dessa prática, expressam respeito por determinados indivíduos ou grupos sociais. Sobre essa discussão, ver Lins (1990, 1997).



Fonte: Censo 2010 (IBGE).

A forte presença do fenômeno evangélico nas favelas e periferias das grandes cidades pode ser explicada por alguns fatores, a saber:

1) proximidade socioeconômica e de modos de vida entre lideranças religiosas locais e moradores. Enquanto os padres da Igreja Católica não têm filhos ou esposas e residem muitas vezes em outros bairros, os pastores evangélicos casam, têm filhos e moram próximos ou em outras favelas e bairros periféricos da cidade. Essas similaridades geram empatia entre as lideranças religiosas evangélicas e os fiéis;

2) disponibilidade/facilidade de acesso aos cultos em vários horários do dia e da semana;

3) influência exercida pela família, principalmente as mulheres, na adesão religiosa de parentes e dos mais novos;

4) acolhimento promovido por essas igrejas, inclusive disponibilizando serviço telefônico tipo SOS, além de consultas de ordem afetiva e sexual;

5) presença de uma rede de solidariedade existente e realimentada a partir delas.

Vale salientar que o caráter muitas vezes diário das atividades evangélicas é fundamental para a formação de redes e para a “fixação” do membro na igreja, visto que nesse contexto as demandas por ajuda e por “acolhimento” podem ser repentinas. Num espaço social como o das favelas, onde a insegurança é tão presente no cotidiano, o sentimento de desrespeito e de baixa confiança em si mesmo e nas instituições é muito intenso, a rede dos evangélicos e os laços de afeto e confiança gerados (e/ou fortalecidos) a partir de tal pertencimento religioso têm uma dimensão fundamental na rotina, não só dos que se filiam a esta religião e participam de suas atividades litúrgicas, mas também dos que vivem próximos a essa realidade e percebem nesse meio uma possibilidade de buscar abrigo e “acolhimento” em momentos de necessidade. É como se a percepção da existência de um lugar ou grupo onde é possível

buscar abrigo e proteção material, emocional e espiritual já fizesse o indivíduo dispor de alguma sensação de segurança (VITAL DA CUNHA, 2015, p. 188-189).

As redes religiosas destacam-se dos demais tipos de relações de proteção e reciprocidade estabelecidas, em virtude da densidade criada por elas, por sua contingência e abrangência, envolvendo o indivíduo em circuitos de reciprocidade. Essas redes seriam mais eficazes no combate às sensações de vulnerabilidade e insegurança. Rute Almeida (2014) destaca que as variadas e novas dimensões que compõem o fenômeno evangélico no Brasil contribuem para uma intensa subjetivação da fé e para uma nova forma de experimentação da espiritualidade.

Além disso, justamente pela maior coesão interna que envolve familiares, amigos e vizinhos, essas redes propiciam condições para que possam ser estabelecidas relações mais duradouras e de maior confiança: “pode-se afirmar que as redes evangélicas trabalham em favor da valorização da pessoa e das relações pessoais gerando ajuda mútua com o estabelecimento de laços de confiança, além do aumento da autoestima e do impulso empreendedor”. (ALMEIDA, 2006, p. 118). Para aqueles que passam por constantes mudanças de domicílio, os evangélicos tiveram grande importância na manutenção das redes de solidariedade.

Tanto na Igreja Católica quanto na evangélica há uma forte campanha moral de que as mulheres se casem e mantenham seus casamentos. Com relação às mulheres, o motivo principal de suas primeiras visitas às igrejas são os problemas com parceiros. As afiliações pentecostais e católicas promovem a consolidação da esfera doméstica no sentido de que o sujeito deve sacrificar-se individualmente para manter a harmonia doméstica (MACHADO, 1996, p. 89):

Apesar “da oficialidade do preceito da monogamia”, a cultura brasileira valoriza as múltiplas relações sexuais dos homens e até as associa à virilidade do macho, enquanto exige das mulheres recato, submissão e fidelidade ao parceiro. Tipos ideais diferenciados modelam as condutas feminina e masculina, e fazem com que o comportamento da maioria das mulheres esteja sempre próximo dos padrões da moral cristã do que a conduta masculina.

Ainda assim, as feministas católicas e protestantes têm buscado ressignificar a noção do sagrado localizando-o na materialidade do mundo, dos seres vivos e em toda a natureza. A teologia da libertação feminista desenvolvida no ambiente comunitário redefine o princípio vital de um horizonte ecofeminista (GEBARA, 1998), que tem a vida como parte de um todo inter-relacionado e contextual, no qual sua dignidade é possível através da justiça social e da não violência. Nesse sentido, as lutas pela despenalização do aborto, por exemplo, são

reivindicadas não somente em função dos direitos individuais de decisão, mas também da urgência que as mulheres mais pobres têm de proteger suas vidas e a de suas filhas e filhos.

Desse ponto de vista, a humanidade corpórea, a capacidade materna das mulheres implica um princípio de criação, e não um destino inevitável. O objetivo é contextualizar a fé como discurso que toca a vida das mulheres. Além disso, as discussões sobre racismo, desigualdades de classe e gênero, de maneira que possam plantar uma intertextualidade entre a leitura da bíblia e os direitos humanos, aliadas a uma governabilidade democrática, definem o poder e a política mais além da distinção weberiana de domínio e dominação, pensando-se os espaços religiosos como contextos que podem ser potencialmente utilizados para liberação e transformação.

Portanto, ainda que as religiões católica e evangélicas reproduzam, muitas vezes, a moralidade e os papéis desiguais de gênero entre homens e mulheres, elas foram e continuam sendo importantes na sociabilidade e nas redes de troca, principalmente entre as mulheres. As necessidades e urgências da vida cotidiana, a luta por recursos para melhoria das condições de vida nas comunidades periféricas e a religião pautam a cidadania baseada nas novas subjetividades influenciadas pelos laços sociais de amizade, vizinhança e ajuda mútua, assim como as redes sociais e virtuais que se constroem a partir delas. Qualquer estudioso do campo das periferias que não atentar para os afetos ali produzidos não estará, de fato, realizando um trabalho à altura da complexidade inerente a essas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta investigação foi realizar uma análise da situação das mulheres brasileiras que vivem em periferias urbanas, buscando estar próxima da realidade das mulheres pesquisadas, na tentativa de estabelecer interconexões entre sistemas de opressão. Nesse sentido, visei elaborar uma pesquisa que, aliada à problematização teórica, refletisse sobre o sentido prático de um contexto específico, atentando para possíveis generalizações que simplificassem ou unificassem o diverso e o desigual. Para tanto, estabeleci uma articulação interseccional dos pertencimentos sociais de gênero, raça, classe e etnia, entre outros. Certamente foi um desafio expor os resultados desta pesquisa, considerando que há uma combinação de múltiplos pertencimentos sociais na vida das mulheres da paz que participaram do estudo.

Para responder às questões norteadoras, e com vistas a cumprir o objetivo da pesquisa através de uma reconstrução histórica dos processos de colonização e urbanização do Brasil e, mais especificamente, da cidade do Rio de Janeiro, considerei que, desde a tomada do território brasileiro pelos europeus, houve um processo de subjugação e subalternização das mulheres, principalmente das indígenas, negras e imigrantes. Desse modo, ainda que a dimensão dos espaços público e privado tenha sido definida há mais de quatro mil anos pelo patriarcado, o processo de colonização brasileiro teve suas particularidades de opressão com relação às

mulheres, resultando sobretudo na conjuntura atual, em que o Brasil é um país onde se observa alto índice de trabalhadoras domésticas⁶².

Propus, então, a utilização dos estudos descoloniais, que visam justamente propor uma nova via de construção do conhecimento a partir da desconstrução e da reconstrução dos saberes existentes sobre os povos do sul global. Mais do que isso, tal tarefa implica não somente desconstruir, mas também desvelar e revelar de outra maneira, que seja a partir da visão do colonizado.

A reconstrução histórica dos processos de urbanização e segregação permeados pelo período escravagista demonstra que muitos dos retrocessos e avanços que vivemos na atualidade com relação ao estado, à cidadania e às políticas públicas contêm resquícios de períodos “mal resolvidos” de nossa história.

Paralelamente, procurando responder às questões que nortearam a pesquisa, verifiquei que, junto ao desenvolvimento dos movimentos sociais ocorridos desde os anos 1960, particularmente nas periferias urbanas, aconteceu também o avanço dos movimentos de mulheres, os quais foram diretamente influenciados pelas pautas feministas.

Demonstrei que as mulheres organizam-se de outras formas que não só pela via institucional, o que indica que não há desinteresse pela política ou pelo fazer político. Diante do fato de que os partidos não mais respondem aos interesses públicos, os estudiosos apontam para outras modalidades de participação política que estejam mais próximas das organizações civis e que sejam mais efetivas. As mulheres participam da vida política de maneira diferenciada e em esferas que, tradicionalmente, não foram reconhecidas como políticas. Sua atuação permanece mais próxima do ambiente privado: mesmo após mais de 80 anos da conquista do voto, as mulheres ainda contam as “primeiras” que estão ocupando cargos no Legislativo. Percebe-se, portanto, que a melhora na condição de vida das mulheres está diretamente relacionada ao seu ingresso no espaço público e na vida social.

A partir daí, procurei demonstrar que, enquanto os homens costumam frustrar-se por não conseguir um emprego ou obter salários melhores, as mulheres sentem-se frustradas em virtude das condições que lhes são imputadas única e exclusivamente por serem quem são. Essa condição também implica estar sempre em culpa pelo fato de termos sido ensinadas a corresponder aos anseios dos outros, o que, por outro lado, gera a sensação de que não estamos

62 Um retrato evolutivo das noções de raça e gênero associadas ao trabalho doméstico pode ser conferido na pesquisa publicada em 2017 pelo IPEA e pela ONU Mulheres “Retrato das desigualdades de gênero e raça”: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acesso em: 27/02/18.

correspondendo adequadamente à expectativa que a sociedade tem de nós. Logo, é preciso haver um processo de despatriarcalização coletivo que considere seriamente o mal-estar vivido pelas mulheres.

As mulheres, ao longo da história, foram vistas como problema, e não como solução. Na verdade, só são vistas como solução quando sua ação é destinada ao outro. Isso está diretamente relacionado ao fato de o cotidiano não ser considerado importante. Porém, é no cotidiano que as transformações acontecem. É no cotidiano que as mulheres movimentam-se. Há que se considerar que esse movimento tem diferentes momentos. Começa em algo e termina em algo. É uma sucessão de conquistas e avanços, então cada terminar é transitório. Cada fim é um novo começo. Mulheres transitam, movimentam-se, estabelecem redes.

Considerando, ainda, que o projeto Mulheres da Paz tenha tomado o trabalho comunitário das mulheres destinado a outros, não tendo como objetivo uma política pública para as mulheres de periferias, elas atribuíram outros sentidos ao projeto que não os previstos pelo estado. Trouxeram à tona suas potências e valeram-se das redes estabelecidas a partir da participação no projeto, assim como acionaram várias organizações que as auxiliaram no desenvolvimento de atividades coletivas de geração de renda e cursos profissionalizantes para elas e seus filhos, além de suas iniciativas individuais de inserção no mercado de trabalho. A vivência do projeto pelas mulheres é um processo complexo, que conviveu com disputas e tensões entre o apelo aos atributos maternalistas, de cuidadoras e os preceitos de valorização da autonomia e do autodesenvolvimento, comumente chamado de empoderamento.

Além disso, muitas mulheres tentaram retomar ou melhorar suas condições de vida, incluindo o retorno à educação formal. Em todos os aspectos, a educação é o primeiro passo, visto que, sem escolaridade, a submissão de gênero costuma estabelecer-se e perpetuar-se. Elas também se organizaram em termos de ocupação do espaço público e de cargos ou posições representativas na política institucional, como os conselhos de direitos das mulheres e os núcleos de mulheres em partidos políticos. Ainda desenvolveram, tanto em suas comunidades quanto fora delas, experiências de associativismo com vistas a promover melhoria das condições de vida de suas comunidades. Nessa perspectiva, as mulheres da paz extrapolaram de várias maneiras o enquadramento de “cuidadoras” proposto pelo projeto em um primeiro momento, produzindo, inclusive, uma reformulação nos objetivos da política social, além de propor novas ideias, manifestar seus desejos e estabelecer novas relações sociais.

Por fim, saliento aqui a contribuição desse estudo doutoral no âmbito do desenvolvimento de pesquisas e trabalhos sobre o *care* a nível de Brasil e América Latina,

buscando fomentar o debate e as discussões a respeito do cuidado no âmbito das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice; JORGE, Angela; SORJ, Bila. **Informalidade e precariedade: gênero e raça no Brasil em 1990**. Série Seminários n. 7. IV Conferência Internacional da Mulher (Pequim, 1995). Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

AGUIRRE, R. El maternalismo en las políticas sociales. In: HOLA, E.; PORTUGAL, A.M. (eds.). **La ciudadanía al debate**. Santiago: Ediciones de las Mujeres, Isis Internacional, 1997.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **Colonialismo e nacionalismo nos “enclaves coloniais” de Celta e Gibraltar**. Anais do 18º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Brasília, 2017.

ALLEN, Paula. **The sacred hoop: recovering the feminine in American Indian traditions**. Boston: Beacon Press, 1992.

ALMEIDA, Ileana; RODAS, Nidia Arrobo; SEGOVIA, Lautaro Ojeda. **Autonomía indígena frente al Estado Nación y a la globalización neoliberal**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005.

ALMEIDA, Rute Salviano. **Vozes femininas no início do protestantismo brasileiro: escravidão, império, religião e papel feminino**. São Paulo: Hagnos, 2014.

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; ALVARENGA, Augusta Thereza de; FERRARA, Nelson Fiedler. O encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 47-56, set./dez. 2004.

ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 743-753, 2009.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/la frontera: the new mestiza**. Minneapolis: Consortium Book Sales & Dist, 1987.

ARAÚJO, Faber. **Favela: espaço heterogêneo**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Caxambu (MG), de 18 a 22 de setembro de 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

ARENDDT, Hannah. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ASAD, Talal. Where are the margins of the state? In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

AUYERO, Javier. **Poor people's politics: peronist survival networks and the legacy of Evita**. Durham: Duke University Press Books, 2001.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, Livia. **Jeitinho brasileiro ou a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BAYCE, Rafael. La evolución sociocultural de la paz. **Ciências Sociais**, Unisinos, v. 41, n. 2, p. 121-131, mai./ago. 2005.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENERÍA, Lourdes. Toward a greater integration of gender in economics. **World Development**, v. 23, n. 11, p. 1839-1850, 1995.

BENOIT-BROWAEYS, Dorothée; VIDAL, Catherine. **Cerveau, sexe et pouvoir**. Paris: Belin, 2015.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte; KELLNER, Hansfried. **The homeless mind**. Nova York: Random House, 1973.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia. O que aconteceu com o antigo maior país católico do mundo? In: BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: fardo do passado, promessa do futuro**. Dez ensaios sobre política e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo, MG: Horizonte, 2013.

BLANCO, Juan. **Cartografía del pensamiento latinoamericano contemporâneo: una introducción**. Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2009.

BONETTI, Aline. **Entre feministas e mulheristas: uma etnografia sobre promotoras legais populares e novas configurações de participação política feminina popular em Porto Alegre**. 195f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

BORDA, Orlando Fals. Democracia y participación: algunas reflexiones. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 5, n. 1, 1987.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000. 653p.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRANDÃO, Helena. Esperando na janela. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 5, n. 54, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

BRASIL. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008**. Regulamenta os arts. 8º-D e 8º-E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), e revoga o Decreto nº 6.390, de 08 de março de 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008**. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). A mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História**, ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 18, 1989.

BRUGÈRE, Fabienne. **L'éthique du care**. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2001.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BURBANO DE LARA, Felipe. **La revuelta de las periferias: movimientos regionales y autonomias políticas em Bolivia y Ecuador**. Quito: FLACSO Ecuador, 2014.

CALDEIRA, Teresa. **City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo**. Berkeley: University of California Press, 2000.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais (orgs.). **“No sapatinho”**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). **Cidades, olhares, trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Instituto Pensar, Inoversidad Javeriana, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CENTRO Internacional de Investigação e Informação para a Paz/Universidade para a Paz das Nações Unidas. **O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. 230p.

CEPAL. **El Estado frente a la autonomia de las mujeres**. Santiago: Naciones Unidas, 2012.

CEPAL. **A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe**. X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Quito: CEPAL, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAFETZ, Janet. The gender division of labor and the reproduction of female disadvantage. In: BLUMBERG, Rae (ed.). **Gender, family and economy**. Newbury Park: Sage, 1991.

CHEDIK, Karla. A pluralidade como ideia reguladora: a noção de justiça a partir da filosofia de Lyotard. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, n. 24, p. 213-224, 2001.

CICONELLO, Alexandre et al. **Segurança pública e cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci**. Brasília: Inesc, 2010. 79p.

COBA, Liset; HERRERA, Gioconda. Nuevas voces feministas en América Latina: ¿continuidades, rupturas, resistencias? Presentación del Dossier. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 45, p. 17-23, 2013.

COCCO, Giuseppe Mario; NEGRI, Antonio. **GloBAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 272p.

CÓSER, Silvana Maria Leal. E no princípio era o verbo... ou reflexões sobre a relação da mulher com a fala política. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 59-66, jul./dez. 1990.
COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DATA POPULAR. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. 240p.

_____. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002. 144p.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. 678p.

DENZIN, Norman. **Sociological methods: A sourcebook**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1970.

DIAS, Maria Odila. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, n. 2, p. 373-382, 1994.

DIEESE. **As mulheres e o salário-mínimo nos mercados de trabalho metropolitanos (Distrito Federal, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo)**. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 2009.

DI MARCO, Graciela. **El pueblo feminista: movimientos sociales y lucha de las mujeres em torno a la ciudadanía**. Buenos Aires: Biblos, 2011.

DOWDNEY, Luke. **Children of the drug trade: a case study of children in organised armed violence in Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

DUARTE, Luiz Fernando; GOMES, Edlaine. **Três famílias: identidades, trajetórias transgeracionais nas classes populares.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. **The condition of the working class in England.** Stanford: Stanford UP, 1958.

ESTIVALET, Anelise. **Os jovens e a rua: trajetórias dos sem lugar.** Curitiba: Appris, 2014.

FEIJOÓ, Carmen. The challenge of constructing civilian peace: women and democracy in Argentina. In: JACQUETTE, Jane (ed). **The women's movement in Latin America: feminism and the transition to democracy.** Boston: Unwin Hyman, 1989.

FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco. Los nuevos retos de la protección de los derechos. **Contribuciones,** Buenos Aires, Fundacion Konrad Adenauer, v. 15, n. 4, p. 27-70, oct./dic. 1998.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo.** São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011. 366p.

_____. **Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo.** Lua Nova, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010.

FISAS, Vicenc. **Cultura de paz y gestión de conflictos.** Paris: Unesco/Editorial Icaria, 1998. 654p.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudos,** Maringá, v. 8, n. esp., p. 31-38, 2003.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2009a. 164p.

_____. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2009b. 196p.

_____. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

_____. **Designing qualitative research and the use os triangulation.** Workshop ICQI 2015. University of Illinois Urban-Champaign. [Anotações pessoais do autor enviadas à pesquisadora em 06 mar. 2015]

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 158p.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 123-148, out. 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRASER, Nancy. La lucha por las necesidades: esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío. **Debate Feminista**, Cidade do México, v. 3, p. 03-40, mar. 1991.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

_____. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p.11-33, jul./dez. 2009.

_____. **Luta de classes ou respeito às diferenças?** Igualdade, identidades e justiça social. *Le Monde Diplomatique*. São Paulo, 01 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina: o livro que inspirou a revolta das mulheres americanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2016.

GALTUNG, Johan. **Investigaciones teoricas, sociedad y cultura contemporaneas**. Alicante: Tecnos, 1995. 462p.

GARGALLO, Francesca. Feminismo latino-americano. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 12, n. 28, p. 17-34, 2007.

GBOWEE, Leymah. **Guerreiras da paz: como a solidariedade, a fé e o sexo mudaram uma nação em guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GEBARA, Ivone. Brazilian women's movements and feminist theologies. **Waterwheel**, v. 10, n. 3, p. 1-8, 1998.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi dos. Care e políticas públicas: o caso das “agentes comunitárias de saúde” e das “agentes de proteção social”. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya (orgs.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

GILBERT, Alan. **La ciudad latinoamericana**. México: Siglo XXI, 1997.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice**. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1982.

GINGOLD, Laura; VÁZQUEZ, Inés. Madres de la Plaza de Mayo. ¿Madres de una nueva práctica política? **Nueva Sociedad**, n. 93, p. 114-122, 1988.

GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 416p.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 192p.

GOLDANI, Ana Maria. A família brasileira em transição. In: **Família, desarrollo y dinamica de población en America Latina**. Comisión Económica para América Latina y del Caribe (CEPAL) e Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE), 1993.

GOMES, Paulo César. **Estranhos vizinhos: o lugar da favela na cidade brasileira**. Anuario Americanista Europeo, n. 1, p. 171-177, 2003.

GÓMEZ PEÑA, Guillermo. **El MexTerminator: antropología inversa de um performancero postmexicano**. México: Océano, 2002.

GORDON, George G. Industry determinants of organizational culture. **The Academy of Management Review**, v. 16, n. 2, p. 396-415, apr. 1991.

GREENWOOD, Davydd; LEVIN, Morten. **Introduction to action research: social research for social change**. Michigan: University of Michigan, 1998.

GROSSI, Patrícia Krieger (org.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**, São Paulo, ano V, n. 16, p. 109-120, 1985.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Laboriosas, mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 82-102, 2001.

GUZMÁN, Virginia. **La institucionalidad de género en el Estado: nuevas perspectivas de análisis**. Santiago de Chile: Organización de las Naciones Unidas, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional: ensaios políticos**. São Paulo: Littera Mundi, 2001. 220p.

_____. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002. 404p.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

HALE, Charles. Rethinking indigenous politics in the era of the “indio permitido”. **NACLA Report on the Americas**, v. 38, n. 2, p. 16-21, 2004.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HEILBORN, Maria Luiza; ARRUDA, Angela. Legado feminista e ONGs de mulheres: notas preliminares. In: NÚCLEO de Estudos da Mulher e Políticas Públicas. **Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs**. Rio de Janeiro: IBAM, 1995.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya (orgs.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 774p.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUNTINGTON, Samuel et al. **The clash of civilizations?** The debate. Nova York: Conselho das Relações Exteriores, 1993.

ILLANES OLIVA, María Angélica. **Nuestra historia violeta. Feminismo social y vidas de mujeres en el siglo XX**: una revolución permanente. Santiago: LOM Ediciones, 2012.

JACQUETTE, Jane. The woman's movement in Latin America: feminisms and the transition to democracy. Boston: Unwin Hyman, 1989.

INSTITUTO JOÃO E MARIA ALEIXO. **Carta da Maré, Rio de Janeiro – Manifesto das Periferias**: as periferias e seu lugar na cidade. Rio de Janeiro, março de 2017.

JICK, Todd. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. In: VAN MAANEN, John (ed.). **Qualitative methodology**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1983.

JOVCHELOVITCH, Sandra; PRIEGO-HERNANDEZ, Jacqueline. **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: Unesco, 2013. 252p.

JUSTIÇA GLOBAL (org.). **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marli et al. (org.). **Desafios para as políticas públicas**: trabalho e cidadania para as mulheres. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/Prefeitura de São Paulo, 2003.

LARAÑA, Enrique; JOHNSTON, Hank; GUSFIELD, J. Joseph. **New social movements**: from ideology to identity. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

LEYVA SOLANO, Xochitl; SPEED, Shannon. Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor. In: LEYVA SOLANO, Xochitl; BURGUETE, Araceli; SPEED, Shannon (coords.). **Gobernar (en) la diversidad**: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2008.

LEYVA SOLANO, Xochitl; BURGUETE, Araceli; SPEED, Shannon (coords.). **Gobernar (en) la diversidad**: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2008.

LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro et al. **Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

LINS, Paulo; LOURDES DA SILVA, Maria de. Bandidos e evangélicos: extremos que se tocam. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 166-173, 1990.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOPES, Juarez Brandão; GOTTSCHALK, Andréa. Recessão, pobreza e família: a década mais do que perdida. **São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 1, p. 100-109, jan./mar. 1990.

LOPES, Nelson. **Coronelismo e chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro**: clientelismo ou o coronel e o caso das bicas d'água no Mendanha. 106f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

LOVENDUSKI, Joni. **State feminism and political representation**. New York: Cambridge University Press, 2005.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Colômbia, n. 9, p. 73-101, 2008.

_____. Hacia um feminismo descolonial. **La Manzana de la Discordia**, v. 6, n. 2, p. 105-199, 2011.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. 123p.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.

MACHADO, Carly. Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, p. 1-21, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais**: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: ANPOCS, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2010. 295p.

_____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo na sociedade de massa.** Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MAGDA, Rosa María Rodríguez. **Femenino fin de siglo: la seducción de la diferencia.** Barcelona: Anthropos/Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre, 1994.

MAGNANI, José. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 9, p. 11-29, 2002.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **No caminho de Hermes e Sherazade: cultura, cidadania e subjetividade.** Taubaté, SP: Vogal Editora, 1996.

MARSHALL, Thomas. **Class, citizenship, and social development.** Garden City: Doubleday, 1964.

MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

_____. Los feminismos latino-americanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 45, p. 91-107, 2013.

McBRIDE, Dorothy; MAZUR, Amy. State feminism. In: GOERTZ, Gary; MAZUR, Amy (eds.). **Politics, gender, and concepts: theory and methodology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

McCLINTOCK, Anne. **Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest.** New York: Routledge, 1995.

MELO, Hiudete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil.** Santiago: CEPAL, 2005. 79p.

MELUCCI, A. **Nomands of the present.** Londres: Hutchinson Radius, 1989.

_____. **Challenging codes: collective action in the information age.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MEMMI, Dominique. **La revanche de la chair: essai sur les nouveaux supports de l'identité.** Paris: Seuil, 2014.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, MG: Horizonte, 2013.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo: Paulus, 2012.

MIRANDA, Moema; MAGALHÃES, Paulo. Reflexões a partir da agenda social. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio et al. **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

MOHANTY, Chandra. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, Durham, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

_____. **Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity**. Durham: Duke University, 2003.

MOLINIER, Pascale. **Le travail du care**. Paris: La Dispute, 2013.

MOLYNEUX, Maxine. Debates sobre comunitarismo, moralidad y políticas de identidad. In: HOLA, E.; PORTUGAL, A.M. (eds.). **La ciudadanía a debate**. Santiago de Chile: Ediciones de las Mujeres, Isis Intenacional, 1997.

MONTAÑO, Sônia et al. **As políticas públicas de gênero: um problema para armar. O caso do Brasil**. Santiago: CEPAL, 2003. 55p.

MORAGA, Cherrie; CASTILLO, Ana. **Esta puente, mi espada: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. San Francisco: Ism Press, 1998.

MOREIRA ALVES, Maria Helena; EVANSON, Philip. **Living in the crossfire: favela residents, drug dealers, and police violence in Rio de Janeiro**. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2011.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOURA, Tatiana. **Novíssimas guerras: espaço, identidades e espirais da violência armada**. Coimbra: Almedina, 2010. 192p.

_____. **Entre Atenas e Esparta: mulheres, paz e conflitos armados**. Coimbra: Quarteto Editora, 2005. 114p.

MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita; SOARES, Bárbara. Auto de resistência: a ação coletiva de mulheres familiares de vítimas de violência armada policial no Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 88, p. 185-205, 2010.

MÜLLER, Maria Lúcia. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. In: FONSECA, Marcus; BARROS, Surya (orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói, RJ: Eduff, 2016.

NASH, Mary. Identidades de género, mecanismos de subalternidad y procesos de emancipación femenina. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 73-74, p. 39-57, 2006.

NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (eds.). **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Catedra, 2008.

NELSON, Diane. Anthropologist discovers legendar two-faced Indian in Guatemala! In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

NIEDERBERGER, Andreas. Reinventar la ciudadanía: acerca de la conexión entre democracia, derechos y legitimidad en el orden político global. **Edidos**, n. 17, p. 134-167, 2012.

NORSIGIAN, Judy. **Boston women's health book collective: our bodies, ourselves**. Boston: Touchstone, 2011.

NOVAES, Regina. Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, Luciano. Los derechos humanos como síntesis de la igualdad y la libertad. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 123, p. 124-135, enero-febrero 1993.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

OYEWUMI, Oyéronké. **The invention of women: making an african sense of western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PANDOLFI, Dulce Chaves et al. (org.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 248p.

PASINATO, Wânia. Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de género. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 53, p. 201-240, mar./abr. 2005.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo, MG: Horizonte, 2013.

PEQUEÑO, Andrea (org.). **Participación y políticas de mujeres indígenas en América Latina**. Quito: FLACSO Ecuador, 2009.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERLMAN, Janice E. **Myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro**. Berkeley: University of California, 1978.

_____. **Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POTTHAST, Barbara. **Madres, obreras, amantes...** Protagonismo feminino en la historia de América Latina. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert; México: Bonilla Artigas Editores, 2010.

PRATES, Ceres Alves; NOGUEIRA, Maria Beatriz. **Os programas de combate à pobreza no Brasil e a perspectiva de gênero no período 2000-2003: avanços e possibilidades**. Santiago: CEPAL, 2005. 55p.

PRIETO, Mercedes. **Mujeres y escenarios ciudadanos**. Quito: FLACSO Ecuador, 2008.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. Festschrift for Immanuel Wallerstein. **Journal of World Systems Research**, v. 11, n. 2, p. 285-327, 2000.

_____. Colonialidad del poder, globalización y democracia. **Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León**, año 4, n. 7-8, p. 97-123, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RENAU, María Dolors. **La voz pública de las mujeres**. Barcelona: Icaria, 2009.

REVEL, Judith. Biopoder y devenir mujer de la política. In: **Imperio, multitud y sociedad abigarrada**. La Paz: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

_____. Prefazione. In: MORINI, Cristina. **Per amore o per forza: femminilizzazione del lavoro e biopolitica dei corpi**. Verona: Ombre Corte, 2010. 158p.

RIBEIRO, Luiz. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Novos Estudos CEBRAP**, n. 45, p. 67-82, jul. 1996.

RIBEIRO, Luiz; LAGO, Luciana Corrêa. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 144-154, 2001.

RIBEIRO, Luiz. **A metrópole em questão: desafios da transição urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2017.

ROBLES, Alfonsina. Las agentes comunitarias de salud en el Brasil contemporáneo: la “policía amiga” de las madres pobres. **Sexualidad, Salud & Sociedad**, Rio de Janeiro, CLAM, n. 12, p. 92-126, 2012.

ROCHA, Lia de Mattos. **Uma favela “diferente das outras?”** Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2013.

ROITMAN, Janet. Productivity in the margins: the reconstitution of state power in the chad basin. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, 17-CEAA, Universidade Cândido Mendes, 1989.

ROSALDO, Michele. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 05-25, jan./jun. 1995.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 1997.

SÁNCHEZ, Araceli. **Sexo y conquista**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (orgs.). **Globalização e religião**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SANFORD, Victoria. Contesting displacement in Colombia: citizenship and state sovereignty at the margins. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SCHEPER-HUGUES, Nancy. The primacy of the ethical: propositions for a militant anthropology. **Current Anthropology**, v. 36, n. 3, p. 409-440, 1995.

SCHIEBINGER, Londa; KLINGE, Ineke. Gendered Innovation in Health and Medicine. **Gender Journal for Gender, Culture & Society**, v. 7, n. 7, p. 29-50, 2015.

SCHILD, Verónica. New subjects of rights? Gendered citizenship and the contradictory legacies of social movement in Latin American. **Sage Journals**, v. 4, n. 4, p. 604-629, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 149-184, 1981.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: em busca de claves de lectura y de um vocabulário estratégico descolonial. In: QUIJANO, Aníbal; NAVARRETE, Julio Mejía. (eds.). **La cuestión descolonial**. Lima: Universidad Ricardo Palma/Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2010.

SHAULL; Richard; CESAR, Waldo. **Pentecostalism and the future of Christian churches**. Grand Rapids: Erdmans, 2000.

SILVA, Elizete da. **Cidadãos de outra pátria**. 299p. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Nilza. As mulheres negras e as formas de indicadores sensíveis. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc SP, 2013.

SIMÕES, Solange. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (orgs.). **Novas direções na governança da justiça e da segurança**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. 919p.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. Londres: Zed Books, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “nova cidadania”: o programa Mulheres da Paz. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, p. 147-164, 2011.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do *care*. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 107-128, 2016.

SOUZA E SILVA, Jailson de; FERNANDES, Fernando; BRAGA, Raquel. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Justiça Global (org.). **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2012.

STREY, Marlene; AZAMBUJA, Mariana; JAEGER, Fernanda. **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 320p.

TILLY, Charles. To explain political processes. **The American Journal of Sociology**, v. 100, n. 6, p. 1594-1610, 1995.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Gulhon (org.). **Classes médias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 208p.

TROJANOWICZ, Robert C.; BUCQUEROUX, Bonnie. **Community policing: a contemporary perspective**. Kingdom: Anderson Publishing Company, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VALLADARES, Lícia; MEDEIROS, Lídia. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro:** 1996 a 2000. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

VARGAS, Viginia. Women's movement in Peru: rebellion into action. In: WIERINGA, S. (ed.). **Subversive women:** women's movements in Africa, Asia, Latin America and the Caribbean. London: Zed Books, 1997.

VENÂNCIO, Renato. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado:** uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc SP, 2013.

VERGÈS, Françoise. **Le ventre des femmes:** capitalisme, racialisation, féminisme. Paris: Éditions Albin Michel, 2017.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. (orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado:** uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc SP, 2013.

VIDAL, Catherine. The sexed brain: between science and ideology. **Neuroethics** 5, n. 3, p. 295-303, 2012.

_____. **Nous cerveaux, tous pareils tous différents.** Paris: Belin, 2015.

_____. **Sexe et genre dans les recherche en neurosciences:** que nous apprend l'imagerie cérébrale sur le sexe du cerveau? Communications de la première table ronde de la conférence "un nouveau GENRE d'excellence scientifique". Université Paris Diderot: Pôle Égalité Femmes-Hommes, 2017.

VIGOYA, Mara Viveros. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. **Revista Latinoamericana de Estudios de Familia**, v. 1, p. 63-81, 2009.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Oração de traficante:** uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

WACQUANT, Loïc. **Parias urbanos:** marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2001.

_____. **Os condenados da cidade:** estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001 [2ª ed. set. 2005].

_____. **As duas faces do gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **After liberalism**. New York: The New York Press, 1995.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Editora Escuta; Campinas: Editora da Unicamp, 1994. 208p.

ZALUAR, Alba; SOUZA, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 175-196, 2009.

APÊNDICE

Lista de entrevistadas/entrevistado

Alzira de Almeida, 53 anos, técnica em enfermagem, ensino médio, solteira, mora em Santa Cruz há 31 anos.

Ana Claudia Senna, assistente social, ex-gestora do Projeto Mulheres da Paz da cidade do Rio de Janeiro.

Ana Carla do Nascimento, 40 anos, vendedora de salgados, ensino fundamental, viúva, nascida em Santa Cruz.

Brasília Vitória Cerqueira Oliveira, 50 anos, cabeleireira, ensino médio, casada, mora em Santa Cruz há 30 anos.

Celma Cunha de Lima, 43 anos, do lar, ensino fundamental incompleto, casada, mora em Santa Cruz há 9 anos.

Cristiane Barros da Silva, 31 anos, agente comunitária de saúde, ensino médio, solteira, nasceu em Santa Cruz.

Cristiane Braga, 34 anos, doceira, ensino fundamental incompleto, casada, mora em Santa Cruz há 16 anos.

Eremita Braga, 58 anos, cuidadora de idosos, ensino médio, casada, mora em Santa Cruz há 31 anos.

Gabriel Naegele, psicólogo do Projeto Mulheres da Paz da cidade do Rio de Janeiro.

Gilsara Valentim, 56 anos, técnica em enfermagem, ensino médio, solteira, mora em Santa Cruz há 3 anos.

Iandrinha Ferreira da Costa, 56 anos, cuidadora de idosos, ensino médio, solteira, reside em Santa Cruz há 30 anos.

Jacqueline Brito, assistente social, subgestora do Projeto Mulheres da Paz da cidade do Rio de Janeiro.

Jueslânia Meneses, 57 anos, agente comunitária de saúde, ensino fundamental, casada, mora no Santa Marta há 20 anos.

Jurema Carvalho de Souza, 38 anos, costureira e jornalista, ensino superior completo, solteira, nasceu no Santa Marta.

Lenice Martins, 18 anos, estudante, ensino médio incompleto, solteira, nasceu no Santa Marta.

Márcia Rosa, assistente social, gestora do Projeto Mulheres da Paz e Protejo da cidade do Rio de Janeiro.

Oneira Suze Guimarães, 46 anos, agente comunitária de saúde, ensino médio, casada, mora em Santa Cruz há 3 anos.

Silvana, assistente social, ex-coordenadora da Estação Santa Marta da cidade do Rio de Janeiro.

Terezinha Perdigão Veiga, 56 anos, em tratamento de saúde, ensino médio, divorciada, reside em Santa Cruz há 26 anos.

ANEXO I

Roteiro Grupo Focal

ROTEIRO PARA CONDUÇÃO DE GRUPOS FOCAIS PARA MULHERES DA PAZ

OBJETIVOS PRINCIPAIS DO INSTRUMENTO:

- (a) Motivações para a participação no projeto – interesse e expectativas
- (b) percepções e comentários a respeito do processo de inscrição, incluindo a forma como recebeu a informação da existência do projeto e meios utilizados para inscrição
- (c) percepções e comentários a respeito da execução do projeto
- (d) percepções e comentários a respeito do curso de capacitação
- (e) percepções e comentários a respeito do auxílio financeiro
- (f) percepções a respeito do trabalho comunitário realizado pelas mulheres da paz
- (g) principais barreiras e oportunidades do projeto
- (h) estratégias e mudanças elaboradas a partir da participação no projeto

PÚBLICO-ALVO:

1. Mulheres da Paz participantes do projeto em Santa Cruz

ROTEIRO E DURAÇÃO:

Roteiro semiestruturado com perguntas abertas, com duração prevista para, no máximo, duas horas.

INTRODUÇÃO:

(a) Apresentação da moderadora, dos objetivos da pesquisa e procedimentos adotados no grupo focal (autorização para gravação, procedimentos de moderação, estímulo de respostas, participação de todas e discussão das opiniões pessoais).

(b) Entrega e solicitação de assinatura do Termo de Consentimento Esclarecido.

Perguntas estimuladas pela moderadora e discussão orientada a partir dos tópicos abaixo listados.

TEMA 1: APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Breve identificação: Nome, idade, porque se interessou pelo projeto Mulheres da Paz

1. **Condições de vida:** descreva sobre as pessoas que moram com você? (quem trabalha, quantidade de pessoas que moram na mesma casa...)

TEMA 2: TRAJETÓRIA NO PROJETO

1. Como foi feita a inscrição de vocês no mulheres da paz?

- i. Como ficou sabendo sobre o projeto
- ii. Relatos sobre o processo de inscrição
- iii. Porque vocês escolheram participar do projeto?

2. O que vocês esperavam do projeto?

- i. Estimular as expectativas: o que esperavam obter com a participação no projeto?
- ii. Ao término do projeto, ele satisfaz as expectativas de vocês?

3. Vocês acreditam que a escolha em participar do projeto modificou a vida de vocês?

- i. Buscar exemplos das participantes

TEMA 3: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA REALIZAÇÃO DO PROJETO

1. Quais desafios vocês encontraram durante a realização do projeto?

- i. Explorar exemplos: transporte, tempo, defasagem escolar, custos, família, filhos, emprego etc.
- ii. Houve algum tipo de auxílio familiar para participação no projeto (divisão dos cuidados de filhos, idosos, enfermos, etc.)?
- iii. O auxílio financeiro foi fornecido com regularidade?
- iv. Se sentiu discriminada por teve receio com sua segurança por estar participando do projeto?
- v. Houve alguma dificuldade para executar o trabalho comunitário?

TEMA 4: PERCEPÇÃO DO DESEMPENHO E QUALIDADE DO CURSO

1. Como vocês avaliam o curso realizado?

- i. explorar desenvolvimento de novas habilidades, algum tipo de aprendizado além do conteúdo

2. Vocês têm interesse de participar de outros projetos como o mulheres da paz ou fazer algum outro curso de capacitação no futuro?

- ii. Quais tipos de cursos e o motivo dessas escolhas

TEMA 5: TRAJETÓRIA ESCOLAR E OCUPACIONAL

1. Antes de realizar do projeto, vocês estavam empregadas?

- i. Em qual tipo de ocupação costumam conseguir emprego

2. Antes de realizar do projeto, vocês estavam estudando?

TEMA 6: OPORTUNIDADES

1. Vocês avaliam que a participação no projeto trouxe oportunidades?

- i. A participação no projeto foi útil para com vocês? Se sim, como foi isso?
- ii. Em caso negativo, quais seriam as sugestões?

ANEXO II - DOCUMENTOS

CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Doutoranda **Anelise Gregis Estivalet**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, que está regularmente matriculada e realizando sua pesquisa para a Tese de Doutorado intitulada: **Ação contra a violência, política e gênero no cotidiano: uma análise do Projeto Mulheres da Paz**, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro.

A Doutoranda necessita realizar a coleta de dados para o desenvolvimento da etapa de estudos empíricos da pesquisa. Para tanto, agradecemos sua colaboração no sentido de facilitar o desenvolvimento do trabalho, cujos resultados, uma vez concluída e defendida a tese, estarão inteiramente à disposição da instituição.

São Leopoldo, 23 de setembro de 2014.



Atenciosamente,

Prof. Dr. Carlos A. Gadea
Coordenador
PPG em Ciências Sociais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de Doutorado em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão e orientação do professor Carlos Gadea Castro, cujo objetivo é realizar uma análise do Projeto Mulheres da Paz a nível nacional.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 30 min.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.


Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Anelise através do telefone (51) 8477-5809 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos, telefone (51) 3591-1198.

Atenciosamente,



 Anelise Gregis Estivalet
 Matrícula: 1733821

São Leopoldo, 02/10/2014.
 Local e data



 Carlos Gadea Castro
 Matrícula: 301616

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

 Nome e assinatura do participante

 Local e data

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA EM PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Centro de Capacitação da Política de Assistência Social autoriza a realização da pesquisa **“Política, violência e gênero no cotidiano: uma análise do projeto mulheres da paz”** a ser realizada pela pesquisadora Anelise Gregis Estivaleti e orientada pelo professor Dr. Carlos Alfredo Galdea Castro, do Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio Sinos, a ser apresentada como Trabalho de conclusão do Curso de Doutorado.

A pesquisa será realizada através de coleta de dados do Programa Mulheres da Paz, de entrevistas semi-estruturadas com os gestores do Programa, bem como através de grupo focal e entrevistas semi-estruturadas com os usuários do mesmo.

Declaro que foi apresentada a minuta do projeto com especificação da metodologia de pesquisa e que a mesma se constitui em campo de estudo de interesse desta Secretaria.

A pesquisadora foi orientada quanto aos procedimentos éticos necessários à realização da pesquisa com pessoas e que deverá apresentar o relatório final da mesma aos órgãos pesquisados, bem como disponibilizar um exemplar para a Biblioteca do Centro de Capacitação.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2014

Paula da Silva Caldas
Assistente Social
Mat.10/240658-5

REGISTROS ETNOGRÁFICOS
SANTA CRUZ



Cleonir Alves, a “gaúcha de atitude”, uma das fundadoras do Conselho de Mulheres da Zona Oeste



Mulheres da Paz pela primeira vez na Marcha das Mulheres Negras em Brasília



Mulheres da paz na IV Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres



Mulher da Paz na reunião do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB Mulher)



Mulher da Paz na reunião da Confederação das Mulheres do Brasil



Mulher da Paz escreve para o jornal da Agenda das Mulheres



Mulheres da Paz participam em curso sobre Justiça Restaurativa



Mulher da Paz que se tornou agente comunitária de saúde participa do Novembro Azul



Com o grupo de Mulheres da Paz e profissionais da Prefeitura do Rio de Janeiro



Mulheres da Paz após grupo focal



Com as Mulheres da Paz após grupo focal



Mulher da Paz trabalhando nas Olimpíadas de 2016

REGISTROS ETNOGRÁFICOS
SANTA MARTA



Mulheres da Paz do Morro Santa Marta



Mulheres da Paz com grupo de policiais da UPP Santa Marta



Com Jurema Carvalho, Mulher da Paz



Mulheres da Paz e crianças moradoras do Santa Marta



Crianças durante ação de projeto social de futebol



Mulher da Paz em ação da empresa Coral para pintura das casas